

Manuel Baiôa

O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935

**«Uma República
para Todos
os Portugueses»**



ICS Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

BAIÃO, Manuel, 1969 -

O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935) : «uma república para todos os portugueses» (anexos) [documento eletrónico] / Manuel Baião. - Lisboa : ICS.

Imprensa de Ciências Sociais, 2015

ISBN 978-972-671-347-0

CDU 329



Concepção gráfica: João Segurado

Revisão: Autor

1.ª edição: Janeiro de 2015

Índice

Anexo 1

Partidos e sistemas partidários na Europa

do pós-I Guerra Mundial.....	7
A adaptação dos partidos aos novos tempos.....	7
França e Reino Unido.....	10
Itália e Alemanha.....	15
Espanha.....	25
Portugal.....	33
O sistema político-partidário português no contexto ibérico e europeu.....	49

Anexo 2

O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935):

a organização interna, os membros, a elite e a ideologia.....	61
A organização interna.....	61
O estatuto ou lei orgânica.....	61
Os órgãos directivos centrais.....	63
Os órgãos directivos locais.....	74
Os centros políticos.....	81
A imprensa.....	87
O financiamento.....	95
Os membros e a elite.....	97
Os membros.....	97
A elite.....	102
A sociabilidade.....	111
O clientelismo.....	116
A ideologia.....	130
Conservadorismo republicano.....	132

Laicismo do Estado, não da sociedade	141
O «centrismo»: compatibilização do nacionalismo moderado e das tradições portuguesas com o republicanismo histórico – a construção de uma «república para todos os portugueses»	147
Anexo 3	
Biografias da elite do PRN (1923-1935)	159
Anexo 4	
Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados e para o Senado (8 de Novembro de 1925)	255
Anexo 5	
Imprensa do PRN (1923-1932)	301

Índice dos quadros, mapas, gráficos e fotos

Quadros

A2.1 Directório do PRN (1923-1935).....	65
A2.2 Comissão Administrativa do PRN (1923-1926).....	71
A2.3 Comissões Municipais do PRN por distrito.....	77
A2.4 Distribuição distrital dos membros do PRN, 1923-1926 (amostra)...	99
A2.5 Estrutura etária da elite do PRN	103
A2.6 Estrutura socioprofissional da elite do PRN.....	104
A2.7 Qualificações académicas da elite do PRN.....	108

Mapas

A2.1 Centros políticos do PRN (1923-1930).....	83
A2.2 Localidades com jornais oficiais e oficiosos do PRN (1923-1932)	88
A2.3 Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Maio de 1923).....	91
A2.4 Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Março de 1924).....	91
A2.5 Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Dezembro de 1925).....	92
A2.6 Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Maio de 1926).....	92
A2.7 Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Agosto de 1927).....	93
A2.8 Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Agosto de 1930).....	93

Gráficos

A2.1 Quota mensal dos sócios fundadores do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923).....	84
A2.2 Composição socioprofissional dos membros do PRN, 1923-1926 (amostra).....	100

A2.3	Composição socioprofissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923-1928)	101
------	---	-----

Fotos

A2.1	Menu do almoço de homenagem a Cunha Leal (7 de Outubro de 1924)	155
A2.2	Cunha Leal discursa no IV Congresso do PRN (6 de Março de 1926)	155
A2.3	Bilhete de acesso ao IV Congresso do PRN (6, 7 e 8 de Março de 1926)	156
A2.4	Tumultos durante o IV Congresso do PRN (6 de Março de 1926)	156
A2.5	Cartão de deputado de Bernardo Ferreira de Matos.....	157
A2.6	Retrato a carvão de Jaime António Palma Mira feito por um companheiro enquanto estavam presos em Angra do Heroísmo (1934)	157

Anexo 1

Partidos e sistemas partidários na Europa do pós-I Guerra Mundial

A adaptação dos partidos aos novos tempos

A I Guerra Mundial e os posteriores tratados de paz provocaram um forte impacto na sociedade europeia, tendo sido catalisadores de profundas transformações políticas e sociais que tinham começado antes da guerra e que se afirmaram definitivamente nos anos 20 e 30. Este período ficou marcado, em muitos países, por uma alteração no equilíbrio social e pela transição entre um período caracterizado pelo liberalismo e pelos partidos de notáveis para um período de democracia liberal, social-democracia, fascismo/autoritarismo e de partidos de massas. O pós-guerra foi um período marcante em toda a Europa para se avaliar a capacidade dos partidos políticos na adaptação ao crescente dinamismo da sociedade. Verificou-se um aumento da mobilização social com um crescimento exponencial do associativismo operário e patronal e de outros grupos de pressão e o aparecimento de uma opinião pública responsável e activa.¹

Além disso, a mobilização solicitada pelos estados aos cidadãos para se integrarem no esforço de guerra² acarretou, posteriormente, o apare-

¹ Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello, dirs, *Il partito político dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)* (Bolonha: Il Mulino, 1996); Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia. Clases Sociales y Orígenes Políticos de los Regímenes de la Europa de Entreguerras* (Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 1997); Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell, eds., *Conditions of Democracy in Europe, 1919-1939. Systematic Case Studies* (Londres: Macmillan Press, 2000).

² Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2000).

cimento de movimentos de ex-combatentes e de um crescimento da participação política com a extensão da cidadania (sufrágio universal) em muitos países e com ajustamentos nos regimes eleitorais num sentido mais democrático (implementação do sistema proporcional e outras reformas eleitorais) e com o aparecimento de novas formas de representação (sindical, orgânica e técnica). Estas alterações exerceram uma forte pressão sobre o sistema político e desenvolveram uma enorme expectativa na sociedade que procurava mudanças rápidas que nem sempre as organizações tradicionais estavam em condições de proporcionar. A revolução bolchevique e o posterior aparecimento dos partidos comunistas e radicais nacionalistas marcaram a agenda política ao acentuarem as clivagens e os conflitos existentes na sociedade entre patrões e operários e entre capitalismo e socialismo. A I Guerra Mundial marcou pois, uma fronteira para a afirmação da democracia em detrimento dos sistemas unicamente representativos, tendo a política passado a fazer parte da vida de uma grande parte dos europeus.³

Será que os partidos políticos europeus estavam preparados para se adaptarem a esta nova sociedade que despontava? Procuraram ajustar a sua experiência organizativa às novas exigências políticas? Alguns novos partidos europeus surgiram com uma ideologia e um modelo organizativo aparentemente mais adaptado aos problemas da sociedade europeia do pós guerra: os modernos partidos de massas tinham uma ideologia coerente, uma organização permanente e fortemente estruturada, seguiam um modelo centralista, disciplinado, hierarquizado, burocratizado e racionalizado, possuíam uma elite profissional dedicada em exclusivo à política e tinham uma intensa participação dos aderentes que encontravam no partido um lugar de formação, educação e integração na sociedade através de uma disciplina e fidelidade ideológica. Aos partidos políticos dos anos 20 era-lhes pedido que conseguissem acolher, moderar e encaminhar para o sistema político os pedidos e exigências, já não só dos estratos burgueses, mas também de vastos grupos sociais recentemente chegados à política, evitando quanto possível petições desproporcionadas e revolucionárias que pudessem por em perigo o equilíbrio da sociedade e do sistema político. A adopção da representação proporcional e do sufrá-

³ Cf. João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, «O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)»- (Tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996), 19-21; José Varela Ortega, «Orígenes e desarrollo de la democracia», *Ayer*, n.º 28 (1997): 29-60; Maurizio Ridolfi, *Interessi e passioni. Storia dei partiti politici italiani tra l'Europa e il Mediterraneo* (Milão: Bruno Mondadori, 1999), 284-321.

gio universal masculino tornaram, por vezes, difícil a formação de maiorias coesas, facto que foi aproveitado pelos novos partidos para minar ainda mais a credibilidade dos regimes e dos partidos de notáveis democrático-liberais do pós guerra. Por outro lado, em muitos países intensificou-se o debate e o conflito político interno dentro dos partidos, entre a classe política burocrática em ascensão e a antiga elite formada por parlamentares e caciques locais. As respostas dadas pelos partidos políticos à modernização da sociedade diferiram muito de país para país, embora quase todos eles tenham tentado adaptar-se aos novos tempos. Contudo, um traço geral parece marcar este período do pós-Guerra. Nas sociedades que se abriram mais fortemente à era das massas e que permitiram o acesso mais alargado à cidadania e a um sistema representativo mais justo houve uma decadência de muitos partidos de notáveis liberais, como o Partido Radical Francês, o Deutsche Volkspartei (Partido Popular Alemão, DVP), o Deutsche Demokratische Partei (Partido Democrático Alemão, DDP), o Partido Liberal Italiano e o Partido Liberal Inglês. Pelo contrário, alguns dos novos partidos de massas ou de integração social obtiveram resultados expressivos na Grã-Bretanha, Suíça, França, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Noruega e Itália. O SPD (Partido Social Democrata Alemão) e o PSI (Partido Socialista Italiano) foram mesmo os mais votados e o Partido Trabalhista Inglês (Labour Party) conseguiu ser pela primeira vez o segundo partido do sistema político britânico. As organizações de interesses transformadas em partidos com exigências específicas tiveram algum êxito na Europa,⁴ tendo os partidos confessionais como o Centro Católico Alemão (Zentrum) e o Partido Popular Italiano conseguido ser as segundas forças políticas nas eleições de 1919.⁵

⁴ Veja-se o Centro Católico Português e a União dos Interesses Económicos em Portugal, os partidos agrários da Itália, Checoslováquia, Estónia, Finlândia, Hungria, Polónia, Roménia e Suécia e os partidos das minorias étnicas da Europa Oriental. Cf. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell, eds., *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studis* (Londres: Macmillan Press, 2000).

⁵ Cf. Silva, «O Partido Reconstituente...», 19-21; Giovanni Sabbatucci, «La crisi del sistema politico liberale», in *Il partito politico dalla Grande Guerra al fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, dir. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello (Bolonha: Il Mulino, 1996), 251-261; Simone Neri Serneri, «Partiti, parlamento e governo: dal liberalismo al fascismo» in *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo...*, 263-301; Gaetano Quagliariello, «Masse, organizzazione, manipolazione. Partiti e sistemi politici dopo il trauma della Grande Guerra», in *Il partito politico dalla Grande Guerra al fascismo...*, 15-71. Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia. Clases Sociales y Orígenes Políticos de los Regímenes de la Europa de Entre-guerras* (Saragoça: Prensas Universitarias de Zaragoza, 1997); Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal* (Oeiras: Celta Editora, 2004), 29-49.

As respostas dadas pelos partidos políticos aos problemas do pós guerra e à crise do liberalismo foram variadas. Houve países onde os partidos conseguiram superar as ameaças sobre o sistema democrático-liberal, tendo reforçado inclusive a legitimidade e a eficácia das instituições democráticas. Noutros países os partidos não conseguiram liderar a formação de um consenso político que o sistema político herdado do século XIX, o que levou à radicalização e à debilidade dos moderados e do centro democrático.⁶

França e Reino Unido

Em França e no Reino Unido a democracia liberal mostrou estar consolidada e preparada para suportar a difícil experiência da I Guerra Mundial e da grande depressão dos anos trinta, tendo as suas economias liberais e os seus sistemas políticos permanecido com profundos elementos de continuidade. Nestes dois países não se avançou para a representação proporcional ampla, tendo esta situação favorecido a formação de coligações partidárias de centro-direita e de centro-esquerda, de tendência centrípeta, que conseguiram consolidar à sua volta as classes médias, deixando as forças radicais de esquerda e de direita isoladas e relativamente ineficazes. A capacidade do Estado em assegurar a manutenção da «ordem pública e cívica» e a ausência de clivagens significativas entre a burguesia e o operariado permitiu criar uma plataforma de entendimento da maioria da população que aderiu ao liberalismo e ao parlamentarismo numa crescente democratização do sistema político. A aliança entre os partidos liberais e o operariado travou e subordinou as reivindicações dos movimentos sindicais e socialistas, já divididos e debilitados, à consecução de um compromisso, onde o operariado acabaria por também sair beneficiado pelos avanços conseguidos na política social. O movimento operário e os partidos socialistas não representaram um desafio à ordem liberal, mesmo quando chegaram efemeramente ao poder no Reino Unido em 1924 e 1929 e em França em 1936.⁷

⁶ Cf. Juan J. Linz, «La Crisis de las Democracias», in *Europa en Crisis 1919-1939*, dirs. Mercedes Cabrera, Santos Juliá, e Pablo Martín Aceña, (Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1991), 231-280; Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...*; Silva, «O Partido Reconstituente...», 19-21.

⁷ Cf. Giovanni Sartori, *Partidos y Sistemas de Partidos*, 2.^a ed. (Madrid: Alianza Editorial, 1997); Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...*; Nancy Berneo, «Getting mad or going mad? – Cidadãos, escassez e o colapço da democracia na Europa de entre as guerras», *Penélope*, n.º 19-20 (1998): 11-42.

Durante a I Guerra Mundial o Governo francês da «União Sagrada» desgastou os partidos liberais moderados e em particular o Partido Radical,⁸ tendo ganho protagonismo a direita com o crescimento do nacionalismo de via tradicionalista e fascista e a esquerda com a ascensão de um Partido Socialista pacifista. A nova lei eleitoral, aprovada em Julho de 1919, incentivava alianças entre vários partidos, dado que foi aprovada a representação proporcional, mas com um prémio para a lista maioritária.⁹ A direita mostrou maior capacidade de entendimento, tendo apresentado o *Bloco Nacional Republicano*; pelo contrário, a esquerda apareceu dividida nas eleições de 1919, o que lhe valeu uma pesada derrota. O *Bloco Nacional Republicano* obteve 433 deputados, o Partido Republicano Radical 86 deputados, o Partido Republicano Socialista 26 deputados e o Partido Socialista 68 deputados. Após a vitória da direita o Partido Radical francês não foi completamente marginalizado, tendo sido chamado a ocupar algumas pastas ministeriais e iniciou uma reorganização e adaptação à política de massas¹⁰ e à situação de crise económica, tendo conseguido estagnar a perda de apoio eleitoral, ao contrário do que ocorreu com os partidos liberais alemães (Partido Democrático Alemão, DDP; Partido Popular Alemão, DVP) que entraram em clara decadência no final dos anos vinte.¹¹ Em França procurou criar-se uma plataforma disciplinadora e duradoura no governo, evitando temas divisórios e conflituais,

⁸ Este partido republicano serviu de inspiração e modelo a alguns partidos portugueses e em particular ao Partido Republicano Português. O Partido Radical francês caracterizou-se pela cruzada a favor da laicização do Estado e por um certo anticlericalismo militante enquadrado na filosofia positivista. Tinha uma organização moderna fundada no recrutamento de aderentes, com uma densa rede de comissões políticas e sociedades de pensamento organizadas numa estrutura piramidal e unidas por um programa de modernização da sociedade francesa. No entanto, situava-se numa posição intermédia entre os tradicionais partidos de quadros e os novos partidos de integração social de massas. A tensão oligárquica, própria de todas as formações políticas, permaneceu activa enfrentando a tendência democrática do partido. Cf. Daniel Bardonnnet, *Évolution de la structure du Parti Radical* (Paris: Éditions Montchrestien, 1960); Serge Bernstein, *Histoire du Parti Radical. La recherche de l'âge d'or (1919-1926)* (Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1980); Gérard Baal, *Histoire du radicalisme* (Paris: Éditions La Découverte, 1994).

⁹ Cf. Maurice Duverger, *Os Partidos Políticos* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970), 359-360.

¹⁰ Houve, por exemplo, um progressivo envolvimento dos grupos de jovens no partido, associando a «República dos notáveis» à «República dos jovens». Cf. Gilles Le Béguec, «Gruppi giovani e partiti politici durante la III Repubblica», *Ricerche di storia politica*, n.º 6 (1991): 81-97.

¹¹ Cf. Marcus Kreuzer, «Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos. O desempenho eleitoral dos liberais na França e na Alemanha de entre-guerras», *Penélope*, n.º 19-20 (1998): 71-98.

como por exemplo o tema religioso,¹² face a outros temas mais prementes como as greves, os conflitos e os motins. A oposição de esquerda acabou por se integrar no sistema, tendo a alternância para o *Cartel das Esquerdas* (aliança entre o Partido Radical e o Partido Socialista Francês), que venceu as eleições de Maio de 1924, não significando uma alteração substancial do sistema político. Os radicais de esquerda, personificados pelo Partido Comunista Francês, fundado em 1920 e os radicais de direita representados pela *Action Française*, permaneceram longe do poder, tendo a República parlamentar dada provas de conseguir resolver os problemas surgidos no pós-guerra através de uma política de compromisso¹³ e de introdução do Estado Providência, ainda que a instabilidade governativa tivesse permanecido. As eleições seguintes continuaram a ser marcadas por uma alternância entre coligações de direita e esquerda, tendo os primeiros vencido em 1928 e os segundos em 1932 e 1936, tendo nesta última eleição a Frente Popular já contado com a participação do Partido Comunista.¹⁴

Em França a elite dos partidos conservadores e dos partidos liberais de direita continuou a ser dominada pelos parlamentares que tinham maioritariamente uma formação universitária (60% a 80%), em particular em Direito, o que contrastava com a elite do Partido Socialista e principalmente do Partido Comunista que possuíam uma formação universitária mais reduzida. A elite política francesa iniciava-se, por norma, na esfera local, passando posteriormente para esfera nacional. Desta forma a maioria dos políticos franceses chegavam ao Parlamento com uma idade mais avançada (45-47 anos) do que em Portugal (37-43 anos), onde os Parlamentares chegavam muitas vezes ao Congresso Republicano sem experiências políticas anteriores. A principal profissão da elite política francesa continuou a ser a advocacia. Os homens de negócios ligados à

¹² O Governo do «Bloco Nacional» restabeleceu as relações diplomáticas com o Vaticano e praticou uma política de abertura e deferência às congregações religiosas.

¹³ Veja-se, por exemplo, o Governo de União Nacional de 1926-1928.

¹⁴ Cf. Serge Bernstein, *Histoire du Parti Radical...*; Serge Bernstein, «La crisi del sistema politico francese al'indomani della prima Guerra Mondiale», in *Il partito politico dalla Grande Guerra al fascismo...*, dir. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello, 105-127; Frédéric Bon, *Les élections en France. Histoire et sociologie* (Paris: Éditions du Seuil, 1978), 58-63; Alistair Cole e Peter Campbell, *French Electoral Systems and Elections since 1789* (Aldershot: Gover, 1989), 63-69; Pierre Lévêque, *Histoire des forces politiques en France, 1880-1940*, t. 2 (Paris: Armand Colin, 1994); Michel Dobry, «France: an ambiguous survival», in *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studies*, eds. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell (Londres: Macmillan Press, 2000), 157-183; Paolo Pombeni, *Partiti e sistemi politici nella storia contemporanea (1830-1968)* (Bolonha: Il Mulino, 1994), 311-336; Silva, «O Partido Reconstituente...», 22-23.

indústria, ao comércio, e principalmente à agricultura continuaram com um peso importante nas estruturas dirigentes dos partidos franceses.¹⁵

O Reino Unido saiu debilitado da I Guerra Mundial, mas continuou a ter um poder económico e um império de dimensão mundial. O sistema eleitoral manteve-se inalterado, permanecendo a representação maioritária e a nível político conservou-se o consenso que existia antes do conflito. Contudo, houve uma alteração no tradicional sistema bipartidário britânico, dado que transitoriamente coexistiram três partidos com forte representação parlamentar – tripartidarismo provisório. Os anos vinte marcaram a consolidação do Partido Conservador como principal partido do sistema político, o declínio de um Partido Liberal dividido e a ascensão do Partido Trabalhista (Labour Party) que tinha fortes ligações ao movimento operário em ascensão. Mas este partido integrou-se perfeitamente na sociedade britânica e aceitou as regras do sistema democrático-liberal, não representando uma ameaça para o regime. Os movimentos de massas extra-parlamentares foram diminutos e a violência política era considerada ilegítima, numa sociedade tradicional caracterizada pela tolerância. O sistema político deu respostas satisfatórias e de compromisso para resolver os problemas criados pela guerra e pela crise do final dos anos vinte.¹⁶

As eleições de Dezembro de 1918 marcaram um avanço significativo na plena democratização do sistema político, tendo as mulheres maiores de trinta anos alcançado o direito ao voto.¹⁷ O Partido Conservador conseguiu uma vitória expressiva com maioria no Parlamento, mas a facção do Partido Liberal, liderada por Lloyd George foi a segunda força política

¹⁵ Cf. Heinrich Best; Daniel Gaxie, «Detours to modernity: long-term trends of parliamentary recruitment in republican France 1848-1999», in *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, eds. Heinrich Best, e Maurizio Cotta (Oxford: Oxford University Press, 2000), 88-137; Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes e Marta Carvalho dos Santos, «Os deputados da 1.ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico», *Revista de História das Ideias*, vol. 27 (2006): 399-417.

¹⁶ Cf. Stephen Constantine, Maurice W. Kirby, e Mary B. Rose, eds., *The First World War in British History* (Londres: Edward Arnold, 1995); Jeremy Mitchell, «United Kingdom: stability and compromise», in *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studies*, eds. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell (Londres: Macmillan Press, 2000), 449-463; G. R. Searle, *The Liberal Party: Triumph and Disintegration, 1886-1929* (Londres: Macmillan Press, 1992); Duncan Tanner, Pat Thane e Nick Tiratsoo, eds., *Labour's 1st Century* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000); Stefan Berger, *The British Labour Party and the German Social Democrats, 1900-1931. A Comparative Study*. Oxford: Oxford University Press, 1994).

¹⁷ No entanto, só em 1928 as mulheres passaram a votar numa base de igualdade face aos homens, podendo votar todos os maiores de 21 anos.

em número de deputados, sendo chamada a fazer parte de um executivo de coligação. O Partido Trabalhista conseguiu ser a segunda força política mais votada, embora isso não significasse ainda um número de mandatos parlamentares correspondentes, dado que o sistema de círculos uninominais e os acordos entre o Partido Conservador e o Partido Liberal em alguns locais favoreceram este último. O novo governo avançou com algumas medidas de carácter social que acalmaram temporariamente o movimento operário.¹⁸

As eleições de 1922 e 1923 acentuaram a decadência do Partido Liberal e a ascensão do Partido Trabalhista, que se converteu no partido mais forte da oposição. O Partido Conservador solidificou o seu domínio do sistema político formando um governo monopartidário em 1922. Contudo, nas eleições de Dezembro 1923 os conservadores apenas conseguiram a maioria relativa no Parlamento, tendo o Partido Trabalhista e o Liberal chegado a acordo para formarem um governo de coligação em 1924. Este foi o primeiro governo do Partido Trabalhista, presidido por James MacDonald. A alternância política não provocou uma alteração significativa nas grandes linhas orientadoras da política interna, embora o receio de conexões do movimento comunista inglês com o Komintern tivesse levado à dissolução do Parlamento em Outubro de 1924. As novas eleições realizadas nesse mês voltaram a dar maioria absoluta ao Partido Conservador, que governaria o país até 1929. Nesse ano o Partido Trabalhista teve a sua primeira vitória eleitoral, ao eleger 287 deputados contra 260 do Partido Conservador e 59 do Partido Liberal. Os trabalhistas contaram com o apoio do Partido Liberal, governando entre 1929 e 1931 com uma política socialista muito moderada, próxima das posições do liberalismo de esquerda e não questionando as linhas centrais do sistema democrático-liberal. O acentuar da grande depressão levou à demissão do executivo e à formação de um «Governo Nacional» de coligação, chefiado novamente pelo trabalhista MacDonald, apoiado pelo Partido Conservador e pelo Partido Liberal em Agosto de 1931. A oposição ao Governo concentrou-se em torno da maioria do Partido Trabalhista que não se revia na estratégia do seu anterior líder, originando a divisão do partido. As eleições de Outubro de 1931 reforçaram a política do «Governo Nacional» com os conservadores a conseguirem uma maioria confortável, apoiados pelas facções do Partido Liberal e Trabalhista que apoiavam a estratégia

¹⁸ Cf. Jeremy Mitchell, «United Kingdom: stability and compromise», in *Conditions of Democracy in Europe...*, eds. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell, 449-463; Pombeni, *Partiti e Sistemi...*, 246-254.

do executivo. MacDonald manteve-se como primeiro-ministro até Junho de 1935, num «Governo Nacional» dominado pela maioria conseguida pelo Partido Conservador no Parlamento e reforçada pelo apoio do Partido Liberal e pela facção «Nacional» do Partido Trabalhista. Num momento de crise económica e social o governo era apoiado pela mais ampla coligação de sempre, o que favoreceu a estabilidade e uma política de compromisso no sentido de superar a depressão.¹⁹

No Reino Unido do pós-guerra a maioria dos dirigentes do Partido Conservador e do Partido Liberal tinham uma formação universitária (50% a 70%), com uma ligeira vantagem para o primeiro destes dois partidos. Os líderes do Partido Conservador destacavam-se ainda por terem frequentado os colégios e as universidades britânicas mais prestigiadas e por terem nas suas fileiras muitos membros da aristocracia. Pelo contrário, os dirigentes do Partido Trabalhista tinha frequentemente, nesse período, uma formação básica, sendo muito poucos os que tinham frequentado as universidades. Ter alguma experiência na política local passou a ser mais relevante para a ascensão na hierarquia dos partidos, em particular no Partido Trabalhista. As profissões ligadas à agricultura perderam relevância na estrutura social da elite dos partidos políticos, embora os homens de negócios ligados ao comércio, à indústria e à banca, tivessem mantido uma posição importante. Já os advogados, embora tivessem uma presença proeminente nas estruturas partidárias (10 a 30%), estavam longe da relevância que tinham nos países da Europa do Sul. O operariado ganhou uma importância crescente na vida política inglesa fruto do crescimento do Partido Trabalhista, onde era o grupo profissional mais relevante.²⁰

Itália e Alemanha

Na Alemanha e Itália a classe dirigente e os partidos moderados não conseguiram resolver os problemas e conflitos de «ordem pública e cí-

¹⁹ Cf. Michael Freedon, «Partiti ed ideologie nella Gran Bretagna Posbellica», in *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, dirs. Fabio Grassi Orsini, e Gaetano Quagliariello (Bologna: Il Mulino, 1996): 147-156; Jeremy Mitchell, «United Kingdom: stability and compromise» in *Conditions of Democracy in Europe...*, eds. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell, 449-463.

²⁰ Cf. Michel Rush, e Valerie Cromwell, «Continuity and Change: Legislative Recruitment in the United Kingdom», in *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, eds. Heinrich Best e Maurizio Cotta (Oxford: Oxford University Press, 2000): 463-492; Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes e Marta Carvalho dos Santos, «Os deputados da 1.ª República portuguesa: inquérito prosopográfico», *Revista de História das Ideias*, vol. 27 (2006): 399-417.

vica» que assolaram as suas sociedades nem defender o sistema liberal, entrando por isso, também em colapso. As alterações do sistema eleitoral, com a adopção da representação proporcional, de círculos de maior dimensão e a proliferação de actos eleitorais aumentaram significativamente os custos dos partidos e exigiram uma adaptação rápida do seu modelo institucional e organizativo no sentido de angariarem maiores recursos financeiros e de se moldarem à era das massas. Os partidos tradicionais ingleses e franceses tiveram uma maior margem de tempo para se adaptarem aos novos tempos, dado que o sistema maioritário, a reduzida dimensão dos círculos eleitorais e o menor número de actos eleitorais limitaram a necessidade de recursos financeiros e de modificação das suas práticas tradicionais, onde a notoriedade individual e local dos políticos continuava a desempenhar um papel importante. Além disso, na Alemanha e Itália o movimento operário e os partidos socialistas e comunistas fortalecidos, tornara-se cada vez mais ameaçadores face à ordem económico-social estabelecida, não conseguindo os partidos liberais fracionados atenuar e disciplinar os ataques destes, nem dos novos grupos de descontentes formados por membros da elite tradicional, mas principalmente de parte das classes médias urbanas e rurais e assalariados apanhados no meio da crise económica. Existia um abismo intransponível entre a classe operária e a burguesia e esta última viu-se dividida por inúmeras questões inviabilizando qualquer compromisso que permitisse formar uma coligação política liberal que desse estabilidade aos regimes.²¹

Na Itália houve avanços significativos para a democratização do país antes da I Guerra Mundial. As leis eleitorais de 1912 e 1913 triplicaram o número de eleitores (o corpo eleitoral subiu de 8,3% para 23,2% da população) através da introdução do sufrágio quase universal masculino, mantendo-se o sistema maioritário em círculos uninominais. Giolitti, o político liberal que fez aprovar o novo código eleitoral (1912-1913), defendeu que os motivos que levaram a apresentá-lo foram a justiça e a vontade de incorporar as massas no Estado. Não houve uma pressão popular a solicitar esta lei, a iniciativa veio de cima. No entanto, os efeitos práticos desta nova lei no sistema partidário foram aparentemente diminutos. Os Liberais divididos em vários grupos perderam influência no Parlamento em 1913, mas mantiveram a hegemonia, passando de 370 para 307 deputados. As esquerdas cresceram: O Partido Socialista Italiano

²¹ Cf. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...*; Nancy Berneo, «*Getting mad or going mad?...*», 11-42; Marcus Kreuzer, «Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos...», 71-98.

duplicou os deputados, de 26 para 52, o Partido Socialista Reformista passou de 15 para 20. O Partido Radical também viu a sua influência subir ao obter 73 deputados, quando antes apenas tivera 51.²²

Com o fim da Guerra foi impossível ao governo italiano negar o direito de voto a milhares de soldados analfabetos que regressavam dos campos de batalha insatisfeitos pela sua «vitória mutilada». Em 1918 e 1919 houve um aprofundamento da democracia alterando-se novamente as leis eleitorais no sentido de tornar a votação mais transparente e de se adoptar o sufrágio universal masculino e o sistema proporcional em círculos plurinominais, passando o corpo de leitores para 27,3% da população. Assim, uma massa populacional maioritariamente nova e afectada pelos problemas do pós-guerra adquiriu pela primeira vez o direito de voto em 1919, optando por penalizar os tradicionais grupos políticos liberais, que tiveram dificuldade em adaptar-se ao novo sistema eleitoral e à necessidade de organizarem o acesso das massas à política. O sistema proporcional implicava uma maior organização dos partidos no sentido de formarem listas conjuntas com diversos candidatos em grandes círculos plurinominais, onde era necessário utilizar novas técnicas de propaganda eleitoral (cinematógrafo, cartazes e percurso em automóvel e camião) muito diferenciadas dos antigos métodos clientelares de base local. Os antigos políticos liberais habituados a competirem no seu pequeno feudo uninominal tiveram dificuldade em acomodar-se aos grandes círculos, onde tinham de negociar o seu lugar dentro do partido. Pelo contrário, os modernos partidos de massas, como o jovem Partido Popular Italiano e o Partido Socialista Italiano aproveitaram a sua melhor organização, articulação e disciplina interna para promoverem uma campanha eleitoral moderna, onde as ideias começaram a ter mais influência do que os homens. A propaganda eleitoral tornou-se bastante mais cara e complexa pelas maiores distâncias que se tinha de percorrer e pelo maior número de eleitores que se tinha de aliciar.²³

²² Cf. Pier Luigi Ballini, *Le elezioni nella storia d'Italia dall'unita al Fascismo* (Bologna: Il Mulino, 1988), 157-178; Pier Luigi Ballini, «Elettorato, sistemi elettorali, elezioni», in *Istituzioni politiche e forme di governo*, dirs. Massimo Firpo, Nicola Trafaglia e Pier Giorgio Zunino, vol. II (Milão: Garzanti Editore, 1998), 365-477; Pombeni, *Partiti e sistemi politici...*, 482-485.

²³ Cf. Serge Noiret, «Le campagne elettorali dell'Italia liberale: dai comitati al partito», in *Idee di rappresentanza e sistemi elettorali in Italia tra otto e novecento*, dir. Pier Luigi Ballini (Veneza: Istituto Veneto di Scienze Lettere ed Arti, 1997), 383-454; Duverger, *Os Partidos...*, 80-81; Maurizio Ridolfi, *Il PSI e la nascita del partito di massa, 1892-1922* (Roma: Laterza, 1992).

Nas eleições realizadas em 1919 houve uma acentuada alteração no sistema partidário e uma renovação profunda da Câmara de Deputados.²⁴ O Partido Socialista viu crescer significativamente o seu número de deputados para 156, constituindo-se como o maior grupo parlamentar, seguido pelos católicos do Partido Popular que elegeu 100 deputados. A antiga maioria constitucional liberal ainda teve uma votação importante, favorecida parcialmente pelo novo sistema proporcional, mas estava dividida em diversos grupos parlamentares pouco coesos.²⁵ No Parlamento acentuou-se ainda a dispersão dos eleitos em pequenos partidos.²⁶

A representação proporcional não favoreceu o aparecimento dos partidos de massas, que se tinham constituído antes da sua introdução, mas acentuou as modernas características organizativas, hierárquicas e centralizadas que perduraram até aos nossos dias. Os antigos partidos constitucionais, pela lentidão da sua organização e pela divisão das pequenas formações continuavam ainda ligados, pelo peso da sua história, ao círculo uninominal e ao caciquismo.²⁷

O resultado eleitoral e a extensa fragmentação dos grupos parlamentares liberais tornou difícil a formação de um governo de coligação estável, tendo os dois governos presididos por Nitti (333 dias e 25 dias) e o Governo presidido por Giolliti (384 dias) tido uma existência

²⁴ Cf. Maria Serena Piretti, «La leggi elettorali e la loro incidenza sulla Camera dei deputati. Un'analisi della ricaduta delle riforme del 1882, 1912 e 1919», in *L'istituzione parlamentare nel XIX secolo. Una prospettiva comparata*, dirs. Anna Gianna Manca e Wilhelm Brauneder, Bolonha: Il Mulino, 1999), 237-265.

²⁵ Partido Liberal 41 deputados; Partido Democrático 60 deputados, Partido Radical 12 deputados e eleitos em Listas conjuntas de radicais, liberais e democráticos 96 deputados. Cf. Pier Luigi Ballini, *Le elezioni nella storia d'Italia dall'unità al Fascismo* (Bolonha: Il Mulino, 1988), 157-178; Pier Luigi Ballini, «Elettorato, sistemi elettorali, elezioni», in *Istituzioni politiche e forme di governo*, dirs. Massimo Firpo, Nicola Trafaglia e Pier Giorgio Zunino, vol. II (Milão: Garzanti Editore, 1998), 365-477; Pombeni, *Partiti e sistemi politici...*, 482-485.

²⁶ Cf. Paolo Farneti, «Social conflict, parliamentary fragmentation, institutional shift, and the rise of fascism: Italy». In *The Breakdown of Democratic Regimes*, eds. Juan J. Linz e Alfred Stepan, vol. 2 (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978), 3-33; Hartmut Ullrich, «Dai gruppi al Partito Liberale (1919-1922)», in *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo...*, dirs. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello, 493-529; Luigi Lotti, «I partiti dal sistema uninominal alla proporzionale: la classe dirigente liberale di fronte all'affermazione dei movimenti di massa», in *España e Italia en la Europa Contemporánea: desde Finales del Siglo XIX a las Dictaduras*, ed. Fernando Garcia Sanz (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002), 69-76.

²⁷ *The Breakdown of Democratic Regimes*, Serge Noiret, «La introducción del sufragio universal y de la representación proporcional en Italia en 1918-1919: una frágil modernización democrática», in *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, coord., Salvador Forner (Madrid: Cátedra, 1997), 94. Cf. Adrian Lyttelton, «El patronazgo de la Italia de Giolitti», *Revista de Occidente*, t. 43, n.º 127 (1973): 94-117.

fugaz.²⁸ Esta situação acentuou-se com as eleições de Maio de 1921 onde os Socialistas e os Populares voltaram a ser os partidos mais importantes, com 124 e 108 deputados, num Parlamento dividido em 14 grupos com a proeminência dos diferentes partidos liberais e inclusão dos fascistas e dos comunistas. A antiga elite liberal dividida continuou a dominar executivos de coligação fragilizados pela impossibilidade de chegarem a acordos coesos com os católicos do Partido Popular. A ineficiência parlamentar, a instabilidade governativa e a violência social e política que se seguiu levou o Rei, depois da marcha sobre Roma em Outubro de 1922, a entregar a chefia de um executivo de coligação a Mussolini, líder do Partido Nacional Fascista, que parecia ser o único partido disciplinado capaz de liderar um governo forte e coeso. Donde, foi o fracasso das políticas e das coligações de liberais, socialistas e populares que abriram caminho ao poder e ao apoio generalizado das massas aos fascistas.²⁹

O Partido Nacional Fascista preparou uma nova lei eleitoral em 1923 que visava a formação de um governo de maioria parlamentar, corrigindo os problemas do parlamentarismo do pós guerra, e que fosse ao mesmo tempo um instrumento de «normalização» da vida política e económica do país e de estabilização e preponderância do Governo fascista. Foi reintroduzido o sistema maioritário, mantendo-se o sistema proporcional apenas para um terço dos lugares do Parlamento atribuídos às listas minoritárias. Nas eleições de 1924 os fascistas conseguiram uma maioria absoluta no Parlamento com recurso à violência, conseguindo 69,9% dos deputados que abriu caminho a um regime autoritário e ditatorial e ao fim dos partidos políticos.³⁰

²⁸ Cf. Serge Noiret, *La nascita del sistema dei partiti nell'Italia contemporanea. La proporzionale del 1919* (Roma: Piero Lacaita Editore, 1994); Ridolfi, *Interessi e Passioni...*, 284-321; Marco Tarchi, «Italy: early crisis and fascist takeover» in *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studies*, eds. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell (Londres: Macmillan Press, 2000), 294-320.

²⁹ Cf. Adrian Lyttelton, «La crisis del sistema liberal en Italia», *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, t. 6 (1993): 297-310; Ballini, *Le elezioni nella storia d'Italia...*, 179-207; Ballini, «Elettorato, sistemi elettorali, elezioni...», 365-477; Simone Neri Serneri, «Partiti, Parlamento e Governo: dal liberalismo al Fascismo» in *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo...*, dirs. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello, 263-301; Maurizio Cotta, Alfio Mastropaolo e Luca Verzichelli, «Parliamentary elite transformations along the discontinuous road of democratization: Italy 1861-1999», in *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, eds. Heinrich Best e Maurizio Cotta (Oxford: Oxford University Press, 2000), 226-269; Berneo, «Getting mad or going mad?...», 11-42; Pombeni, *Partiti e Sistemi Politici...*, 485-497.

³⁰ Cf. Ballini, *Le elezioni nella storia d'Italia...*, 209-220; Ballini, «Elettorato, sistemi elettorali, elezioni...», 365-477; Francesco Perfetti, «La legislazione elettorale fascista», in *AAVV., Le grandi leggi elettorali italiane, 1848-1993* (Roma: Editore Colombo, 1994), 147-

Na Alemanha, a implantação da República de Weimar em 1919 não constituiu um corte radical com o sistema partidário e, principalmente, com os partidos da Monarquia. Houve sim, uma alteração significativa no peso eleitoral e no poder de influência de cada um. Os partidos situados na área política do socialismo, do liberalismo e do centro católico ganharam relevância face aos partidos conservadores e nacionais liberais.³¹

Os primeiros anos do novo regime ficaram marcados pela humilhante derrota da Alemanha na Guerra, pela queda da Monarquia, pelo Tratado de Versalhes e pela crise económica. No plano político foram anos de instabilidade, marcados por executivos frágeis, nascidos de coligações partidárias. As eleições de 1919, que possibilitaram pela primeira vez o voto feminino, num escrutínio livre e secreto e com a adopção do sistema de representação proporcional, deram a vitória aos partidos da Coligação de Weimar, que incluía o Centro Católico (Zentrum), o Partido Democrata Alemão (DDP) e o Partido Social Democrata Alemão (SPD). Este último partido, considerado o primeiro arquétipo do moderno partido de integração de massas burocratizado, disciplinado e hierarquizado,³² foi o que conseguiu o maior número de acentos na Assembleia Nacional (165 num total de 423), que lhe permitiu liderar o executivo de coligação. Nas eleições de Junho de 1920 para o primeiro Reichstag os partidos da coligação perderam influência, embora o SPD tenha continuado a ser a força mais votada (21,6 % dos deputados). A dispersão dos mandatos conduziu à formação de inúmeros governos de coligação minoritários com diferentes combinações partidárias onde a força mais votada nem sempre participou. De Fevereiro de 1919 a Novembro de 1923 formaram-se 10 executivos na Alemanha.³³

-153; Giovanni Sabbatucci, «La crisi del sistema politico liberale», in *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo...*, dirs. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello, 251-261; Simone Neri Serneri, «Partiti, parlamento e governo: dal liberalismo al Fascismo», in *Il partito politico dalla grande guerra al Fascismo...*, dirs. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello, 263-301; Pombeni, *Partiti e sistemi politici ...*, 497-500; Manuel Loff, «Natureza, funções e efeitos das eleições em regimes ditatoriais: o Estado Novo em perspectiva comparada», in *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, coord. André Freire (Lisboa: Edições Colibri, 2011), 135-207.

³¹ Cf. Jost Dulfner, «Partiti e sistema partitico in Germania (1918-1925)», in *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, dirs. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello (Bologna: Il Mulino, 1996), 129-146.

³² Cf. Wilhelm Leo Guttsman, *The German Social Democratic Party, 1875-1933* (Londres: George Allen & Unwin, 1981); Stefan Berger, *The British Labour Party and the German Social Democrats, 1900-1931. A Comparative Study* (Oxford: Oxford University Press, 1994).

³³ Cf. Folko Arends, e Gerhard Kummel, «Germany: from double crisis to National Socialism», in Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell, eds., *Conditions of Democracy in Eu-*

As eleições de Maio e Dezembro de 1924 e Maio de 1928 não trouxeram alterações profundas no peso relativo dos diferentes partidos. No entanto, os executivos passaram a ser maioritariamente de centro direita com diversas coligações do Centro Católico (Zentrum), Partido Popular da Baviera (BVP), Partido Popular Alemão (DVP) Partido Democrático Alemão (DDP) e Partido Popular Nacional Alemão (DNVP). Apenas o Partido Social Democrata Alemão (SPD) e os partidos anti-sistema – Partido Comunista (KPD) e Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP) – ficaram fora dos executivos. Em Junho de 1928 formou-se uma grande coligação já com a presença do SPD e a exclusão do partido constitucional mais à direita - o Partido Popular Nacional Alemão (DNVP). Esta coligação não sobreviveria ao forte impacto da crise de 1929, tendo as eleições de Setembro de 1930 provocado a ascensão dos dois partidos extremistas do sistema partidário alemão. O Partido Comunista (KPD) obteve 77 lugares no Parlamento e o Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP) 107 o que representava respectivamente 13,1% e 18,3%. O SPD continuou a ser a força política mais votada (143 parlamentares), mas o emagrecimento dos partidos de notáveis liberais, como o Partido Democrático Alemão e o Partido Popular Alemão, inadaptados à crise económica e à era das massas, inviabilizaram a formação de um executivo partidário, tendo o Presidente optado por nomear governos de iniciativa presidencial com base no artigo 48.º da Constituição, segundo o qual o Presidente podia nomear o chanceler em situações temporárias e de emergência sem atender aos resultados eleitorais, que também não deram estabilidade ao sistema político.³⁴

As eleições de Julho de 1932 acentuaram a subida dos partidos radicais de esquerda e direita numa sociedade assolada pela grande depressão. O NSDAP, chefiado por Hitler, foi o partido mais votado, tendo elegido

rope, 1919-39. Systematic Case Studies (Londres: Macmillan Press, 2000), 184-212; Jost Dulf-fer, «Partiti e sistema partitico in Germania (1918-1925)». in *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo...*, dirs. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello, 129-146; Paolo Pombeni, *Partiti e sistemi politici nella storia contemporanea (1830-1968)* (Bolonha: Il Mulino, 1994), 394-398; Gerhard A. Ritter, «The social bases of the German political parties, 1867-1920», in *Elections, Parties and Political Traditions: Social Foundations of German Parties and Party Systems, 1867-1987*, ed. Karl Rohe (Nova Iorque: Berg, 1990), 27-52.

³⁴ Cf. Folko Arends, e Gerhard Kummel, «Germany: from double crisis to national socialism», in *Conditions of Democracy in Europe...*, eds. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell, 184-212; Ansgar Schäfer, «A Ascensão de Hitler. O poder entregue pelos conservadores», *História*, n.º 25 (2000): 32-43; Marcus Kreuzer, «Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos. O desempenho eleitoral dos liberais na França e na Alemanha de entre-guerras», *Penélope*, n.º 19-20 (1998): 71-98.

230 deputados, correspondendo a 37,3% dos parlamentares e o Partido Comunista (KPD) elegeu 89 deputados correspondendo a 14,6 do Reichstag. Dos três partidos desleais ao sistema democrático apenas o Partido Popular Nacional Alemão (DNVP) perdeu influência no Parlamento face às eleições de 1930. O número de deputados destes três partidos em 1932 somavam já uma clara maioria de 57,8%. O triunfo Nazi foi preparado com uma onda de violência das suas milícias contra os seus adversários políticos, em particular para com os comunistas e os social-democratas.³⁵ O Presidente Hindenburg opôs-se a designar Hitler como chefe de governo, mas teve de convocar novas eleições gerais, dado que o programa de governo de Von Papen não passou no Parlamento. As eleições de Novembro de 1932 voltaram a dar a vitória ao Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP), embora com uma votação menor face a Julho. O partido de Hitler elegeu 196 deputados correspondendo a 33,1% dos lugares do Parlamento, a segunda força política foi o Partido Social Democrata Alemão (SPD) com 20,4% e a terceira força política foi o Partido Comunista Alemão (KPD) com 16,9%. O Presidente nomeou um independente, o general Von Schleicher, para formar um governo de «salvação nacional» que incluiria elementos da ala esquerdista do partido Nazi, com o objectivo de limitar o poder hitleriano. Contudo, as negociações infrutuosas com os partidos do centro e centro-esquerda e a descoberta de escândalos político-financeiros abriram uma oportunidade para a nomeação de Hitler como chanceler a 30 de Janeiro de 1933, num governo de coligação onde também participava o Partido Popular Nacional Alemão (DNVP). O novo executivo iniciou uma política de «Revolução Nacional» no sentido de consolidar o poder do Partido Nacional Socialista e do seu líder, através da suspensão das leis fundamentais. Estas medidas foram acentuadas após as eleições de Março de 1933 que deram a vitória ao Partido Nazi com uma margem superior (43,9%).³⁶

³⁵ O Governo de Von Papen levantou a proibição das milícias do NSDAP semanas antes das eleições, tendo a violência política subido em flecha. Cf. Ansgar Schäfer, «A Ascensão de Hitler...», 32-43.

³⁶ Cf. M. Rainer Lepsius, «From fragmented party democracy to government by emergency decree and national socialist takeover: Germany», in *The Breakdown of Democratic Regimes*, eds. Juan J. Linz e Alfred Stepan, vol. 2 (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978), 34-79; Folko Arends e Gerhard Kummel, «Germany: from double crisis to national socialism», in *Conditions of Democracy in Europe...*, eds. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell, 184-212; Stefan Berger, «The attempt at democratization under Weimar», in *European Democratization since 1800*, eds. John Garrard, Vera Tolz e Ralph White (Londres: Macmillan Press, 2000), 96-115; Manuel Loff, «Natureza, funções e efeitos das eleições em regimes ditatoriais: O Estado Novo em perspectiva comparada», in *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, coord. André Freire (Lisboa: Edições Colibri, 2011), 135-207.

O Partido Nacional Socialista (NSDAP) só conseguiu uma base sólida de apoio após o acentuar da crise económico-financeira dos anos 30³⁷ e do fracasso das políticas liberais e social-democratas e das várias combinações governativas. De facto, durante o pós-guerra a Alemanha foi governada por executivos de coligação, muitas vezes com minoria parlamentar e na crise final do regime democrático, por executivos presidenciais pouco consistentes. Nestes últimos gabinetes existia mais uma coligação de ministros de que uma coligação de partidos. Os partidos moderados entraram em clara decadência, imobilismo e fragmentação, com destaque para os liberais (Partido Democrático Alemão, DDP; Partido Popular Alemão, DVP), que perderam o apoio das classes médias ao se enredarem nas redes de influência dos interesses capitalistas, e para o partido mais forte da primeira fase da República de Weimar – o SPD (Partido Social Democrata alemão). Este partido começou, a partir de 1930, a perder influência no Parlamento, tendo passado a percentagem de acentos parlamentares de 29,8 % em 1928 para 24,5 % em 1930, 21,6 % em Julho de 1932 e 20,4% em Novembro de 1932. Pelo contrário, os partidos extremistas e anti-democráticos como o Partido Nazi e o Partido Comunista alemão viram a sua influência crescer no Parlamento. Este último passou de 10,6%, a 13,1%, a 14,6% e a 16,9% naquela instituição nas mesmas eleições. O compromisso entre os operários do movimento social-democrata e a burguesia liberal-democrática quebrou-se nestes anos, tendo a opção radical de direita ganho vantagem entre a população alemã face aos seus rivais esquerdistas.³⁸

Em síntese, a introdução da representação proporcional na Alemanha e na Itália em 1919 provocou uma fragmentação partidária muito mais

³⁷ Inicialmente a base de apoio do NSDAP assentava principalmente na classe média, a que se juntou as classes baixas com o agravamento da crise dos anos trinta. Em termos de estrutura etária os seus membros eram maioritariamente mais jovens do que, por exemplo os membros do SPD. Cf. Paul Madden, «The social class origins of Nazi Party Members as determined by occupations, 1919-1933», *Social Science Quarterly*, vol. 68, n.º 2, (1987): 263-280.

³⁸ Cf. Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...*; Folko Arends e Gerhard Kummel, «Germany: from double crisis to national socialism» in *Conditions of Democracy in Europe...*, eds. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell, 184-212; Jost Dulffer, «Partiti e sistema partitico in Germania (1918-1925)» in *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo...*, dirs. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello, 129-146; Ansgar Schäfer, «A ascensão de Hitler...», 32-43; Marcus Kreuzer, «Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos...», 71-98; Larry Eugene Jones, *German Liberalism and the Dissolution of the Weimar Party System, 1918-1933*. (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1988); Peter Fritzsche, «Did Weimar fail?», *The Journal of Modern History*, n.º 68, The University of Chicago, (1996): 629-659.

acentuada nestes países do que em França ou Inglaterra, onde não foi implementada, tornando o seu sistema partidário pluralista polarizado. A incapacidade de criar coligações de centro-direita consistentes levou o Partido Social Democrata alemão (SPD) e o Partido Socialista italiano (PSI) a vitórias eleitorais transitórias. Nos anos seguintes acentuou-se a fragmentação partidária, o esvaziamento do centro político e houve um reforço dos partidos situados à esquerda e à direita do espectro político. Os partidos liberais que tinham a hegemonia do sistema partidário antes da guerra, não conseguiram criar consensos nem defender o sistema democrático e deixaram de constituir uma alternativa credível face aos novos partidos de integração de massas de direita e esquerda. O pluralismo extremo e altamente polarizado do leque partidário com predominância das forças centrífugas exercidas pelas oposições extremistas incompatíveis e desleais acentuou-se, bem como a distância ideológica entre elas, impedindo qualquer consenso fundamental em torno da questão do regime político ou de qualquer outra questão menor. As acções dos seus apoiantes radicalizaram-se e extremaram-se acabando por minar definitivamente a governabilidade, a eficácia e a legitimidade do sistema político.³⁹

Em Itália e na Alemanha houve, à semelhança de França e Reino Unido, uma maior mobilização de massas e uma integração de novas forças políticas dentro do sistema político. A diferença residiu na distribuição e dispersão do poder. Na Alemanha e Itália o poder ficou num primeiro momento altamente disperso (com mais de cinco partidos no Parlamento) e pouco consistente (forte instabilidade governativa) para posteriormente ficar concentrado num partido, enquanto em França e no Reino Unido o poder continuou a estar distribuído por várias organizações, embora nunca tivesse alcançado o grau de polarização atingido na Alemanha e na Itália. O mono-partidarismo e o pluralismo partidário coincidiram em sociedades modernas muito mais politizadas e mobilizadas para o fenómeno político do que nas décadas anteriores. Os partidos fascistas caracterizaram-se pela sua modernidade, distanciando-se dos antigos partidos tradicionais na sua estrutura, dinâmica e abrangência ideológica. Procu-

³⁹ Cf. Giovanni Sartori, *Partidos y Sistemas de Partidos*, 2.^a ed. (Madrid: Alianza Editorial, 1997); Richard J. Evans «Ascenso y triunfo del Nazismo en Alemania» e Juan J. Linz, «La crisis de las democracias», in *Europa en Crisis, 1919-1939*, dirs. Mercedes Cabrera, Santos Juliá e Pablo Martín Aceña (Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1991), 97-118 e 231-280; Marcus Kreuzer, «Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos...», 71-98. Silva, «O Partido Reconstituente...», 23-25; Karl Rohe, «German elections and party systems in historical and regional perspective: an introduction», in *Elections, Parties and Political Traditions: Social Foundations of German Parties and Party Systems, 1987-1987*, ed. Karl Rohe (Nova Iorque: Berg, 1990), 1-25.

raram mobilizar e integrar grandes massas e já não só caciques e notáveis. O Estado unipartidário foi uma evolução natural das sociedades modernas quando o pluralismo partidário falhou, dada a necessidade de continuar a enquadrar uma sociedade fortemente mobilizada. Pelo contrário, a crise do sistema partidário numa sociedade tradicional pode levar ao antipartidarismo, dado que os partidos ainda não desempenhavam funções vitais na sociedade podendo esta prescindir dos seus serviços, como sucedeu parcialmente em Portugal nos anos trinta.⁴⁰

No pós guerra, a elite dos partidos conservadores alemães e italianos continuou a estar dominada por membros com formação universitária, em particular na Itália. Pelo contrário, nos novos partidos de massas de esquerda e direita, o peso dos dirigentes com estudos universitários era menor, principalmente nos partidos alemães (Partido Comunista; Partido Social Democrata e Partido Nazi). A formação em direito não era tão considerável na elite política alemã, como noutros países, havendo uma formação mais heterogénea. Já em Itália, a formação em direito continuou a ser preponderante na elite política dos partidos. Nos partidos conservadores alemães, os funcionários públicos e os empresários agrícolas, comerciais e industriais tinham um peso importante na composição da sua elite política. A experiência na política local era importante na ascensão nos partidos alemães e italianos, ao contrário do que sucedia aparentemente em Portugal.⁴¹

Espanha

O sistema bipartidário espanhol da Restauração (1875-1923) mostrou-se bastante estável até cerca de 1912. Assentava na existência de dois partidos fortes, o conservador e o liberal, que se revezavam pacificamente

⁴⁰ Cf. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...*; Silva, «O Partido Reconstituente...», 23-25.

⁴¹ Cf. Heinrich Best; Chistopher Hausmann; Karl Schmitt, «Challengers, failures, and final success: the winding path of german parliamentary integrated elite 1848-1999», in *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, eds. Heinrich Best e Maurizio Cotta (Oxford: Oxford University Press, 2000), 138-195; Maurizio Cotta, Alfio Mastropaolo e Luca Verzichelli, «Parliamentary elite transformations along the discontinuous road of democratization: Italy 1861-1999», in *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, eds. Heinrich Best e Maurizio Cotta (Oxford: Oxford University Press, 2000), 226-269; Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes, e Marta Carvalho dos Santos, «Os Deputados da 1.ª República portuguesa: inquérito propográfico», *Revista de História das Ideias*, vol. 27 (2006): 399-417.

no poder. A alternância, conhecida por o «turno», iniciava-se normalmente com uma crise parlamentar do partido da maioria. Para superar estas dificuldades do partido do governo, a coroa atribuía o poder ao partido da oposição e permitia a dissolução das cortes para que se efetuassem novas eleições, das quais iria resultar uma nova maioria parlamentar do novo executivo com o acordo entre os partidos governamentais (conservador e liberal) e com a utilização de práticas clientelares e fraudulentas. Não era o resultado das eleições que determinava a formação do governo, uma vez que as eleições eram apenas um «ritual de confirmação». O rei desempenhava um papel fundamental em todo este processo e as suas decisões não podiam ser arbitrárias para o bom funcionamento do sistema. O rei apenas atribuía o «poder» ao outro partido quando surgia um momento de crise política de difícil resolução dentro do quadro parlamentar existente. O partido da oposição que recebia o encargo de formar governo devia dar garantias da coesão do seu grupo parlamentar para que não surgisse, no curto prazo, uma nova crise nas cortes. Este sistema permitia assim manter a coesão e a disciplina partidária, dado que os parlamentares que iniciavam processos de dissidência sofriam normalmente penalizações nos seguintes actos eleitorais.⁴²

A fórmula política encontrada pela Restauração permitiu edificar um regime liberal pacificado, afastado dos pronunciamentos militares, embora ainda não democrático. Em Espanha, à semelhança de outros países europeus da época, existia uma fraude eleitoral generalizada, praticada pelo poder governamental e pelos poderes locais, que permitia integrar vastos interesses e apaziguar as tensões da sociedade, mas ao mesmo tempo dificultava a entrada no Parlamento de novos partidos.⁴³ O sistema funcionava sem violência, dado que foi construído desde o poder executivo para satisfazer um grupo reduzido, mas diversificado, de políticos profissionais das mais variadas famílias liberais que iam desfrutar periodicamente do poder. Foi possível encontrar um mecanismo de alternância pacífico e económico, com moderação e tolerância no governo

⁴² Cf. Javier Moreno Luzón, «Partidos y Parlamento en la crisis de la restauración», in *Con Luz e Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*, dir. Mercedes Cabrera (Madrid: Taurus, 1998), 68-69; Carlos Dardé, «Eleições e recrutamento parlamentar em Espanha», in *Das Urmas ao Hemiciclo. Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, coords. Pedro Tavares de Almeida e Javier Moreno Luzón (Lisboa: Assembleia da República, 2012), 47-70.

⁴³ Cf. Teresa Carnero Arbat, «Política de masas y Parlamento: entre la continuidad y la ruptura (1890-1923)», in *España e Italia en la Europa Contemporánea: desde Finales del Siglo XIX a las Dictaduras*, ed. Fernando Garcia Sanz (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002), 77-108.

e lealdade e paciência na oposição. Queria evitar-se o exclusivismo e monopólio de partido no poder, a intransigência e extermínio político do rival, a conspiração e golpe de partido na oposição.⁴⁴

Este sistema partidário entrou em decomposição no início do século XX, acentuando-se este fenómeno em 1914 e principalmente após 1918. O desaparecimento dos líderes históricos do partido conservador (Cánovas em 1897) e do partido liberal (Sagasta em 1903) e a impossibilidade de criar novos líderes aceites pelas facções mais relevantes com um mínimo de continuidade nos dois partidos debilitaram o regime bipartidário. A falta de liderança e de disciplina partidária provocou o fraccionamento do partido conservador então liderado por Eduardo Dato, surgindo do seu seio os *mauristas* (chefiados por Antonio Maura) e os *ciervistas* (liderados por Juan de la Cierva).⁴⁵ Dos liberais, encabeçados pelo conde de Romanones, surgiram os *democratas* de Manuel García Prieto e os *albistas* de Santiago Alba.⁴⁶ Brotaram ainda outras pequenas dissidências, com menor expressão, que acentuaram a polarização do sistema partidário.⁴⁷ Esta divisão reflectia uma clivagem estratégica e por vezes ideológica dentro dos partidos tradicionais, mas principalmente incompatibilidades de liderança.⁴⁸

Os partidos minoritários do sistema, embora não tenham visto o seu peso relativo subir muito no Parlamento entre 1914 e 1923,⁴⁹ viram a sua

⁴⁴ Cf. José Varela Ortega, «Introducción», in *El Poder de la Influencia. Geografía del Caciquismo en España (1875-1923)*, dir. José Varela Ortega (Madrid: Marcial Pons, 2001), 12.

⁴⁵ Cf. María Jesús González Hernández, *Ciudadanía y Acción. El Conservadurismo Maurista, 1907-1923* (Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1990); Julio Gil Pecharromán, «Notables en busca de masas: el conservadurismo en la crisis de la Restauración», *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, t. 6 (1993): 233-266.

⁴⁶ Cf. Mercedes Cabrera Calvo-Sotelo, Francisco Comín Comín e José Luis García Delgado, dirs., *Santiago Alba. Un Programa de Reforma Económica en la España del Primer Tercio del Siglo XX* (Madrid: Ministerio de Economía y Hacienda – Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 1989); José María Marín Arce, *Santiago Alba y la Crisis de la Restauración* (Madrid: UNED, 1990); Thomas G. Trice, *Spanish Liberalism in Crisis. A Study of the Liberal Party during Spain's Parliamentary Collapse, 1913-1923* (Nova Iorque e Londres: Garland Publishing, 1991); José María Marín Arce, «El Partido Liberal en la crisis de la Restauración», *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, t. 6 (1993): 267-296; Javier Moreno Luzón, *Romanones. Caciquismo y Política Liberal* (Madrid: Alianza Editorial, 1998).

⁴⁷ Veja-se o quadro geral dos partidos e dos «grupos parlamentares» da Câmara dos Deputados em: Manuel Baiôa, «Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed. Manuel Baiôa (Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 47.

⁴⁸ Cf. Javier Moreno Luzón, «Partidos y Parlamento...», 67-102; Miguel Artola, *Partidos y Programas Políticos, 1808-1936*, t. I (Madrid: Aguilar, 1977), 349-553.

⁴⁹ Regionalistas, Reformistas, Republicanos, Tradicionalistas, Socialistas e Independentes detinham 20% da representação parlamentar em 1914 e 23% em 1923. Cf. quadro I em Manuel Baiôa, «Partidos e sistema partidário na crise...», 47.

influência acentuar-se, tanto na capacidade de obstrução parlamentar, como nas eleições, devido à fragmentação dos antigos partidos do «turno». No entanto, os partidos anti-sistema também não conseguiram assumir-se como uma verdadeira alternativa. O *Maurismo*, após uma primeira fase de mobilização, converteu-se em mais uma família do conservadorismo. O republicanismo perdeu progressivamente força no Parlamento. Os socialistas, embora estivessem em crescimento, apenas em Madrid conseguiram resultados importantes. O tradicionalismo tinha-se adaptado às realidades da política da Restauração, tendo o seu peso no Parlamento diminuído progressivamente. Os reformistas de Melquíades Álvarez transformaram-se em mais uma corrente do liberalismo. Os católicos e os regionalistas não tinham força suficiente para influenciar uma mudança decisiva no sistema político. No entanto, o regionalismo tornou-se uma realidade com maior peso após a I Guerra Mundial. A questão da Catalunha e o problema da ordem pública em Barcelona tornaram-se dois dos principais problemas que tiveram de enfrentar os partidos e os governos da fase final da Restauração.⁵⁰

No início dos anos vinte, os partidos sem acesso ao governo transmitiam uma sensação de impotência, dado que não conseguiam assumir-se como uma força mobilizadora face aos partidos dinásticos na transformação da sociedade espanhola. Todavia, a Espanha continuou o seu processo de modernização e a presença de todas estas forças políticas no Parlamento espanhol podem ser entendidas como um elemento de complexificação e de maior independência do poder legislativo face ao poder executivo que poderiam ter contribuído para a democratização do sistema político e para reforçar a importância do Parlamento. No entanto, eram também um elemento de fragmentação que dificultava a governação do país.⁵¹

Este quadro de fraccionamento e de falta de liderança, indiscutível dentro das forças políticas, levou ao epílogo do acordo entre os dois principais partidos para colaborarem no «turno», à instabilidade governativa e a uma maior dependência dos partidos face ao rei Alfonso XIII na no-

⁵⁰ Cf. Manuel Suárez Cortina, *El Reformismo en España. Republicanos y Reformistas bajo la Monarquía de Alfonso XIII* (Madrid: Siglo Veintiuno, 1986); José Luís Gómez-Navarro, *El Régimen de Primo de Rivera. Reyes, Dictaduras y Dictadores* (Madrid: Cátedra, 1991), 105-107; Luzón, «Partidos y Parlamento...», 67-102; Genoveva García Queipo de Llano, *El Reinado de Alfonso XIII. La Modernización Fallida* (Madrid: Historia 16, 1997).

⁵¹ Cf. Luis Arranz e Mercedes Cabrera, «Parlamento, sistema de partidos y crisis de gobierno en la etapa final de la Restauración (1914-1923)», *Revista de Estudios Políticos*, n.º 93 (1996): 313-330; José Varela Ortega e Luís Medina Peña, *Elecciones, Alternancia y Democracia. España-México, una Reflexión Comparativa* (Madrid: Biblioteca Nueva, 2000), 171-174.

meação do novo executivo e a uma intromissão deste na vida interna dos partidos.⁵² A prerrogativa régia (e não o Parlamento) converteu-se no único e decisivo elemento que concedia o governo a um ou a outro partido ou fracção de partido.⁵³

Dado que deixou de ser possível nomear governos partidários com maioria no Parlamento, o rei teve de nomear gabinetes de concentração nacional e de facção entre 1917 e 1919 e de coligação entre 1919 e 1923, que passaram a contar com a colaboração de alguns ministros afastados dos partidos, mas que possuíam elevada competência técnica. No entanto, estes gabinetes não tiveram vida duradoura devido à fragilidade das alianças, mas também ao facto de ser difícil manter a disciplina partidária dentro dos partidos de notáveis que compunham o Parlamento da Restauração.⁵⁴

As eleições eram cada vez mais abertas e menos «controláveis» pelo poder executivo (a partir de 1918 os governos deixaram de obter vitórias eleitorais expressivas e em 1919 o executivo saiu «derrotado») devido ao maior número de agrupamentos políticos concorrentes e ao facto de existirem numerosos deputados com o seu lugar assegurado, como aliás sucedia em Portugal no mesmo período, devido ao controlo férreo que possuíam no seu feudo eleitoral. Por isso, estes deputados podiam votar no Parlamento conforme a sua consciência e o seu interesse mandasse, dado que eram eleitos pelo seu poder pessoal e não por pertencerem a este ou àquele partido. A elite dos principais partidos da Restauração era composta maioritariamente por elementos com formação universitária, com destaque para a formação em direito. Embora posteriormente nem todos seguissem carreiras profissionais ligadas às leis. No entanto, o advogado representava o típico político da Restauração. Já os homens de negócios tinham um peso residual na elite partidária da Restauração, com excepção dos grandes proprietários agrícolas.⁵⁵

⁵² Vejam-se algumas obras abonatórias sobre a conduta política de Alfonso XIII, que reforçam as teses revisionistas sobre o seu reinado: Carlos Seco Serrano, *Alfonso XIII* (Madrid: Arlanza Ediciones, 2001); Javier Tussel, e Geneviva G. Queipo de Llano, *Alfonso XIII* (Madrid: Taurus, 2001).

⁵³ Cf. José Luis Gómez-Navarro, *El Régimen...*, 108; Mercedes Cabrera dir., *Con Luz e Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)* (Madrid: Taurus, 1998), 33-36.

⁵⁴ Cf. Javier Moreno Luzón, «Partidos y Parlamento...», 67-102.

⁵⁵ Cf. Mercedes Cabrera, dir., *Con Luz e Taquígrafos...*, 67-102 e 185-186; José Varela Ortega, dir., *El Poder de la Influencia...*, 158-159, 573-576 e 601; Juan J. Linz, e Pilar Gangas; Miguel Jerez Mir, «Spanish diputados: from the 1876 restoration to consolidated democracy», in *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, eds. Heinrich Best e Maurizio Cotta (Oxford: Oxford University Press, 2000), 371-462.

A falta de consistência interna dos «grupos parlamentares» foi uma das principais causas da crescente descredibilização dos partidos e do Parlamento nos dois países ibéricos. Os partidos eram apresentados pela imprensa como organizações clientelares minadas pela acção dos caciques locais, que centravam a sua acção política em torno de interesses individuais e da sua família. A elite política parlamentar era constituída maioritariamente por indivíduos com uma situação económica abastada e independente, destacando-se os proprietários, os advogados, os funcionários públicos, os comerciantes e os industriais, com um peso variável conforme a sua região de origem. Do Parlamento transparecia para a opinião pública o absentismo dos deputados e as longas sessões de discussões estéreis (que por vezes acabavam em insultos e agressões), agravadas desde 1914 pela crescente preponderância dos pequenos partidos e grupos anti-sistema e pela dificuldade crescente dos partidos tradicionais em manter a disciplina partidária. Esta situação levava a que os debates fossem intermináveis, tornando o Parlamento e o próprio governo completamente inoperantes devido a esta obstrução legislativa que impedia, por exemplo, a aprovação do Orçamento.⁵⁶ Os deputados tiveram consciência desta nova realidade e aprovaram um novo regulamento da Câmara dos Deputados em 1918 que apontava para algumas tímidas reformas no sentido de racionalizar a organização do Parlamento com o objectivo de o tornar mais eficaz e prestigiado.⁵⁷

No entanto, este pequeno passo no sentido de uma maior eficácia parlamentar e governativa (governos de coligação) e o aparecimento de alguns sinais de uma maior democraticidade do sistema político ficaram ofuscados por três problemas inadiáveis e de difícil resolução pelas instituições políticas da Restauração. Em primeiro lugar a ordem pública e

⁵⁶ Vejam-se as semelhanças com o caso português em: Luís Farinha, «O Parlamento Republicano. Funcionamento e reformas (1918-1926)», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed. Manuel Baiôa (Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 49-77.

⁵⁷ Cf. Mercedes Cabrera, «La reforma del reglamento de la Cámara de Diputados en 1918», *Revista de Estudios Políticos*, n.º 93 (1996): 345-357; Mercedes Cabrera, dir., *Con Luz e Taquígrafos...*, 49-52, 145-209; Mercedes Cabrera, «El parlamento en la crisis del Estado liberal en España», in *La Crisis del Estado Liberal en la Europa del Sur*, ed. Manuel Suárez Cortina (Santander: Sociedad Menéndez Pelayo, 2000), 159-186. Veja-se a evolução semelhante ocorrida na Câmara dos Deputados italiana: Giovanni Orsina, «L'organizzazione politica nelle camere della proporzionale (1920-1924)» in *Il partito político dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, dir. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello (Bolonha: Il Mulino, 1996), 397-489.

a violência política, em segundo lugar a questão marroquina e por último a intervenção dos militares na política.

A nível económico, a neutralidade espanhola durante a I Guerra Mundial foi muito positiva devido à crescente procura no mercado internacional de alguns dos seus produtos, em particular do ferro basco e do carvão asturiano. Não obstante, a guerra também provocou uma subida mais rápida do preço dos produtos de maior necessidade face aos salários, o que contribuiu para o crescimento das tensões sociais e do sindicalismo. As greves, a agitação social e os atentados foram deficientemente controlados pelos executivos, principalmente em Barcelona entre 1917 e 1919. A violência política generalizou-se também à Andaluzia (1918-1920) e a outras regiões espanholas, tendo inclusivamente o chefe do executivo conservador, Eduardo Dato, sido assassinado por três anarquistas em Madrid a 8 de Março de 1921. Esta situação explosiva provocou uma reacção dos sectores conservadores, patronais e seus subordinados no sentido de esquecer as divisões internas procurando unir forças para criar uma mobilização dos «cidadãos armados», como o Somatém de Barcelona, e um reforço militar das autoridades administrativas com o objectivo de controlar as reivindicações operária e a agitação social. A reacção do governo com o recurso aos meios militares e aos sectores conservadores da sociedade civil conseguiu parar a onda revolucionária esquerdista a partir de 1920. Esta reposição da autoridade do Estado coincidiu também com a desunião da conjunção revolucionária que incluía republicanos, socialistas e anarco-sindicalistas.⁵⁸ Os empresários não se reviam nos partidos e nos governos da fase final da Restauração (à semelhança do que sucedeu no final da I República portuguesa), o que acentuou o processo de unidade corporativa em curso e os levou, por vezes, a intervir directamente na vida política.⁵⁹ Defendiam a criação de um governo forte que restabelecesse a ordem pública e a paz social, que defendesse melhor os interesses do patronato e que fosse interven-

⁵⁸ Cf. Eduardo González Calleja, *El Máuser y el Sufragio. Orden público, Subversión y Violencia Política en la Crisis de la Restauración (1917-1931)* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999); Francisco J. Romero Salvadó, «Spain and the First World War: the structural crisis of the liberal monarchy», *European History Quarterly*, vol. 25 (1995): 529-554.

⁵⁹ Cf. Leandro Álvarez Rey, «Organizaciones patronales durante la Dictadura de Primo de Rivera. La Unión Comercial Sevillana», *Revista de Historia Contemporánea*, Departamento de Historia de España Moderna y Contemporánea de la Universidad de Sevilla, n.º 4 (1985): 167-177; Fernando del Rey Reguillo, *Proprietarios y Patronos. La Política de las Organizaciones Económicas en la España de la Restauración (1914-1923)* (Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992).

cionista, tanto no plano económico para impulsionar o desenvolvimento e o proteccionismo, como no plano social para, uma vez imposta a «ordem» com autoridade e liquidadas as organizações operárias revolucionárias, estabelecesse um novo sistema de relações laborais, entre as quais se destacava a proposta corporativista.⁶⁰

O reaparecimento dos militares na política resultou da convergência de questões corporativas, do problema de Marrocos e da ordem pública. A inflação do pós-guerra não afectou apenas as classes populares. As classes médias e até os oficiais das Forças Armadas também sofreram com o encarecimento do nível de vida. O facto do rácio entre oficiais e soldados ser muito elevado quando comparado com outros países europeus (França 29 000 oficiais/500 000 soldados; Espanha 16 000 oficiais/80 000 soldados) levava a que o Orçamento fosse gasto quase exclusivamente com os salários dos oficiais (cerca de 60% em Espanha) e mesmo assim fosse insuficiente para cobrir a subida do custo de vida.⁶¹ Em Portugal, vivia-se uma situação semelhante: número de oficiais muito acima do estabelecido por lei e poder de compra deteriorado no pós guerra.⁶²

Em Espanha, os protestos dos militares subiram de tom em 1916 devido à tentativa do governo de estabelecer novas provas para a promoção na carreira militar. As Forças Armadas reagiram, tendo organizado juntas de defesa dos militares que reuniram as reivindicações corporativas, às quais os governos tiveram dificuldade em dar resposta. Por outro lado, a expansão da presença espanhola em Marrocos originou uma reacção dos indígenas comandados por Abd-el-Krim que levou ao desastre de *Annual* em Julho de 1921, tendo as Forças Armadas espanholas perdido as posições adquiridas nos últimos anos e cerca de 10 000 soldados. Mas o mais grave do desastre de Marrocos foram as suas consequências políticas, dado que o sistema colonial adoptado tinha originado no seio militar ferrosas críticas aos governos e aos partidos e veio possibilitar novos motivos de discórdia. O exército, embora dividido por inúmeras questões, conseguiu criar uma plataforma de união contra os políticos profissionais. Os partidos políticos da Restauração envolveram-se numa violenta disputa em torno da responsabilidade do desastre, mas no fundo todos tinham responsabilidades, dado que todos os partidos dinásticos tinham passado pelo governo desde o início do problema marroquino. Em con-

⁶⁰ Cf. Gómez-Navarro, *El Régimen...*, 400-405.

⁶¹ Cf. Queipo de Llano, *El Reinado de Alfonso XIII...*, 56-58.

⁶² Cf. Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX* (Lisboa: INCM, 1985), 220-249.

clusão, o tema de Marrocos converteu-se num factor de decomposição do sistema político e de união dos meios castrenses em torno de uma retórica regeneracionista contra os partidos e os políticos inaptos que se mostravam incapazes de resolver o problema da instabilidade governativa, da moralização da política, da ordem pública, da guerra africana e da carreira militar.⁶³

O pronunciamento militar levado a cabo por Primo de Rivera a 13 de Setembro de 1923 acabaria por ter o apoio do Rei, que se transformou no catalisador das aspirações políticas e corporativas das Forças Armadas e de vastos sectores da sociedade espanhola que aspiravam por uma renovação do sistema político.

Portugal

Durante a I República Portuguesa (1910-1926) o Partido Republicano Português, (PRP) também conhecido por Partido Democrático conseguiu, após ter liderado a Revolução Republicana em 1910, tornar-se o partido hegemónico do sistema multipartidário⁶⁴ e federador de muitos interesses, o que contribuiu para que fosse um partido pouco homogéneo.⁶⁵ Esta dominação e a ausência de alternância provocaram uma identificação entre o partido e o regime, dado o controlo do aparelho do Estado por parte do PRP e a dificuldade das forças da oposição em aceder aos órgãos do Poder isoladamente. Esta situação provocou uma crise de representatividade e de participação política de grande parte da população e reforçou a deslegitimação e a instabilidade da República.⁶⁶ Foi a

⁶³ Cf. Queipo de Llano, *El reinado de Alfonso XIII...*, 54-88; 94-99; Gómez-Navarro, *El Régimen...*, 40-100 e 353-359.

⁶⁴ Marcelo Rebelo de Sousa designou o sistema partidário da I República de multipartidarismo de partido dominante (Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português* (Braga: Livraria Cruz, 1983), 167). Fernando Farello Lopes, também na mesma linha, classifica-o de «regime parlamentarista de partido dominante», (Fernando Farello Lopes, «Um regime parlamentarista de partido dominante», in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, vol. III (Lisboa: Publicações Alfa, 1990), 85-100). Cf. Sartori, *Partidos y Sistemas de Partidos...*, 275-287.

⁶⁵ Cf. António José Sousa Monteiro de Queirós, «A Esquerda Democrática e o final da Primeira República», vol. I. (Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006), 57.

⁶⁶ Cf. Sousa, *Os Partidos...*, 167-177; Fernando Farello Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa* (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 11; Ernesto Castro Leal, «Partidos e identidade política. A construção do sistema partidário republicano português (1910-1926)». (Sumário das provas de agregação, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008).

partir deste partido abrangente que surgiram através de várias dissidências praticamente todos os outros partidos relevantes da I República. Apenas à direita a Causa Monárquica, o Centro Católico Português e a União dos Interesses Económicos e à esquerda o Partido Socialista e o Partido Comunista Português tiveram uma origem diferente. Este facto marcou o regime republicano dado o desejo inquebrável dos dirigentes do PRP de liderarem um movimento frentista no governo e no Parlamento que reunisse toda a família republicana.

Os partidos da I República portuguesa têm sido classificados pelos historiadores como partidos de notáveis, dado que eram por natureza organizações pragmáticas, fracamente doutrinadas e procuravam converter acima de tudo a sua notoriedade em apoios eleitorais e políticos e nem sempre em novos aderentes. Estes partidos tinham normalmente um funcionamento interno deficiente e irregular. Eram normalmente confederações pouco coesas e flexíveis de comissões locais independentes, chefiadas por um cacique, com uma fraca conexão horizontal e vertical com as outras estruturas partidárias. O relacionamento interno dos partidos circunscrevia-se muitas vezes apenas a relações pessoais. Na maior parte das localidades a mobilização política existia apenas nos momentos eleitorais. Nas cidades existia por vezes um jornal e um centro político onde gravitavam os sócios à espera que o notável local lhes oferecesse um emprego, os livrasse da tropa ou lhes concedesse outros favores. O Directório e principalmente o grupo parlamentar eram as principais cúpulas dirigentes do partido que orientavam a estratégia a seguir, mas a autonomia dos caciques locais era ampla.⁶⁷

No entanto, convém salientar as diferenças que existiam entre alguns destes partidos de notáveis e realçar que alguns iniciaram uma aproximação a um modelo de partido moderno e funcional, embora ainda distante do partido de massas, que poderemos chamar – partido de quadros. O partido que se aproximava mais deste último modelo era o Partido Democrático (PRP), uma vez que dentro dos partidos da I República era aquele que mais se assemelhava a um partido de massas, quer a nível ideológico, organizativo ou de mobilização, ainda que no decorrer do regime republicano desse mostras de se aproximar novamente do modelo

⁶⁷ Cf. Lopes, *Poder Político e Caciquismo...*; Ernesto Castro Leal, «Partidos e grupos políticos na I República», in *A República*, «História de Portugal» dir. João Medina, vol. X (Amadora: Ediclube, 1993), 287-318; Silva, «O Partido Reconstituente...»; Queirós, «A Esquerda Democrática e o final da Primeira República...»; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008).

de partido de notáveis devido à progressiva desmobilização, ao fraccionamento interno e ao crescente peso do pragmatismo em detrimento da ideologia. No pólo oposto tínhamos os grupos políticos de base quase exclusivamente parlamentar, com uma débil ou inexistente rede organizativa a nível nacional como o grupo parlamentar de Acção Republicana de Álvaro de Castro.⁶⁸

O domínio do PRP no sistema partidário tem sido explicado por razões «históricas», «organizativas», «clientelares», «violentas» e «constitucionais». O facto de ter sido este partido que desde o período da propaganda, no período monárquico, difundiu a ideologia republicana e preparou a revolução de 5 de Outubro de 1910 deixou marcas profundas nas elites republicanas portuguesas. Esta base social de apoio inicial, associada à integração de alguns dirigentes dos antigos partidos monárquicos, permitiu-lhe criar uma densa rede organizativa e de influência por quase todo o país, quando comparada com a débil estrutura dos seus dois principais rivais, o Partido Republicano Evolucionista e a União Republicana. Os líderes políticos destes dois partidos republicanos moderados, António José de Almeida e Brito Camacho, ao separarem-se do Partido Republicano Português em finais de 1911, inícios de 1912 tiveram de deixar atrás de si o nome oficial do partido que tinha conseguido implantar a República em Portugal e a máquina partidária que incluía jornais e centros políticos em quase todas as cidades e vilas portuguesas. O PRP tinha assim, o caminho aberto para se apoderar progressivamente dos recursos do Estado: Afonso Costa presidiu ao primeiro Governo mono partidário da República a partir de 9 de Janeiro de 1913; nas eleições suplementares de Novembro de 1913 os democráticos obtiveram a maioria absoluta no Congresso; em Janeiro de 1914 tomaram posse as primeiras vereações das Câmaras Municipais resultantes de eleições, que terão reforçado o domínio do PRP na província.⁶⁹ O domínio do poder central e do poder local reforçou o caciquismo exercido pelo PRP, dados os recursos que passou a disponibilizar para os seus clientes. Por outro lado a lei eleitoral aprovada em 1913 ao limitar a capacidade eleitoral

⁶⁸ Cf. Lopes, «Um regime parlamentarista...», 85-100; Leal, «Partidos e grupos políticos...», 287-318; João B. Serra, «O Sistema Político da Primeira República», in *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, coords. Nuno Severiano Teixeira, e António Costa Pinto (Lisboa: Edições Colibri, 2000), 109-129; Silva, «O Partido Reconstituente...»; Leal, *Partidos e Programas...*

⁶⁹ Em relação às eleições locais faltam-nos ainda investigações que confirmem esta hipótese, Cf. João B. Serra, «Os poderes locais: administração e política no 1.º quartel do século XX», in César Oliveira, *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, 272-279.

apenas aos cidadãos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever português reforçou o tipo de clientelismo que o Partido Democrático (PRP) podia oferecer – o acesso aos serviços e ao aparelho do Estado. Esta lei, ao afastar do sufrágio as «massas analfabetas do campo, fáceis de catequizar e de arrebanhar pelos caciques clericais, monárquicos e conservadores»,⁷⁰ diluiu o patrocínio/clientelismo tradicional específico das sociedades fortemente ruralizadas e reforçou o clientelismo de transição.⁷¹ O «cacique proprietário» passou a competir com novos patronos e intermediários, - comerciantes, médicos, advogados, funcionários públicos, etc. -, afectos maioritariamente ao partido do governo, que controlavam e proporcionavam certos recursos, bens e serviços específicos.⁷² O patrocínio tradicional perdeu assim importância em relação ao patrocínio estatal, administrativo, autárquico e profissional.⁷³

Este domínio histórico, organizativo e clientelar do PRP foi também reforçado pelas práticas violentas exercidas pelos democráticos contra os seus adversários. A tradição jacobina e violenta que o partido trouxe da Monarquia prolongou-se no regime republicano, desta vez já não só contra os monárquicos, mas também contra os seus antigos irmãos republicanos. Sovar um líder evolucionista, «encerrar» um jornal e um centro político monárquico ou católico tornou-se uma prática corrente que as autoridades deixavam passar impunemente.⁷⁴ Por último, o regime constitucional criado pela República também facilitou a preeminência dos democráticos. A constituição de 1911 criou um regime político onde a supremacia parlamentar era clara.⁷⁵ O Congresso, dividido na Câmara dos Deputados e no Senado, era eleito por sufrágio directo e competia-

⁷⁰ Cf. A. H. de Oliveira Marques, coord., *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991, 417.

⁷¹ Cf. Lopes, *Poder Político...*, 17; João Manuel Gonçalves da Silva, «O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)», *Análise Social*, xxxii, n.º 140 (1997): 35-36.

⁷² Silva, «O Clientelismo...», 36.

⁷³ Cf. Silva, «O Clientelismo...», 31-74; Manuel Baião, *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2000), 65-66; Fernando Farello Lopes, «Caciquismo», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rolló, vol. I (Lisboa: Assembleia da República, 2013), 483-487.

⁷⁴ Cf. Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 2.^a ed. (Lisboa: Moraes Editores, 1982); Vasco Pulido Valente, *A «República Velha» (1910-1917). Ensaio* (Lisboa: Gradiva, 1997); Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, ed. revista e actualizada, «História de Portugal», dir. José Mattoso, vol. VI (Lisboa: Editorial Estampa, 2001).

⁷⁵ Cf. artigos 31.º, 38.º, 42.º e 46.º da Constituição Política da República Portuguesa, aprovada em 21 de Agosto de 1911.

lhe legislar e fiscalizar a acção do governo e da administração pública e eleger o Presidente da República para um período de quatro anos, não prorrogável no mandato seguinte. Ao Chefe de Estado cabia-lhe nomear o governo e promulgar as leis no entanto, não possuía veto absoluto ou suspensivo sobre as leis, não podia dissolver as Câmaras ou prorrogar o seu funcionamento, mas podia ser destituído por deliberação de dois terços dos membros do Congresso, o que enfraquecia bastante a sua magistratura. Em conclusão, o Partido Democrático (PRP) ao conseguir obter uma maioria clara no Congresso em 1911 e principalmente em 1913, reforçou a sua hegemonia no sistema político e as forças da oposição teriam de futuro, muitas dificuldades em aceder aos órgãos de poder cumprindo a constituição, uma vez que as eleições estavam viciadas e não havia nenhum mecanismo constitucional que forçasse a alternância política.⁷⁶

Este domínio incontestável do PRP converteu-se numa autêntica «ditadura de partido» para a oposição. Esta sentia que dificilmente conseguiria a alternância por via eleitoral sem recorrer a práticas anticonstitucionais ou violentas. O início da I Guerra Mundial e a decisão Democrática de participar ao lado dos aliados veio reforçar a intervenção dos militares na política, ampliou as tensões dentro da sociedade e dos partidos portugueses, em particular entre os democráticos e a oposição, e levou esta última a agir usando os únicos meios ao seu alcance. O Presidente da República, Manuel de Arriaga, sensível aos argumentos dos republicanos conservadores nomeou em Janeiro de 1915 um executivo de iniciativa presidencial, liderado por militares, sem o apoio do Congresso dominado pelos democráticos. Este governo de «Ditadura» durou pouco tempo, dada a reacção violenta dos democráticos a 14 de Maio do mesmo ano. O regresso dos democráticos ao Poder não desarmou a oposição na sua estratégia e Machado Santos, o herói da implantação da República, tentou um Golpe de Estado a 13 de Dezembro de 1916 e Sidónio Pais a 5 de Dezembro de 1917. Se o primeiro caiu frustrado, o segundo frutificou num regime republicano alternativo, denominado «Nova República» que conseguiu num primeiro momento agrupar todas as facções contrárias à política empreendida desde 1910 pelo Partido Democrático.

O sidonismo antecipou algumas soluções políticas empreendidas pelas ditaduras europeias autoritárias e fascistas dos anos vinte e trinta. Com Sidónio Pais houve uma recuperação dos valores tradicionais, particu-

⁷⁶ Cf. Lopes, *Poder Político...*; Serra, «O sistema político...», 109-129.

larmente da Pátria, e uma valorização da liderança carismática e da ordem, num sistema político presidencialista. O Estado ganhou um papel mais interventivo contra a plutocracia e repressivo contra o movimento operário e republicano de esquerda. Por outro lado, Sidónio Pais procurou avançar para uma nova ordem pública e ultrapassar o divisionismo criado pelo liberalismo e pelo republicanismo aproximando-se dos católicos, dos monárquicos e de outros corpos sociais banidos do poder desde o «5 de Outubro». Avançou-se para uma superação dos partidos políticos e do Parlamento enquanto forma de representação dos interesses nacionais (uma vez que eram um elemento de divisão da Pátria) com a criação dos organismos corporativos, com a formação de um esboço de partido único agregador das tendências conservadoras (Partido Nacional Republicano) e com o novo papel mobilizador do chefe.⁷⁷

A corrente central de opinião que defendia o presidencialismo autoritário republicano contrário ao parlamentarismo chegou ao Poder apenas com Sidónio, mas tinha já dado mostras da sua presença desde o tempo da «propaganda» (durante a monarquia), passando pela assembleia constituinte, pelo movimento reformista de Machado Santos e pelo Partido Centrista Republicano. O forte impacto que a participação de Portugal na Grande Guerra provocou na sociedade portuguesa permitiu uma aliança tática de vários sectores contrários à política democrática. Inicialmente Sidónio Pais teve o apoio do seu partido (União Republicana), do Partido Centrista Republicano (dissidência do Partido Republicano Evolucionista), e de sectores aparentemente divergentes: monárquicos, católicos e operariado.⁷⁸ Este bloco desfez-se quando Sidónio avançou para a criação de um regime presidencialista alternativo. A criação no início de Abril do partido de apoio ao regime (Partido Nacional Republicano), no qual se fundiu o Partido Centrista, e a eleição simultânea do Presidente e do Congresso em 28 de Abril de 1918, provocou o abandono do governo dos três membros da União Republicana e o início de uma política de distanciamento face ao regime. Sidónio Pais foi eleito

⁷⁷ António José Telo, «Sidónio Pais – A chegada do século XX», in *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, coords. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Lisboa: Edições Colibri, 2000), 11-24; Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 vols. (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006).

⁷⁸ Cf. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português* (Lisboa: Ulmeiro, 1977); Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo* (Lisboa: Ed. Presença, 1980); Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002); Miguel Dias dos Santos, *Os Monárquicos e a República Nova* (Coimbra: Quarteto, 2003).

Presidente da República, sem oposição, e o partido do regime obteve a maioria absoluta no Congresso (108 deputados) com o suporte da censura, mas com sufrágio universal masculino. Os monárquicos que participaram pela primeira vez nas eleições após a proclamação da República obtiveram trinta e sete lugares na Câmara dos Deputados e os católicos e os independentes cinco.⁷⁹ Continuou a haver um partido hegemónico no Congresso, desta vez de cariz conservador. A oposição no Parlamento tinha um cariz «reaccionário» face à tradição republicana e tomou posições cada vez mais críticas face ao regime ao não ver todas as suas reivindicações satisfeitas. Tanto o Congresso Sidonista como o Partido Nacional Republicano tiveram uma acção irrelevante e pouco mobilizadora dentro do regime. Ficaram submetidos à acção do Governo e do Presidente, o que realçou as divergências internas.⁸⁰

O vazio de poder criado com o assassinio de Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918 conduziu o país a uma guerra civil. No Norte de Portugal foi proclamada a Monarquia em 19 de Janeiro de 1919 e passados quatro dias rebentou em Lisboa uma insurreição monárquica. O perigo monárquico desfez o que restava do bloco sidonista e uniu temporariamente os republicanos desavindos na defesa das suas instituições.

Assim, aparentemente, após o sidonismo parecia que se tinha regressado à situação política da primeira fase da República. A elite sidonista agrupada em torno do Partido Nacionalista Republicano entrou em abatimento e dividiu-se. Um grupo formou o Partido Republicano Conservador com o objectivo de criar um sistema bipartidário rotativista, mas viria a desintegrar-se em 1920. Um outro grupo refundou o partido sidonista, agora denominado Partido Nacional Republicano Presidencialista, com o objectivo de continuar a sua herança, realçando o corporativismo e a dimensão antiliberal. No entanto, teve uma importância residual no sistema de partidos da I República, embora os seus membros viessem a integrar um leque variado de organizações conservadoras. Uma parte da sua elite viria a ingressar no Partido Republicano Liberal em 1919, outra parte integraria em 1925 o sector conservador republicano, encarnado então pelo Partido Republicano Nacionalista e outra parte es-

⁷⁹ Veja-se o quadro geral dos partidos e dos «grupos parlamentares» da Câmara dos Deputados em: Manuel Baiôa, «Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed. Manuel Baiôa (Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 48.

⁸⁰ Cf. Maria Alice Samara, «O sidonismo: regime de tipo novo?», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed. Manuel Baiôa (Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 399-420.

teve no início da formação dos grupos radicais nacionalistas próximos do fascismo. O irreverente Machado Santos continuou a não querer integrar os partidos tradicionais, tendo fundado em 1919 a Federação Nacional Republicana.⁸¹ Nos partidos republicanos tradicionais parecia que nada tinha mudado. O Partido Republicano Português conseguiu nova maioria absoluta no Parlamento nas eleições de Maio de 1919 ao eleger 86 deputados na Câmara dos Deputados. Os partidos republicanos conservadores anularam-se parcialmente ao disputarem apenas as minorias na maior parte dos círculos eleitorais, o que contribuiu para que obtivessem resultados modestos, embora superiores em relação às eleições de 1915. O Partido Republicano Evolucionista elegeu 38 deputados e a União Republicana 17, o que os colocava como as principais forças da oposição, mas sem possibilidade de representarem uma alternativa no Parlamento à hegemonia do PRP. Os independentes e os socialistas viram a sua influência crescer significativamente na Câmara dos Deputados nestas eleições do pós-guerra, tendo os primeiros elegeido 13 deputados e os segundos 8. Os católicos voltaram a conseguir eleger um deputado, mas baixaram a sua representação parlamentar face ao sidonismo e os monárquicos voltaram a não ter condições políticas para se apresentarem às urnas, dada a proximidade da insurreição monárquica e a posterior violência e coacção republicana.⁸²

No entanto, a situação política estava profundamente alterada depois da participação de Portugal na Guerra e das experiências ditatoriais de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais. Os partidos republicanos e os políticos estavam profundamente divididos entre intervencionistas e neutralistas, entre apoiantes de Pimenta de Castro e participantes no 14 de Maio e entre sidonistas e «verdadeiros republicanos». Estes ressentimentos agravados por ódios pessoais afectaram internamente todos os partidos.⁸³ Afonso Costa, o líder carismático da República Velha (1910-1917) e do Partido Democrático (PRP), afastou-se do país e do partido profundamente magoado pelas incompreensões de que tinha sido vítima. O preço que colocou para o seu regresso ao governo era impraticável – a união de todos os partidos republicanos. Nem dentro do PRP isso foi possível. Foi difícil encontrar uma estratégia e um líder consensual dentro do Partido Democrático após 1919. A orgânica interna dos partidos re-

⁸¹ Cf. Leal, «Partidos e grupos políticos na I República...», 306-307; Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)* (Lisboa: Edições Cosmos, 1994), 97-153.

⁸² Cf. Baião, «Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo...», 48.

publicanos assentes em Directórios e contrários ao presidencialismo também contribuiu para acentuar os conflitos internos e as cisões. Os novos candidatos a líderes do Partido Democrático, António Maria da Silva, Domingos Pereira e Álvaro de Castro, enfrentaram as suas estratégias e o seu pessoal político no partido e no Parlamento, chegando ao ponto de governos democráticos caírem com votos democráticos, casos do Governo de Sá Cardoso, a 21 de Janeiro de 1920 e Domingos Pereira a 4 de Março de 1920. Em Março/Abril de 1920 Álvaro de Castro abandonou o PRP conjuntamente com 19 deputados e 10 senadores. Nos meses seguintes, outros parlamentares viriam a unir-se ao grupo de Álvaro de Castro formando o Partido Republicano de Reconstituição Nacional que chegou a contar com 33 deputados e 10 senadores.⁸⁴ Em Novembro de 1920 Domingos Pereira, conjuntamente com os seus amigos, também criou uma nova dissidência dentro do PRP, mas viria a integrar-se novamente no seu antigo partido em Dezembro de 1921, após a trégua acordada entre os líderes dos principais partidos republicanos,⁸⁵ na sequência da «noite sangrenta».

O Partido Democrático deixou de ter a maioria absoluta na Câmara dos Deputados em Março de 1920 e só voltou a recuperá-la em Dezembro de 1925. Esta situação deveu-se à falta sistemática de alguns parlamentares às sessões do Parlamento, mas principalmente à falta de coesão e às cisões no PRP que levaram à formação de novos partidos. Esta circunstância não tem sido suficientemente reforçada pela historiografia. O facto de se olhar de uma forma estática para o número de deputados e senadores conseguidos pelo PRP e pelos outros partidos apenas após cada uma das eleições, esconde cisões, deslealdades e a formação de novos partidos que tiveram um efeito determinante na formação dos governos e no processo político do regime nos anos seguintes, pois passado alguns meses das eleições a composição do Parlamento era completamente diferente.⁸⁶

⁸³ Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, «O impacto da Primeira Guerra Mundial no sistema político português», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed. Manuel Baiôa (Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 421-446.

⁸⁴ Silva, «O Partido Reconstituente...», 36-39.

⁸⁵ Cf. A. H. de Oliveira Marques, coord., *Parlamentares e Ministros da 1.ª República* (Porto: Edições Afrontamento, 2000), 340; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008).

⁸⁶ Infelizmente a historiografia portuguesa continua a reproduzir desde há trinta anos os dados sobre os resultados eleitorais e a filiação partidária dos parlamentares da I República dos estudos de Oliveira Marques (Cf. A. H. de Oliveira Marques, *A 1.ª República*

A falta de unidade não afectava apenas o PRP. O Partido Republicano Evolucionista, a União Republicana e até o Partido Monárquico também viviam momentos de instabilidade interna. Os fracos resultados eleitorais obtidos pelos dois partidos republicanos conservadores em Maio de 1919 levaram-nos a reconhecer o erro cometido no mês anterior, ao recusarem a proposta de José Relvas, então à frente do executivo, de fundirem-se num partido das direitas republicanas, alternativo ao PRP. Esta fusão viria a concretizar-se em Outubro de 1919 com o aparecimento do Partido Republicano Liberal numa época mais propícia. Os líderes históricos dos dois antigos partidos republicanos, António José de Almeida e Brito Camacho, estavam a retirar-se progressivamente da política partidária, tendo o primeiro sido eleito Presidente da República em Agosto de 1919 e o segundo desempenhou o cargo de Alto Comissário de Moçambique entre 1920 e 1923. O novo Chefe de Estado, António José de Almeida, viu o seu poder reforçado devido à revisão constitucional de 1919, que proporcionava ao Presidente o poder de dissolver o Congresso, após prévia consulta do Conselho Parlamentar. Esta alteração constitucional dava ao partido que dominasse o executivo a oportunidade de «fazer» as eleições, o que previsivelmente quebraria a invencibilidade dos democráticos. No entanto, a vida do Partido Republicano Liberal (PRL) não foi fácil, dividido internamente pela contínua ligação dos seus membros às antigas fidelidades partidárias e pelo facto de alguns parlamentares insatisfeitos com a fusão terem enveredado pela formação do Partido Popular, que adoptou uma orientação esquerdista, o que lhe valeu o ingresso de políticos de diferentes partidos, em particular de antigos democráticos.

Esta fragmentação alterou ligeiramente o sistema de partidos. De 1910 a 1917 tínhamos um multipartidarismo circunscrito de partido dominante. De 1920 a 1925, passamos a ter um multipartidarismo disperso de partido dominante, com uma pulverização crescente das forças partidárias. O PRP continuou a ter um papel predominante, embora desta

Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais), 3.^a ed. (Lisboa: Livros Horizonte, 1980), 126-128). Sabe-se que esses dados têm algumas incorrecções e apenas retratam a composição político-partidária do Congresso após cada eleição, não acompanhando as alterações ao longo da legislatura. Contudo, ainda não foi possível realizar um trabalho global e consistente que actualizasse esses estudos pioneiros de Oliveira Marques, ainda que tenham surgido alguns contributos pontuais. Cf. Baiôa, *Elites Políticas...*, 58-59; Baiôa, «Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo...», 48; Silva, *O Partido Reconstituente...*, 38-39 e 300-301; Luís Farinha, *Estudo sobre a Acção Política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1926)* (Porto: Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2002).

vez mais fragilizado. Após as eleições de 1925 o PRP reforçou novamente a posição de partido dominante do sistema partidário.⁸⁷

A violência política e social agravou-se no início dos anos 20, fruto da deterioração das condições de vida no contexto do pós guerra. A incapacidade dos governos para resolver os problemas da ordem pública, associada à maior visibilidade dos militares após a I Guerra Mundial, sujeitou o poder civil ao poder castrense. Os membros das Forças Armadas passaram a desempenhar um papel mais relevante dentro dos partidos, do Parlamento e nos governos, facto sem paralelo na Europa de então. E, à semelhança do que sucedeu em Espanha, também formaram juntas militares em 1918 e 1919. No entanto, esta maior participação dos militares nas instituições políticas da I República não permitiu resolver os problemas corporativos que afectavam o enorme número de oficiais portugueses do pós-guerra. Os militares deixaram de se identificar com o regime e numa crescente unidade anti PRP prepararam inúmeros pronunciamentos.⁸⁸

A pulverização partidária associada ao problema da ordem pública e à interferência dos militares nas instituições políticas provocaram uma instabilidade governativa galopante. O Presidente da República nomeou entre 15 de Janeiro de 1920 e 2 de Março de 1921 dez ministérios com várias combinações partidárias. O Congresso eleito em 1919 estava muito transformado devido às dissidências, às fusões e à indisciplina partidária. Os pequenos partidos, como os reconstituintes e os populares, passaram a desempenhar um papel decisivo na formação dos executivos através de entendimentos parlamentares com os grandes partidos (PRP e PRL).⁸⁹ Era evidente que já não era possível encontrar uma solução governativa estável com aquele Parlamento. Esta era a oportunidade há muito esperada pelos republicanos conservadores. António José de Almeida pôde, devido à revisão constitucional de 1919, nomear um governo do Partido Republicano Liberal e dissolveu o Congresso. As novas eleições realizadas em 10 de Julho de 1921 deram, como era habitual, a vitória ao partido que as preparou no Ministério do Interior. Os Liberais elegeram 79 deputados, o PRP 54 e os Reconstituintes 12. Os restantes 18 lugares da Câmara dos Deputados foram distribuídos por pequenas

⁸⁷ Cf. Sousa, *Os Partidos...*, 173.

⁸⁸ Cf. Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares* (Lisboa: INCM, 1985); José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal* (Lisboa: Ed. Estampa, 1992).

⁸⁹ Farinha, *Estudo sobre a Acção Política...*, 12.

formações que poderiam desempenhar um papel importante dada a maioria clara, mas não absoluta, que os liberais tinham conseguido. Os monárquicos que finalmente tiveram condições para ir às urnas obtiveram 4 deputados, os independentes 5, Católicos 3, Dissidentes 3, Regionalistas 2 e Populares 1.⁹⁰

A vigência do novo Governo do Partido Republicano Liberal liderado por António Granjo seria, no entanto, breve e viria a terminar tragicamente. As consequências económicas do pós guerra acentuaram-se no Verão de 1921 e o Governo viu-se obrigado a tomar algumas medidas impopulares que estimularam uma insurreição esquerdista. A 19 de Outubro de 1921 rebentou um pronunciamento militar contra o Governo. Este, ao verificar a impossibilidade de resistir demitiu-se. Porém, uma corrente radical acabou por sequestrar e matar o presidente do Ministério demissionário, António Granjo, conjuntamente com outras figuras importantes do regime republicano. Este acontecimento violento, conhecido pela «noite sangrenta», marcou fortemente as elites e a opinião pública portuguesa. Ficou demonstrada a fragilidade das instituições republicanas e provou-se que a República era apenas um regime democrático na aparência, dado que nem admitia a alternância de partidos no poder, habitual nos regimes elitistas do século XIX.

A «noite sangrenta» teve um forte impacto na classe dirigente portuguesa, acentuando-se o descrédito e a deslegitimação dos partidos políticos e da própria República. No entanto, foi um tónico para que os políticos republicanos tomassem consciência que era necessário fazer uma trégua. Foi finalmente possível governar com alguma estabilidade. Um pacto concertado entre os principais partidos republicanos permitiu formar um governo de concentração integrando democráticos, liberais, reconstituintes e independentes, chefiado por Cunha Leal, que preparou as novas eleições legislativas de Janeiro de 1922 tendo em mente «entregar o Poder aos partidos».⁹¹ Este «pacto» conferiu a vitória aos democráticos mas sem maioria absoluta (71 deputados). O Partido Republicano Liberal (PRL) foi a segunda força mais votada, obtendo 33 deputados, seguidos do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN) com 17 e dos Governamentais (também conhecidos por «Grupo de Independentes»)⁹² de Cunha Leal com 13.⁹³ Os partidos republicanos mi-

⁹⁰ Cf. Baião, «Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo...», 48.

⁹¹ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de Fevereiro de 1922, 12.

⁹² Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 23 de Fevereiro de 1922, 4.

⁹³ Cf. Baião, «Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo...», 48.

noritários contavam com o desprestígio do PRP e a divisão interna do PRL para integrarem governos de concentração republicana. No entanto, o PRP através de uma aproximação aos católicos (5 deputados), aos regionalistas (2 deputados) e do apoio de alguns independentes (5 deputados), que o próprio PRP tinha ajudado nalguns casos a eleger, conseguiu naquele momento uma maioria suficiente na Câmara dos Deputados para formar um governo liderado por António Maria da Silva.⁹⁴

Esta nova inclinação ordeira do PRP após a «noite sangrenta» e a pacificação com a Igreja levou a que alguns radicais esquerdistas saíssem do partido para se associarem a alguns Populares formando o Partido Republicano Radical. Esta depuração à esquerda do PRP não ficou totalmente resolvida, dado que continuaram as divergências internas, ideológicas e pessoais entre «bonzos» (linha ordeira encabeçada por António Maria da Silva) e «canhotos» (linha esquerdista liderada por José Domingues dos Santos). Este conflito latente culminou em Julho de 1925, quando um grupo de parlamentares canhotos se juntou à oposição para derrubarem um governo ordeiro do PRP liderado por António Maria da Silva. Os parlamentares canhotos foram irradiados do partido e formaram a Esquerda Democrática, mais tarde denominada de Partido Republicano da Esquerda Democrática. O PRP embora continuasse a ganhar as eleições estava a ficar isolado e cercado. Os conservadores não confiavam nele devido à herança do jacobinismo e os radicais tinham-no abandonado devido ao seu aburguesamento e à sua crescente concórdia com o bloco da direita.⁹⁵

Do lado conservador as divergências também permaneciam. Contudo, a perspectiva de um conflito interno no PRP incentivou um maior esforço de unidade. Depois de alguns meses de negociações formou-se, em Fevereiro de 1923, o Partido Republicano Nacionalista (PRN) que agrupava o Partido Republicano de Reconstituição Nacional e o Partido Republicano Liberal ao qual já se tinha associado recentemente Cunha Leal e os seus apaniguados. Este novo partido republicano conservador tinha fortes aspirações de vir a tornar-se uma alternativa ordeira ao PRP

⁹⁴ Cf. Silva, «O Partido Reconstituente...», 300-301.

⁹⁵ Cf. Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, ed. revista e actualizada, «História de Portugal», dir. José Mattoso, vol. VI (Lisboa: Editorial Estampa, 2001), 535-572; Fernando Rosas, «A crise do liberalismo e as origens do 'Autoritarismo Moderno' e do Estado Novo em Portugal», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 2 (1989): 97-114; António José Sousa Monteiro de Queirós, «A Esquerda Democrática e o final da Primeira República», 2 vols. (Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006).

dentro de uma República que eles pretendiam «para todos os portugueses». Iniciou rapidamente uma campanha junto do Congresso de obstructionismo ao Governo democrático de António Maria da Silva e de influência junto do Presidente da República para serem nomeados para o executivo e para se dissolverem novamente as Câmaras, chegando a abandonar o Parlamento entre 2 de Maio e 22 Junho de 1923 e entre 18 de Fevereiro e 22 de Abril de 1925.⁹⁶ O Presidente Manuel Teixeira Gomes optou, porém, por tentar formar um «governo nacional» presidido por Afonso Costa que deveria ter a colaboração e a participação do Partido Republicano Nacionalista. A recusa deste partido em formar governo com o Partido Democrático levou a que Afonso Costa regressasse novamente a Paris. Contudo, as divergências internas do PRP ditaram a demissão do Governo de António Maria da Silva a 15 de Novembro de 1923 e a nomeação de um executivo minoritário do Partido Republicano Nacionalista liderado por António Ginestal Machado. Porém, este Governo viria a ser efémero devido à contestação na rua e nos quartéis, à recusa do Presidente em conceder a dissolução parlamentar e ao facto de ter um apoio minoritário no Parlamento, agravado com a cisão de Álvaro de Castro e de outros parlamentares (Grupo Parlamentar de Acção Republicana) contrariados com a estratégia do PRN. Álvaro de Castro viria a ser então nomeado para chefiar um executivo (18 de Dezembro de 1923) com o apoio dos democráticos que passaram a dominar os seguintes ministérios, ainda que com alguma alternância interna da tendência canhota e ordeira. O Partido Republicano Nacionalista sofreu uma nova dissidência em Março de 1926 quando Cunha Leal e os seus amigos abandonaram o congresso do seu antigo partido para formarem a União Liberal Republicana.⁹⁷

Depois de várias tentativas falhadas de reforma do sistema político e de unificação das forças republicanas conservadoras, o Partido Republicano Português continuou à frente de uma República descredibilizada. A desconfiança no sistema eleitoral e nos partidos políticos levou a que

⁹⁶ Os partidos da oposição utilizaram recorrentemente o abandono temporário do Congresso como forma de pressionar o Governo e o Partido Republicano Português, o que desprestigiou todos os partidos e em particular a instituição Parlamentar. O Partido Republicano Nacionalista voltaria a abandonar o Parlamento entre Março e Abril de 1925 seguindo a tática já utilizada pelo Partido Popular em Maio e Junho de 1920 e pelo Partido Republicano Liberal em Agosto de 1922. Cf. Farinha, *Estudo sobre a Acção Política...*

⁹⁷ Cf. Ricardo Leite Pinto, «União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. Um partido político na transição da I República para o salazarismo», *Polis*, n.º 4-5, (1995), 131-260; Farinha, *Estudo sobre a Acção Política...*

vastos interesses económicos e sociais buscassem uma representação e uma atuação direta perante o poder, sem nenhum tipo de mediação política, dado que não se sentiam suficientemente representados e defendidos pelo Parlamento, pelos partidos e pelo governo.⁹⁸

Um grupo de intelectuais republicanos liberais associados em torno da revista *Seara Nova* apercebeu-se do perigo que corria a República pela progressão do ideário anti-liberal em Portugal tanto por via da direita radical (Integralismo Lusitano, Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira⁹⁹ e Fascismo), como por via da esquerda radical (Bolchevismo e Anarquismo) e investiram na crítica e na reforma das instituições e das elites republicanas.¹⁰⁰ O grupo da *Seara Nova* atacou a partidocracia e defendeu a formação de um governo nacional de «competências», com poderes extraordinários conferidos pelo Parlamento como uma solução transitória para reformar o sistema político e cimentar o liberalismo.¹⁰¹

O descrédito dos partidos enquanto organizações de mediação da sociedade com o poder político e a necessidade de criar um governo forte, fora dos partidos, também encontrou acolhimento entre as «organizações patronais», o exército e as forças anti-liberais. Estas organizações viram-se sobre si mesmas numa estratégia corporativizante de reforço orgânico, contra as instituições republicanas e contra a «Ditadura do Partido Democrático». As «forças vivas» entraram em rota de colisão com os governos do PRP em 1924 após o aumento de alguns impostos. As organizações patronais decidiram formar a União dos Interesses Económicos com o objectivo de intervir activamente na política, dado que não se identificavam com nenhum dos partidos políticos existentes e sentiam-se alarmados com a agitação social, com a situação económica do

⁹⁸ Cunha Leal sintetizou a situação político-partidária no final da República desta forma: «Nem os arranjos, nem as intrigas conseguiram, pois, alterar, fundamentalmente, a situação. Um Partido forte e beneficiando, além disso, dos favores do Poder, exercido sem demasiadas preocupações ideológicas, continuava a dominar, por completo, a política portuguesa. À sua volta agitavam-se uns tantos partidos e grupos, impotentes para o afastarem da governação pública pelos meios constitucionais. Nestas condições, não admira que pudesse prosperar a conjura do Exército», Cunha Leal, *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, «os meus cadernos – n.º 2» (Corunha: Imprensa Moret, 1932), 104-105.

⁹⁹ Cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)* (Lisboa: Edições Cosmos, 1999).

¹⁰⁰ Cf. António Reis «O grupo *Seara Nova*: uma resposta das elites intelectuais à crise do sistema liberal», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed. Manuel Baiôa (Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 325-352.

¹⁰¹ Cf. Manuel Villaverde Cabral, «The *Seara Nova* group (1921-1926) and the ambiguities of Portuguese liberal elitism», *Portuguese Studies*, vol. 4 (1988), 181-195.

país, com o desenvolvimento do bolchevismo e com a passividade e ineficácia dos poderes políticos. A tensão corporativa entre o exército e os governos republicanos também cresceu neste período. Ainda que os militares estivessem profundamente divididos em termos políticos e partidários, verificou-se uma crescente unidade na intervenção dos militares na política através de pronunciamentos militares no sentido de resolver os problemas corporativos das Forças Armadas e de criar um governo extra-partidário que afastasse a oligarquia do Partido Democrático do Poder. A extrema-direita dividida entre organizações monárquicas e republicanas também enveredou por uma estratégia de unidade anti-sistema contra a «Ditadura do PRP».¹⁰²

Embora o Partido Democrático voltasse a ganhar por maioria absoluta as eleições legislativas de Novembro de 1925,¹⁰³ encontrava-se profundamente isolado tanto à esquerda como à direita por partidos e forças políticas e militares desleais ou semileais que não acreditavam no sistema eleitoral e político. Assim, à semelhança de outros países europeus do pós Guerra, não havia um consenso básico sobre o funcionamento dos órgãos políticos e a falta de legitimidade democrática do regime impedia superar a crise de eficácia das instituições políticas republicanas.¹⁰⁴

O último Governo da I República de António Maria da Silva (17 de Dezembro de 1925 a 30 de Maio de 1926) viu todas as organizações políticas da oposição desenvolverem um profundo obstructionismo parlamentar, explorarem alguns escândalos económico-financeiros e conspirarem contra o Governo do PRP. A preparação e execução do golpe militar de 28 de Maio de 1926 teve a participação de elementos de quase todos os partidos com assento parlamentar, da esquerda à direita. Todos queriam implantar uma Ditadura Militar transitória que acabaria com a hegemonia dos democráticos (PRP) e permitiria lançar as bases de um

¹⁰² Cf. Ramos, *A Segunda Fundação...*, 522-572; Serra, «O sistema político...», 109-129.

¹⁰³ O Partido Democrático (PRP) conseguiu eleger 84 deputados e o Partido Republicano Nacionalista 33 deputados. Bastante significativo foi a eleição de 14 deputados independentes, o que demonstrava um descrédito crescente dos partidos políticos tradicionais. Os outros partidos conseguiram resultados pouco significativos. Veja-se o quadro 1.13 do livro.

¹⁰⁴ Cf. Juan J. Linz, e Alfred Stepan, eds., *The Breakdown of Democratic Regimes* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978); Juan J. Linz, «La crisis de las democracias», in *Europa en Crisis, 1919-1939*, coords. Mercedes Cabrera, Santos Juliá e Pablo Martín Aceña (Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1991), 231-280; António Costa Pinto, «A queda da 1.ª República Portuguesa: uma interpretação», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed. Manuel Baião, (Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 165-183.

novo regime. Era aqui que terminava o consenso entre as forças que realizaram o movimento.¹⁰⁵

O sistema político-partidário português no contexto ibérico e europeu

Em Portugal e Espanha o pós Guerra não trouxe mudanças no sentido de alargar a cidadania e não se deram passos para introduzir o sistema proporcional, nem círculos mais coerentes, como em Itália em 1918-1919. Continuaram a persistir índices de abstenção elevados e os partidos políticos continuaram a negligenciar a integração social e política das massas, agravada em Portugal pela capacidade eleitoral estar limitada aos alfabetizados. O clientelismo assentava ainda fundamentalmente no papel dos caciques e não tanto nos partidos políticos enquanto organizações.¹⁰⁶ Os notáveis e alguns políticos profissionais continuaram a dominar o mercado político, ocupando o poder executivo e subordinando o legislativo. A luta pelo poder continuou a centrar-se no controlo do poder executivo, o que atrasou o processo democrático, dado que houve uma menor integração dos interesses sociais e da participação dos cidadãos, sendo a fraude administrativa dominante e a corrupção marginal nos processos eleitorais, enquanto nos países mais desenvolvidos acontecia o inverso. Aquelas mudanças não foram requeridas intensamente pela sociedade nem foram sugeridas pelos partidos. Estes mostraram que não estavam preparados e motivados para agrupar, modelar, moderar e canalizar para o sistema político os interesses e as exigências políticas de todos os estratos sociais. A continuação das práticas clientelares dos partidos de notáveis, a pouca lisura nos actos eleitorais e a ineficácia dos órgãos de soberania acentuaram a crise de legitimidade das instituições políticas (avultada em Portugal por não ter adoptado o sufrágio universal

¹⁰⁵ Cf. Ramos, *A Segunda Fundação...*, 522-572; Rui Ramos, «O fim da República», *Análise Social*, xxxiv, n.º 153 (2000): 1059-1082.

¹⁰⁶ Cf. Luigi Graziano, *Clientelismo e sistema político. Il caso dell'Italia* (Milão: Franco Angeli Editore, 1980); José Cazorla Pérez, «Del clientelismo tradicional al clientelismo de partido: evolución y características», *Working Papers*, Institut de Ciències Polítiques i Socials, n.º 55 (1992); Antonio Robles Egea, «Sistemas políticos, mutaciones y modelos de las relaciones de patronazgo y clientelismo en la España del siglo XX» e José Cazorla Pérez, «El clientelismo de partido en la España de hoy: una disfunción de la democracia», in *Política en Penumbra. Patronazgo y Clientelismo Políticos en la España Contemporánea*, coord. Antonio Robles Egea (Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1996), 229-251 e 291-310.

masculino) e empurraram para fora do sistema político vastos grupos da sociedade que desenvolveram petições maximalistas e actividades revolucionárias.¹⁰⁷

No início da década de 20, os principais partidos da I República já não eram «puros partidos de notáveis», à semelhança do que sucedia no mesmo período na Grécia¹⁰⁸ e em Espanha, uma vez que tinham iniciado uma modernização e adaptação aos novos tempos. Estes partidos, a que preferimos designar de quadros, ainda estavam distantes dos partidos de massas, mas eram naquele momento bastante mais evoluídos que os tradicionais partidos de notáveis do século XIX. Estas organizações políticas ainda eram dominadas pela elite parlamentar e pelos ex-ministros e pelas suas clientelas de notáveis regionais e caciques locais, quando na Europa Ocidental se afirmavam os partidos de massas.¹⁰⁹ A organização e a burocracia partidária eram muito débeis e resumiam-se muitas vezes apenas a relações pessoais, a comissões políticas com actividade limitada aos períodos eleitorais, a centros partidários nas cidades e a alguns jornais nacionais e regionais, tendo os seus líderes uma grande autonomia. O sistema de registo dos membros era ainda muito arcaico e organizava-se numa base local através dos centros políticos. O financiamento deste tipo de partidos passava já pelo contributo individual de cada membro, embora permanecessem ainda dependentes de receitas extraordinárias provenientes da fortuna pessoal dos notáveis. Além disso, por norma, os partidos, eram fracamente doutrinados mas profundamente pragmáticos. Não ambicionavam mobilizar grandes massas populacionais, nem transmitir uma imagem e uma identidade colectiva forte e consistente. Os seus aderentes tinham uma disciplina e fidelidade ideológica exígua e a relação com os seus eleitores não era baseada em mecanismos de delegação mas de confiança. O seu objectivo central era ter acesso privilegiado aos recursos do Estado e aliciar o maior número de influentes regionais

¹⁰⁷ Cf. Juan J. Linz e Alfred Stepan, ed., *The Breakdown of Democratic Regimes* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978); Silva, *O Partido Reconstituente...*, 19-21; José Varela Ortega, «De los orígenes de la democracia en España, 1845-1923», in *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, coord. Salvador Forner (Madrid: Cátedra, 1997), 129-201.

¹⁰⁸ Cf. George Th. Mavrogordatos, *Stillborn Republic. Social Coalitions and Party Strategies in Greece, 1922-1936* (Berkeley: University of California Press, 1983).

¹⁰⁹ Cf. Gaetano Quagliariello, «Masse, organizzazione, manipolazione. Partiti e sistemi politici dopo il trauma della Grande Guerra», in *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, dirs. Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello (Bolonha: Il Mulino, 1996), 15-71.

e locais, dado que este tipo de partidos era composto pelo somatório dos notáveis e das suas clientelas locais. Estes notáveis podiam proporcionar prestígio, capacidade técnica e capital ao partido. A coesão interna mantinha-se pela perspectiva de distribuição de favores colectivos (uma estrada ou uma escola para uma localidade) e individuais (recomendações para empregos ou resolução de problemas burocráticos com a administração pública) dos patronos aos seus afilhados, em troca de apoio político durante o processo eleitoral. A indisciplina, a fragmentação e as cisões neste tipo de partido foram frequentes, devido principalmente a diferenças pessoais e lutas de liderança. Estas cisões provocavam uma associação de notáveis e seus amigos em torno dos novos líderes com ramificações por todo o país, dando lugar, por vezes, à formação de um novo partido.¹¹⁰

Nas sociedades onde os partidos estavam subdesenvolvidos, as personalidades ganhavam um relevo fundamental. A representação dos interesses não era canalizada pela «organização partido», mas por um conjunto de notáveis que acautelavam as suas causas e os seus protegidos individualmente, criando inúmeras redes de favores cruzados, muitas vezes incompatíveis dentro do mesmo partido.¹¹¹ A organização partidária modernizou-se pouco, continuando com a mesma estrutura personalista de carácter oligárquico e caciquil que afastava a maioria dos seus membros das decisões e mantinha a população afastada da política. Os actos eleitorais internos e externos continuaram pouco transparentes e não foi possível consolidarem-se novos partidos de integração social que renovassem os líderes políticos e os seus procedimentos. Esta imagem de organização clientelar transparecia para a opinião pública por meio de uma imprensa cada vez mais ácida em relação à ineficácia dos partidos e do Parlamento.¹¹²

¹¹⁰ Cf. Maurice Duverger, *Os Partidos...*, 99-101; Juan J. Linz, *El Sistema de Partidos en España* (Madrid: Narcea, 1979), 11-58; Manuel Ramírez, *Sistema de Partidos en España, (1931-1990)* (Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991), 21-33; Luzón, «Partidos y Parlamento...», 67-102; María Sierra, *La Política del Pacto. El Sistema de la Restauración a través del Partido Conservador Sevillano (1874-1923)* (Sevilha: Diputación de Sevilla, 1996); Silva, *O Partido Reconstituente...*; Luis Iñigo Fernández, *La Derecha Liberal en la Segunda República Española* (Madrid: UNED, 2000); José Varela Ortega, dir., *El Poder de la Influencia. Geografía del Caciquismo en España (1875-1923)* (Madrid: Marcial Pons, 2001).

¹¹¹ Cf. Silva, *O Partido Reconstituente...*, 31.

¹¹² Ramada Curto, líder do Partido Socialista português, defendia que o seu partido era a terceira força política portuguesa. Embora nas eleições legislativas não conseguissem passar do sexto ou sétimo partido com mais mandatos. Veja-se a sua explicação: «O Partido Socialista é a terceira força política organizada da República. Não lhe falo das eleições da província, visto que como na Monarquia, são feitas pelo caciquismo e a organização

No entanto, convém salientar que esta realidade não era monolítica nem eterna. Quase todos os partidos iniciaram uma aproximação a um modelo de partido moderno e funcional, como o Partido Radical, o *Maurismo* e a Lliga Regionalista da Catalunha em Espanha, o Partido Radical em França e o Partido Democrático (PRP) em Portugal. Com excepção do Partido Radical francês, todos os outros falharam na tentativa de se transformarem em partidos de massas devido ao «desajuste e afastamento progressivo entre, por um lado, as reivindicações [...] [das] bases urbanas de um partido mais democratizado, mais participado, com uma estrutura interna de oportunidades mais aberta aos impulsos e protagonismos vindos de baixo e, por outro lado, a concepção elitista de um partido de notáveis que não quiseram abdicar das suas concepções monopolistas, hierárquicas e fechadas do poder, nem criar os mecanismos endógenos de regulação, representação e retribuição que tornassem o partido mais pluralista, mais aliciante e, também, mais funcional».¹¹³ No entanto, estes partidos conseguiram transformar-se em partidos de quadros. Utilizavam uma estratégia política mista em simultâneo com uma prática política moderna mais acentuada nos meios urbanos e uma acção política clientelar nos meios rurais. Entre as práticas políticas modernas podemos destacar o percurso dos candidatos pelo círculo em campanha eleitoral, a confraternização com os votantes, o comício, a eleição do candidato no seio do partido, a elaboração de um programa e a obtenção de favores para toda a colectividade e já não só para alguns indivíduos da mesma comunidade. As práticas tradicionais continuaram a persistir, em particular nos meios rurais, como a compra do voto, a acção dos caciques, a violência, a coacção sobre os trabalhadores por parte do seu patrão, a intervenção do governador civil e de outros membros da administração pública, a fraude e a manipulação final dos resultados eleitorais.¹¹⁴ Por isso, para a década de vinte alguma historiografia começou a designar estes partidos como «partidos de quadros» e já não de «notáveis». Representavam uma fase de transição na evolução dos partidos. Tinham perdido algumas das características tradicionais dos partidos de notáveis, uma vez que passaram a ter uma estrutura burocrática e orga-

partidária a que pertenceo em vez de captar repudia e guerreia o cacique, entidade imoral, anti-democrática. Duas eleições existem relativamente livres que correspondem de facto a correntes de opinião definidas e extremadas: são as que se fazem em Lisboa e Porto. Pois, no Porto o nosso partido é a segunda potência eleitoral», Ramada Curto, *A Tarde*, 4 de Dezembro de 1923, 1.

¹¹³ Silva, *O Partido Reconstituente...*, 75.

¹¹⁴ Varela Ortega, director, *El Poder de la Influencia...*, 462-463. Cf. Suárez Cortina, *El Reformismo en España...*

nizativa quase permanente, uma elite mais diversificada e preparada para a política de massas e uma maior mobilização e enquadramento dos aderentes, mas ainda não tinham as características dos partidos de massas.¹¹⁵

As investigações têm revelado uma maior resistência à democratização por parte das elites partidárias locais. Estes caciques demonstraram um crescente temor perante o início da mobilização das classes médias e populares. Desenvolveram, por isso, atitudes de prevenção perante a emergência da política de massas e refugiaram-se em posições anti-reformistas para manter o sistema. Todavia, os líderes partidários nacionais também não souberam criar os mecanismos necessários para dar passos seguros na democratização dos países ibéricos.¹¹⁶ Os partidos de quadros espanhóis ainda que continuassem acomodados às práticas clientelares, deram sinais de seguir as correntes democráticas da Europa do pós guerra, com um programa reformista gradual que contrabalançava as ameaças revolucionárias.¹¹⁷ Os partidos de quadros italianos tiveram muita dificuldade em adaptar-se ao alargamento do sufrágio e à representação proporcional introduzida em 1919, o que permitiu um reforço da influência política dos modernos partidos de integração social, como o Socialista e o Popular.¹¹⁸ Em Portugal não há estudos que permitam avaliar se esse processo se estava a iniciar dentro dos partidos.¹¹⁹ No entanto, o atraso na modernização da sociedade portuguesa e o facto de o regime republicano ter um cariz revolucionário deve ter atrasado a metamorfose interna dos partidos lusos no sentido que se estava a operar em alguns países europeus – o apoio ao lento processo de democratização, ainda que isso significasse, a médio prazo, a superação destes por parte dos partidos de massas. A transição para a democracia na Península Ibérica não de-

¹¹⁵ Cf. María Antonia Peña Guerrero, *Clientelismo Político y Poderes Periféricos durante la Restauración. Huelva 1874-1923* (Huelva: Universidad de Huelva, 1998); Javier Moreno Luzón, «A historiografía sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas», *Análise Social*, xli, n.º 178 (2006): 9-29; Luis Arranz Notario, «Modelos de partido», *Ayer*, n.º 20 (1995), 81-110.

¹¹⁶ Cf. Borja de Riquer I Permanyer, «Consideraciones sobre historiografía política de la Restauración», in *Tiñón de Lara y la Historiografía española*, AAVV (Madrid: Siglo XXI, 1999), 123-141; Manuel Suárez Cortina, ed., *La Restauración entre el Liberalismo y la Democracia* (Madrid: Alianza, 1997), 9-29.

¹¹⁷ Cf. Javier Moreno Luzón, «El Partido Liberal español y la crisis de la Restauración (1917-1923)», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed., Manuel Baião, (Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 133-164.

¹¹⁸ Cf. Serge Noiret, «La introducción del sufragio universal y de la representación proporcional en Italia en 1918-1919: una frágil modernización democrática», in *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, coord. Salvador Forner (Madrid: Cátedra, 1997), 73-95.

¹¹⁹ Cf. Silva, *O Partido Reconstituente...*; Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...*

pendeu só da vontade das elites políticas nacionais e locais, mas principalmente da sociedade no seu todo, e esta não estava ainda preparada nos anos vinte para conseguir dar estabilidade a um sistema de democracia representativa, nem a outro tipo de partidos, como os partidos de integração social de massas como os socialistas e fascistas.¹²⁰

Este atraso na modernização dos partidos políticos em Portugal e Espanha acompanhava o atraso das suas sociedades e das suas economias face a outros países mais dinâmicos como a França, Alemanha e Reino Unido, ou até mesmo a Itália. Na verdade, uma grande diversidade de factores contribuiu indirectamente para a modernização dos partidos e sistemas partidários destes países, entre os quais têm sido destacados a expansão da industrialização e da urbanização, o desenvolvimento e integração do mercado interno, o crescimento do associativismo, o incremento da secularização social, a generalização dos bens e serviços sociais (seguros sociais, saúde, informação e educação), a progressiva eliminação do analfabetismo, o crescimento da escolarização intermédia e superior, que facilitou a passagem de uma cultura política clientelar e de sujeição para uma cultura política de mobilização e de participação. Sem estas condições era difícil desenvolverem-se partidos de origem extra-parlamentar, como socialistas, comunistas, social-democratas ou fascistas, que pretendiam enquadrar as massas que aspiravam a participar no processo político. Os partidos portugueses e espanhóis inseridos em sociedades civis frágeis continuaram a basear-se nas elites, desprezando as massas. No entanto, convém realçar que o sistema político e social espanhol se aproximava mais dos países da Europa ocidental, enquanto Portugal tinha algumas características próximas aos regimes políticos da Europa oriental e da América do Sul, com uma sociedade rural, uma industrialização tardia e uma economia mais atrasada inserida num sistema político de tradição parlamentar mas de competição e pluralismo limitado e com um baixo nível de mobilização política que facilitou a transição para uma ditadura de características tradicionais, onde a mobilização fascista era desnecessária ou mesmo prejudicial para proteger os interesses das elites dominantes.¹²¹

¹²⁰ Cf. Suárez Cortina, ed., *La Restauración...*, 29; Javier Tusell, «La crisis del liberalismo oligárquico en España», in *España e Italia en la Europa Contemporánea: desde Finales del Siglo XIX a las Dictaduras*, ed. Fernando Garcia Sanz (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002), 23-40.

¹²¹ Cf. Silva, *O Partido Reconstituente...*, 30; Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...*; Rui Ramos, «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910-1926», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed., Manuel Baiôa (Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 185-246; Nicos P. Mouzelis, *Politics in the Semi-Periphery. Early*

Portugal e Espanha viveram no pós Guerra o fenómeno da fragmentação partidária fruto da modernização da sociedade e do facto dos seus partidos de notáveis sentirem fortes dificuldades na adaptação à era das massas. Em Espanha, a pulverização dos grupos parlamentares foi mais acentuada (mais do que novos partidos surgiram cisões dos dois principais partidos) e condicionou fortemente a instabilidade governativa. Em Portugal, ainda que se tenha mantido um sistema multipartidário de partido dominante, tal não significou maior estabilidade política. A fragmentação deu-se principalmente nos partidos do centro político e não derivou normalmente de diferenças ideológicas ou estratégicas, mas de diferenças pessoais entre os líderes. Assim, os países Ibéricos que tinham um sistema partidário que aparentemente deveria criar condições de maior estabilidade política, dado que os partidos radicais de esquerda e direita eram minoritários, não conseguiram obter consensos que fizessem estabilizar o sistema governativo. Portugal apresentava o maior índice de instabilidade governativa da Europa no período anterior à grande depressão, com uma duração média de 117 dias por cada executivo (1 de Maio de 1918 a 28 de Maio de 1926). A Espanha também tinha um lugar no pódio, dado que ocupava o terceiro lugar com uma média de 166 dias (21 de Março de 1918 a 13 de Setembro de 1923).¹²² Não se pode estranhar, por isso, que a opinião pública pensasse que o Estado estava à deriva nas mãos de uns políticos incapazes.

Na Espanha monárquica, o sistema do «turno» criado pela constituição de 1876 começou a deteriorar-se com a morte dos líderes do partido conservador (Antonio Cánovas em 1897) e do partido liberal (Práxedes Sagasta em 1903), tendo-se acentuado claramente a partir de 1913 e 1917 quando estes dois partidos entraram numa crescente crise interna que levou à sua cisão. Estas dissidências ocorreram em simultâneo com o de-

Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America (Londres: Macmillan, 1986); Francisco Villacorta Baños, «La España Social. 1900-1923. Estructuras, cambios, comportamientos» in *España e Italia en la Europa Contemporánea: desde Finales del Siglo XIX a las Dictaduras*, ed. Fernando Garcia Sanz (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002), 269-293; Mattei Dogan, «Romania, 1919-1938», in *Competitive Elections in Developing Countries*, eds. Myron Weiner e Ergun Ozbudun (Durham: Duke U.P., 1987), 369-389; Maria Antonieta Cruz, «Notas em torno dos efeitos da legislação eleitoral na formação do corpo eleitoral português (no final da Monarquia Constitucional e na I República)» in *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, coord. André Freire (Lisboa: Edições Colibri, 2011), 125-134.

¹²² Dados retirados do quadro 6, Juan J. Linz, «La crisis de las democracias», in *Europa en Crisis 1919-1939*, coords. Mercedes Cabrera, Santos Juliá e Pablo Martín Aceña (Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 1991), 264.

envolvimento de novos agrupamentos políticos que não se reviam no sistema da Restauração. O novo quadro partidário fragmentado teve reflexos imediatos no Parlamento. Deixou de haver governos estáveis apoiados por maiorias consistentes e a relação entre o poder legislativo e o executivo tornou-se cada vez mais difícil. Por outro lado, as eleições passaram a ser mais disputadas e a não dar vitórias certas ao governo.¹²³

Em Portugal, a hegemonia conseguida pelo Partido Republicano Português desde 1910 condicionou fortemente o regime republicano. Houve uma incapacidade de encontrar mecanismos pacíficos de alternância ou de governação estável, dado que «durante a República, por sistema, não havendo confiança no funcionamento do sistema eleitoral, é às armas que se recorre para chegar ao poder. São as revoluções e não as eleições que asseguram a alternância política»,¹²⁴ uma vez que se vivia num regime de «eleições feitas e não justas».¹²⁵ A indisciplina e a fragmentação partidária, a oposição dos Presidentes da República a alguns ministérios exclusivos do Partido Republicano Português e o seu desejo de formar executivos frentistas, aglutinando e liderando todas as forças republicanas, levou a que fosse impossível governar sem ele (PRP), mas que fosse também muito difícil que este governasse sozinho.¹²⁶ As várias fórmulas governativas ensaiadas (ministérios partidários, de coligação, de facção e de iniciativa presidencial) não tiveram sucesso duradouro devido principalmente às lutas internas no partido hegemónico da República.¹²⁷ Esta

¹²³ Cf. Moreno Luzón, «Partidos y Parlamento...», 67.

¹²⁴ Cf. Fernando Marques da Costa, «Bernardino Machado», in *Os Presidentes da República Portuguesa*, coord. António Costa Pinto (Amadora: Círculo de Leitores, 2001), 69.

¹²⁵ Cf. André Freire, «Eleições, sistemas eleitorais e democratização: o caso português em perspectiva histórica e comparativa», in *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, coord. André Freire (Lisboa: Edições Colibri, 2011), 25-81.

¹²⁶ Cf. João Tello de Magalhães Collaço, *Da Vida Pública Portuguesa. Conservadores e Radicais* (Lisboa: Empresa Diário de Notícias, 1925), 26-30.

¹²⁷ O senador monárquico, Tomás de Vilhena, revela-nos a sua visão sobre este problema num discurso no Senado: «Já aqui tenho dito e repito, que a República tem uma paixão bem clara pela variedade. Não pode, não quer aturar Ministérios de longa vida! Dai o desfilar, quase permanente de figuras célebres pelas tão apetecidas cadeiras do Poder. O espectáculo desse desfilar, seria engraçado e até muito divertido, se porventura de semelhante instabilidade ministerial não proviessem graves transtornos para a governação do país, ou para ser mais exacto, dele não resultasse o desgoverno que se nota em todas as províncias da administração, desde que o pavilhão da República foi hasteado em terras de Portugal. Muitos dos Ministros nem chegam a haver tempo para ajuizar, nem sequer ao de leve, dos mais importantes negócios que pendem das suas pastas, pois no próprio dia em que tomam conta do lugar, logo se sentem empurrados para fora deles. E, coisa curiosa, Sr. Presidente, não são geralmente as oposições que promovem estes temporais, nem no Parlamento, nem na Imprensa, nem no Terreiro do Paço. O perigo vem sempre do lado dos amigos.» Tomás de Vilhena, *Diário da Senado*, 19 de Janeiro de 1923, 14.

enorme instabilidade governativa coincidiu assim, com a ausência de uma política competitiva e pluralista em Portugal.

Estes fenómenos políticos ao coincidirem com os efeitos da participação de Portugal na I Guerra Mundial e da participação da Espanha na Guerra de Marrocos, com a agitação social, as greves e o «perigo vermelho», suscitado pelas consequências da revolução russa de 1917, criaram na sociedade conservadora ibérica uma imagem de descrédito do Parlamento, dos partidos e dos políticos em geral e um receio da revolução social. Uma parte significativa da elite conservadora defendeu uma substituição do sistema de representação liberal e parlamentar, por fórmulas de representação corporativa.¹²⁸

Nos anos vinte, tanto em Espanha como em Portugal, houve um largo consenso na imprensa quanto à necessidade urgente de reformar os regimes e os próprios partidos descredibilizados.¹²⁹ As dúvidas surgiam relativamente às soluções. No entanto, dado que não havia sinais significativos de um processo reformador interno por parte da elite e das instituições políticas dos regimes, esse processo teve de partir do exterior. As Forças Armadas eram a organização mais preparada e prestigiada para lhe dar início.

Os golpes militares que implantaram as Ditaduras Militares na Península Ibérica em 1923 e 1926 viriam a ter um apoio generalizado da opinião pública, principalmente em relação ao discurso regenerador e crítico do funcionamento oligárquico dos partidos e das instituições políticas da Restauração e da I República. Quase todos os sectores políticos compreendiam a urgência de uma mudança e uma renovação no sistema político.¹³⁰

Os partidos estruturais da Restauração e da I República desapareceram no decurso da Ditadura Militar. O discurso e a acção anti-partidária do

¹²⁸ Cf. Antonio Elorza, Luis Arranz, e Fernando del Rey, «Liberalismo y corporativismo en la crisis de la Restauración», in *La Crisis de La Restauración: España, entre la Primera Guerra Mundial y la Segunda República*, ed. José Luis García Delgado (Madrid: Siglo XXI, 1986), 5-50; Rey Reguillo, *Proprietarios y Patronos...*; Fernando Rosas, «União dos Interesses Económicos (UIE)», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, AAVV, vol. II (s. l.: Pub. Alfa, 1985), 304.

¹²⁹ Cf. Carlos Seco Serrano, *Alfonso XIII* (Madrid: Arlanza Ediciones, 2001), 231.

¹³⁰ Cf. Ramos, «O fim da República...», 1059-1082; Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», dir. José Mattoso, vol. VII (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 151-241; Ignacio Olabarri Gortazar, «Problemas no resueltos en torno al pronunciamiento de Primo de Rivera», *Revista de Historia Contemporánea*, Universidad de Sevilla, n.º 7 (1996): 223-248; Carlos Seco Serrano, «El cerco de la Monarquía. La ruptura de los partidos dinásticos con Alfonso XIII durante la Dictadura de Primo de Rivera», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, t. CLXXIII, cuaderno II (1986): 161-269.

novo regime e o esvaziamento do papel dos antigos partidos, enquanto mediadores do clientelismo, contribuíram decisivamente para o fim inglório destas organizações políticas. Sem Parlamento, sem liberdades civis e sem acesso ao poder, os partidos enfrentaram uma difícil travessia sob o novo regime autoritário. As suas magras estruturas ligadas à repartição dos recursos políticos deixaram de funcionar na maior parte das regiões, ainda que muitos vínculos pessoais permanecessem vivos ao longo de todo o período. A capacidade de manobra das formações que tinham governado Portugal e Espanha desvaneceu-se e a acção dos principais notáveis de cada grupo ficou muito limitada devido à hostilização a que eram submetidas pela Ditadura.¹³¹ Esta situação viu-se agravada, em Portugal, pela forte resistência armada que alguns políticos do PRP e de outros partidos esquerdistas enveredaram logo que verificaram que a Ditadura não ia ao encontro dos seus interesses.¹³² O fortalecimento das medidas repressivas e autoritárias por parte da Ditadura portuguesa contra os políticos e contra os partidos foi, em parte, um reflexo do radicalismo do «revirvalho». As águas estavam separadas! Este facto levou a direita conservadora a esquecer momentaneamente as divergências internas e a aceitar o modelo autoritário imposto pelos militares e por Salazar face ao perigo da Ditadura jacobina que os reviralhistas propunham. Muitos políticos republicanos ordeiros recusaram o regresso ao passado e conformaram-se com o regime que a Ditadura lhes proporcionava. Outros, porém, viriam a apoiar com maior ou menor vigor a obra do Estado Novo.¹³³ Em Espanha, o facto de os pronunciamentos militares contra a Ditadura terem tido menor impacto e terem sido liderados por alguns dos antigos líderes dos partidos dinásticos que tinham sido saneados pela Ditadura, levou a que continuasse a existir uma clivagem dentro da direita entre os apoiantes da Ditadura e do Rei, e os críticos do regime de Primo de Rivera.

Enquanto em Espanha os militares intervieram na política para sanearem um regime em crise dominado por políticos monárquicos, conservadores e liberais; em Portugal, os militares tomaram a iniciativa de re-

¹³¹ Cf. Moreno Luzón, *Romanones...*, 402; Baião, *Elites Políticas...*, 125-126; 155-159; Ramos, «O fim da República...», 1059-1082; Rosas, *O Estado Novo...*, 151-241; Seco Serrano, «El cerco de la Monarquía...», 161-269; Gómez-Navarro, *El Régimen...*, 433-444; Santos Juliá, «El sistema de partidos en la Segunda República», *Revista de Historia Contemporánea*, Universidad de Sevilla, n.º 7 (1996): 201-219.

¹³² Cf. Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940* (Lisboa: Editorial Estampa, 1998).

¹³³ Cf. Ramos, «O fim da República...», 1059-1082.

formularem um regime dominado por republicanos ordeiros de tradição radical. Este facto tornou mais fácil a adesão da direita portuguesa à Ditadura Militar, dado que a alternativa que existia era o regresso a uma segunda república jacobina. Em Espanha a situação era mais complexa, uma vez que parte da direita tinha sido afastada do Poder pelo golpe de Primo de Rivera, e a evolução do Regime e das suas instituições, como a União Patriótica, não conseguiram mobilizar toda a direita no seu projecto. Por outro lado, o perigo republicano e vermelho, não parecia à primeira vista tão próximo, o que tornou impossível unir toda a direita espanhola no projecto de regeneração da pátria liderado por Primo de Rivera. A Ditadura espanhola destruiu os partidos monárquicos e a União Patriótica ao assumir e consumir todas as energias reformistas da direita, deixou a Monarquia nas mãos dos republicanos que aproveitaram este período para se reorganizarem e para se unirem na Aliança Republicana.¹³⁴ Em Portugal, pelo contrário, Salazar acabaria por conseguir levar as «direitas» a estabelecer um consenso possível para desenvolver um projecto de «regeneração da nação».

¹³⁴ Gómez-Navarro, *El Régimen...*, 524-529; Leandro Álvarez Rey, *Sevilla durante la Dictadura de Primo de Rivera (La Unión Patriótica Sevillana - 1923-1930)* (Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1987).

Anexo 2

O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): a organização interna, os membros, a elite e a ideologia

A organização interna

O estatuto ou lei orgânica

Após a constituição do Partido Republicano Nacionalista (PRN) foi nomeada uma comissão encarregue da elaboração da lei orgânica do partido. Esta comissão era constituída por um antigo membro do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN), Rodolfo Xavier da Silva e por um antigo membro do Partido Republicano Liberal (PRL), Paulo da Costa Menano.¹ Esta comissão entregou uma primeira versão do «Estatuto ou Lei Orgânica» do partido para ser apreciada pelo Directório e por uma comissão parlamentar do PRN. Estes organismos efectuaram algumas alterações à proposta inicial.² Uma última versão foi apresentada durante o I congresso do PRN, que decorreu no ginásio do Liceu Camões, em Lisboa, nos dias 17, 18 e 19 de Março de 1923. Esta proposta sofreu algumas críticas por parte de alguns congressistas que discordavam do poder do Directório na nomeação dos candidatos a deputados,³ conforme relatamos no capítulo 1. Estas, como outras apreciações, não foram atendidas, sendo

¹ Cf. *República*, 20 de Fevereiro de 1923, 2; *O Século*, 22 de Fevereiro de 1923, 2

² O «Estatuto ou Lei Orgânica» do partido foi aprovado na reunião do Directório do dia 1 de Março de 1923. Cf. *O Século*, 2 de Março de 1923, 2.

³ Troncho de Melo, *O Século*, 18 de Março de 1923, 2.

o Estatuto ou Lei Orgânica⁴ aprovado quase sem alterações e com pouca discussão, uma vez que foram distribuídos poucos exemplares.⁵ O Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista estava mais próximo do Estatuto do Partido Republicano Liberal⁶ do que da Lei Orgânica do Partido Republicano de Reconstituição Nacional.⁷

Segundo o estatuto, o Partido Republicano Nacionalista era um agrupamento político que reunia «todos os republicanos portugueses que aceitam, cumprem e defendem o programa e a sua lei orgânica» e tinha por objectivo «contribuir para o benefício da Pátria e prestígio da República».⁸ Para além das estruturas nacionais, distritais, concelhias e de freguesias do PRN, faziam parte deste partido «os centros políticos e outras colectividades de propaganda e instrução e beneficência filiadas no Partido, bem como jornais reconhecidos pelo Directório.»⁹

A filiação e inscrição no PRN era altamente descentralizada, podendo ser feita «perante qualquer das comissões, desde as paroquiais até ao Directório ou perante os centros devidamente reconhecidos, ouvidas as comissões paroquias».¹⁰ As comissões hierarquicamente mais baixas apenas tinham de comunicar todas as filiações que recebiam às comissões hierarquicamente mais altas, até chegar ao Directório.¹¹ Portanto, o Directório recebia a informação da filiação, mas não controlava este processo. Outro aspecto relevante era não haver propriamente uma lista unificada dos membros do PRN, mas um somatório dos nacionalistas inscritos nas diferentes comissões de freguesias, concelhias, distritais e centros partidários, podendo um indivíduo estar inscrito ao mesmo tempo em diferentes estruturas. Portanto, o PRN era mais um conglomerado de mem-

⁴ *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923).

⁵ *República*, 18 de Março de 1923, 2; *idem*, 20 de Março de 1923, 2; *O Século*, 20 de Março de 1923, 1.

⁶ *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1919.

⁷ *O Regionalista*, 22 de Outubro de 1921, 3; *idem*, 29 de Outubro de 1921, 2-3; *idem*, 26 de Novembro de 1921, 3; *idem*, 11 de Dezembro de 1921, 2; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, «O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)» (tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996), 66-68.

⁸ Art. 1.º e art. 2.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923), 3.

⁹ Art. 4.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923), 4.

¹⁰ Art. 6.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923), 4.

¹¹ Segundo a *República* eram enviadas as adesões dos novos membros do PRN ao Directório. Cf. *República*, 24 de Maio de 1923, 2.

bros e de notáveis associados em diversas estruturas, do que um corpo organizado com uma estrutura hierárquica bem definida, como acontecia com os partidos de massas daquela época.

Os órgãos directivos centrais

O «Directório», composto por sete membros efectivos, era o órgão executivo supremo do PRN. Era eleito anualmente pelo congresso,¹² órgão onde residia a soberania partidária. O Directório era ainda composto por sete membros substitutos,¹³ «os quais entrarão em exercício quando faltarem os efectivos, por ordem numérica de votos.»¹⁴ A opção por um órgão colegial ia ao encontro do republicanismo clássico que considerava esta via mais democrática¹⁵ e foi a seguida pela maioria dos partidos republicanos portugueses. No entanto, dentro do Directório era eleito um presidente e um secretário.¹⁶ António Ginestal Machado assumiu a presidência do

¹² O Directório do PRP era eleito bianualmente. Cf. cap. VII, art. 26.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português*, Lisboa, Tip. da Sociedade Editorial Democrática, 1921, 9.

¹³ No PRP e no PRL o Directório era composto por nove efectivos e nove suplentes. O Directório do Partido Republicano da Esquerda Democrática era constituído por onze efectivos e onze suplentes. Cf. cap. IV, art.º 18.º, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal* (Lisboa: Tipografia Bayard, 1919), 7; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 204 e 285.

¹⁴ Art. 25.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.ª, 1923), 6.

¹⁵ Veja-se a entrevista a Tomé Barros Queirós: «- O novo partido não terá um chefe... - Não! Será uma junta directiva, com uma junta parlamentar... Organização democrática...». Tomé Barros Queirós, *Diário de Lisboa*, 1 de Fevereiro de 1923, 8.

¹⁶ No PRL o Directório escolhia um presidente e um secretário. No PRP o presidente do Directório tinha como principal função presidir às reuniões e era designado em cada uma das sessões. Na primeira sessão o presidente escolhia o secretário e o tesoureiro. O Directório do Partido Republicano de Reconstituição Nacional era constituído por sete membros efectivos e sete membros substitutos. Estes membros elegiam um presidente e um secretário-geral. O Directório do Partido Republicano da Esquerda Democrática escolhia uma Comissão Executiva composta por três membros: presidente, secretário e tesoureiro. Na União Liberal Republicana o órgão supremo designava-se Comissão Executiva. Era composta por um presidente, cinco vogais efectivos e cinco vogais substitutos. O presidente era eleito isoladamente em Congresso, por escrutínio secreto. Esta organização era semelhante à do Partido Republicano Conservador (1919). Cf. cap. IV art.º 19.º, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal* (Lisboa: Tipografia Bayard, 1919), 7; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 204 e 285; cap. VII, art. 26.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português* (Lisboa: Tip. da Sociedade Editorial Democrática, 1921), 9; *O Regionalista*, 22 de Outubro de 1921, 3; *idem*, 29 de Outubro de 1921, 2-3; *idem*, 26 de Novembro de 1921, 3; *idem*, 11 de Dezembro de 1921, 2; Silva, «O Partido Reconstituinte...», 66-68; *A Noite*, 21 de Abril de 1926, 3; «Estatutos da União Liberal Republicana», in *Polís*, Revista de Estudos Jurídico-Políticos, n.º 4-5, Julho-Dezembro de 1995,

Directório do PRN desde a fundação até 23 de Março de 1927, substituído então, por Júlio Dantas, que se manteve no cargo até à dissolução do PRN em 7 de Fevereiro de 1935. António Ginestal Machado abandonou a presidência do Directório do PRN a 23 de Março de 1927 «por importantes motivos da sua vida particular»,¹⁷ possivelmente relacionados com a doença do seu filho que viria a falecer no mês seguinte.¹⁸ Pedro Pita foi o secretário durante todo este período. O PRN teve ao longo da sua vida 12 membros efectivos e 13 membros substitutos, num total de 24 membros (Belchior de Figueiredo substituiu Filomeno da Câmara Melo Cabral como membro efectivo em Junho de 1926, após este último ter abandonado o PRN). Apenas Belchior de Figueiredo passou da condição de substituto para a condição de efectivo, pelo que se conclui que os membros substitutos eram líderes partidários de segunda linha. Quando houve renovação dos membros efectivos do Directório procuraram-se outros dirigentes partidários, conforme se pode verificar no quadro A2.1.

O Directório tinha uma vasta área de competências, que passavam pela direcção da propaganda do partido e pela organização e desenvolvimento de comissões, centros e outros núcleos do PRN em todo o país. Ao Directório cabia a responsabilidade de resolver os conflitos internos entre as diversas estruturas do partido. Um dos principais motivos de conflitos entre as estruturas locais e o Directório do PRN prendia-se com a designação dos candidatos a deputados pelo PRN. O Estatuto ou Lei Orgânica do PRN atribuía ao Directório o poder de «indicar às comissões políticas os nomes dos candidatos a parlamentares, que julgue conveniente fazer eleger pelo partido.»¹⁹ Contudo, as comissões políticas locais tinham o poder de «sancionar a escolha de deputados e de senadores»²⁰ efectuada pelo Directório. Em caso de diferendo, cabia a última palavra ao Directório, pois embora as comissões políticas locais pudessem apresentar candidaturas ao Senado e à Câmara dos Deputados, o Directório podia rejeitá-las, fundamentando a sua decisão num parecer.²¹ Esta tensão tinha sido atenuada pela tradição que atribuía às comissões políticas lo-

199-207; «Lei Orgânica Partido Republicano Conservador», *O Jornal*, 4 de Agosto de 1919, 3.

¹⁷ «Nota Oficiosa», *Correio da Extremadura*, 26 de Março de 1927, 2.

¹⁸ Cf. *Correio da Extremadura*, 9 de Abril de 1927, 2.

¹⁹ Alínea 5.^a do art. 27.^o do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923), 8.

²⁰ Alínea 9.^a do art. 41.^o do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923), 13.

²¹ Alínea 6.^a do art. 27.^o do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923), 8.

Quadro A2.1 – Directório do PRN (1923-1935)

Nome	I Congresso 1923	II Congresso 1924	III Congresso 1925	IV Congresso 1926	1927-1935
António Ginestal Machado	●	●	●	●	●
Francisco Pinto Cunha Leal	●	●	●		
Júlio Dantas	●	●	●	●	●
Pedro Góis Pita	●	●	●	●	●
Raul Lelo Portela	●	●	●		
Álvaro Xavier de Castro	●				
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	●	●	●		
Alberto Jordão Marques da Costa	○	○	○	○	
António Alves de Oliveira Júnior	○	○	○	○	
Belchior de Figueiredo*	○	○	○	○	●
Hélder Armando dos Santos Ribeiro	○				
Júlio Ernesto de Lima Duque	○				
César Justino de Lima Alves	○				
Paulo da Costa Menano	○	○			
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso		●	●	●	●
João Fiel Stockler		○	○		
José Marques Loureiro		○	○	○	
Manuel Soares de Melo e Simas		○	○	○	
José da Silva Ramos			○		
António Lobo de Aboim Inglês				●	●
Filomeno da Câmara Melo Cabral				●	
João Tamagnini de Sousa Barbosa				●	●
José Feliciano da Costa Júnior				○	
Joaquim Mendes do Amaral				○	

- Efectivo
- Substituto

* Filomeno da Câmara Melo Cabral abandonou o PRN em 19 de Junho de 1926, sendo então substituído por Belchior de Figueiredo. Belchior de Figueiredo manteve-se no Directório até Novembro de 1930, data em que se desligou do PRN. Veja-se o desenvolvimento deste assunto no capítulo 2 do livro.

cais o direito a escolher um dos candidatos a deputados por cada círculo eleitoral. No entanto, nem sempre a tradição foi suficiente para atenuar os conflitos entre o centro e a periferia (ver capítulo 1 do livro).

O Directório podia ainda «irradiar do Partido por sua iniciativa, mediante processo, os membros que lhe sejam nocivos, resolver sobre os processos de irradiação que lhes sejam apresentados pelas comissões municipais.»²²

²² Alínea 10.^a do art. 27.^o do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923), 9.

O Directório reunia ordinariamente uma vez por semana²³, embora pudesse reunir extraordinariamente, sempre que a situação política o exigisse. Durante a Ditadura Militar as reuniões começaram a ser mais espaçadas e algumas vezes não houve reunião por falta quórum.²⁴ O dia da semana em que se reunia o Directório foi variando ao longo do tempo. Em Março de 1926 era às terças-feiras,²⁵ mas em Agosto de 1930 era às sextas-feiras.²⁶ Sempre que um membro efectivo não podia comparecer às reuniões podia ser trocado temporariamente pelos membros substitutos,²⁷ ou definitivamente, no caso do membro efectivo abandonar o cargo, como sucedeu com Filomeno da Câmara Melo Cabral em 19 de Junho de 1926, sendo então substituído por Belchior de Figueiredo.

O Directório reunia frequentemente no Centro Nacionalista do Calhariz, também conhecido por edifício d'*A Lucta*, onde funcionava a sede do Directório. No entanto, também reuniu algumas vezes no Parlamento. Após o início da Ditadura Militar passou a reunir frequentemente na casa de alguns dos seus membros, em particular na casa do presidente Júlio Dantas.²⁸

²³ Cf. *República*, 24 de Maio de 1923, 2; *Distrito da Guarda*, 26 de Outubro de 1924, 1. O Directório do PRRN reunia apenas uma vez por mês, embora a Comissão Executiva do Directório reunisse semanalmente. O Directório do PRP reunia quinzenalmente. Cf. Silva, «O Partido Reconstituente....», 66-68; capítulo VII, art. 26.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português* (Lisboa: Tida Sociedade Editorial Democrática, 1921), 9.

²⁴ Júlio Dantas escreveu a António Ginestal Machado em 18 de Maio de 1927 dando-lhe conta que a reunião do Directório não se realizou, pois apenas estiveram presentes, ele próprio, Pedro Pita e Aboim Inglês. A manutenção desta situação estava a provocar algumas discussões e a acentuar a desintegração do PRN, pelo que Júlio Dantas se mostrava muito aborrecido. Noutra carta datada em Lisboa, em 9 de Fevereiro de 1928, Júlio Dantas informou o seu correligionário do seguinte: «Há três semanas que não temos número para reunir o Directório». A justificação prendia-se com o facto de alguns estarem doentes e Belchior de Figueiredo não poder vir às reuniões a Lisboa, por viver no Porto. Em 1930 o problema mantinha-se, mas agravou-se no final do ano, após Belchior de Figueiredo ter-se desligado do PRN em Novembro de 1930. A partir desta data as reuniões do Directório passaram a ser muito irregulares. Cf. cartas de Júlio Dantas para António Ginestal Machado, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), E55/784, 790, 809 e 810.

²⁵ «Escolheu as terças-feiras para as suas reuniões semanais e as quintas-feiras para as conferências, que resolveu iniciar na sua sede, sendo a primeira já no dia 17, sobre a questão dos tabacos, pelo professor Sr. Aboim Inglês», *O Figueirense*, 11 de Março de 1926, 2.

²⁶ Cf. *O Debate*, 17 de Agosto de 1930, 1.

²⁷ Como Júlio Dantas foi ao Brasil em viagem, Alberto Jordão Marques da Costa substituiu-o no Directório por ser o substituto mais votado. Cf. *Democracia do Sul*, 12 de Junho de 1923, 2.

²⁸ «O Directório reuniu-se na casa do Dr. Júlio Dantas. Estiveram presentes todos os membros, sendo discutido a posição do PRN perante as eleições presidenciais». *Democracia do Sul*, 15 de Março de 1928, 1.

O Directório reunia, por vezes, em conjunto com o grupo parlamentar para tratar de questões importantes da política nacional. Nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 1925 as duas estruturas reuniram-se para analisarem a atitude a tomar após a formação do Governo de Vitorino Guimarães, tendo sido analisadas duas possibilidades: obstrucionismo ou abandono do Parlamento.²⁹ Nas reuniões semanais ordinárias era feita a gestão quotidiana do PRN, sendo tratados assuntos muito variados,³⁰ conforme foi relatado nos capítulos 1 e 2. Por vezes, no final destas reuniões era divulgada uma nota oficiosa à imprensa.³¹ Não temos muitas informações sobre o processo de deliberações. Por vezes, surgem informações que indiciam votações, como na eleição de António Ginestal Machado e Júlio Dantas para Presidente do Directório.³² No entanto, não sabemos como eram dirimidas internamente as divergências e como se processava o processo de decisão, uma vez que não foi possível identificar as actas destas reuniões e as informações recolhidas nos arquivos pessoais e na imprensa são escassas.

O Directório procurou ter um conhecimento e controlo das actividades das comissões distritais, concelhias e paroquiais do PRN.³³ No en-

²⁹ Cf. *Diário de Lisboa*, 16 de Fevereiro de 1925, 5; *idem*, 17 de Fevereiro de 1925, 5.

³⁰ Após uma reunião do Directório do PRN foi enviado a seguinte circular assinada pelo secretário Pedro Pita aos membros da representação parlamentar:

«Exmo. Senhor e meu prezado Correligionário

O Directório na sua reunião de ontem, considerando que não há condições de vida e de Governo a um partido que nem consegue manter assídua aos trabalhos do Congresso a sua representação parlamentar – deliberou pedir aos nossos correligionários a maior assiduidade e o maior interesse pelo trabalho das suas câmaras. [...] Lisboa, 23 de Outubro de 1923», Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

A temática da falta dos parlamentares ao Congresso surgiu periodicamente em vários órgãos do PRN. Augusto Barreto afirmou no I congresso do PRN ter sido uma das pessoas que mais tinha lutado para se formar uma força política que se opusesse ao despotismo dos democráticos. Relembrou a apatia dos liberais e as faltas dos parlamentares em 1921 no Senado. Onde, o PRN devia obrigar os parlamentares a comparecerem no Parlamento. Caso isso não ocorresse as suas candidaturas futuras não deviam ser sancionadas pelo partido. Augusto Barreto, *República*, 18 de Março de 1923, 2.

³¹ Na reunião realizada no dia 16 de Junho de 1925 saiu a seguinte Nota Oficiosa do Directório do PRN: «A reunião ordinária de ontem do Directório do PRN foi, principalmente ocupada na resolução de assuntos de natureza partidária. Foi, todavia, deliberado, no intuito de desfazer duma vez para sempre as cabalas ardidas manifestamente por inimigos do partido afirmar peremptoriamente que não delegou, nem delegará em qualquer pessoa que do Directório não faça parte, poderes para, em nome dele, falar, e menos ainda para negociar acordos que só o Directório poderá fazer, visto que, por força do disposto na lei orgânica é o único representante do partido». *O Bejense*, 25 de Junho de 1925, 1.

³² Cf. *Diário de Lisboa*, 24 de Março de 1927, 8.

³³ Circular enviada em Julho de 1923 pela comissão organizadora do PRN para as comissões distritais e municipais, solicitando informações sobre a organização do partido. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/1705:

tanto, estas estruturas tinham uma grande autonomia, tendo o Directório muita dificuldade em controlar todas as estruturas e todos os notáveis locais, uma vez que o partido era mais um conglomerado do que um corpo articulado e disciplinado. Nunca foi possível ter um cadastro atualizado das diferentes comissões políticas e dos filiados. Os membros do Directório, enquanto principais líderes PRN, também desempenhavam um papel fundamental enquanto intermediários no acesso ao poder central e na resolução dos problemas dos correligionários. José Troncho de Melo queria institucionalizar esta apelação aos membros do Directório, e por isso, propôs a abertura de uma secretária junto do Directório que atendesse os pedidos dos correligionários da «província» na resolução de problemas em Lisboa.³⁴

A Representação Parlamentar do PRN era «uma entidade independente, com função política própria, mas harmónica com a acção geral política do Directório.»³⁵ Estava dividida em duas secções autónomas, mas que podiam reunir em conjunto – Câmara dos Deputados e Senado. Cada uma das secções elegia por escrutínio secreto, no princípio de cada sessão parlamentar ordinária, por um ano, um líder, dois sub-líder e dois secretários. No acto fundacional do PRN, em 1923, procurou-se distribuir os lugares de maior visibilidade e influência pelas várias tendências partidárias. Álvaro de Castro (antigo líder reconstituente) tornou-se o líder dos deputados, Cunha Leal e Ferreira de Mira (antigos liberais) sub-líderes e Sampaio Maia (antigo liberal) e Carlos de Vasconcelos (antigo reconstituente) secretários.³⁶ No ano seguinte Cunha Leal foi eleito líder do grupo parlamentar, mantendo-se nesse cargo até 1926.³⁷ Afonso Henri-

«A República pode dizer-se, não teve, até agora, mais do que um partido a governar. De facto só o partido democrático tem sido detentor dos selos do Estado, só ele tem mandado, e das várias emergências e vicissitudes suportadas pelas instituições republicanas, outra coisa não resultou ainda, que não fosse a entrega do Governo da nação aos democráticos, sem utilidade que tal justificasse». É necessário uma maior organização do PRN, “cujo Directório precisa saber com quem e com que pode contar. [...] Solicitamos a fineza de nos informar do seguinte:

Estão já organizados nesse concelho as comissões políticas do PRN?

Em caso negativo, pode V. Ex.^a, promover de acordo com as pessoas que saiba terem aceitado a orientação nacionalista, a organização das comissões políticas? [...]

Respostas para Dr. de Sousa da Câmara, Largo do Calhariz, 17, Lisboa».

³⁴ *Diário de Lisboa*, 17 de Março de 1923, 3; *República*, 18 de Março de 1923, 2.

³⁵ Art. 35.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923), 11.

³⁶ Cf. *República*, 24 de Março de 1923, 1.

³⁷ Cf. *Diário de Lisboa*, 6 de Julho de 1925, 8.

ques do Prado Castro e Lemos liderou o «Bloco» constituído pelo PRRN e pelo PRL no Senado em Dezembro de 1922. Após a formação do PRN ainda dirigiu transitoriamente o grupo parlamentar no Senado.³⁸ Posteriormente seria Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia que chefiaria o PRN no Senado, entre Fevereiro 1923 a Abril 1926.

A representação parlamentar inicial do PRN rondava os 65 membros, fruto da fusão do grupo parlamentar do PRL e do PRRN.³⁹ Ao longo da legislatura (1922-1925) o número de parlamentares do PRN desceu fruto de alguns conflitos e dissidências, como a protagonizada por Álvaro de Castro. Na última legislatura (1925-1926) o PRN passou a contar com 44 membros no seu grupo parlamentar, embora também este ficasse reduzido a 31 membros após a cisão da União Liberal Republicana (URL) em Março de 1926. Conforme demonstramos no capítulo 1, a coesão do grupo parlamentar era fraca, sendo frequente alguns deputados e senadores contrariarem a posição do Directório e do grupo parlamentar, o que potenciava conflitos, cisões e o abandono do partido por parte de alguns parlamentares. Ribeiro de Carvalho defendia que a coesão do grupo parlamentar do PRN e a sua relação com o Directório deveria ter o seguinte enquadramento:

Como parlamentares só do «líder», seja ele qual for, temos que receber indicações. Os parlamentares entendem-se com o «líder». O «líder» entende-se com o Directório, quando julga necessário. Isto é que é disciplina. Isto é que são normas a seguir, dentro de qualquer partido. Porque desde que um indivíduo ou um organismo invada as atribuições de outro, o resultado não pode deixar de ser este: confusão.⁴⁰

Por vezes, também havia conflitos entre a Representação Parlamentar e o Directório devido a decisões com sinal contrário em cada um destes órgãos. No dia 7 de Julho de 1925 reuniu o grupo parlamentar do PRN, tendo deliberado proceder por modo a não derrubar o Governo de António Maria da Silva. Esta deliberação era contrária à resolução tomada pelo Directório e não foi consensual, dado que segundo alguns nacionalistas era uma atitude favorável ao PRP e prejudicial aos interesses do PRN, pelo que Pedro Pita e Raul Lelo Portela renunciaram aos seus lu-

³⁸ Cf. *Diário do Senado*, 27 de Fevereiro de 1923, 4.

³⁹ Cf. António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1923, 1; *Diário de Lisboa*, 25 de Maio de 1923, 8.

⁴⁰ Ribeiro de Carvalho, *República*, 15 de Maio de 1923, 1.

gares no Directório.⁴¹ Contudo, acabariam por reconsiderar e permaneceram nos seus lugares.

O grupo parlamentar reunia ordinariamente uma vez por semana, embora pudesse reunir extraordinariamente com outra periodicidade para tratar qualquer assunto urgente. O dia da semana em que ocorriam as reuniões foi variando, ainda que em Outubro de 1923 acontecessem às quintas-feiras.⁴² O grupo parlamentar estava sujeito a um regimento, que não foi possível identificar.⁴³ Os vogais do Directório que não fossem parlamentares podiam participar, assistir e intervir nas reuniões da representação parlamentar, mas não tinham direito a voto. A representação parlamentar devia estar organizada em tantas comissões quantos os ministérios existentes.⁴⁴ Estas comissões deveriam ser um grupo especializado para analisar e propor resoluções sobre diversas temáticas. No entanto, segundo Cunha Leal a sua acção foi quase nula. Cunha Leal enquanto era líder parlamentar aconselhou a «nomeação de comissões, espécie de organismos técnicos do grupo, encarregados de estudar e resolver sobre esses problemas». Contudo, «o grupo só muito tarde nomeou as comissões que eu lhe havia sugerido. E, até agora, nenhuma

⁴¹ Carta enviada por Pedro Pita ao Presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado:

«PRN. Directório
Lisboa, 7 de Julho de 1925
Largo Calhariz, 17

A resolução hoje tomada pelo Conselho Parlamentar de proceder por modo a não derrubar o Governo, coloca-me na obrigação que cumpro – independentemente da circunstância de ser por esta revogada a deliberação anteriormente tomada pelo Directório – de depor nas mãos de V. Ex.^a a minha renúncia ao lugar de vogal – Directório do nosso Partido!».

Carta enviada por Raul Lelo Portela ao Presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado:

«Raul Lelo Portela
Rua de entre Campos, 11
Lisboa
8 de Julho de 1925

[...] Soube que ontem o G. N. resolvesse tomar uma atitude de... não embarçar a vida do actual Governo. Esta atitude é contrária à resolução tomada pelo Directório. Esta atitude é um favor ao D. e vem prejudicar os interesses do P.R.N. e mais os interesses da República». Por isso venho «resignar ao meu lugar no Directório e a depô-lo nas mãos de V. Ex.^a».

Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/995 e 1001.

⁴² Cf. *República*, 18 de Outubro de 1923, 2.

⁴³ Foi nomeada uma comissão para elaborar o regimento do grupo parlamentar. Cf. *República*, 18 de Outubro de 1923, 2

⁴⁴ Art. 36.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923), 12.

Quadro A2.2 – Comissão Administrativa do PRN (1923-1926)

Nome	I Congresso 1923	II Congresso 1924	III Congresso 1925	IV Congresso 1926
Inácio Pimentel	●			
João Rodrigues	●	●	●	●
Júlio Maria de Sousa	●			
Manuel Martins Cardoso	●	●	●	●
Raul de Carvalho	●			
Benjamim Fernandes Neves Tavares	○	●	●	●
Elias Garcia	○			
João Lúcio Escorcio	○			
João Simões de Almeida	○			
José Pais de Vasconcelos Abranches	○	●	●	●
Jaime Pinto Serra		●	●	●
Alfredo Soares		○	○	○
Alípio Teixeira		○	○	○
Agostinho Pires		○	○	
António Augusto da Costa Mota Sobrinho		○	○	
Eugênio Neves Lima		○	○	

● Efectivo
○ Substituto

dessas comissões deu parecer sobre qualquer das questões cujo estudo lhe foi cometido. Tive assim, nestas condições de falar em nome do partido sobre vários problemas.»⁴⁵ Portanto, os parlamentares intervinham no Congresso quase sempre com base na sua intuição e nos seus conhecimentos prévios e não com uma estratégia concertada e preparada antecipadamente no grupo parlamentar.

A representação parlamentar reunia habitualmente no Parlamento. No entanto, também reuniu algumas vezes no Centro Nacionalista do Calhariz, sede do Directório. Nalgumas ocasiões os parlamentares do PRN reuniram-se em função dos distritos onde tinham sido eleitos. Procuravam concertar as reivindicações para a sua região.⁴⁶ Por vezes, quando a situação o exigia, as reuniões realizavam-se em conjunto com o Directório. Após o abandono do Parlamento pelos senadores e deputados nacionalistas em Maio de 1923, o Directório do PRN reunido na noite de 23 de Maio de 1923 decidiu convocar os parlamentares para uma reunião no

⁴⁵ Cf. Cunha Leal, *Acção Nacionalista*, 28 de Fevereiro de 1926, 4.

⁴⁶ Cf. *República*, 27 de Fevereiro de 1923, 1.

dia seguinte pelas 21 horas⁴⁷ para equacionar continuar com a mesma atitude ou renunciar aos cargos. A reunião foi bastante concorrida e houve discussão agitada até às três da madrugada. O grupo parlamentar resolveu prolongar a sua ausência na Parlamento, rectificando o seu voto de confiança no Directório, tendo apenas 7 dos 65 parlamentares nacionalistas votado contra a renúncia.⁴⁸ Noutra ocasião, no dia 27 de Junho 1925, as duas estruturas reuniram-se para analisarem a atitude a tomar após a queda do governo liderado por Vitorino Guimarães. O Directório e o grupo parlamentar do PRN decidiram transmitir ao Presidente da República a sua disponibilidade para assumir o poder sozinhos, ou então permaneceriam na oposição.⁴⁹ Nas reuniões semanais ordinárias era feita a gestão política da intervenção dos deputados e senadores no Congresso, sendo tratados temas muito variados, conforme desenvolvemos no capítulo 1 do livro. Por vezes, no final destas reuniões era difundida uma nota à imprensa.⁵⁰ O processo de deliberações não é totalmente conhecido, mas muitas vezes passava pela votação de moções e pela eleição dos seus líderes.

O congresso também elegeu a «Comissão Administrativa», órgão encarregue das finanças e burocracia do partido, que era composto por cinco membros efectivos e cinco membros substitutos.⁵¹ Após o II congresso do PRN a comissão administrativa manteve-se quase inalterada, conforme se pode verificar no quadro A2.2. Os elementos que compunham este órgão eram normalmente membros das estruturas intermédias do PRN. Não conseguimos obter muitas informações sobre a regularidade das suas reuniões,⁵² nem sobre as actividades administrativas realizadas por esta comissão, embora elas estivessem relacionadas com questões burocráticas, financeiras e contabilísticas do partido.⁵³ Não sabemos se havia algum cargo remunerado ou se havia funcionários do partido,

⁴⁷ Cf. *República*, 24 de Maio de 1923, 2.

⁴⁸ Cf. *República*, 25 de Maio de 1923, 2; *Diário de Lisboa*, 25 de Maio de 1923, 8.

⁴⁹ Cf. *Diário de Lisboa*, 27 de Maio de 1925, 5

⁵⁰ Veja-se a nota de imprensa divulgada após a reunião realizada no dia 24 de Maio: «O Grupo parlamentar nacionalista tomou conhecimento da intransigência do partido democrático em face da plataforma apresentada pelos independentes e aceite integralmente pelo Partido Nacionalista, e resolveu manter a sua actual atitude rectificando o seu voto de confiança no Directório». *República*, 25 de Maio de 1923, 2.

⁵¹ Artigos 15.º e 28.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.ª, 1923), 5 e 10. No PRL a Comissão Administrativa tinha a mesma composição. Cf. cap. V, art.º 24.º, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal* (Lisboa: Tipografia Bayard, 1919), 9.

⁵² Cf. *República*, 11 de Abril de 1923.

⁵³ Numa reunião da Comissão Administrativa ficou «assente a impressão e distribuição dum questionário estatística aprovado pelo Directório do Partido». *O Jornal*, 17 de Maio de 1924, 1.

embora as poucas informações disponíveis apontem para uma resposta negativa.

O PRN tinha ainda como órgão directivo nacional a «Junta Consultiva». A Junta Consultiva estava incumbida de dar pareceres e de pedir esclarecimentos ao Directório e era composta por um número alargado de actuais e antigos membros da elite do PRN e dos seus partidos predecessores,⁵⁴ nomeadamente:

- a) Pelos vogais substitutos do Directório que não estejam em exercício;
- b) Pelos vogais efectivos e substitutos da comissão administrativa;
- c) Pelos ex-vogais efectivos do Directório;
- d) Pelos Ministros e ex-ministros;
- e) Pelos deputados e senadores, e pelos antigos deputados e senadores;
- f) Pelos governadores e ex-governadores de província ou distritos ultramarinos;
- g) pelos governadores civis e ex-governadores civis;
- h) Pelos presidentes das comissões distrital e municipal de Lisboa e por quatro delegados eleitos pelas comissões paroquiais de cada um dos quatro bairros da mesma cidade.⁵⁵

Portanto, a maioria dos membros da Junta Consultiva eram delegados de direito (ocupação de um cargo) e uma minoria eram delegados eleitos. Era um órgão que reunia a elite alargada do PRN, com os seus históricos notáveis, alguns ligados aos partidos antecessores do PRN, mas já sem actividade política activa nesse momento.

A Junta Consultiva reunia quando convocada pelo Directório ou por iniciativa própria. Registamos 10 reuniões deste órgão político,⁵⁶ sendo a primeira reunião a 7 de Maio de 1923 e a última em 9 de Outubro de 1930, conforme relatamos nos capítulos 1 e 2. Os temas tratados nestas reuniões eram normalmente de grande transcendência para vida interna do partido ou relacionados com a situação política nacional. Na reunião de 7 de Maio de 1923 foi analisado o abandono do Congresso por parte dos parlamentares nacionalistas,⁵⁷ na reunião de 8 de Novembro desse

⁵⁴ No PRP a Junta Consultiva era constituída por quinze membros eleitos bianalmente em Congresso e por dez deputados e cinco senadores eleitos pelo grupo parlamentar. Cf. cap. VIII, art. 28.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português* (Lisboa: Tida Sociedade Editorial Democrática, 1921), 10.

⁵⁵ Art. 31.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.ª, 1923), 10-11.

⁵⁶ Datas das reuniões da Junta Consultiva do PRN: 7 de Maio de 1923; 8 de Novembro de 1923; 15 de Dezembro de 1923; 27 de Agosto de 1925; 3 de Setembro de 1925; 3 de Novembro de 1926; 28 de Outubro de 1927; 4 de Novembro de 1927; 6 de Setembro de 1930; 9 de Outubro de 1930.

⁵⁷ *República*, 3 de Maio de 1923, 1; *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1923, 1; *República*, 5 de Maio de 1923, 1; *República*, 9 de Maio de 1923, 2; Carta enviada por Álvaro Xavier de Castro, datada em Lisboa, em 9 de Maio de 1923, Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/741.

ano foi estudada a possibilidade de constituir um governo extra-partidário presidido por Afonso Costa⁵⁸ e na reunião de 15 de Dezembro de 1923 a Junta Consultiva pronunciou-se sobre a possibilidade de participar em governos de concentração. Nas reuniões de 27 de Agosto e de 3 de Setembro de 1925 tomaram-se essencialmente decisões sobre as candidaturas a apresentar nas eleições legislativas desse ano.⁵⁹ Após o início da Ditadura Militar a Junta Consultiva ganhou uma relevância maior, dada a impossibilidade de convocar o congresso do PRN. Na reunião de 3 de Novembro de 1926 apoiou-se a posição assumida pelo Directório face à Ditadura Militar.⁶⁰ Nas reuniões de 28 de Outubro e 4 de Novembro de 1927 foi analisado e rectificado o projecto constitucional apresentado por António Ginestal Machado.⁶¹ Por fim, nas reuniões de 6 de Setembro e 9 de Outubro de 1930 foi analisado o problema do lançamento da União Nacional e a atitude que o partido deveria tomar face à situação política vigente.⁶² A partir desta data não foi possível reunir este órgão devido às limitações impostas pelo Governo. Nestas reuniões participavam geralmente 50 a 80 membros e as deliberações eram normalmente tomadas após discussão e votação de moções.

Os órgãos directivos locais

A nível regional, o PRN estava organizado em moldes tradicionais, seguindo a estrutura administrativa (comissões distritais, municipais e paroquiais/freguesia). Álvaro de Castro ainda tentou que a organização estivesse centrada nos círculos eleitorais, conforme estava organizado no Partido Republicano de Reconstituição Nacional,⁶³ de forma a tentar obter maior êxito eleitoral.⁶⁴ No entanto, acabou-se por manter a estrutura clássica dos partidos portugueses que também tinha sido seguida

⁵⁸ Cf. *Diário de Lisboa*, 8 de Novembro de 1923, 8; *República*, 9 de Novembro de 1923, 1; *República*, 8 de Novembro de 1923, 1. *Diário de Lisboa*, 12 de Novembro de 1923, 8; *O Combate*, 25 de Novembro de 1923, 2.

⁵⁹ Cf. *O Imparcial*, 28 de Agosto de 1925, 4; *Gazeta de Viana*, 10 de Setembro de 1925, 1; *Ação Nacionalista*, 13 de Setembro de 1925, 4.

⁶⁰ Cf. *Notícias de Viseu*, 6 de Novembro de 1926, 1; *O Debate*, 7 de Novembro de 1926, 1.

⁶¹ *Diário de Lisboa*, 29 de Outubro de 1927, 8; *Diário de Lisboa*, 5 de Novembro de 1927, 8.

⁶² *Diário de Lisboa*, 30 de Agosto de 1930, 12; *Diário de Lisboa*, 9 de Outubro de 1930; *Correio da Extremadura*, 13 de Setembro de 1930, 1.

⁶³ Cf. Silva, «O Partido Reconstituente...», 66-68.

⁶⁴ Álvaro de Castro defendia que a organização do PRN deveria ser «diversa do que tem sido. A base das comissões e núcleos não está nos distritos, nem nos concelhos. Mas sim nos círculos». Álvaro de Castro, *Diário de Lisboa*, 27 de Janeiro de 1923, 8.

pelo Partido Republicano Liberal.⁶⁵ Contudo, o Partido Republicano Português, o Partido Republicano da Esquerda Democrática e a União Liberal Republicana optaram na fase final da I República por constituir «Comissões de Círculo Eleitoral» ou «Federações Municipais» nas sedes dos círculos eleitorais.⁶⁶

As comissões distritais eram constituídas por cinco vogais efectivos e cinco vogais substitutos eleitos por dois delegados de cada comissão municipal.⁶⁷ As comissões municipais tinham uma dimensão flexível em função da grandeza do concelho e da força do PRN. As comissões municipais de Lisboa e do Porto eram constituídas respectivamente, por doze e nove membros efectivos e igual número de substitutos. Os restantes concelhos podiam constituir comissões de sete, cinco ou três membros efectivos. Nos concelhos onde não fosse possível constituir uma comissão o Directório nomearia um cidadão que representaria os interesses do PRN no concelho.⁶⁸ As comissões de paroquiais (ou de freguesia) eram constituídas por três vogais efectivos e igual número de vogais substitutos, com excepção das comissões de freguesia de Lisboa e Porto que eram compostas por sete e cinco membros respectivamente.⁶⁹ Cada uma das comissões elegia um presidente e um secretário. As comissões distritais, concelhias e paroquiais estavam subordinadas aos órgãos hierarquicamente superiores, nomeadamente o Directório. As principais funções destas comissões eram a organização partidária e a expansão do partido na sua área de influência. As comissões paroquiais (ou de freguesia) não serão objecto de análise aprofundada neste estudo.

A nível das comissões distritais identificamos 15 órgãos políticos com actividade: Comissão Distrital de Beja;⁷⁰ Comissão Distrital de Braga;⁷¹ Comissão Distrital de Castelo Branco;⁷² Comissão Distrital de Coim-

⁶⁵ Cf. cap. VIII, art.º 33.º, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal* (Lisboa: Tipografia Bayard, 1919), 11.

⁶⁶ Cap. VI, art. 21.º a art. 25.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português* (Lisboa: Tip. da Sociedade Editorial Democrática, 1921), 8-9; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 204-205; *A Noite*, 21 de Abril de 1926, 3.

⁶⁷ Arts. 23 e 37.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.ª, 1923), 8 e 12.

⁶⁸ Art. 38.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.ª, 1923), 12.

⁶⁹ Art. 39.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.ª, 1923), 12.

⁷⁰ Cf. *O Bejense*, 29 de Outubro de 1925, 1.

⁷¹ Cf. *Diário do Minho*, 23 de Março de 1926, 1.

⁷² Cf. *O Jornal*, 29 de Dezembro de 1923, 1.

bra;⁷³ Comissão Distrital de Évora;⁷⁴ Comissão Distrital da Guarda;⁷⁵ Comissão Distrital de Lisboa;⁷⁶ Comissão Distrital de Portalegre;⁷⁷ Comissão Distrital do Porto;⁷⁸ Comissão Distrital de Santarém;⁷⁹ Comissão Distrital de Viana do Castelo;⁸⁰ Comissão Distrital de Vila Real;⁸¹ Comissão Distrital de Viseu;⁸² Comissão Distrital do Funchal;⁸³ Comissão Distrital de Ponta Delgada.⁸⁴ Não foram identificados comissões distritais do PRN em Aveiro, Bragança, Faro, Leiria, Angra do Heroísmo e Horta. No entanto, é possível que tenham existido de forma efémera nestes locais, pois as actividades das comissões distritais eram reduzidas e tinham pouca repercussão na imprensa. A acção política no terreno estava principalmente nas mãos das comissões municipais, cabendo às comissões distritais um papel activo na negociação com o Directório dos candidatos a deputado e senador pelos seus distritos. Esta escolha provocou, por vezes, algumas tensões com o Directório e com as comissões municipais, conforme relatamos no capítulo 1. Nos casos em que não havia acordo, cabia ao Directório o parecer definitivo.⁸⁵ A escolha dos candidatos às eleições administrativas era normalmente mais pacífica.

Com base nas fontes consultadas identificamos 161 Comissões Municipais do Partido Republicano Nacionalista no continente, o que representava 60,1% do total dos concelhos de Portugal continental. Se tomarmos em consideração o continente e as ilhas adjacentes, o PRN estava organizado em 171 concelhos, o que representava 57,6% do total dos concelhos de Portugal continental e insular. Os distritos com uma malha mais densa de comissões municipais do PRN eram os de Coimbra, Braga, Funchal, Vila Real, Faro, Santarém Lisboa e Porto. Pelo contrário, os distritos de Aveiro e da Guarda eram onde a rede de comissões

⁷³ *República*, 19 de Abril de 1923, 2; 22 de Novembro de 1923, 1. *O Figueirense*, 19 de Abril de 1923, 1.

⁷⁴ *O Jornal*, 29 de Dezembro de 1923, 1; *Acção Nacionalista*, 6 de Setembro de 1925, 2.

⁷⁵ *Distrito da Guarda*, 18 de Fevereiro de 1923, 1; *idem*, 21 de Outubro de 1923, 1.

⁷⁶ *O Jornal*, 1 de Julho de 1924, 1; *O Debate*, 20 de Abril de 1924, 1.

⁷⁷ *Acção Nacionalista*, 6 de Julho de 1925, 4.

⁷⁸ *A Norma*, 25 de Janeiro de 1923, 2; *República*, 14 de Abril de 1923, 2; *idem*, 1 de Dezembro de 1923, 1.

⁷⁹ *Correio da Estremadura*, 12 de Maio de 1923, 2.

⁸⁰ *O Jornal*, 24 de Dezembro de 1923, 4.

⁸¹ *República*, 13 de Março de 1923, 1; *O Século*, 13 de Janeiro de 1923, 2.

⁸² *O Jornal*, 24 de Dezembro de 1923, 4.

⁸³ *O Jornal*, 27 de Dezembro de 1923, 2.

⁸⁴ Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/1063.

⁸⁵ Art. 27.º e 41.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.ª, 1923), 9 e 13.

Quadro A2.3 – Comissões municipais do PRN por distrito

Distrito	Número de concelhos no distrito	Comissões municipais do PRN	% de comissões face ao total
Coimbra	17	16	94,1
Braga	13	12	92,3
Vila Real	14	11	78,6
Faro	16	12	75,0
Santarém	20	15	75,0
Lisboa	14	10	71,4
Porto	17	12	70,6
Castelo Branco	11	7	63,6
Viana do Castelo	10	6	60,0
Beja	14	8	57,1
Portalegre	15	8	53,3
Leiria	15	7	46,7
Évora	13	6	46,2
Bragança	12	5	41,7
Setúbal*	12	5	41,7
Viseu	24	10	41,7
Guarda	14	5	35,7
Aveiro	17	6	35,3
Total continente	268	161	60,1
Angra do Heroísmo; Horta; Ponta Delgada	18	1	5,5
Funchal	11	9	81,8
Total continente e ilhas adjacentes	297	171	57,6

* O distrito de Setúbal autonomizou-se do distrito de Lisboa em 22 de Dezembro de 1926.

municipais era mais escassa no continente (veja-se o quadro A2.3). Nas ilhas adjacentes ressalta a fraca rede de comissões municipais nos Açores, com apenas uma comissão municipal identificada. No entanto, é provável que tenham existido mais algumas comissões, que poderão surgir noutras fontes não consultadas. Nas colónias não foi identificada nenhuma estrutura organizativa do PRN.⁸⁶

Estes dados revelam uma presença forte e relativamente homogénea do PRN nas várias regiões da metrópole, mas também demonstram que era o segundo partido do país a nível da organização partidária. Segundo Oliveira Marques o PRP possuía 19 comissões distritais e 256 comissões

⁸⁶ Veja-se a base de dados completa das comissões distritais, concelhias e de freguesia do PRN no Anexo 2 da tese de doutoramento: Manuel Baiôa, «Elites e organizações políticas na I República Portuguesa: o caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)» (Tese de doutoramento, Évora, Universidade de Évora, 2012).

municipais na metrópole em 1914.⁸⁷ Não existem dados seguros para o período de 1923 a 1926, mas o PRP continuava, por certo, com uma rede partidária mais consistente do que o PRN. No entanto, o PRN estava bastante à frente do Partido Republicano da Esquerda Democrática, uma vez que este apenas estava organizado em duas federações municipais (situadas nas sedes dos círculos eleitorais) e em 46 comissões municipais.⁸⁸ O PRN também tinha uma rede política mais densa do que os seus partidos predecessores, como o Partido Republicano Evolucionista, que apenas conseguiu ter comissões políticas em 6 distritos e em 89 concelhos em 1915⁸⁹ ou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional que dispunha apenas de 90 comissões (entre distritais e municipais) entre 1920 e 1923.⁹⁰

Algumas das comissões distritais e municipais do PRN tiveram vida efémera e houve uma redução do seu número com as cisões lideradas por Álvaro de Castro e Cunha Leal, que foi impossível contabilizar com rigor. Esta falta de consistência das comissões locais poderia ser ultrapassada, segundo alguns nacionalistas, pela dinâmica dos órgãos centrais do PRN. José O'Neill Pedrosa, presidente do Centro Republicano Nacionalista – Dr. Jacinto Nunes, defendia que era «absolutamente necessário admitir-se e dar seguimento à proposta tantas vezes alvitrada nos Congressos, na qual se pediu que cada círculo eleitoral tivesse uma comissão política central nomeada pelo Directório composta de cinquenta vogais que tenham provado prestígio no círculo». Esta solução de recurso apresentada por José O'Neill Pedrosa pretendia ultrapassar o problema de «em muitos círculos, e não muito longe de nós, nem comissões políticas do nosso partido existem nos diversos concelhos».⁹¹

As comissões municipais e distritais reuniam geralmente nos centros políticos nacionalistas. Nos locais onde não existiam centros, as reuniões realizavam-se frequentemente nas casas dos notáveis locais.⁹² Algumas comissões municipais tinham reuniões semanais, como a Comissão Mu-

⁸⁷ A. H. de Oliveira Marques, coord., *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 11 (Lisboa: Editorial Presença, 1991), 409.

⁸⁸ António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 204-206.

⁸⁹ Marques, coordenação de, *Portugal da Monarquia...*, 412.

⁹⁰ Silva, «O Partido Reconstituente...», 61-62.

⁹¹ José O'Neill Pedrosa, *Acção Nacionalista*, 15 de Fevereiro de 1925, 1.

⁹² No dia 13 de Junho de 1923 reuniram-se os membros do PRN do concelho de Alenquer no consultório do Dr. Duarte Rosa Ramos a fim de serem eleitas a comissão concelhia e as comissões de freguesia do concelho de Alenquer. Cf. *A Razão*, 20 de Junho de 1923, 1.

nicipal do PRN do Porto, que reunia ao Sábado.⁹³ Contudo, a maioria das comissões municipais apenas reunia nos períodos eleitorais, tendo uma actividade pouco consistente e duradoira. A eleição destas comissões era um puro acto administrativo, uma vez que nunca havia concorrentes, sendo as listas «cozinhas» pelos notáveis locais.

Esta falta de transparência, pluralismo e democracia nas eleições internas também era evidente nas reuniões partidárias locais. Durante estas reuniões havia o que se pode chamar «decisão por interpretação». As reuniões eram mais para dar conhecimento do que para debater. As propostas eram normalmente aprovadas por ovação e não por votação.⁹⁴ Veja-se como exemplo a reunião realizada em Fevereiro de 1923 em Évora, entre liberais e reconstituintes, para decidir da fusão dos dois partidos. Foram dadas várias informações, mas não houve nenhum debate. A reunião terminou enviando-se um telegrama a saudar o novo partido.⁹⁵ O mesmo sucedeu na reunião para analisar a decisão do Directório do Partido Republicano Nacionalista de não viabilizar um governo presidido por Afonso Costa,⁹⁶ ou na indicação de um correligionário para o cargo de governador civil de Évora.⁹⁷ As comissões serviam quase só para idolatrar e aclamar os líderes – «para dar vivas». Imperava uma cultura de dependência e de submissão aos líderes, estando os elementos de base numa posição passiva.⁹⁸ As moções e decisões eram tomadas habitualmente por aclamação para criar uma impressão de unanimidade e unidade do partido.⁹⁹ No entanto, revelavam acima de tudo que era uma pequena elite que dominava o partido, tomava as decisões importantes e distribuía os recursos disponíveis.¹⁰⁰

⁹³ *O Jornal*, 5 de Janeiro de 1924, 1.

⁹⁴ Silva, «O Partido Reconstituente...», 66-67.

⁹⁵ *Democracia do Sul*, 29 de Fevereiro de 1923, 2.

⁹⁶ *Democracia do Sul*, 14 de Novembro de 1923, 2.

⁹⁷ *Democracia do Sul*, 20 de Novembro de 1923, 2.

⁹⁸ Silva, «O Partido Reconstituente...», 72.

⁹⁹ Veja-se, por exemplo, a moção aprovada por aclamação no Centro Político Nacionalista de Portalegre. Cf. *República*, 4 de Janeiro de 1924, 1.

¹⁰⁰ Veja-se a seguinte carta enviada por Jaime Dias, funcionário no Governo Civil de Castelo Branco, para o deputado do PRN, Bernardo Ferreira de Matos, que era o seu patrono em Lisboa:

«Gabinete do Governador Civil do Distrito de Castelo Branco

Meu caro Dr.

Venho informá-lo.

Meu irmão António Lopes Dias concorreu a toda a série de escolas que constam da Lista da Junta.

Os líderes nacionais do PRN raramente sentiam necessidade de ouvir as bases do partido. Alberto Xavier entrevistado por um jornalista do *Diário de Lisboa* sobre a possibilidade de serem consultados os eleitores do PRN em todos os círculos sobre a possibilidade dos parlamentares do PRN regressarem ao Parlamento disse o seguinte:

- Não. Não vale a pena. Por exemplo, eu não consulto o meu.
- Porquê?
- Porque já sei que a resposta não pode deixar de ser afirmativa.¹⁰¹

A comissão distrital e municipal de Lisboa procurou organizar um cadastro das comissões políticas e dos seus associados¹⁰² e estreitar os laços entre as várias estruturas do partido.¹⁰³ No entanto, no resto do país a maioria das estruturas funcionavam desligadas umas das outras, com pouca articulação vertical e horizontal.

Esta realidade não era muito diferente do que se passava em alguns partidos da Europa da mesma época. No Partido Radical Francês as comissões políticas urbanas eram bastante mais activas do que as rurais. Reuniam habitualmente uma vez por mês, com um interregno nos meses de Verão e tinham uma maior actividade antes dos actos eleitorais. A frequência das reuniões revelava que muitos membros eram passivos e que

Tenho o maior empenho em que ele seja colocado em qualquer delas e como não me é possível ir agora a Lisboa muito lhe agradeço de tomar o caso à sua conta e protecção. Não faz questão de localidade, a questão é ser nomeado e como ele tem classificação regular, creio que poderá conseguir-se.

Estão já nomeados os administradores da Sertão e Proença-a-Nova.

Sobre o Governador Civil, como as comissões reúnem hoje, só amanhã poderei dizer-lhe alguma coisa na certeza porém de que, como o meu caro Dr., todos servem desde que representem a opinião e sentir do partido, que deve manter-se mais do que nunca manter-se firme e unido. [...]

Sobre os administradores: Já devem ter tomado posse os que me indicou.

19 de Novembro de 1923

Jaime Dias». Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

¹⁰¹ Entrevista a Alberto Xavier, *Diário de Lisboa*, 28 de Maio de 1923, 5.

¹⁰² Comissão Distrital de Lisboa: «Foi deliberado organizar com toda a brevidade o cadastro partidário do distrito e nessa ordem de ideias vai ser enviada circular a todas as comissões municipais para fornecerem os elementos necessários para tal fim». *O Jornal*, 5 de Junho de 1924, 1.

¹⁰³ Em Abril de 1924 os secretários da Comissão Municipal de Lisboa apresentaram os documentos para elaborar o cadastro do PRN em Lisboa, constituído por dois boletins que ficavam arquivados em duplicado: um na comissão política de freguesia e outro na comissão municipal. Nesse momento encontravam-se organizadas 42 comissões do PRN em Lisboa. Resolveu-se que um ou dois membros da Comissão Municipal participassem nas comissões de freguesia para estreitar laços para uma maior coesão partidária. Cf. *O Jornal*, 4 de Abril de 1924, 1.

os cargos dirigentes pertenciam quase sempre aos mesmos cidadãos. As temáticas das reuniões centravam-se principalmente em questões internas, tais como, a adesão dos novos membros ao partido e problemas eleitorais locais e, em menor grau, questões de política geral. As discussões sobre as decisões dos órgãos centrais não eram relevantes, dado que geralmente os membros dos partidos confiavam nos chefes nacionais.¹⁰⁴ No entanto, os partidos de massas emergentes começaram a operar uma transformação na organização interna. Por exemplo, no Partido Socialista Italiano o referendo interno passou a ser a base das decisões mais importantes.¹⁰⁵

Os centros políticos

Os primeiros centros republicanos surgiram em Lisboa em meados do século XIX, tendo por objectivo a instrução dos grupos sociais desfavorecidos e a propaganda dos ideais republicanos. Estes centros proliferaram na capital e nas principais cidades portuguesas contribuindo decisivamente para a edificação da República. Após a criação do sistema de partidos da República multiplicaram-se os centros políticos ou clubes associados aos vários partidos que foram surgindo.¹⁰⁶

Os centros políticos promoviam a propaganda e o crescimento dos partidos na sua região. No entanto, também eram um importante agente na sociabilidade, coesão e educação dos sócios. Alguns destes centros tinham um centro escolar e uma biblioteca, promoviam a circulação e a leitura de jornais e organizavam palestras, festas, passeios e comícios.

Ao longo da I República o Partido Democrático continuou a ter a hegemonia destes centros. Em 1914 tinha 339 centros ou associações na metrópole.¹⁰⁷ Não temos dados seguros para o período de 1923 a 1926, mas o seu número deverá ter descido ligeiramente. O Partido Republicano Nacionalista contava com uma rede de centros mais modesta, reunindo 28 centros no continente.¹⁰⁸ A maioria dos centros estava concen-

¹⁰⁴ Cf. Serge Berstein, *Histoire du Parti Radical. La recherche de l'âge d'or (1919-1926)* (Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1980), 180-181.

¹⁰⁵ Cf. Maurizio Ridolfi, *Il PSI e la nascita del partito di massa, 1892-1922* (Roma: Laterza, 1992), 41.

¹⁰⁶ António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 206-209; Lia Ribeiro, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011).

¹⁰⁷ A. H. de Oliveira Marques, coord., *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 11 (Lisboa, Editorial Presença, 1991), 409.

¹⁰⁸ Veja-se a base de dados completa dos Centros políticos do PRN no Anexo 2 da tese de doutoramento: Manuel Baiôa, «Elites e Organizações Políticas na I República Portu-

trada em Lisboa, que contava com 9 centros do PRN e no Porto, que tinha 2 centros. Os restantes centros estavam espalhados pelo território continental, principalmente em algumas capitais de distrito, como Beja, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Santarém e Vila Real. Havia ainda centros em algumas localidades onde o Partido Republicano Nacionalista tinha forte implantação, como Algés, Aljustrel, Barreiro, Figueira da Foz, Loulé, Olhão, Penafiel, Sesimbra e Vila Nova de Gaia. Portanto, conforme se pode ver no mapa A2.1, o PRN contava com uma rede dispersa de centros políticos, mas com uma fraca densidade, quando comparada com o partido hegemónico da República, pelo que muitos distritos não tinham qualquer centro do PRN, como Castelo Branco, Leiria, Braga, Viseu, Aveiro, Viana do Castelo, Bragança, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e Funchal. Se a comparação for feita com o Partido Republicano da Esquerda Democrática há uma certa paridade, embora este partido levasse vantagem no Porto e o PRN em Lisboa.¹⁰⁹ Após a instauração da Ditadura Militar os diversos centros políticos do Partido Republicano Nacionalista foram encerrando, principalmente entre 1928 e 1931, em datas difíceis de circunscrever. Alguns destes centros, como o de Aljustrel, ainda em funcionamento actualmente, adaptaram-se às condições da Ditadura Militar e do Estado Novo, transformando-se em centros republicanos, com um carácter mais recreativo. Estes centros abandonaram a acção puramente política para se dedicarem a actividades lúdicas e culturais.

Era prática comum atribuir aos centros políticos nomes de figuras prestigiadas da República e do partido ou datas marcantes da afirmação republicana. Dentro do PRN tínhamos o Centro Republicano Nacionalista do Barreiro – Dr. António Granjo,¹¹⁰ o Centro Republicano – José Falcão, da Figueira da Foz,¹¹¹ o Centro Dr. António Granjo de Lisboa,¹¹² o Centro Republicano 10 de Janeiro de 1919 de Lisboa,¹¹³ o Centro Republicano Ribeiro de Carvalho de Lisboa,¹¹⁴ o Centro Republicano Nacionalista de Alcântara (Lisboa), Dr. Jacinto Nunes,¹¹⁵ o Centro Escolar

guesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)» (Tese de doutoramento, Évora, Universidade de Évora, 2012).

¹⁰⁹ António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 206-209.

¹¹⁰ *Acção Nacionalista*, 8 de Março de 1925, 4.

¹¹¹ *O Figueirense*, 12 de Abril de 1923, 1

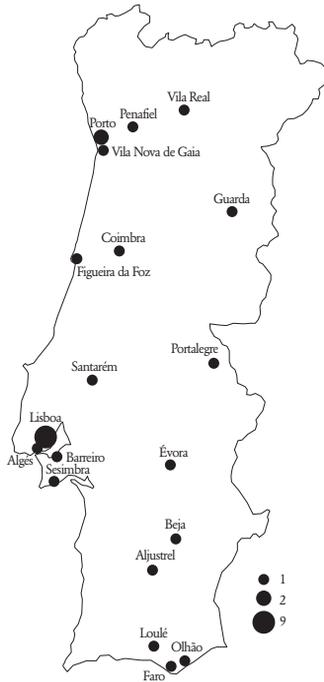
¹¹² *República*, 7 de Março de 1923

¹¹³ *A Tarde*, 18 de Janeiro de 1924, 3

¹¹⁴ *República*, 14 de Março de 1923, 2.

¹¹⁵ *República*, 22 de Maio de 1923; *idem*, 18 de Outubro de 1923, 1.

Mapa A2.1 – Centros políticos do PRN (1923-1930)



Republicano Dr. António José de Almeida,¹¹⁶ o Centro Republicano Latino Coelho,¹¹⁷ o Centro Sidónio Pais de Lisboa,¹¹⁸ o Centro Republicano Nacionalista Dr. Manuel de Arriaga,¹¹⁹ o Centro Nacionalista de Loulé – Mendes Cabeçadas,¹²⁰ o Centro Nacionalista Cunha Leal, de Olhão,¹²¹ o Centro Político Nacionalista «Dr. Lopes Coelho», de Penafiel.¹²²

Em Évora, parte do sucesso do PRN deveu-se ao papel dinamizador do seu centro político que se formou no dia 1 de Março de 1923. O «Centro Republicano Nacionalista Eborense» era um dos principais pólos de sociabilidade política da cidade (existiam mais três centros políticos: Ra-

¹¹⁶ *República*, 15 de Junho de 1923, 2.

¹¹⁷ *República*, 16 de Junho de 1923, 2.

¹¹⁸ *O Rebate*, 11 de Março de 1926, 1.

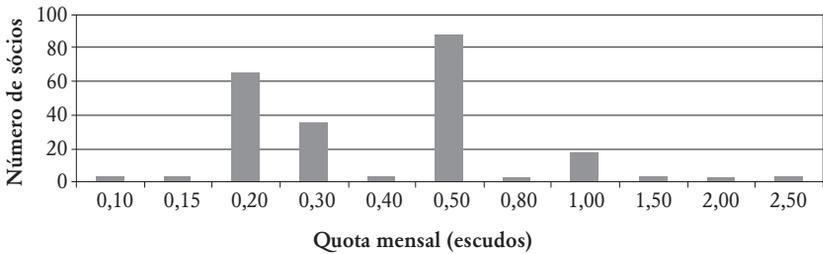
¹¹⁹ *República*, 7 de Março de 1923.

¹²⁰ *O Imparcial*, 21 de Agosto de 1925, 1.

¹²¹ *Acção Nacionalista*, 30 de Julho de 1925, 4

¹²² Segundo *O Penafidense* o «Centro Dr. Lopes Cardoso» do Partido Republicano Nacionalista de Penafiel tinha 84 sócios. *O Penafidense*, 6 de Abril de 1926, 1.

Gráfico A2.1 – Quota mensal dos sócios fundadores do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923)



Fonte: *Livro de Sócios Inscritos – Centro Republicano Nacionalista* [Évora, 1923-1928]. Arquivo particular de Cláudio Percheiro, Évora (em posse da família).

dical, Esquerdista e Democrático). O centro iniciou a sua actividade com 230 sócios fundadores e até 31 de Agosto de 1926 inscreveram-se um total de 330 sócios. Tendo em conta o número de recenseados no concelho de Évora em 1925, podemos afirmar que o centro dispunha de cerca de 9% dos potenciais votantes¹²³. A quota mensal que os sócios fundadores pagavam no centro nacionalista em 1923 oscilava entre 0,1 e 2,5 escudos (veja-se o gráfico A2.1). Chegando a quota máxima aos 5 escudos em 1926. A quota média e a moda situavam-se nos 0,5 escudos. Aqueles que pagavam uma quota mais elevada eram aqueles que tinham um estatuto sócio-profissional mais elevado e que tinham uma participação política mais activa, tendo uma posição de destaque na hierarquia do partido e disputavam os lugares políticos mais prestigiados: deputado, governador civil, administrador do concelho, presidente e vereador da câmara municipal. Os valores pagos pela elite eborense eram inferiores aos praticados nos centros políticos nacionalistas de Lisboa, que em 1923 já cobravam 5 escudos aos membros mais categorizados, chegando aos 7,5 escudos em 1925.¹²⁴

Os centros políticos desempenhavam um papel fundamental na educação moral e cívica dos sócios e na afirmação dos partidos. Os centros nacionalistas realizavam várias actividades políticas e culturais, embora não tenhamos registado nenhuma ligada à formação e educação formal dos seus sócios e familiares. No entanto, houve outras de estímulo à edu-

¹²³ Desconhecemos o número de sócios que se foram desligando do centro nacionalista entre 1923 e 1925. No entanto, até Dezembro de 1925 tinham-se inscrito 308 sócios. Em 1925 encontravam-se recenseados 3226 indivíduos no concelho de Évora. Cf. Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, 43.

¹²⁴ Veja-se as quotas pagas pelo Dr. Bernardo Ferreira de Matos no Centro Republicano Nacionalista do Calhariz e no Centro Republicano Latino Coelho. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família)

cação das crianças e dos jovens. Para além das reuniões ordinárias de gestão política do centro, de dinamização política na região e da sociabilidade política no seu espaço, os centros despenhavam outras quatro importantes actividades.

A primeira actividade a destacar era o recenseamento. Os centros promoviam o recenseamento eleitoral dos seus sócios e dos seus «amigos». No Centro Ribeiro de Carvalho, de Lisboa, apelava-se frequentemente ao recenseamento eleitoral e dava-se esclarecimentos sobre o processo. Os dirigentes deste centro tinham consciência de que «sem bons recenseamentos não há possibilidade de ganharem eleições, por maior que seja a dedicação partidária».¹²⁵

A segunda actividade era menos frequente e estava associada a alguns dos centros políticos conservadores do PRN. Estes centros promoviam algumas cerimónias religiosas. O Centro Republicano Dr. Sidónio Pais realizava periodicamente missas e exéquias ao patrono na Igreja de S. Domingos.¹²⁶ Eram também usuais as missas de sufrágio mandada rezar por amigos de António Granjo e pelas vítimas do 19 de Outubro.¹²⁷

A terceira actividade prendia-se com a visita dos máximos dirigentes do PRN aos centros. Este tipo de evento trazia grande visibilidade aos centros, principalmente aos da província, pelo que constituía uma verdadeira «festa». No dia 25 de Outubro de 1925 deslocaram-se a Coimbra alguns membros do Directório. Foram recebidos na estação dos caminhos-de-ferro por numerosos correligionários, mas também por alguns adversários que tentaram perturbar a manifestação ordeira que os nacionalistas iam realizar. Houve ainda alguns confrontos verbais, mas a chegada da polícia acalmou os ânimos. Posteriormente houve uma sessão de propaganda, onde intervieram Pedro Pita, Cunha Leal e António Ginestal Machado. Ao terminar o comício os convidados deslocaram-se ao Centro Nacionalista de Coimbra onde decorreu uma cerimónia clássica neste tipo de eventos: foi descerrado o retrato do velho republicano Sr. Francisco Vilaça da Fonseca.¹²⁸ De seguida houve uma reunião para

¹²⁵ *República*, 20 de Fevereiro de 1923, 2.

¹²⁶ Veja-se o convite para participar com a família nas exéquias do patrono na Igreja de S. Domingos, enviado pelo Centro Republicano Dr. Sidónio Pais. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

¹²⁷ *República*, 19 de Outubro de 1923, 2.

¹²⁸ Os retratos colocados nas paredes dos centros podiam ser de políticos de primeira ordem (republicanos históricos e membros do Directório) ou de políticos locais. No Centro Nacionalista de Algés descerraram-se os retratos dos mortos do 19 de Outubro (*Ação Nacionalista*, 23 de Novembro de 1924, 3). No Centro Republicano Dr. Sidónio Pais realizou-se uma sessão solene para inaugurar dos retratos de António Ginestal Machado e

analisar e escolher os candidatos a apresentar às eleições pelo círculo de Coimbra. Por fim, para terminar a jornada de propaganda, decorreu um banquete no Palácio Ameal para 200 convivas, onde os líderes locais e os membros do Directório puderam novamente discursar e mobilizar os seus correligionários para o acto eleitoral.¹²⁹ Noutra ocasião, realizou-se uma sessão em memória Dr. António Granjo na sede do Centro Dr. Manuel de Arriaga de Lisboa no dia 19 de Outubro de 1923 às 21 horas e 30 minutos. A sala estava repleta de republicanos de todas as camadas sociais e inclusivamente com muitas senhoras e crianças das escolas, o que não era muito comum neste tipo de eventos. A sala estava decorada com o retrato do Dr. António José de Almeida e o retrato do venerado Dr. Manuel de Arriaga. Na mesa da presidência encontrava-se o busto da República e o retrato do malogrado Dr. António Granjo. À esquerda deste, ainda coberto com a bandeira nacional, encontrava-se o retrato do almirante Machado Santos que ia em breve ser descerrado. A sessão decorreu com uma série de discursos dos principais políticos do PRN, sendo o de Cunha Leal o mais saudado e aplaudido. No fim dos discursos uma menina chamada Alice Soares de Oliveira descerrou «no meio do maior silêncio, o retrato do Almirante Machado Santos». A assistência estava de pé em silêncio e com grande emoção. De repente, irrompem vibrantes palmas e vivas a Machado dos Santos e ao Dr. António José de Almeida. Foram ainda contemplados com o prémio Dr. António Granjo alguns alunos das escolas da freguesia do Sacramento. Este prémio consistiu num «diploma e 25\$00 escudos»¹³⁰ entregues a alguns meninos e livros a outros. Outra actividade habitual dos centros em dias festivos era distribuir um bodo pelos «pobres republicanos».¹³¹ O Centro Nacionalista de Loulé – «Mendes Cabeçadas» tinha uma filarmónica. Numa visita do seu protector, a filarmónica recebeu Mendes Cabeçadas com o hino nacional, seguido de «vivas», «palmas» e de um «copo- de-água».¹³²

Outra actividade periódica levada a cabo pelos centros era a romagem ao cemitério junto à campa de um eminente republicano. Uma das ro-

João Tamagnini Barbosa (*Acção Nacionalista*, 17 de Janeiro de 1926, 1 e 4). No Centro Nacionalista Eborense foram inaugurados no dia 9 de Fevereiro de 1926 os retratos de Alberto Jordão Marques da Costa, Manuel Moniz e Domingos Rosado (*Acção Nacionalista*, 21 de Junho de 1926, 4).

¹²⁹ *O Figueirense*, 29 de Outubro de 1925, 1-2.

¹³⁰ *República*, 20 de Outubro de 1923, 1.

¹³¹ Cf. *Democracia do Sul*, 7 de Outubro de 1928, 4; *idem*, 8 de Outubro de 1929, 1-2; *idem*, 5 de Janeiro de 1930, 1; *idem*, 12 de Janeiro de 1930, 5; *idem*, 7 de Outubro de 1930, 1-2; *idem*, 7 de Outubro de 1931, 1.

¹³² *Acção Nacionalista*, 6 de Julho de 1925, 4

magens mais famosas era ao túmulo de Machado Santos. Os «bons republicanos» e alguns antigos revolucionários do 28 de Janeiro, 5 de Outubro, 27 de Abril e escalada de Monsanto reuniram-se junto ao monumento de D. Pedro IV no Rossio para iniciarem o cortejo. Na frente da romagem iam estes antigos revolucionários, seguidos de uma carreta dos bombeiros municipais coberta de flores, tendo na frente o retrato do fundador da República e uma bandeira que esteve hasteada na Rotunda no 5 de Outubro. No fim do cortejo seguiam os representantes dos centros políticos republicanos conservadores de Lisboa e dos partidos políticos. O cortejo dirigiu-se ao largo do Intendente, onde foi assassinado Machado Santos, tendo-se feito dois minutos de silêncio. No cemitério do alto de S. João falaram várias personalidades realçando as qualidades de Machado Santos. Este tipo de cerimónias permaneceu durante largas décadas. Por exemplo, durante a Ditadura era comum os republicanos bejenses visitarem a campa de Jaime António da Palma Mira, antigo deputado do Partido Republicano Nacionalista.

A imprensa

A imprensa era fundamental para a divulgação e afirmação dos partidos políticos. Os dirigentes do PRN estavam conscientes desta necessidade e procuraram dotar o PRN de uma densa rede de jornais cobrindo todo o território nacional. Entre 1923 e 1932 o PRN teve 35 jornais, 26 oficiais¹³³ e 9 oficiosos,¹³⁴ em 29 localidades. Chaves e Torres Vedras tiveram dois jornais e Lisboa teve cinco jornais apoiantes do PRN. O PRN teve 2 diários e 24 não diários entre os órgãos oficiais de imprensa. Dos órgãos de imprensa não oficiais, 3 eram diários e 6 não diários (veja-se o Anexo 5). O PRN nunca conseguiu ter jornais nas colónias, nas ilhas ad-

¹³³ Eram considerados jornais oficiais do PRN as publicações regulares que defendessem as doutrinas do programa do PRN, adoptassem a sua orientação política e fossem reconhecidos pelo Directório (Art. 44.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.ª, 1923), 12). Como não identifiquei nenhuma lista oficial da imprensa do PRN, considereei todas as publicações que indicassem no subtítulo pertencer a algum organismo do PRN ou que declarassem expressamente o apoio ao PRN. Contudo, havia um cadastro da imprensa do PRN centralizado no Directório que não foi possível identificar. Cf. *Ação Nacionalista*, 23 de Novembro de 1924, 3.

¹³⁴ Os jornais oficiosos não indicavam no subtítulo qualquer ligação ao PRN, nem declaravam expressamente o seu apoio. No entanto, publicavam sucessivos editoriais defendendo as posições do PRN, identificavam novas adesões ao PRN e listas com os seus corpos dirigentes. Noticiavam ainda várias actividades levadas a cabo pelos órgãos do partido.

Mapa A2.2 – Localidades com jornais oficiais e oficiosos do PRN (1923-1932)



jacentes e nos distritos de Faro, Portalegre e Bragança, conforme se pode verificar no mapa A2.2. A sua rede de imprensa ficava atrás do PRP e ligeiramente à frente do Partido Republicano da Esquerda Democrática, que chegou a contar com 11 jornais oficiais (2 diários) e 10 jornais oficiosos (1 diário) entre 1925 e 1926.¹³⁵

A rede de jornais do PRN foi-se deteriorando com o passar dos anos. Na fase de formação do partido contou com a adesão de numerosos órgãos de imprensa do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, contando 24 jornais em Maio de 1923.¹³⁶ A dissidência levada a cabo por Álvaro de Castro em Dezembro de 1923 abalou as estruturas do PRN, passando o partido a contar com

¹³⁵ António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 313.

¹³⁶ *O Debate; O Torreense; Notícias de Viseu; O Penafidense; República; Correio da Extremadura; O Bejense; A Província; Democracia do Sul; O Figueirense; O Liberal; O Liberal de Basto; Gazeta de Cantanhede; A Concórdia; O Imparcial; O Regionalista; A Verdade; A Razão; Distrito da Guarda; A Opinião; A Voz do Guadiana; O Marão; A Folha de Setúbal; A Norma.*

20 jornais em Março de 1924.¹³⁷ O afastamento do poder e os problemas internos contribuíram para que em Dezembro de 1925 já só contasse com 14 jornais.¹³⁸ O enfraquecimento continuou com a cisão de Cunha Leal, uma vez que o PRN passou a ter apenas 9 jornais a defender os seus ideais nas vésperas do «Movimento do 28 de Maio de 1926».¹³⁹ A Ditadura acentuou a decadência do PRN e da sua rede de imprensa. Em Agosto de 1927 já só contava com 6 jornais¹⁴⁰ e em Agosto de 1930 com 3.¹⁴¹ Em 1923 os jornais do PRN cobriam quase todo o território nacional, faltando chegar aos distritos de Faro, Portalegre e Bragança, às ilhas adjacentes e às colónias. No entanto, nos anos seguintes a presença de jornais do PRN no território nacional foi diminuindo, havendo vastas áreas sem qualquer jornal nacionalistas, conforme se pode verificar na evolução dos mapas A2.3 a A2.8. Durante a Ditadura Militar houve o encerramento compulsivo de alguns jornais, mas a maioria dos jornais do PRN cessou a publicação por razões financeiras,¹⁴² tendo as autoridades governamentais responsabilidades nesta situação, uma vez que aos jornais da oposição estava vedada a publicidade de organismos estatais e eram colocadas várias dificuldades administrativas pelos serviços de censura que atrasavam a sua publicação.¹⁴³

¹³⁷ *O Debate; Notícias de Viseu; O Penafidense; Correio da Extremadura; O Bejense; Democracia do Sul; O Figueirense; O Liberal; O Liberal de Basto; Gazeta de Cantanbede; O Imparcial; O Regionalista; A Razão; Distrito da Guarda; A Opinião; A Voz do Guadiana; O Marão; Gazeta de Viana; O Correio de Chaves; O Jornal.*

¹³⁸ *O Debate; Notícias de Viseu; O Penafidense; Correio da Extremadura; Democracia do Sul; O Figueirense; O Liberal de Basto; Gazeta de Cantanbede; O Imparcial; Distrito da Guarda; A Opinião; A Voz do Guadiana; Acção Nacionalista; O Povo de Gaya.*

¹³⁹ *O Debate; Notícias de Viseu; O Penafidense; Correio da Extremadura; Democracia do Sul; O Figueirense; O Imparcial; A Voz do Guadiana; A Justiça.*

¹⁴⁰ *O Debate; Notícias de Viseu; Correio da Extremadura; Democracia do Sul; A Voz do Guadiana; Republica Portuguesa.*

¹⁴¹ *O Debate; Correio da Extremadura; Democracia do Sul.*

¹⁴² *A Voz do Guadiana* suspendeu a sua publicação desde 1 de Janeiro de 1926 até 15 de Abril de 1926. Apresentou as seguintes causas para o sucedido:

«Ausência indeterminada do director e proprietário do jornal; doença continuada de quase todo o corpo redactorial; défice apreciável nos nossos rendimentos.», *A Voz do Guadiana*, 15 de Abril de 1926, 1.

¹⁴³ Veja-se a seguinte circular enviada pelo chefe de gabinete do Ministro do Interior para os governadores Civis:

«Exmo. Senhor Governador Civil de _____
Confidencial 100-A

Encarrega-me sua Exa. o Ministro do Interior de comunicar a V. Exa. que os anúncios das Câmaras Municipais desse distrito devem ser concedidos apenas aos jornais locais situacionistas; e só em caso de extrema necessidade, poderão ser dados a outros jornais, preferindo d'entre estes, aqueles que, ao menos, se limitem, com exclusão de orientação política, a ser de simples informação.

Um dos pontos negros na estratégia organizacional do PRN foi não conseguir sustentar com continuidade um jornal diário em Lisboa de dimensão nacional e não ter nenhum jornal no Porto e em Coimbra. Nos primeiros tempos a *República*, de Lisboa, ocupou parcialmente as funções de jornal de referência do partido. Durante o I congresso do PRN surgiu a ideia de se criar um jornal afecto ao PRN,¹⁴⁴ dado que embora o *República* defendesse o partido, não era um órgão oficial, uma vez que nunca se quis «sujeitar a pensar pela cabeça dos outros»,¹⁴⁵ como já antes tinha feito a *Lucta*. Álvaro de Castro concordou com a fundação de um diário, órgão do PRN, porque «actualmente não há nenhum órgão do Partido Nacionalista mas apenas jornais que defendem a política dele».¹⁴⁶ No entanto, a fundação deste jornal tardou¹⁴⁷ e o *República* nunca chegou a ser órgão oficial do PRN e a autonomia do seu director, Ribeiro de Carvalho, levava constantemente a diferendos com a hierarquia do PRN, tendo culminado com o afastamento deste jornal do PRN e a sua adesão à causa da Acção Republicana em Dezembro de 1923. Nesse mês, constituiu-se um jornal que ocupou um lugar central na difusão e afirmação do PRN. *O Jornal* iniciou a sua publicação no dia 24 de Dezembro de 1923 e pretendia tornar-se no periódico de referência dos republicanos conservadores. *O Jornal* era, em parte, um continuador d'*A Lucta*, uma vez que era feito nas mesmas oficinas (Largo do Calhariz, 17) e vários colaboradores e correspondentes deste antigo jornal republicano continua-

A Bem da Nação
27 de Janeiro de 1934
O Chefe de Gabinete

António Leite Cruz». ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de Correspondência Expedida, Livro 100.

¹⁴⁴ «Quando na segunda sessão do Congresso Nacionalista, que em Lisboa se realizou no Mês de Março levamos para aquela assembleia a nossa proposta de criação dum jornal, órgão oficioso do partido, não tivemos senão em vista contribuir para uma eficiência maior dos esforços partidários, por meio da unidade dos trabalhos da imprensa. O partido tem vários jornais pela província e até em Lisboa o *República*, de honrosas tradições republicanas e de uma intensa e brilhante combatividade. No entanto, cada um destes jornais representa mais ou menos o modo de ver individual dos jornalistas, que os escrevem, e, por mais que todos eles queiram aproximar-se e convergir para uma acção harmónica, não há possibilidade de alcançar plenamente esse *desideratum*, visto que a orientação dos dirigentes só muito vagamente é conhecida, através da imprecisa concisão das notas oficias». Firmino Martins, «O Novo Jornal Nacionalista», *O Bejense*, 9 de Julho de 1923, 1.

¹⁴⁵ *República*, 22 de Março de 1923, 1.

¹⁴⁶ Álvaro de Castro, *O Século*, 18 de Março de 1923, 2.

¹⁴⁷ Em Setembro de 1923 surgiram algumas notícias anunciando a publicação de um diário do Partido Republicano Nacionalista a partir de 5 de Outubro, denominado *O Nacionalista*. Porém, não iniciou a publicação. Cf. *A Tarde*, 19 de Setembro de 1923, 1.

Mapa A2.3 – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Maio de 1923)



Mapa A2.4 – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Março de 1924)



ram a dar o seu contributo ao novo jornal dos nacionalistas.¹⁴⁸ No entanto, *O Jornal* durou poucos meses. As dificuldades económicas eram muitas, tendo o Directório enviado várias missivas aos correligionários e às comissões políticas solicitando um maior contributo para a manutenção do órgão oficial do PRN. *O Jornal* tinha uma «despesa diária de 1000 escudos e a receita de 500 escudos»,¹⁴⁹ pelo que era necessário cobrir o deficit de 500 escudos. A estratégia passou primeiramente por solicitar o aumento da assinatura aos correligionários que pudessem pagar mais. No entanto, esta estratégia não deu os frutos necessários, pelo que o Directório teve de enveredar por pedir aos membros do PRN que conseguissem «um ou mais assinante, a fim de que *O Jornal* possa viver sem

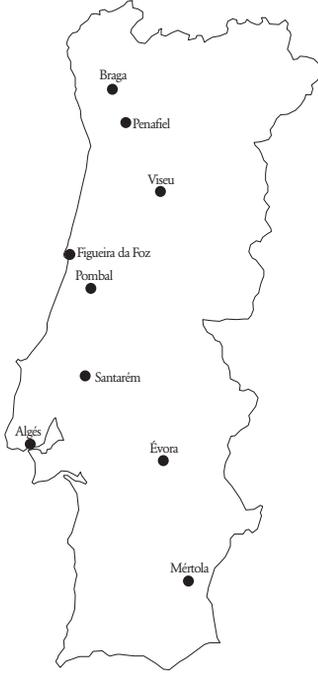
¹⁴⁸ *Diário de Lisboa*, 13 de Novembro de 1923, 1; *O Jornal*, 3 de Janeiro de 1924, 2.

¹⁴⁹ Carta datada em Março de 1924 em Lisboa e assinada pelo Presidente do Directório, António Ginestal Machado e reproduzida em *a Acção Nacionalista*, 1 de Fevereiro de 1925, 2.

Mapa A2.5 – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Dezembro de 1925)



Mapa A2.6 – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Maio de 1926)



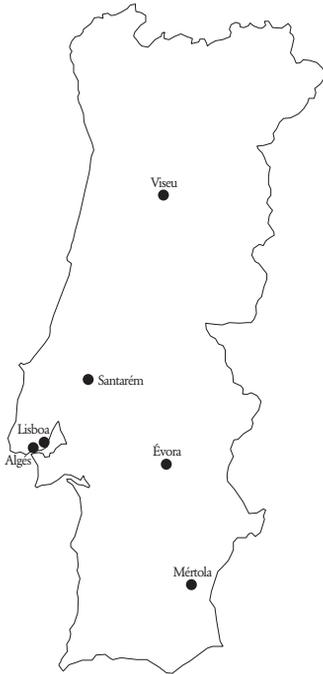
deficit». ¹⁵⁰ Os problemas financeiros mantiveram-se e ditaram que a 20 de Agosto de 1924 cessasse a sua publicação. Dificuldades na gestão ¹⁵¹ e na distribuição ¹⁵² e escassez de assinantes e publicidade ditaram pro-

¹⁵⁰ Carta datada em Maio de 1924 em Lisboa e assinada pelo Presidente do Directório, António Ginestal Machado e reproduzida em *Ação Nacionalista*, 1 de Fevereiro de 1925, 2.

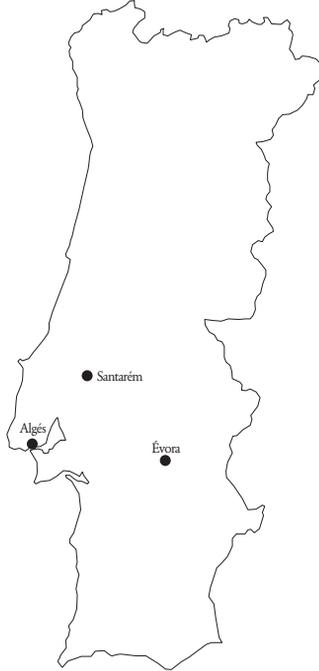
¹⁵¹ Alguns nacionalistas colaboradores da *Ação Nacionalista* explicaram o fracasso d'*O Jornal*, por ser mal dirigido e haver muitos colaboradores com ordenados elevados, quando outros não ganhavam nada (*Ação Nacionalista*, 25 de Janeiro de 1925, 4).

¹⁵² *O Jornal* e o *Ação Nacionalista* custavam 30 cêntimos e vendiam-se apenas em tabacarias de Lisboa, Porto e Coimbra (*O Jornal*, 27 de Março de 1924, 1; *Ação Nacionalista*, 22 de Agosto de 1925, 4). Em Janeiro de 1924 surgiram alguns problemas na recepção d'*O Jornal* pelos assinantes, uma vez que não receberam alguns números. A administração deste órgão de imprensa do PRN estranhava o sucedido, uma vez que alguns destes assinantes receberam o jornal *A Batalha*. Concluíam que deveria haver uma mão oculta responsável pelo sucedido (*O Jornal*, 14 de Janeiro de 1924, 1). Foi elaborado um protesto à administração geral dos correios e telégrafos reclamando por os assinantes não receberem os exemplares do jornal. A administração concluía que havia um propósito de «não só prejudicar o jornal, mas também os assinantes» (*O Jornal*, 18 de Janeiro de 1924, 1).

Mapa A2.7 – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Agosto de 1927)



Mapa A2.8 – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Agosto de 1930)



blemas de liquidez, que iam sendo ultrapassadas com alguns donativos da elite do PRN.¹⁵³ No entanto, teve de suspender abruptamente a publicação com um *deficit* de dezenas de contos, que foi liquidado com o capital dos parlamentares e dos membros do Directório do PRN.¹⁵⁴

¹⁵³ Em Novembro de 1924 Bernardo Ferreira de Matos entregou 300 escudos para «pagar o défice da administração de *O Jornal*», Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

¹⁵⁴ «O PRN ressentia-se da falta de um diário, seu órgão, que difundia os seus pontos de vista. [...]» Durante alguns meses foi possível manter um jornal, órgão diário do PRN. «Mas o sacrifício que tal empreendimento acarretou, de penoso que era, transformou-se em insuportável, e para avaliar, basta que vos digamos ter sido necessário suspender abruptamente a sua publicação, com *deficit* de dezenas de contos, quase totalmente suportado pelos membros do Directório e do Grupo Parlamentar. E no entanto, porque não dizê-lo - um pequeno sacrifício de todos os nossos correligionários seria bastante para manter esse indispensável órgão de propaganda partidária. É esse pequeno sacrifício que a todos vimos pedir. Agora mesmo, dentro desta sala do Congresso, não seria difícil angariar os meios para iniciar a publicação». «Relatório apresentado ao Congresso pelo Directório do PRN», *Acção Nacionalista*, 8 de Março de 1925, 2-3.

Ainda surgiram outras tentativas na capital, como o *Acção Nacionalista*, *O Imparcial* e o *Republica Portuguesa*. No entanto, foram experiências sem grande continuidade e com pouca divulgação. Em Lisboa e na província os jornais iam sobrevivendo com a contribuição dos notáveis locais, uma vez que as empresas não conseguiam criar receitas suficientes para o seu funcionamento.¹⁵⁵ Em Viseu, Afonso de Melo, José Júlio César e José Marques Loureiro, foram os mentores do *Notícias de Viseu*. Estes membros do PRN assumiram «a totalidade dos encargos financeiros e a quase totalidade dos seus trabalhos de redacção». Afonso de Melo justificava esta opção, uma vez que o partido precisava de «ter na capital do distrito de Viseu, voz na imprensa».¹⁵⁶ Alguns nacionalistas nunca aceitaram o facto de o partido não ter um órgão de imprensa forte na capital e criticavam os banquetes pagos a preços elevados, quando essas receitas podiam ser canalizadas para a constituição de um jornal.¹⁵⁷

Com o início da Ditadura Militar agravaram-se os problemas dos jornais afectos ao PRN. O *República Portuguesa* sofreu a pressão das autoridades e da censura, e acentuaram-se os problemas financeiros,¹⁵⁸ que acabariam por ditar a cessação da publicação a 13 de Dezembro de 1927.¹⁵⁹

¹⁵⁵ «Se formos verificar as tiragens dos diferentes diários políticos de Lisboa, de qualquer campo ou “nuance”, reconhecer-se-á que elas são verdadeiramente irrisórias em relação ao número dos correligionários». *O Figueirense*, 16 de Setembro de 1923, 3.

¹⁵⁶ Afonso de Melo, *Notícias de Viseu*, 4 de Março de 1923, 1.

¹⁵⁷ No dia 11 de Janeiro de 1925 realizava-se um almoço oferecido ao Directório do PRN, custando cada inscrição sessenta escudos, estando inscritos 200 pessoas dez dias antes do almoço. No jornal *A Lucta* questionava-se o seguinte: «Se for de trezentos o número de convivas, custará o banquete dezoito contos. Não é quantia suficiente para fundar um jornal: mas é bem a quarta parte do que será necessário para que o jornal reaparecendo, tivesse garantido a existência por um ano». *A Lucta*, 1 de Janeiro de 1925, 1. Ainda sobre o mesmo assunto, o *Diário de Lisboa* criticou o facto de o PRN ir fazer um jantar de homenagem ao Directório no S. Carlos, custando 60\$00 por cabeça, quando o partido não tinha nenhum órgão de informação. Por isso, questionava: «Não seria mais útil reactivar *O Jornal?*». *Diário de Lisboa*, 2 de Janeiro de 1925, 1.

¹⁵⁸ Veja-se o seguinte extracto de uma carta enviada por Júlio Dantas a António Ginestal Machado: «Lisboa, 2 de Outubro de 1927. [...] situação aflitiva do jornal [...] apesar dos sacrifícios de todos. A situação política não é menos aflitiva». Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/788.

¹⁵⁹ Veja-se um artigo de um jornal não identificado existente no Espólio António Ginestal Machado. Neste artigo foram apresentados alguns dos motivos para a suspensão da *República Portuguesa*: A acção da censura não deixando publicar o que o Directório queria; o jornal foi uma vez suspenso por ter enviado à comissão uma notícia que já tinha sido cortada; não foi autorizada uma sessão partidária em Algés; foi mandado encerrar pela polícia uma sessão comemorativa da revolução de 5 de Dezembro que estava a acontecer no Centro Sidónio Pais; a conferência de António Ginestal Machado marcada para o dia 13 de Dezembro de 1927 não foi autorizada, recebendo o Directório essa

A desmobilização em torno do partido e a acção da censura contribuíram decisivamente para a suspensão da publicação dos jornais afectos aos nacionalistas. Em Agosto de 1930 o PRN já só contava com três jornais que continuavam a defender as suas ideias: *O Debate* de Algés (Oeiras); o *Correio da Extremadura* de Santarém e o *Democracia do Sul* de Évora. O primeiro deixou de ser editado em Abril de 1932; o segundo aproximar-se-ia da Ditadura a partir de 1932; o último converter-se-ia no jornal de referência da oposição no Sul do país até à sua extinção nos anos sessenta, embora sem uma ligação directa ao PRN a partir de 1932. Portanto, a partir de 1932 o PRN deixou de ter uma voz presente na imprensa nacional.

O financiamento

O financiamento clássico dos partidos de notáveis era feito por contactos e laços pessoais, não existindo uma colecta generalizada e regular de fundos. A maioria dos membros de um partido ou de um centro não pagava regularmente a quota ou pagava uma quota muito baixa. Com o aumento da burocratização e com a necessidade de contratar funcionários, a necessidade de financiamento aumentou. Como as quotas não eram suficientes para o desenvolvimento das actividades dos partidos, era necessário recorrer às dádivas pessoais dos seus notáveis e a alguns fundos públicos, que eram desta forma dilapidados.¹⁶⁰ O financiamento dos partidos de massas que começavam a emergir na Europa era conseguido de outra forma. No SPD alemão a quota paga pelos membros (masculinos e femininos) tinha um importante peso no financiamento do partido, dado o elevado número de membros. O Partido Trabalhista inglês era financiado principalmente pelos sindicatos, através da quota dos seus associados.¹⁶¹

No PRN as comissões políticas e os centros tinham grande autonomia financeira. Cada comissão ou centro canalizava as suas receitas para os seus gastos. O financiamento era feito pela quota associativa dos centros e pela assinatura do jornal partidário nacional ou regional. Por vezes, era

informação duas horas antes do seu início. Perante este quadro político e tendo em conta as dificuldades financeiras, o Directório ordenou a suspensão do jornal. «Ao Suspender», Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/1304.

¹⁶⁰ Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal* (Oeiras: Celta Editora, 2004), 29-49.

¹⁶¹ Stefan Berger, *The British Labour Party and the German Social Democrats, 1900-1931. A Comparative Study* (Oxford: Oxford University Press, 1994), 98-102.

solicitada uma subscrição pontual para acudir a dificuldades de um jornal ou para a campanha eleitoral, onde se pedia o empenho e o esforço dos membros do partido, em particular dos mais ricos. Havia uma quota mínima, mas cada membro contribuía conforme o seu estatuto socioprofissional e posição dentro do partido. Assim, no Centro Republicano Nacionalista Eborense Sebastião Batista, trabalhador, e Artur da Conceição Reis, barbeiro, pagavam uma quota mensal de 0,1 escudos, enquanto Alberto Jordão Marques da Costa, reitor do liceu e deputado, e Florival Sanches de Miranda, proprietário, pagavam 2,5 escudos em 1923.¹⁶² Em Lisboa, o deputado Bernardo Ferreira de Matos pagava uma quota de 5 escudos no Centro Republicano Nacionalista do Calhariz e no Centro Republicano Latino Coelho. Quota que chegou aos 7,5 escudos em 1925.¹⁶³ A publicidade nos jornais nacionalistas também era angariada através da intervenção dos notáveis que controlavam algumas empresas.¹⁶⁴

Cada organismo do PRN era autónomo financeiramente e muitas vezes politicamente, conforme vimos no capítulo 1, pelo que não havia uma centralização dos recursos económicos. Este sistema organizativo, com uma grande autonomia financeira dos vários núcleos do partido, marcava a diferença face aos partidos de massas existentes na Europa nos anos vinte. Os novos partidos de integração social eram bastante mais organizados e hierarquizados, com uma preponderância dos órgãos nacionais no controlo do dinheiro do partido.¹⁶⁵

Qualquer despesa extraordinária, como a fundação de um jornal ou uma campanha eleitoral, tinha de ser financiada através da fortuna pessoal da elite do PRN.¹⁶⁶ Em Viseu, Afonso de Melo, José Júlio César e

¹⁶² *Livro de Sócios Inscritos – Centro Republicano Nacionalista* [Évora, 1923-1928]. Arquivo Particular de Cláudio Percheiro, Évora (em posse da família).

¹⁶³ Espólio Bernardo Ferreira de Mato, Lisboa (em posse da família).

¹⁶⁴ A Mutualidade Geral de Seguros era uma das principais empresas a colocar publicidade na *Ação Nacionalista*. Dois dos administradores desta empresa eram membros do PRN: Joaquim dos Prazeres Lança (comerciante e antigo presidente das Associações Comerciais e Industriais de Beja e Setúbal) e Luís Costa Santos (técnico de Seguros e director da *Ação Nacionalista*) Cf. *Ação Nacionalista*, 6 de Julho de 1925, 3.

¹⁶⁵ Cf. Maurizio Ridolfi, *Il PSI e la nascita del partito di massa, 1892-1922* (Roma: Laterza, 1992), 8-14.

¹⁶⁶ No espólio de António Ginestal Machado existe um documento com uma listagem da subscrição para as despesas a fazer com as eleições camarárias e das juntas gerais do distrito, que deviam realizar-se a 4 e 18 de Dezembro de 1917. Nesta listagem constam diversos nomes e donativos, sendo iniciada por António Ginestal Machado que deu 30\$00. No Partido Republicano de Reconstituição Nacional também tinham de recorrer à fortuna dos membros da elite para superar as dificuldades financeiras do partido. Cf. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/1909; Silva, «O Partido Reconstituente...», 61-62.

José Marques Loureiro foram os mentores e financiadores do *Notícias de Viseu*, órgão local do PRN.¹⁶⁷ Bernardo Ferreira de Matos, deputado do PRN, acudiu com os seus recursos pessoais a várias necessidades dos jornais nacionalistas da capital.¹⁶⁸

Não sabemos se o PRN tinha algum funcionário remunerado, ou se era a Comissão Administrativa que tratava de todos os assuntos burocráticos e financeiros. No entanto, temos a convicção que o PRN não devia ter nenhum funcionário a tempo inteiro, uma vez que o PRP, no mesmo período, apenas tinha um funcionário na secretaria e um funcionário a meio tempo na tesouraria,¹⁶⁹ tendo o Directório um Orçamento relativamente exíguo.¹⁷⁰ Desta forma quase todas as tarefas administrativas e financeiras dos partidos portugueses continuavam a ser executadas pela sua elite.

Os membros e a elite

Neste subcapítulo pretendemos identificar o perfil social dos membros e da elite do PRN e a sua distribuição geográfica. Analisaremos ainda a sociabilidade política e a inserção no sistema clientelar dos membros e da elite do PRN.

Os membros

Não foi possível encontrar nos arquivos consultados o cadastro completo dos cidadãos que se filiaram nas 171 comissões concelhias e nos 28 Centros Políticos do PRN identificados neste estudo. Apenas descobrimos o livro de inscrição dos sócios do Centro Republicano Nacionalista de Évora num arquivo particular.¹⁷¹ O desaparecimento dos arquivos centrais do PRN e a dispersão da documentação pelas casas particulares

¹⁶⁷ Afonso de Melo, José Júlio César e José Marques Loureiro foram os mentores do *Notícias de Viseu*, «assumindo a totalidade dos encargos financeiros e a quase totalidade dos seus trabalhos de redacção». Tomaram esta atitude para o PRN «ter na capital do distrito de Viseu, voz na imprensa». Afonso de Melo, *Notícias de Viseu*, 4 de Março de 1923, 1.

¹⁶⁸ Em Novembro de 1924 Bernardo Ferreira de Matos pagou 300 escudos para pagar o défice da administração de *O Jornal*. Cf. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

¹⁶⁹ *O Rebate*, 21 de Abril de 1923, 3-4; *idem*, 23 de Abril de 1923, 3.

¹⁷⁰ Orçamento do PRP para o ano de 1922/1923: receita de 9196\$08 escudos e despesa de 7348\$73. Cf. *O Rebate*, 21 de Abril de 1923, 3-4; *idem*, 23 de Abril de 1923, 3.

¹⁷¹ *Livro de Sócios Inscritos – Centro Republicano Nacionalista* [Évora, 1923-1928]. Arquivo particular de Cláudio Percheiro, Évora (em posse da família).

da sua elite durante a Ditadura torna inviável obter uma imagem rigorosa dos membros deste partido. Futuras investigações poderão trazer à luz nova documentação que ajude a caracterizar melhor o «associado» tipo do PRN.

Dada a dimensão da tarefa, não foi possível identificar de forma sistemática todos os cidadãos que se associaram ao PRN referenciados nos 35 jornais identificados como membros da imprensa oficial e oficiosa do PRN.¹⁷² No entanto, para obtermos um retrato parcial dos membros do PRN compulsamos dados dos principais jornais do partido em Lisboa e analisamos os dados dos sócios do Centro Republicano Nacionalista de Évora.¹⁷³ Os jornais consultados foram o *República* (17 de Fevereiro de 1923 a 16 de Dezembro de 1923), *O Jornal* (24 de Dezembro de 1923 a 20 de Agosto de 1924) e o *Ação Nacionalista* (9 de Novembro de 1924 a 6 de Março de 1926). Estes jornais publicavam listagens com as adesões ao PRN de todo o país, indicando frequentemente a localidade e a profissão. Assim, de um universo de pouco mais de 2000 associados, recolheu-se uma amostra de 412 membros do PRN (um em cada cinco), de que se identificaram a profissão e/ou residência, dois indicadores que permitem uma aproximação a dois aspectos do perfil social dos membros do partido: a composição social e a distribuição geográfica.¹⁷⁴

Em relação à distribuição geográfica foi possível obter dados para 361 membros, que sugerem uma certa concentração, já que 23,8% dos membros residiam no distrito de Lisboa, 10,9 % no distrito de Portalegre, 9,7% no distrito de Coimbra, 7,5% no distrito de Santarém e Porto. Não foi identificado nenhum membro no distrito de Viana do Castelo e nos distritos de Bragança, Viseu e Guarda apenas foi compulsado um membro, o que representa 0,2% do total, conforme se pode comprovar no quadro A2.4.

Em relação à profissão apenas foram identificados 216 membros. Uma generosa maioria era constituída por funcionários públicos (38%) e por proprietários e lavradores (25%). Mas o partido era socialmente mais

¹⁷² Embora para um período mais curto (1925-1927), António José Queirós identificou todos os cidadãos que aderiram ao Partido Republicano da Esquerda Democrática, consultando para isso todos os jornais do PRED. António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008).

¹⁷³ *Livro de Sócios Inscritos – Centro Republicano Nacionalista* [Évora, 1923-1928]. Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Évora (em posse da família).

¹⁷⁴ Veja-se a base de dados completa dos membros do PRN identificados na amostra e tabela das categorias sócio-profissionais utilizada no Anexo 6 da tese de doutoramento: Manuel Baiôa, «Elites e organizações políticas na I República Portuguesa: o caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)». (Tese de Doutoramento, Évora, Universidade de Évora, 2012).

Quadro A2.4 – Distribuição distrital dos membros do PRN, 1923-1926 (amostra)

Distrito	N.º de membros do PRN	%
Lisboa	98	23,8
Portalegre	45	10,9
Coimbra	40	9,7
Santarém	31	7,5
Porto	31	7,5
Faro	22	5,3
Vila Real	19	4,6
Beja	17	4,1
Funchal	13	3,2
Castelo Branco	8	1,9
Évora	8	1,9
Braga	6	1,5
Setúbal*	6	1,5
Leiria	5	1,2
Aveiro	5	1,2
Angra do Heroísmo; Horta; Ponta Delgada	4	1,0
Bragança	1	0,2
Viseu	1	0,2
Guarda	1	0,2
Viana do Castelo	0	0,0
Não identificado	51	12,4
Total	412	100,0

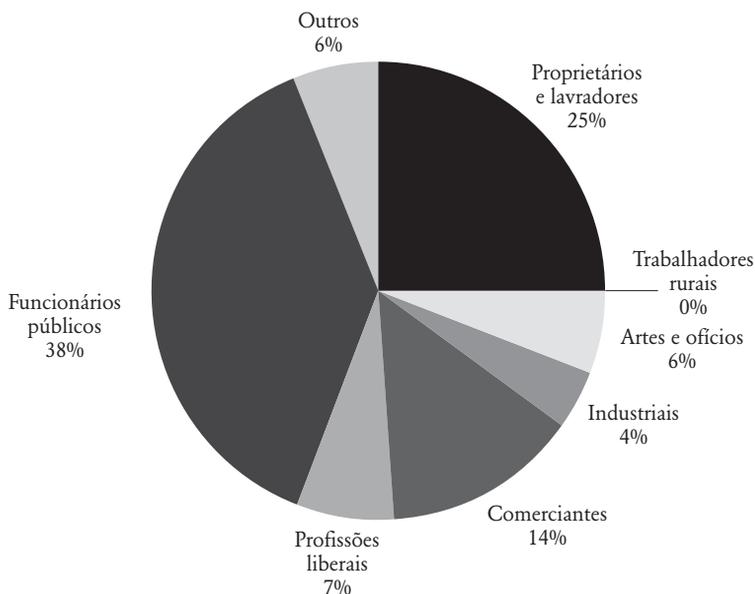
* O distrito de Setúbal autonomizou-se do distrito de Lisboa em 22 de Dezembro de 1926.

Fontes: *República*, (17 de Fevereiro de 1923 a 16 de Dezembro de 1923); *O Jornal* (24 de Dezembro de 1923 a 20 de Agosto de 1924); *Ação Nacionalista* (9 de Novembro de 1924 a 6 de Março de 1926).

aberto, compreendendo comerciantes (14%) e industriais (4%); elementos das profissões liberais (7%); das artes e ofícios (6%); e elementos de outras profissões (6%), incluídos na categoria «outros». Era, no entanto, mais fechado aos grupos sociais mais baixos da sociedade: não identificamos elementos dos trabalhadores rurais, conforme se pode verificar no gráfico A2.2.

Consideramos que a qualidade desta amostra não é muito elevada, uma vez que há alguns grupos sócio-profissionais sobrerrepresentados, como os proprietários, os comerciantes e as profissões liberais. Pelo contrário, os trabalhadores rurais e os trabalhadores das artes e ofícios estão sub-representados. Sabemos que a classe trabalhadora estava afastada da política por ser maioritariamente analfabeta. Contudo, conforme podemos verificar no gráfico A2.3, referente ao Centro Republicano Nacionalista de

Gráfico A2.2 – Composição socioprofissional dos membros do PRN, 1923-1926 (amostra)



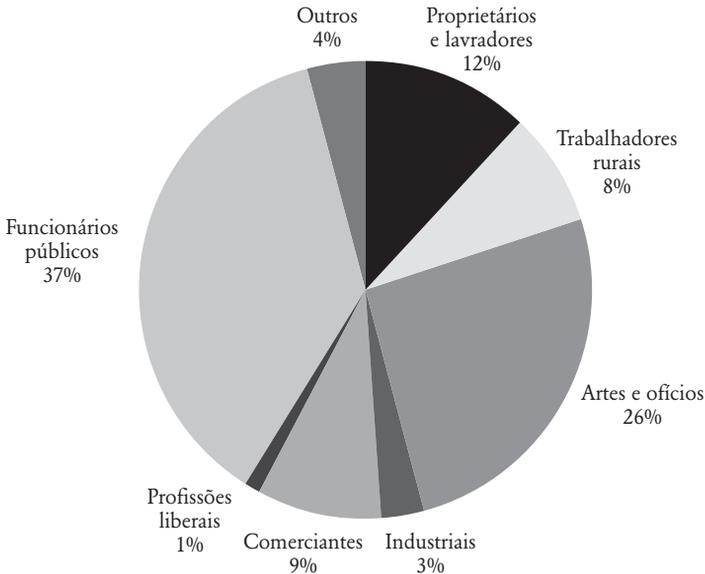
Fontes: *República*, (17 de Fevereiro de 1923 a 16 de Dezembro de 1923); *O Jornal* (24 de Dezembro de 1923 a 20 de Agosto de 1924); *Ação Nacionalista* (9 de Novembro de 1924 a 6 de Março de 1926).

Évora, estas classes estavam presentes com um peso bastante superior ao apresentado na amostra, sugerindo uma eventual diversidade regional. Todavia, pensamos que esta amostra representa mais a elite regional do PRN, do que os elementos de base do PRN. Os elementos do PRN que surgiam nos jornais da capital representavam certamente a pequena elite local e eram uma forma de notabilidade e de prestígio para esta.

A amostra também revela alguns problemas em relação à distribuição geográfica. A concentração de militantes em Lisboa é inquestionável, mas a segunda posição de Portalegre já é duvidosa, bem como a posição de Viana do Castelo. Cruzando estes dados com o número de comissões municipais, centros políticos e jornais do PRN, podemos constatar que os distritos com uma presença mais forte do PRN eram por ordem decedente Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Vila Real, Faro, Santarém, Portalegre, Beja e Évora. Os distritos com uma presença mais ténue eram claramente os dos Açores, Guarda e Aveiro.

Em 1925 o Centro Republicano Nacionalista de Évora tinha cerca de 300 associados e havia 3226 recenseados no Concelho de Évora. Portanto, os nacionalistas do concelho de Évora representavam cerca de 9%

Gráfico A2.3 – Composição socioprofissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923-1928)



Fonte: *Livro de Sócios Inscritos – Centro Republicano Nacionalista (Évora, 1923-1928)*. Arquivo particular de Cláudio Percheiro, Évora (em posse da família).

dos recenseados.¹⁷⁵ Com base neste indicador podemos estimar que a nível nacional os nacionalistas deveriam representar 3% a 5% dos recenseados, uma vez que os nacionalistas do concelho de Évora tinham uma força muito superior à média nacional. Assim, sabendo que em 1925 havia 574 260 recenseados a nível nacional,¹⁷⁶ podemos estimar que os nacionalistas teriam entre 17 a 30 mil associados. Um estudo realizado para o Partido Republicano de Reconstituição Nacional estimou que teria tido 6 mil membros.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Desconhecemos o número de sócios que se foram desligando do centro nacionalista entre 1923 e 1925. No entanto, até Dezembro de 1925 tinham-se inscrito 308 sócios. Em 1925 encontravam-se recenseados 3226 indivíduos no concelho de Évora. Cf. Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, 43.

¹⁷⁶ *Anuário Estatístico de Portugal* (Lisboa: Impr. Nacional, 1931); A. H. de Oliveira Marques, dir., *História da Primeira República Portuguesa. As Estruturas de Base* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, s. d., [1972-1979]), 610.

¹⁷⁷ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, «O Partido Reconstituente: clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)». (Tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996), 57.

A outra fonte analisada foi o *Livro de Sócios Inscritos no Centro Republicano Nacionalista de Évora*. Este centro formou-se no dia 1 de Março de 1923, fruto da fusão das antigas estruturas do PRL e do PRRN. O Centro Republicano Nacionalista de Évora era um dos principais pólos de sociabilidade política da cidade (existiam mais três centros políticos: Radical, Esquerdista e Democrático). O centro iniciou a sua actividade com 230 sócios fundadores e até 31 de Agosto de 1926 alcançou 330 sócios. Estes números são reveladores da importância deste centro e explicam parcialmente as vitórias eleitorais deste partido em Évora.¹⁷⁸ A composição sócio profissional desta associação era heterogénea e interclassista, indo ao encontro do seu discurso ideológico de largura social, como se pode verificar no gráfico A2.3. Predominavam funcionários públicos (37%) e trabalhadores das artes e ofícios (26%). No entanto, proprietários e lavradores (12%), comerciantes (9%) e trabalhadores rurais (8%) também tinham uma presença assinalável. As categorias com uma presença mais reduzida eram as profissões liberais (1%), os industriais (3%) e outras profissões inseridas na categoria «outros» (4%).

As duas fontes confirmam que a principal área socioprofissional de recrutamento dos nacionalistas eram os funcionários públicos, como de resto acontecia nos restantes partidos políticos republicanos.¹⁷⁹ Os proprietários e lavradores também tinham uma presença significativa, bem como os comerciantes. No entanto, também é notória uma certa estrutura social ampla, ainda que o peso relativo dos trabalhadores rurais e das artes e ofícios fosse limitado. Estes grupos sócio profissionais estavam maioritariamente excluídos do sufrágio, e por isso, também não participavam nos partidos políticos.

A elite

Entre os membros do partido destacava-se o grupo dos dirigentes. A elite política do Partido Republicano Nacionalista identificada neste estudo era constituída pelos membros do Directório e do Governo do Partido Republicano Nacionalista (15 de Novembro de 1923 a 18 de Dezembro de 1923), bem como pelos deputados e senadores do PRN nas duas últimas legislaturas da I República (1922-1925; 1925-1926). Ao todo, foram identificados 91 membros da elite do PRN e deles podemos traçar um perfil social mais detalhado (vejam-se as suas biografias no Anexo 3).

¹⁷⁸ Cf. Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, 43.

¹⁷⁹ Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, 71-90; Queirós, *A Esquerda Democrática...*, 210-211; Silva, «O Partido Reconstituente...», 60.

Quadro A2.5 – Estrutura etária da elite do PRN

Década de nascimento	N.º	%
1850-1859	2	2,2
1860-1869	17	18,7
1870-1879	30	33,0
1880-1889	32	35,2
1890-1899	9	9,9
Não identificado	1	1,1
Total	91	100

A idade média dos membros da elite do PRN era 47,2 anos.¹⁸⁰ Este número encontrava-se dentro do padrão médio dos partidos republicanos portugueses e ligeiramente inferior quando comparado com os partidos europeus.¹⁸¹ A geração de 1880-1889 e 1870-1879 era a que apresentava mais elementos, conforme se pode ver no quadro A2.5. Era a geração do «5 de Outubro», que estava em 1925 entre os 35 e os 55 anos. No entanto, havia alguns elementos mais idosos pertencentes à geração do «31 de Janeiro de 1891». O notável mais velho, com 66 anos, era Alberto Carlos da Silveira, e o mais novo, com 32 anos, era José Carvalho dos Santos.

Relativamente à pertença socioprofissional, os funcionários públicos tinham uma presença esmagadora, aproximando-se dos dois terços, destacando-se particularmente os militares (veja-se o quadro A2.6). Os oficiais do exército e da armada somavam 24,2%, outros funcionários públicos 15,4%, juiz/magistrado 11%, professor universitário 7,7% e professor do ensino secundário 4,4%. Os juristas, em particular os advogados (13,2%), e os médicos (11%) também tinham um peso importante na elite do PRN, à semelhança do que sucedia nos outros partidos republicanos.¹⁸² Os homens dos «negócios» e os proprietários tinham um peso reduzido na cúpula de poder do PRN. No entanto, muitos destes

¹⁸⁰ Para o cálculo da idade foi tomada como referência a data das eleições legislativas: 8 de Novembro de 1925.

¹⁸¹ Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes e Marta Carvalho dos Santos, «Os deputados da 1.ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico», *Revista de História das Ideias*, vol. 27 (2006): 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 211-213.

¹⁸² Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes e Marta Carvalho dos Santos, «Os deputados da 1.ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico», *Revista de História das Ideias*, vol. 27 (2006): 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 211-213.

Quadro A2.6 – Estrutura socioprofissional da elite do PRN

Profissão	N.º	%
Oficial do Exército	18	19,8
Outros funcionários públicos	14	15,4
Advogado/Conservador do Registo Civil/Notário	12	13,2
Médico/Farmacêutico	10	11,0
Juiz/Magistrado	8	8,8
Professor universitário	7	7,7
Comerciante/Negociante/Administrador de empresas/Industrial	6	6,6
Proprietário	6	6,6
Oficial da Armada	4	4,4
Professor do ensino secundário	4	4,4
Jornalista/Editor	2	2,2
Total	91	100

políticos acumulavam algumas actividades económicas com a profissão principal.

Podemos dividir a intervenção económica da elite do PRN em três áreas: a primeira prendia-se com a gestão das propriedades privadas, em particular das agrícolas; a segunda relacionava-se com a gestão de empresas controladas pelo Estado, ou onde o Estado nomeava alguns administradores; a terceira cingia-se aos comerciantes e administradores de empresas privadas.

No primeiro grupo destacavam-se alguns grandes proprietários. Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia fez carreira profissional na advocacia, embora fosse um grande proprietário em Santa Maria da Feira. Foi ainda director-geral do Hospital-Asilo de Nossa Senhora da Saúde, de São Paio de Oleiros, fundada pela sua família. António Correia era bacharel em Direito, mas era ao mesmo tempo proprietário em Abrantes. António Gomes de Sousa Varela era um grande proprietário e comerciante na zona de Rio Maior. Bernardo Ferreira de Matos era conservador do registo predial em Lisboa, mas continuava a gerir as suas «clientelas locais» e as suas propriedades na Beira Baixa. Carlos Eugénio de Vasconcelos era proprietário e comerciante em Cabo Verde. João Raimundo Alves era viticultor e proprietário abastado da região de Loures, ao mesmo tempo que chefiava a repartição do governo civil de Lisboa. Joaquim José de Oliveira era conservador do registo civil, mas mantinha a gestão das suas vastas propriedades na sua região de origem (Marrancos, Geraz do Lima, etc.). José de Vasconcelos de Sousa e Nápoles era um grande proprietário em Soure. Mário de Magalhães Infante era funcionário público, mas simultaneamente geria as suas propriedades rústicas em Vila Franca de Xira.

No segundo grupo temos alguns membros do PRN que foram nomeados para administração de algumas empresas pelo poder político. Destaque-se a presença de muitos nacionalistas na Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, lugar para onde entraram muitos republicanos conservadores logo no início da República e que aí permaneceram durante longos anos. Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá era médico na armada e comissário do governo junto da Companhia de Moçambique. António Ginestal Machado era professor do Liceu de Santa-rém e foi nomeado em 1911 comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, cargo que exercerá até ao seu falecimento em 1940. António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier era secretário-geral do Ministério das Finanças e Director-Geral da Fazenda Pública (1919-1933). Em 1924 exerceu o cargo de Administrador Geral da Casa da Moeda e da Caixa Geral de Depósitos. Já durante o Estado Novo foi comissário-adjunto do governo na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1940 e 1947). Desempenhou também as funções de presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, administrador-geral das lotarias da Misericórdia de Lisboa. António Vicente Ferreira era oficial do exército, mas desempenhou funções como chefe das oficinas de Luanda (1902-1903), director das Obras Públicas de São Tomé (1903-1904), e engenheiro das Obras Públicas (1909-1910) e da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1910–1914). Francisco Pinto Cunha Leal foi vice-governador do Banco Nacional Ultramarino (1925-1926) e engenheiro consultor da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Filomeno da Câmara Melo Cabral era oficial da armada, desempenhou o cargo de Governador de Angola (1918-1919) e foi administrador da companhia de Moçambique (1920-1925). João Tamagnini de Sousa Barbosa era oficial do exército, embora também tenha desempenhado os cargos de administrador geral dos CTT Jorge Vasconcelos Nunes administrava as suas propriedades agrícolas em Grândola e pertenceu ao Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, em representação do Estado. Tomé José de Barros Queirós era comerciante, mas foi vogal, vice-presidente e presidente do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (de Dezembro de 1910 a Maio de 1926).

O terceiro grupo compreendia comerciantes e administradores de empresas privadas. António Alves Cálem Júnior foi um importante comerciante na área dos vinhos do Porto. Expandiu a empresa A. A. Cálem & Filho, fundada por seu pai. Secretariou a representação portuguesa na Grande Exposição Internacional de Paris em 1900. Foi Presidente da As-

sociação Industrial Portuense entre 1901 e 1903. Presidiu à direcção Comercial do Porto em diversas ocasiões. António Lobo de Aboim Inglês foi sub-director da empresa alemã concessionária das minas de San Miguel de Huelva (Espanha) entre 1897 e 1912. Com a implantação da República regressou a Portugal vindo a manter-se na mesma actividade económica, colaborando em diversos projectos mineiros e industriais. Simultaneamente seguiu a carreira docente no Instituto Superior Técnico até ao limite de idade (1912-1939). Foi ainda presidente da Associação Industrial Portuguesa em dois mandatos consecutivos nos anos vinte e trinta. Artur Brandão esteve ao longo da sua vida ligado à actividade editorial, ao jornalismo e à indústria hoteleira e da construção. Na sequência da implantação da República partiu para o Brasil onde permaneceu durante sete anos, tendo dirigido o *Jornal do Brasil* e fundado juntamente com Carlos Malheiro Dias a *Companhia Editora Americana* que lançou a *Revista da Semana* e *Eu Sei Tudo*. De regresso a Portugal em 1918 fundou a Sociedade Editora Portugal-Brasil. Em 1931, com os sócios desta sociedade (Júlio Dantas; Samuel Maia Loureiro; Salvador Costa; José Caeiro da Matta; Augusto Monjardinho) assumiu a gerência da Livraria Bertrand. Em 1939 assumiu o cargo de administrador delegado da Companhia de Seguros Sagres, da Livraria Bertrand, da Sociedade Artur Brandão & C.⁴ e da Companhia de Moçambique que possuía o Grande Hotel da Beira. Foi director da *Revista da Semana* e Cônsul da Grécia. Em 1940 criou a *Sociedade Nova Oeiras Limitada* com o objectivo de urbanizar a «Nova Oeiras» na Quinta de Cima, a qual fazia parte da Quinta do Marquez de Pombal em Oeiras, de que foi proprietário. Esta sociedade tinha como sócios José Espírito Santo, José Maria Pedroso, José Caeiro da Matta e José Marques Sousa. Viveu durante alguns anos no Palácio do Marques de Pombal, em Oeiras, que posteriormente doou para aí se estabelecer a Câmara Municipal de Oeiras. Custódio Maldonado de Freitas era farmacêutico, mas simultaneamente foi presidente da primeira comissão administrativa do Hospital de Dona Leonor (1919), nas Caldas da Rainha e foi sócio da empresa de Limas União Tomé Fêteira nos anos vinte, sendo gerente administrativo juntamente com Raul Tomé Fêteira. Filomeno da Câmara Melo Cabral era oficial da Armada, mas foi administrador da Companhia do Amboim em Angola. (1926-1927). Francisco Cruz era advogado, mas também foi industrial, administrando a firma familiar, serração Thomaz da Cruz & Filhos na Praia do Ribatejo. João Tamagnini de Sousa Barbosa era oficial do exército, mas esteve na administração de algumas empresas privadas durante o Estado Novo, nomeadamente na Parceria dos Vapores Lisbonenses, da Empresa Geral de

Transportes, das Companhias Reunidas Gás e Electricidade e na Companhia de Carris de Ferro de Lisboa (1944-1948). Jorge de Vasconcelos Nunes mantinha a gestão das suas propriedades em Grândola e a direcção do Banco Industrial Português (até 1925). Manuel Ferreira da Rocha era funcionário público, mas dedicou-se à administração da Companhia de Seguros «Tagus», onde era sócio durante o Estado Novo. Paulo da Costa Menano era magistrado, mas presidiu à direcção da Companhia Eléctrica da Beira, que ajudou a fundar. Raul Lelo Portela era advogado, mas dedicou-se também ao comércio com as colónias. Tomé José de Barros Queirós era comerciante, tendo sido presidente da Associação Comercial de Lisboa em 1913. Desempenhou os cargos de director da Companhia do Boror, de director e co-fundador da Companhia de Seguros «Mutualidade Portuguesa».

O domínio das misericórdias era um alvo prioritário por parte das elites políticas pela rede de «influências» que possibilitava. O PRN controlava a Misericórdia de Lisboa e algumas misericórdias no resto do país. José da Silva Ramos foi durante vários anos adjunto do provedor da Misericórdia de Lisboa e provedor de 1922 a 1939. José de Matos Sobral Cid e Joaquim Brandão foram dirigentes da Misericórdia de Lisboa no final da I República. António Alves Cãlem Júnior presidiu à comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto depois do 5 de Outubro, mantendo-se no cargo até 1929. Nesta instituição desenvolveu diversas iniciativas como o 2.º Congresso das Misericórdias em Março de 1924.¹⁸³ José Marques Loureiro foi provedor da Misericórdia de Viseu no final da I República. António Ginestal Machado foi provedor da Misericórdia de Santarém entre Novembro de 1919 e Junho de 1933. Em 1931 António Martins Ferreira tornou-se no primeiro provedor da Misericórdia da Calheta, São Jorge. Alberto Jordão Marques da Costa foi provedor da Misericórdia de Évora entre 1920 e 1923.¹⁸⁴

Uma larga maioria da elite do PRN tinha uma elevada formação académica, fruto de estudos em institutos superiores, universidades e escolas superiores militares. Tomando em consideração o nosso universo, pelo menos 81,3% dos membros da elite do PRN tinham estudos superiores. A formação jurídica (31,9%) era a preponderante, seguida da formação militar (22%) e da medicina (16,5). Estas eram as três qualificações estru-

¹⁸³ Cf. *O Jornal*, 18 de Março de 1924, 1.

¹⁸⁴ Cf. *O Democrático*, 5 de Junho de 1920, 2; *idem*, 11 de Julho de 1920, 2; *idem*, 17 de Julho de 1921, 1; *idem*, 5 de Fevereiro de 1922, 2; *Democracia do Sul*, 18 de Agosto de 1920, 1; *idem*, 22 de Março de 1925, 2.

Quadro A2.7 – Qualificações académicas da elite do PRN

Qualificação académica	N.º de membros	%
Direito	29	31,9
Militar	20	22,0
Medicina	15	16,5
Humanidades	4	4,4
Outra formação não superior	4	4,4
Agronomia	3	3,3
Engenharia	2	2,2
Farmácia	1	1,1
Sem informação	13	14,3
Total	91	100,0

turais dos políticos da I República e o PRN seguia o padrão dos partidos republicanos da época. As outras qualificações superiores eram bastante mais reduzidas conforme se pode verificar no quadro A2.7. A percentagem de membros da elite do PRN que não tinham frequentado escolas superiores era reduzida (4,4%). Contudo, o número real devia ser algo superior, uma vez que os membros que estão incluídos na categoria – sem informação (14,3%), deverão encaixar-se certamente, quando se obtenham mais dados, na categoria – outra formação não superior. Este quadro não se afasta do paradigma conhecido dos partidos republicanos, embora a elite do PRN tivesse uma qualificação académica superior à elite do Partido Republicano da Esquerda Democrática. Se a comparação for feita com os partidos europeus da época, e particularmente com os do Norte da Europa, o nível de qualificação académica da elite partidária portuguesa era mais elevada, bem como o peso da qualificação militar.¹⁸⁵

O recrutamento político partidário da elite do PRN fez-se maioritariamente nos partidos progenitores, nomeadamente no Partido Republi-

¹⁸⁵ Serge Bernstein, *Histoire du Parti Radical. La recherche de l'âge d'or (1919-1926)* (Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1980); Fabio Grassi Orsini e Gaetano Quagliariello, dirs., *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)* (Bologna: Il Mulino, 1996); Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia. Clases Sociales y Orígenes Políticos de los Regímenes de la Europa de Entreguerras* (Zaragoza: Pressas Universitarias de Zaragoza, 1997); Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal* (Oeiras: Celta Editora, 2004); Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes e Marta Carvalho dos Santos, «Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico», *Revista de História das Ideias*, vol. 27 (2006): 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 211-213.

cano Liberal de onde provinham 61 dos 91 membros da elite do PRN em análise e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional que contava com 18 membros. No entanto, o Partido Republicano Nacionalista também era herdeiro do Partido Republicano Português, uma vez que 42 membros da sua elite passaram pelo partido hegemónico da República. Uma parte importante destes membros acompanhou o PRP na fase da propaganda durante a Monarquia, como Alberto Carlos da Silveira, António Alves Cálem Júnior, António Gomes de Sousa Varela, Constâncio de Oliveira, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, João Pereira Bastos e Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos, entre outros. Com o início da República alguns membros do PRP enveredaram pelo republicanismo conservador. O PRN recrutou alguns dos seus máximos dirigentes nesta corrente política. O PRN angariou 24 membros da sua elite na União Republicana e 19 no Partido Republicano Evolucionista. Alguns nacionalistas apenas abandonaram o PRP em 1920, quando se deu a cisão que resultaria na formação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, casos de Alberto Jordão Marques da Costa, Álvaro Xavier de Castro, Custódio Maldonado de Freitas, Pedro Góis Pita, entre outros. Estes partidos que acabamos de referir marcaram o passado político da maioria da elite do PRN. Esta elite está inscrita num republicanismo histórico, mas rejeitou o radicalismo do PRP. Contudo, o PRN absorveu outras correntes e elites menos importantes para a sua matriz. A corrente republicana presidencialista, materializada no sidonismo, também foi integrada parcialmente no PRN. O PRN acolheu no seu seio 6 membros provenientes do Partido Nacional Republicano (como por exemplo, Belchior de Figueiredo e José Novais de Carvalho Soares de Medeiros) e 1 membro do Partido Nacional Republicano Presidencialista (João Tamagnini de Sousa Barbosa). Alguns antigos monárquicos que aderiram à República também receberam abrigo no PRN. Na elite do PRN figuravam 10 membros com um passado político monárquico, casos de Afonso de Melo Pinto Veloso, Artur Brandão, Augusto Joaquim Alves dos Santos, Júlio Dantas, Júlio Ernesto de Lima Duque, Roberto da Cunha Baptista e Vasco Gonçalves Marques. Outras correntes políticas menos importantes que integraram o PRN através dos seus dirigentes foram o Partido Centrista Republicano com 3 elementos, o Partido Republicano Radical e o Partido Republicano Popular com 2 elementos, e com apenas 1 representante, o Partido Reformista, a Federação Nacional Republicana e a Conjunção Republicana da Beira.

Esta elite do PRN quando abandonou este partido encaminhou-se maioritariamente para os partidos de cisão formados no seu seio, casos

do Grupo Parlamentar de Acção Republicana que recebeu 19 membros, encabeçados por Álvaro Xavier de Castro e a União Liberal Republicana que recebeu 25 membros, liderados por Cunha Leal. Alguns membros da elite do PRN abandonaram o PRN para a independência política, casos de Alberto de Moura Pinto, Manuel Ferreira da Rocha e Matias Boleto Ferreira de Mira. Por fim, dois elementos da elite do PRN que participaram na cisão da União Liberal Republicana integraram-se posteriormente nas estruturas da União Nacional. João Cardoso Moniz Bancelar participou na União Nacional em Coimbra, vindo a desempenhar alguns cargos políticos na década de trinta. Albino Soares dos Reis Júnior chegou ao topo da hierarquia da União Nacional. Foi vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1932-1970) e presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1932-1934 e 1938-1945).

A elite política do PRN considerada neste estudo era essencialmente uma elite parlamentar, uma vez que apenas Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker não teve experiência no Congresso da República. A nível da experiência governamental, 35 elementos (38,5%) ocuparam pastas ministeriais, principalmente em governos de coligação. Quanto aos cargos políticos locais (governo civil, junta geral do distrito, câmara municipal, junta de freguesia e regedoria) 48 membros da elite do PRN tiveram experiência nestas funções, o que representa 52,7%. Até ao momento a maioria dos estudos defendiam a pouca importância dos cargos locais no recrutamento da elite republicana.¹⁸⁶ Contudo, é provável que seja necessário realizar estudos mais detalhados sobre o percurso destes políticos, uma vez que a actividade política local é mais difícil de detetar e estará sub-avaliada em muitas investigações. A matriz republicana histórica do PRN também estava presente através da Maçonaria, uma vez que 25 membros (27,5%) participaram nesta organização, conforme se pode comprovar nas biografias apresentadas no Anexo 3.

A elite do PRN confluiu a este partido pela negação da hegemonia do PRP. Por isso, faltava-lhe alguma homogeneidade, que é patente no passado político que acabamos de retratar. No entanto, uma parte significativa dos membros do PRN estava unida por uma afinidade geracional e por um percurso escolar e militar comum. O estatuto sócio profissional também era um importante elo de união entre os militares, os advogados, os médicos e os funcionários públicos. Alguns destes dirigentes políticos

¹⁸⁶ Pedro Tavares de Almeida, Paulo Jorge Fernandes e Marta Carvalho dos Santos, «Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico», *Revista de História das Ideias*, vol. 27 (2006): 399-417.

partilhavam uma amizade profunda que mantiveram ao longo das suas vidas.¹⁸⁷

A sociabilidade

A sociabilidade dos membros e da elite do PRN ocorria principalmente nos seus centros políticos. Muitos destes centros funcionavam como um local de convívio, semelhantes às sociedades recreativas. Entre as várias práticas de sociabilidade destacava-se o convívio fraterno à volta de uma bebida ou «petisco», a leitura de jornais e livros, a prática de vários tipos de jogos de salão e pontualmente, realizavam-se algumas sessões culturais e musicais. No Centro Republicano Nacionalista do Calhariz os membros do Directório passavam muitas noites a falar de política, a jogar bridge¹⁸⁸ e a fumar.¹⁸⁹

Não detectamos práticas educativas e formativas nos centros do PRN, que eram bastante comuns nos centros do PRP durante a Monarquia e no início da I República. No entanto, houve algumas acções de estímulo à educação das crianças e dos jovens. Os centros estavam vocacionados principalmente para serem locais de reunião e de discussão política. Uma prática recorrente era as romagens ao cemitério para enaltecer os vultos republicanos e a distribuição de um bodo pelos pobres republicanos. As bandas filarmónicas acompanhavam habitualmente as festas, havendo alguns centros que dispunham de banda própria. Estes centros realizavam várias sessões políticas e comemorativas ao longo do ano, principalmente quando eram visitados pela elite política da capital.¹⁹⁰

Numa visita a Beja da elite lisboeta do PRN podemos contemplar o ritual habitual destas «visitações». Os membros do PRN local de várias localidades do distrito de Beja esperaram pelos dirigentes do PRN nacional na estação dos caminhos de ferro no dia 18 de Junho de 1923. O comboio chegou com duas horas de atraso (às 16 horas), mas ninguém arredou pé da estação. À frente saiu António Ginestal Machado, tendo a multidão gritado «vivas» à República. Os convidados dirigiram-se para casa de Francisco Manuel Pereira Coelho, líder local do PRN, onde foi

¹⁸⁷ Cf. Silva, «O Partido Reconstituente...», 39-43.

¹⁸⁸ *O Penafidense*, 17 de Abril de 1923, 1; *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1923, 8.

¹⁸⁹ O repórter do *Diário de Lisboa* fez o seguinte retrato de uma reunião do Directório do PRN no Palácio do Calhariz: «Terceiro salão. Mais fumo. Um retrato grave de Manuel de Arriaga. Nos sofás vermelhos o Directório do Partido Nacionalista». *Diário de Lisboa*, 13 de Junho de 1923, 5.

¹⁹⁰ Baiôa, *Elites Políticas em Évora...*, 106-111.

servido uma taça de champanhe, seguido de um discurso de boas vindas por parte do dirigente bejense. Posteriormente todos os nacionalistas se dirigiram para a Quinta do Estação (a 6 km de Beja), onde houve uma confraternização e foi servida uma merenda. Esta quinta era um local de convívio habitual da família republicana, onde já em 1909 se costumava reunir para realizar festas. Novamente foi o champanhe que marcou presença, com um brinde inicial por parte de Manuel Pereira Coelho, seguido de diversos e vibrantes discursos. Posteriormente, os nacionalistas dirigiram-se para a sede do Centro Republicano Nacionalista de Beja, onde se realizou uma sessão solene, que se iniciou com a inauguração dos retratos de Jacinto Nunes e Jorge Vasconcelos Nunes, que estavam cobertos com a bandeira nacional. Seguidamente diferentes oradores tomaram a palavra, tendo feito diversos elogios a estes dois políticos alentejanos. Perante estes discursos Jorge Vasconcelos Nunes, antigo presidente da Câmara dos Deputados, ficou «verdadeiramente comovido, as lágrimas bailaram-lhe nos olhos, bem como no de muitos assistentes». A sessão terminou com as palavras do presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, a que se seguiram, as palavras entusiastas da assistência: «Viva Portugal! Viva a República! Viva o Partido Nacionalista!». ¹⁹¹ A visita dos líderes regionais às aldeias seguia o mesmo padrão e ritual, embora com outra ordem de grandeza. Os membros da Comissão Distrital de Beja do PRN quando visitaram a Cabeça Gorda, a fim de ser eleita a comissão de Freguesia do PRN foram «fidalgamente recebidos em casa do velho republicano e importante lavrador Sr. José Vaz Montes Palma, onde teve lugar, um fino copo de água». Quando os trabalhos políticos terminaram foi oferecido um «lauto jantar na residência do nosso prestante correligionário Sr. João Thomaz Palma, importante proprietário naquela freguesia, jantar que decorreu na maior animação e entusiasmo. Ao *toast*, fizeram-se brindes de afecto pessoal e político e as mais entusiastas afirmações de fé republicana». ¹⁹²

A maioria das deslocações da elite lisboeta à província era feita através dos caminhos-de-ferro. Contudo, nalgumas visitas começou a usar-se os automóveis. Estas deslocações implicavam uma longa preparação e aturada logística sobre os percursos, assistência aos automóveis, contratação de *chauffeur* e marcação das refeições e dormidas. A deslocação em automóvel permitia pequenas paragens em todas as localidades, dando por isso, uma maior visibilidade à visita. Nalgumas terras efectuava-se uma

¹⁹¹ Cf. *O Bejense*, 24 de Junho de 1923, 2.

¹⁹² Cf. *O Bejense*, 22 de Novembro de 1923, 1.

paragem mais longa, sendo a elite nacionalista recebida em casa dos notáveis locais. Era também imprescindível encher as salas de correligionários e simpatizantes para ouvir os discursos dos dirigentes nacionalistas vindos de Lisboa. Para isso, os notáveis regionais e nacionais utilizavam toda a sua influência para atrair o maior número de público. O antigo deputado nacionalista, Bernardo Ferreira de Matos enviou uma carta para um discípulo amigo, no sentido de o cativar a participar numa conferência pública que Cunha Leal ia fazer à Sertã no dia 17 de Janeiro de 1926:

Como o meu amigo nunca o ouviu, e vale a pena ouvi-lo porque é, sem dúvida, o maior parlamentar dos tempos modernos [...]. Haverá um banquete, com mais de 100 talheres, para a qual está já aberta a inscrição na Sertã.¹⁹³

Os «banquetes de homenagem» eram outra importante actividade de sociabilidade política efectuada pelos partidos. No dia 7 de Dezembro de 1924 realizou-se um «almoço de homenagem» a Cunha Leal no salão nobre do Teatro de S. Carlos. O menu era português, mas foi traduzido para o francês como era norma na época (veja-se a foto A2.1). O almoço foi servido pela pastelaria Ferrari. Cada comensal pagou 60\$00, pelo que apenas participaram membros da elite central do PRN.¹⁹⁴ Assistiram ao almoço «cerca de 160 convivas, entre eles pessoas gradas da política das letras, do jornalismo, do Exército e da Armada». Na mesa de honra em redor de Cunha Leal sentaram-se dirigentes do PRN a alguns amigos de Cunha Leal. O almoço iniciou-se com a leitura de inúmeros telegramas e cartas de personalidades que não puderam estar presentes, mas não quiseram deixar de homenagear Cunha Leal. Mereceram especial destaque as cartas de António José de Almeida e Bernardino Machado. Terminada a leitura dos telegramas, iniciou-se uma séria de brindes. Levantou-se primeiramente o presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, tendo declarado que estavam perante não apenas «uma das maiores figuras do meu partido, mas como uma das mais prestigiosas figuras da República».¹⁹⁵ De seguida, outras personalidades do PRN, como Júlio Dantas, Afonso de Melo, Filomeno da Câmara, entre outras, propuseram

¹⁹³ Carta de Bernardo Ferreira de Matos para Teotónio Pedroso Barata dos Reis, 6 de Janeiro de 1926. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

¹⁹⁴ Convite para participar no almoço. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

¹⁹⁵ António Ginestal Machado, *Ação Nacionalista*, 14 de Dezembro de 1924, 2.

brindes em honra de Cunha Leal. O anfitrião fez um duro ataque ao partido hegemónico do regime. Para Cunha Leal ali não estavam apenas os seus amigos, mas «os expulsos, os expostos à margem da República, porque meus senhores, quem não é democrático não é republicano, não é sequer português».¹⁹⁶

Noutro banquete, neste caso de homenagem ao Directório do PRN, realizado no dia 11 de Janeiro de 1925 no salão nobre do teatro de S. Carlos assistiram cerca de 300 pessoas. O salão estava decorado e as mesas adornadas com cravos vermelhos. O serviço foi do Garrett, incluindo o seu sexteto que tocou diversas músicas. Na mesa de honra sentaram-se os membros do Directório e o presidente da comissão organizadora, coronel Mendes Passo. Depois da leitura de telegramas e cartas, passou-se para os brindes. O primeiro a cumprimentar o Directório foi o coronel Mendes Passo, seguido de uma dezena de intervenções de nacionalistas a elogiar a acção dos seus máximos dirigentes do PRN. Representando o Directório, falou o seu presidente, António Ginestal Machado. Começou por defender os pontos essenciais do programa do PRN, que passavam pela «defesa da propriedade privada, garantia da liberdade de consciência e o respeito pela Igreja».¹⁹⁷ De seguida, Júlio Dantas criticou a intenção do governo «de extinguir a legação da Santa Sé e de reconhecer a República dos Sovietes».¹⁹⁸

Quando o Directório e Cunha Leal preparavam o confronto das suas «tropas» e das suas ideias no IV congresso do PRN também realizaram almoços para «delimitar os territórios». O primeiro, de homenagem à *Acção Nacionalista* e de apoio à facção de Cunha Leal, realizou-se no restaurante Tavares no dia 20 de Dezembro de 1925. Contou com a presidência de Filomeno da Câmara Melo Cabral e com a ausência do Directório do PRN.¹⁹⁹ O segundo almoço realizou-se no Club Mayer, no Parque Mayer, no dia 28 de Fevereiro de 1926 e homenageou o presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado (veja-se a foto 1.5 do livro). Este banquete foi promovido pelo Centro Dr. Sidónio Pais e serviu para agradecer o apoio dado pelo presidente do Directório do PRN à entrada dos presidencialistas no PRN. No entanto, também serviu para lançar a estratégia do Directório para vencer o próximo congresso e balizar o grupo de oposição a Cunha Leal, que, como era de esperar, não assistiu ao referido almoço.²⁰⁰

¹⁹⁶ Cunha Leal, *Acção Nacionalista*, 14 de Dezembro de 1924, 2.

¹⁹⁷ António Ginestal Machado, *Acção Nacionalista*, 18 de Janeiro de 1925, 1.

¹⁹⁸ Júlio Dantas, *Acção Nacionalista*, 18 de Janeiro de 1925, 1.

¹⁹⁹ *Acção Nacionalista*, 27 de Dezembro de 1925, 1-2.

²⁰⁰ *Acção Nacionalista*, 28 de Fevereiro de 1926, 4.

O custo elevado destes banquetes levou alguns nacionalistas a equacionar se seria mais vantajoso reunir fundos para a fundação de um jornal de cariz nacional, de que o PRN estava tão necessitado, do que continuar a realizar este tipo eventos. No dia 11 de Janeiro de 1925 realizou-se um almoço oferecido ao Directório da PRN, custando cada inscrição sessenta escudos. Dez dias antes da sua realização já estavam inscritos 200 pessoas. N^o *A Lucta* surgiu uma reflexão sobre este facto: «Se for de trezentos o número de convivas, custará o banquete dezoito contos. Não é quantia suficiente para fundar um jornal: mas é bem a quarta parte do que será necessário para que o jornal reaparecendo, tivesse garantido a existência por um ano».²⁰¹ Nalguns destes banquetes destinava-se uma mesa para os jornalistas que estavam a cobrir o acontecimento.²⁰² Os longos discursos eram uma das marcas principais destes jantares e almoços. António Ginestal Machado falou mais de uma hora no almoço realizado na Figueira da Foz em sua homenagem.²⁰³ Era comum realizarem-se almoços com grandes grupos durante os Congressos do PRN. Durante o primeiro congresso do PRN realizou-se um almoço no restaurante do Coliseu dos Recreios com os delegados ao congresso e os parlamentares do PRN.²⁰⁴ Por vezes, também se realizavam almoços regionais. Em 1923 os representantes do distrito de Beja no congresso do PRN realizaram um almoço.²⁰⁵

Outros lugares de sociabilidade eram os cafés e restaurantes. Os membros de cada partido tinham os seus preferidos. Um monárquico era facilmente encontrável no Martinho, já um radical, tinha poiso certo na Brasileira.²⁰⁶ O Tavares era um dos restaurantes mais elegantes e requintados de Lisboa e era utilizado para realizar diferentes reuniões políticas da principal elite do PRN. Cunha Leal reuniu-se com Filomeno da Câmara Melo Cabral numa das salas reservadas do restaurante Tavares para conspirarem contra o Governo.²⁰⁷ Foi também neste restaurante que o pessoal do gabinete do ministro da Guerra cessante, Óscar Carmona, lhe ofereceu um almoço no dia 20 de Dezembro de 1923.²⁰⁸ António Gi-

²⁰¹ *A Lucta*, 1 de Janeiro de 1925, 1.

²⁰² Cf. *Correio da Manhã*, 19 de Março de 1926, 1.

²⁰³ *O Figueirense*, 16 de Outubro de 1924, 1.

²⁰⁴ Cf. *O Século*, 18 de Março de 1923, 2.

²⁰⁵ *O Bejense*, 25 de Março de 1923, 2.

²⁰⁶ *Diário de Lisboa*, 28 de Agosto de 1923, 5.

²⁰⁷ Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, Vol. II (edição do autor, 1967), 308-309.

²⁰⁸ *Diário de Lisboa*, 19 de Dezembro de 1923, 1; *idem*, 20 de Dezembro de 1923, 1.

nestal Machado tendo residência em Santarém, mas vivendo vários dias da semana em Lisboa, era um grande frequentador de hotéis, restaurantes e cafés, onde fumava um «cigarrito feito neste tabaco agora raro que se chama francês, cujo fumo é como o fio de *Ariane* buscando encontrar ideias».²⁰⁹ Um dos seus lugares de eleição era o Hotel Francfort, onde dormia e tomava as refeições.²¹⁰ Neste hotel reunia-se muitas vezes a principal elite do PRN. Um repórter do *Diário de Lisboa* retratou desta forma uma das muitas reuniões realizadas nesse local:

O Partido Nacionalista vai-se preocupando com as próximas eleições. Há mais de oito dias que no Hotel Francfort (Santa Justa) se reúnem diariamente os marechais nacionalistas srs. Ginestal Machado, Vasconcelos e Sá, Eurico Cameira e José de Nápoles, tendo sido largamente versado a política eleitoral no distrito de Coimbra onde o novel nacionalista Sr. José de Nápoles é grande influente político.²¹¹

Portanto, os centros políticos eram os principais locais de sociabilidade da classe política, ainda que os cafés e os restaurantes continuassem a desempenhar um papel fundamental como ponto de encontro e de discussão de ideias. No entanto, era nas «visitações» da elite política lisboeta à província que a sociabilidade política ganhava maior visibilidade, pelo ambiente festivo e de confraternização que era criado.

O clientelismo

O relacionamento entre os membros/simpatizantes e os líderes do PRN estava marcado muitas vezes pelo clientelismo e por uma cultura de dependência. Estas relações informais, paralelas às relações oficiais, estavam marcadas pela desigualdade de poder e de posição social entre o elemento preponderante, muitas vezes designado por «cacique», «padrinho» ou «patrono» e o seu «cliente», «protegido» ou «afilhado». Muitas vezes os dois tratavam-se simplesmente por «amigo». Havia um intercâmbio recíproco de bens e serviços de variada espécie através de uma relação pessoal e directa. O patrono proporcionava normalmente protecção, trabalho, bens materiais e acesso a diferentes recursos privados, mas principalmente públicos aos seus amigos. O protegido oferecia leal-

²⁰⁹ *Diário de Lisboa*, 26 de Janeiro de 1923, 5.

²¹⁰ *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1923, 5; *Diário de Lisboa*, 8 de Junho de 1923, 8.

²¹¹ *Diário de Lisboa*, 3 de Abril de 1925, 1.

dade, serviços pessoais e apoio ao cacique, que no período eleitoral se traduzia em votos.²¹²

O clientelismo tradicional emergiu em sociedades tradicionais com um baixo nível de mobilização social, onde os partidos de notáveis enquadravam os escassos elementos politicamente activos. Os «poderosos» participavam na política como corolário da sua posição social. O Parlamento cumpria um lugar central no sistema político e a organização burocrática dos partidos estava reduzida ao mínimo. Na Europa do Sul a sociedade estava marcada pela debilidade dos grupos organizados, na qual só uma minoria era capaz de aceder aos bens que a maioria necessitava. Por isso, amplos sectores da população buscavam protecção contra a insegurança. Por outro lado, existia um sistema de valores que enaltecia o particularismo nas relações sociais em detrimento dos critérios universalistas de repartição pública. Neste sentido o particularismo era inimigo da equidade. O particularismo dava preferência à consecução de fins privados sobre a satisfação dos interesses colectivos extensos e gerais. A ideia generalizada de que a família e os amigos estavam em primeiro impunha-se à ideia de um Estado moderno imparcial: «aos amigos os favores, aos inimigos a lei». Os partidos de notáveis nas sociedades do sul da Europa adoptaram frequentemente a forma de facções, tentando atrair o apoio de eleitores preferencialmente por meio do «favor» e das «recomendações» e não pelo programa reformista que defendiam.²¹³

²¹² José Varela Ortega, *Los Amigos Políticos. Partidos, Elecciones y Caciquismo en la Restauración (1875-1900)* (Madrid: Alianza Universidad, 1977); Ernest Gellner, et al, *Patronos y Clientes* (Barcelona: Jucar Univ., 1986); Javier Moreno Luzon, «Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil», *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 89 (1995): 191-224; Javier Moreno Luzon, «El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar», *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105 (1999): 73-95; José Varela Ortega, director, *El Poder de la Influencia. Geografía del Caciquismo en España (1875-1923)* (Madrid: Marcial Pons, 2001); Javier Moreno Luzón, «A historiografía sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas», *Análise Social*, xli, n.º 178 (2006): 9-29; Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)* (Lisboa: Difer, 1991); Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal* (Oeiras: Celta Editora, 2004), 29-49; Pedro Tavares de Almeida, «O sistema eleitoral e as eleições em Portugal (1895-1910): uma perspectiva comparada» e Fernando Farelo Lopes, «Direito de voto, regime de escrutínio e 'eleições feitas' na I República Portuguesa», in *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, coord. André Freire (Lisboa: Edições Colibri, 2011), 85-99 e 101-123.

²¹³ Javier Tusell, «El sistema caciquil andaluz comparado con el de otras regiones», *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, C. I. S., n.º 2 (1978): 7-19; Javier Moreno Luzon, «Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil», *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 89, Julio-Septiembre (1995): 191-224; Javier Moreno Luzon, «El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar», *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105 (1999): 73-95; José Varela Ortega, director, *El Poder de la Influencia. Geografía del Caciquismo en España (1875-1923)* (Madrid: Marcial Pons, 2001).

Os «patronos» e os «clientes» estabeleciam relações variadas, formando extensas conexões com múltiplos indivíduos. Muitas vezes, o patrono convertia-se em cliente de outro patrono e em intermediário entre os seus clientes e este. Transformava-se desta forma num mediador entre pessoas, que estavam unidas por laços de interesses, «amigos de amigos». Neste período qualquer político com aspirações era obrigado a receber muita gente e a falar cara a cara com eles. Contudo, o principal elo de união entre o patrono e o cliente eram as cartas. O notável recebia um número de missivas com pedidos de favores e recomendações proporcional à sua grandeza. O notável era obrigado normalmente a responder a estes pedidos se queria continuar a contar com o «afilhado». Portanto, os pedidos e as recomendações alimentavam a máquina clientelar e eram um elemento decisivo em muitas decisões tomadas em numerosas instituições. O notável que possuía riqueza e poder económico tinha maior poder de influência e de angariar clientes. Mas não se pode fazer uma associação directa entre poder económico e poder de influência. O notável que possuía aptidões para influenciar o aparelho de Estado e o Governo, era aquele que estava melhor colocado para ser um cacique exemplar e para ser tornar no «amigo» mais desejado.

O clientelismo foi um factor de atraso do processo de modernização, secularização, racionalização e democratização da sociedade contemporânea, embora não deixe de cumprir uma função estabilizadora da vida política e integradora do poder estabelecido, ainda que por vias que confinam a legalidade e que provoquem disfunções no sistema liberal. No entanto, o clientelismo teve um papel importante na integração social e evitou muitos conflitos sociais e políticos. O notável era muitas vezes um benemérito local, canalizando ao mesmo tempo verbas para a compra de votos e para obras sociais.²¹⁴ O Estado central necessitava também dos caciques para penetrar no meio rural. A capacidade eleitoral restrita aos alfabetizados e a lenta transformação da sociedade portuguesa conduziram a que os antigos caciques proprietários fossem ultrapassados progressivamente pelos novos notáveis (advogados, funcionários municipais, juizes, professores, médicos, farmacêuticos, veterinários, notários, funcionários do registo civil) que entendiam as leis do Estado e podiam servir de intermediários com a administração central. Nesse sentido o apoio comprado através de dinheiro, vinho e comida perdeu importância

²¹⁴ João Tamagnini de Sousa Barbosa distribuiu 3 mil escudos pelas escolas do concelho de Abrantes, local por onde tinha sido eleito deputado. Cf. *Correio da Extremadura*, 5 de Junho de 1926, 2.

face aos favores pessoais.²¹⁵ Nos anos vinte a «recomendação» e o «favor» eram um salvo-conduto imprescindível para mover-se na sociedade portuguesa e na sociedade mediterrânica. Qualquer indivíduo da província que necessitasse de resolver um «problema» em Lisboa precisava primeiro de ter um «amigo». O cacique era o único intermediário que ligava o campo com a cidade e o povo com o Estado.²¹⁶ Por isso, nas sociedades menos desenvolvidas os partidos políticos tinham o poder inferior ao cacique. Manuel Gregório Pestana Júnior, destacado membro do Partido Republicano Português, explicou o que representava pertencer a um partido entre o final do século XIX e o início do século XX. Nessa altura pouco importava:

Ser-se republicano, regenerador ou progressista, tinha apenas de ser-se dedicado ao Sr. A, B, ou C e se perguntasse aos políticos de então o que era ser republicano, regenerador ou progressista, a maior parte admirar-se-ia da pergunta e limitar-se-ia a dizer: eu sou do Sr. B, ou do Sr. C.²¹⁷

No entanto, nas sociedades mais desenvolvidas e nos meios urbanos, o clientelismo tradicional baseado nos notáveis começou a perder importância para o clientelismo de partido, baseado nos políticos profissionais que actuavam como delegados dos partidos de massas. Estes partidos tinha uma complexa rede burocrática e distribuíam empregos e favores.²¹⁸ O Partido Republicano Nacionalista deu um pequeno passo nesse sentido ao criar uma secção no jornal *República*, com alguns empregados dedicados em exclusivo a atender os pedidos dos correligionários para resolver assuntos nos ministérios, repartições públicas e tribunais.²¹⁹ José Troncho de Melo propôs no I congresso do PRN que fosse

²¹⁵ Fernando Farello Lopes, «Caciquismo», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo, vol. I (Lisboa: Assembleia da República, 2013), 483-487.

²¹⁶ Aurora Garrido Martín, «Historiografía sobre el caciquismo: balance y perspectivas», *Hispania*, L/3, n.º 176 (1990): 1349-1360; Antonio Robles Egea, coord., *Política en Penumbra. Patronazgo y Clientelismo Políticos en la España Contemporánea* (Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1996).

²¹⁷ «Razão de ser do nosso centro», *O Radical*, 6 de Agosto de 1911.

²¹⁸ Javier Moreno Luzon, «Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil», *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 89 (1995), 191-224; Javier Moreno Luzon, «El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar», *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105 (1999), 73-95; José Varela Ortega, director, *El Poder de la Influencia. Geografía del Caciquismo en España (1875-1923)* (Madrid: Marcial Pons, 2001).

²¹⁹ *República*, 3 de Fevereiro de 1922, 2.

aberta de uma secção junto do Directório que atendesse as reclamações dos correligionários da Província.²²⁰

O Partido Republicano Nacionalista, à semelhança dos restantes partidos, tinha comissões políticas bastante amplas, mas esta circunstância não pode iludir o facto de apenas um número muito reduzido de personalidades dominarem as estruturas do partido a nível local, ao mesmo tempo que conseguiam relacionar-se facilmente com a elite nacional. Analisando especificamente o caso de Évora, constatamos que o Partido Republicano Nacionalista dispunha nos seus quadros de personalidades com formação universitária que podiam desempenhar as funções de «patrono burocrata». No início do século XX o patrocínio tradicional específico de sociedades fortemente ruralizadas tendeu a transformar-se. O clientelismo tradicional, embora não desapareça, tendeu a diluir-se para dar lugar ao patrocínio de Estado ou burocrático. Com o «cacique proprietário» passaram a competir novos patronos e intermediários que controlavam e proporcionavam certos recursos, bens e serviços específicos, particularmente a mediação com o Estado, daí a importância do «cacique burocrata» na articulação entre o centro e a periferia. Este clientelismo geralmente designado de transição (entre o clientelismo tradicional e o clientelismo burocrático) surgiu em vilas e cidades da província onde se assistia à afirmação do mundo urbano e do Estado central, como era o caso de Évora.²²¹ O PRN de Évora dispunha nos seus quadros de alguns políticos com o perfil de «notável burocrata». Esta elite tinha a possibilidade de estabelecer uma intercessão entre algumas necessidades dos membros do partido e o Estado. O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa era membro da comissão distrital e director do centro do PRN (1923-1928) e representava este novo tipo de mediador. Era advogado, professor e reitor do Liceu André de Gouveia. Foi ainda governador civil de Évora em duas ocasiões (de 27 de Dezembro de 1914 a 5 de Fevereiro de 1915 e de 24 de Maio de 1915 a 23 de Outubro de 1917) e deputado entre 1919 e 1921 e entre 1922 e 1926. Presidiu à Comissão Executiva (1923-1925) e ao Senado (1926) da Câmara Municipal de Évora e foi Provedor da Misericórdia (1920-1923). Dirigiu o diário *Democracia do Sul* (1917-1932), órgão oficioso nacionalista, foi membro substituto do Directório do PRN (1923-1935) e chefe de gabinete do Ministro Pedro Pita (Novembro/Dezembro de 1923). O Dr. Domingos Vítor Cordeiro Rosado era outro dos membros destacados

²²⁰ *Diário de Lisboa*, 17 de Março de 1923, 3; *República*, 18 de Março de 1923, 2.

²²¹ Lopes, *Poder Político...*, 11-50; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, «O clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido reconstituente (1920-1923)», *Análise Social*, xxxii, n.º 140 (1997): 31-74.

que o PRN contava nas suas fileiras. Era advogado e professor da Escola Primária Superior e da Escola Comercial e Industrial de Évora, foi deputado em 1919, governador civil em 1921 e 1923-1924, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora em 1919 e 1926 e director da Casa Pia de Évora.²²²

A influência destes dois notáveis nas Escolas e na Câmara Municipal de Évora é visível no recrutamento partidário, dado o elevado número de contínuos das escolas, de polícias municipais e funcionários da Câmara Municipal de Évora que ingressaram no Centro Republicano Nacionalista.²²³ O poder que Alberto Jordão Marques da Costa contava em Évora pode-se comprovar também pelo facto de ter conseguido levar por diante a sua candidatura a deputado pelo círculo de Évora em 1922, contrariando a posição do Directório do PRRN que queria candidatá-lo pelo círculo de Santo Tirso.

A elite e os membros do PRN estabeleciam um tipo de relação baseada nos favores e nas recomendações. Estes vínculos foram identificados na correspondência privada depositada nos espólios de alguns dirigentes do PRN. Nestas cartas podemos distinguir os favores individuais dos favores colectivos e dentro dos favores individuais podemos diferenciar as recomendações. Temos ainda toda a dinâmica clientelar relacionada com as eleições que foi abordada no capítulo 1 e que aqui não será desenvolvida. Os favores individuais centravam-se maioritariamente em pedidos de empregos públicos, acesso a postos mais elevados na administração pública, mudança no local de emprego e resolução de problemas burocráticos com o Estado, como a isenção do serviço militar. Por vezes também aparecem alguns pedidos para negócios particulares. As recomendações centravam-se na procura de emprego ou numa atenção especial nos exames escolares. Os pedidos colectivos eram mais escassos. Concentravam-se normalmente no arranjo de alguma estrada ou pequena obra pública. Esta situação denotava algum atraso na sociedade portuguesa e nos partidos portugueses, uma vez que os pedidos colectivos eram já muito comuns na Europa dos anos 20.²²⁴

²²² Veja-se uma análise mais alargada da elite nacionalista em: Baião, *Elites Políticas em Évora...*, 81-85, 96-105.

²²³ O *Centro Republicano Nacionalista Eborense* teve como sócios 21 polícias, 5 funcionários das escolas e 10 funcionários da Câmara Municipal. Cf. *Livro de Sócios Inscritos - Centro Republicano Nacionalista* [Évora, 1923-1928]. Arquivo particular de Cláudio Percheiro, Évora (em posse da família).

²²⁴ Javier Moreno Luzon, «Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil», *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 89 (1995): 191-224; Antonio Robles Egea, comp., *Política en Penumbra. Patronazgo y Clientelismo Políticos en la España Contemporánea* (Madrid:

A solicitação de favores colectivos para a comunidade ocorria com menor frequência. Quase sempre relacionava-se com pedidos para a realização de obras públicas. Abílio Fernandes, habitante da Sobreira, concelho de concelho de Proença-a-Nova, escreveu ao antigo deputado do PRN, Bernardo Ferreira de Matos, para este interceder junto do Ministro para a construção da estrada Ródão-Oleiros, tendo esta pretensão tido já o apoio do governador civil de Castelo Branco.²²⁵ O Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Torres Novas, João Martins de Azevedo, escreveu a António Ginestal Machado para que este falasse com o engenheiro das obras públicas, António Pinto e Mendonça Ribeiro:

V. Ex.a está em boas relações com o engenheiro das obras públicas António Pinto e Mendonça Ribeiro? Tendo nele essa confiança e n'estas condições desejava que V. Ex.^a lhes pedisse para que não contrariasse as pretensões da Câmara. [...] 1.º – Os lances das estradas arrematadas ultimamente fossem aplicados no calçetamento duma rua de Torres Novas. 2.º – Reparação da Estrada n.º 124.²²⁶

Algumas vezes havia uma mescla de favores colectivos com individuais, nunca perdendo de vistas as eleições. Atente-se à seguinte carta enviada por António Abreu Freire para Egas Moniz:

Escrevo hoje ao Dr. Bernardo Marques a agradecer-lhe tudo e renovo o pedido sobre a criação da escola em Água Lavada que, se pudesse ser publicado o despacho ou o decreto a que apenas falta a assinatura do Presidente, antes das eleições, nos daria uma óptima situação. Fale também do assunto ao Dr. Bernardo. Passadas as eleições vou mandar-lhe um memorial sobre a estrada de Aldeia a Alumieira a ver se se consegue do ministro respectivo a ordem de serviço para a mandar estudar. Falo-lhe também na troca de duas professoras de Valega que não será coisa difícil, se for tratada urgentemente. [...] Na eleição que pode perder-se, a diferença é pequena e é necessário recorrer a tudo.²²⁷

Siglo Veitiano Editores, 1996); Javier Moreno Luzon, «El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar», *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105 (1999): 73-95; José Varela Ortega, dir., *El Poder de la Influencia. Geografía del Caciquismo en España (1875-1923)* (Madrid: Marcial Pons, 2001).

²²⁵ Carta enviada por Abílio Fernandes para Bernardo Ferreira de Matos, Liceu José Falcão, Sobreira, 4 de Agosto de 1927. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

²²⁶ Carta de João Martins de Azevedo para António Ginestal Machado, Lamarosa (Torres Novas), 20 de Março de 1926. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/672.

²²⁷ Carta enviada por António Abreu Freire para Egas Moniz, 3 de Novembro de 1923. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

Os favores individuais eram os mais frequentes e centravam-se principalmente no pedido de empregos. Os notáveis, depois de receberem o pedido tinham de o encaminhar para a pessoa que podia interceder pelo seu «amigo». Júlio Dantas escreveu ao presidente da Academia das Ciências de Lisboa, António Cândido de Figueiredo, para satisfazer um pedido de um «amigo» do seu correligionário António Vicente Ferreira:

Exmo. Senhor Presidente e amigo

O meu amigo e correligionário Vicente Ferreira, julgando-me ainda Presidente Academia, enviou-me uma carta recomendando um candidato à vaga de contínuo existente no quadro de funcionários [No final da carta solicitou que o pedido fosse levado em conta].²²⁸

Bernardo Ferreira de Matos, antigo deputado nacionalista, nesse momento a militar na União Liberal Republicana, despenhava um papel fundamental na ligação dos seus conterrâneos e correligionários a Lisboa e à administração pública. Veja-se a seguinte carta enviada por João Crisóstomo:

Exmo. Sr. Dr. Bernardo de Matos [...]

Agradeço a indicação do meu nome para o cargo de inspector [...]. Era um grande favor indicar também o nome do meu cunhado Manuel Domingos proprietário e industrial [...].

João Crisóstomo.²²⁹

Outra pretensão habitual relacionava-se com livrar os mancebos da tropa. O pai de Cunha Leal enviou a seguinte carta ao seu filho:

A portadora desta é agora minha criada e tem servido razoavelmente. Vai ver se livra o noivo de ir para a Índia como militar; se lhe puderes valer nesta aflição muito te agradeço. [...] José Pinto da Cunha.²³⁰

As recomendações para auxílio nos exames também surgem com alguma frequência. Atente-se à seguinte carta enviada por Bravo Sena para Bernardo Ferreira de Matos:

²²⁸ Carta de Júlio Dantas para António Cândido de Figueiredo, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, 29 de Julho de 1924, processos individuais dos académicos, Júlio Dantas. Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa.

²²⁹ Carta enviada por João Crisóstomo para Bernardo Ferreira de Matos, Vila de Rei, 22 de Março de 1927. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

²³⁰ Carta de José Pinto da Cunha para Francisco Pinto da Cunha Leal, Alcaide, 3 de Janeiro de 1925. Arquivo Particular de António Ventura, Portalegre e Lisboa, correspondência vária de e para Cunha Leal.

Temos um correligionário em Pombal de nome Severino Silva [...] que tem um primo de nome Álvaro Silva de Pombal, aluno na Faculdade de Direito, que tendo feito um exame no dia 22 do corrente e tendo como professor e examinador o Doutor Rocha Saraiva para o qual me pediu uma recomendação; mas eu conheço de simples relação de cortesia o Doutor Rocha Saraiva. Quer o meu amigo fazer-me um favor de o recomendar com insistência? Era um grande favor; sendo certo que ao nosso correligionário direi que foi o meu amigo quem o recomendou.²³¹

Outra pretensão comum era conseguir a transferência do local de trabalho dentro da administração pública. A. de Almeida Garret escreveu a Bernardo Ferreira de Matos para fazer o seguinte pedido:

[...] Agora um pedido. É capaz de arranjar a transferência do 1.º sargento Joaquim Bernardo da infantaria 19 de Lamego para o 12 da Guarda? Ou ao menos para a 21 da Covilhã.²³²

Egas Moniz escreveu ao chefe de gabinete do ministro da Instrução, Simão Raposo, a solicitar uma permuta de professores. Esta carta foi entregue em mão por Bernardo Ferreira de Matos, que lhe explicou em detalhe as protecções de Egas Moniz.

Peço-lhe o favor de recomendar com maior interesse ao seu Ministro uma permuta de professores em que muito me empenho. O Sr. Dr. Bernardo de Matos meu prezadíssimo amigo e ilustre deputado lhe exporá o assunto em pormenor.²³³

Com a chegada do PRN ao Governo a 15 de Novembro de 1923 as oportunidades abriram-se para os nacionalistas. Assim, passados dois dias, Agostinho Diogo Horta escreveu a António Ginestal Machado para lhe dar os parabéns pela chefia do executivo e para lhe fazer um pedido:

Eu, republicano de antes de 1910, e nacionalista registado, ofereço os meus serviços a V. Exa. para qualquer cargo de confiança política, de que

²³¹ Carta enviada por Manuel Fernandes de Carvalho para Bernardo Ferreira de Matos, Figueiró dos Vinhos, 14 de Janeiro de 1927. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

²³² Carta enviada por A. de Almeida Garret para Bernardo Ferreira de Matos, Castelo Branco, 24 de Julho de 1922. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

²³³ Carta enviada por Egas Moniz para o chefe de Gabinete do Ministro da Instrução, Simão Raposo, Lisboa, 28 de Maio de 1924. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

haja necessidade, ou outro compatível com os meus conhecimentos de contabilidade.²³⁴

Na mesma ocasião chegou um novo pedido, desta vez era para as vagas na repartição de finanças do concelho de Portalegre. Boaventura Rodrigues Grincho Pinela escreveu a António Ginestal Machado para informá-lo da sua pretensão, que poderia também beneficiar o PRN:

Tem esta o fim de vir junto de V. Ex.^a pedir o seguinte. Estando para sair por estes dias as promoções dos fiscais a aspirantes de finanças, e encontrando-se duas vagas na repartição de finanças do concelho de Portalegre a que me consta estão prometidas a dois democráticos, mas como a situação mudou, venho pedir a V. Ex.^a para que eu seja colocado na dita repartição.

Espero mais este obséquio de V. Ex.^a.²³⁵

As elites regionais do Partido Republicano Nacionalista procuravam influenciar a ocupação das vagas mais importantes da administração pública portuguesa. O deputado Custódio Maldonado de Freitas escreveu a António Ginestal Machado encaminhando as pretensões dos nacionalistas de Leiria:

Os amigos de Leiria recomendam para a próxima vaga de Juiz de Santarém vá o Juiz de Leiria, Alfredo Augusto da Fonseca Vaz se os Srs. Drs. Ginestal Machado e Lopes Cardoso assim o entenderem.²³⁶

A defesa dos interesses dos nacionalistas face aos democráticos era uma «batalha» que os nacionalistas não podiam perder se queriam afirmar-se como um importante partido do regime. Daí a necessidade dos notáveis estarem atentos às pretensões dos seus «soldados». Veja-se a seguinte carta enviada por Bruno Serra a Bernardo Ferreira de Matos:

Meu Pr. Amigo [...]

O professor oficial de Orgais, concelho da Covilhã, é nacionalista desde há muito e pretendia o seguinte: É casado com uma professora que está desempenhando as mesmas funções naquela localidade, mas como interina,

²³⁴ Carta de Agostinho Diogo Horta para António Ginestal Machado, Lisboa, 17 de Novembro de 1923. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/887.

²³⁵ Carta de Boaventura Rodrigues Grincho Pinela para António Ginestal Machado, Portalegre, 17 de Novembro de 1923. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/859.

²³⁶ Carta de Custódio Maldonado de Freitas para António Ginestal Machado, carta não datada. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/859.

pois a efectiva, mulher de 70 anos completamente inutilizada e com 40 anos de serviço requereu a respectiva aposentação há seis meses. Ora o interesse da professora é ficar efectiva e nisso é contrariada pelos democráticos do concelho por virtude do marido ser nacionalista, mas está nas condições legais para ser provida. [...] Poderá meu amigo ter a bondade de manobrar isto?²³⁷

Noutra ocasião, António de Abreu Freire escreveu a Bernardo Ferreira de Matos para lhe agradecer os favores obtidos e para pedir mais alguns:

Exmo. Sr. Dr. Bernardo Matos e muito meu prezado amigo

Beijo-lhe as mãos, cheio de gratidão pelos obséquios recebidos. Já foi criada a escola em Água Lavada e o 4.º lugar na escola de Avança. Muito e muito Obrigado. Veja agora se me consegue com a possível urgência, a permuta entre as duas professoras D. Adelaide Duarte Pereira, de Valega e D. Emília da Conceição Valente Martins de Azagães de Carregosa. [...] Veja também o visto no contrato do professor Alfredo José Pereira com a escola prática de Santo Tirso. Também me interessa imenso porque seja resolvido este caso com urgência.

Agora outro assunto que chamo a atenção de V. Exa. que é absolutamente confidencial. O Dr. Artur Marques Figueira, amanuense ou coisa parecida no Tribunal da Relação do Porto, está actualmente em Salreu, sua terra natal, deste concelho a trabalhar contra nós nas eleições da Câmara. Peço a V. Exa. que vá ter com o Ministro da Justiça para por intermédio do Tribunal da Relação o chamar imediatamente ao seu posto e retirá-lo daqui. É um favor que muito e muito me penhora.²³⁸

Os vínculos que os protegidos tinham com o protector eram mais fortes do que com o partido. A. Guilhermino Lopes informou Bernardo Ferreira de Matos que estava incondicionalmente com ele:

Se houver qualquer novidade em que tenha de tomar qualquer atitude pode ter em consideração que o acompanharei, pois muito desejo demonstrar-lhe que não esqueço o bem que tem feito. Completamente à margem dos partidos, e reconhecendo que, se não fosse a sua intervenção junto do conselho disciplinar teria sido perseguido à outrance pelos meus ex-correligionários.²³⁹

²³⁷ Carta enviada por Bruno Serra para Bernardo Ferreira de Matos, Figueiró, 19 de Janeiro de 1926. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

²³⁸ Carta enviada por António de Abreu Freire para Bernardo Ferreira de Matos, Avança, 9 de Dezembro de 1923. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

²³⁹ Carta enviada por A. Guilhermino Lopes para Bernardo Ferreira de Matos, Castelo Branco, 30 de Maio de 1923. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

A atracção dos notáveis regionais para o seio dos nacionalistas era fundamental pela rede de influência que dispunham na sua região e pelos votos que conseguiam. Paul Joaquim Gonçalves informou António Ginestal Machado do esforço para atrair um cacique:

O Ribeiro da Silva está teimosíssimo. Até agora não consegui demovê-lo da resolução em que se firmou de não querer nada com o Directório. E é pena, porque lhes faz falta lá no partido, em razão dos votitos de que dispõe!²⁴⁰

Era essencial possuir um protector para viver num mundo cheio de incertezas e dificuldades. Por vezes, havia «dádivas» ou «trocas» de protegidos entre os notáveis. Veja-se a seguinte carta enviada por Egas Moniz para Bernardo Ferreira de Matos:

Meu caro Bernardo
Apresento-lhe o meu amigo Sr. Miguel Neves que deseja a sua protecção. Em tudo o que lhe seja possível favoreça-o, pois bem merece por ser um excelente rapaz. Seu amigo muito obrigado.²⁴¹

Os vínculos e amizades entre os membros do PRN permaneceram ao longo de muitos anos, ainda que a Ditadura Militar tenha dificultado a acção destes políticos. No entanto, alguns membros da elite do PRN continuaram a ser pessoas influentes, fruto dos lugares que continuavam a ocupar na administração pública e na gestão de empresas. O antigo deputado do PRN, Eugénio Aresta, encontrava-se com residência fixa no Norte de Portugal, mas escreveu a António Ginestal Machado (comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses) a pedido de um «amigo» que trabalhava nos caminhos de ferro:

Exmo. Sr. Dr. Ginestal Machado, meu muito amigo prezado amigo.
Desde do tempo em que tive o prazer e a honra de conviver com V. Ex.^a, nas lides políticas do falecido Parlamento, não quis o acaso que mais nos encontrássemos. Deportado para S. Tomé e ainda hoje com residência fixa aqui no norte, não mais se proporcionou ensejo de tornar a ver a meia dúzia de pessoas que tive ensejo de conhecer e cujas relações constituíram o único benefício e não pequeno que tirei da política partidária.

Hoje venho importuná-lo com um pedido. Vai junto a esta carta o memorial respeitante a um meu amigo, funcionário dos C. de Ferro com uma

²⁴⁰ Carta de Paul Joaquim Gonçalves para António Ginestal Machado, Viana do Castelo, 17 de Janeiro de 1926. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/983.

²⁴¹ Carta enviada por Egas Moniz para Bernardo Ferreira de Matos, Avança 15 de Junho de 1926. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

pretensão que se me afigura de todo o ponto justa e razoável e por conseguinte susceptível de ser recomendada a V. Ex.^a.

Em nome da modesta mas lealíssima cooperação que prestei à sua acção de homem político, isto é, que prestei ao país que V. Ex.^a sempre tão bem serviu quando investido em funções de Governo e da amizade com que sempre procurou distinguir-me rogo-lhe ponha o seu valimento na consecução do que o meu recomendado deseja.

Desculpe-me a impertinência e disponha sempre de que é com muita estima. [...]

Capitão Eugénio Aresta

Amarante, 26. Agosto. 1931.²⁴²

Durante a Ditadura Militar os pedidos permaneceram, continuando muitos notáveis republicanos a manobrar as suas influências. Numa carta enviada para um destinatário não identificado, Bernardo Ferreira de Matos, antigo deputado nacionalista, então a militar na União Liberal Republicana, solicitou um pedido que tinha chegado até ele pelo «chefe», que se deduz ser Cunha Leal:

Meu prezado amigo

Pede-me o Chefe para eu obter do meu amigo a nomeação de Agostinho Figueira para Tesoureiro da Delegação da Caixa Geral de Depósitos do Fundão.

Segundo me diz, o homem é competente e sério, pondo nesta nomeação o seu maior interesse, por dizer respeito aos seus domínios e ele ser recomendado por pessoa de família, a quem muito deseja ser agradável.

Veja lá se pode conseguir isto.

E assim prestaria mais um grande favor, que muito lhe agradeceria. [...]

Bernardo de Matos.²⁴³

Durante a Ditadura Militar a luta pelos lugares na administração entre as várias facções republicanas continuou, pois esperava-se que um dia o «revirvalho» podia tomar conta da situação. No Liceu José Falcão, em Coimbra, a disputa entre a facção democrática e da União Liberal Republicana era por uma vaga de professor:

Exmo. Sr. Doutor

Tendo-me oferecido várias vezes os seus valiosos préstimos quando estive professor do Liceu Camões, aproveito agora a ocasião de o incomodar.

²⁴² Carta de Eugénio Aresta para António Ginestal Machado, Amarante, 26 de Agosto de 1931. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/669.

²⁴³ Carta enviada por Bernardo Ferreira de Matos para um destinatário não identificado, Lisboa, 10 de Dezembro de 1929. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

Desejava que o Exmo. amigo envidasse todos os esforços junto do António Mantas, no sentido de se manter o aviso que pôs a concurso uma vaga do 8.º grupo do Liceu José Falcão de Coimbra, pois o Dias Pereira,²⁴⁴ deputado democrático pretende a todo o transe evitar que ela surja preenchida, para quando vier o «revirvalho» lá colocar um correligionário. Ele pretende fazer do Liceu de Coimbra um centro democrático.

É com o máximo interesse que lhe faço este pedido, pois a manter-se a vaga será nomeado um amigo nosso, Menezes Torres, muito prestável para qualquer ocasião.

É favor logo que este receba instar com o António Mantas, nosso correligionário, para pelo menos se manter neutral, e participar-me para Coimbra do que há. [...]

Manuel Fernandes de Carvalho²⁴⁵

Alguns anos mais tarde, Cunha Leal solicitou o apoio de António Ginestal Machado para a filha de um republicano perseguido pelas autoridades que ia fazer exame no Liceu de Santarém.²⁴⁶ Noutra ocasião surgiu outro pedido para uma filha de um republicano que necessitava de ajuda. Desta vez o pedido vinha pela mão do advogado Lino Gameiro. As dificuldades que os republicanos estavam a passar eram grandes e por isso este advogado considerava que:

A hora é má e muitos deixaram de acreditar na liberdade. [...] Não assim para mim nem para V. Ex.^a para quem a liberdade e o direito continuam a ser divinas aspirações.²⁴⁷

A elite e os membros do PRN envolveram-se na dinâmica clientelar, alimentando os favores e as promessas de apoio aos «amigos». Para além dos favores individuais, mais comuns, começaram a surgir alguns favores colectivos. A elite do PRN continuou enredada na teia clientelar durante o Estado Novo, uma vez que muitos antigos membros do PRN continuaram a ser personalidades influentes.

²⁴⁴ Alberto Álvaro Dias Pereira era membro do PRP, foi deputado em 1919 e 1925-1926 e reitor do Liceu José Falcão em Coimbra entre 1919-1927.

²⁴⁵ Carta enviada por Manuel Fernandes de Carvalho para Bernardo Ferreira de Matos, Liceu José Falcão, Coimbra, 22 de Fevereiro de 1928. Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

²⁴⁶ Carta de Francisco Pinto da Cunha Leal para António Ginestal Machado, carta não datada, Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/910.

²⁴⁷ Carta de Lino Gameiro para António Ginestal Machado, Lisboa, 13 de Março de 1939. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/862.

A ideologia

O PRN defendia valores predominantemente conservadores, o primeiro dos quais, a «ordem», ao qual ficará sempre identificado. Tinha uma ideologia moderada, aberta aos consensos, no sentido de nacionalizar a República, abrindo-a finalmente a todos os portugueses.²⁴⁸ Pretendia ainda o fortalecimento do princípio da autoridade e do poder civil, a valorização do Império colonial, bem como a moralização administrativa do Estado. Fazia ainda parte do seu programa a exaltação do culto das virtudes nacionais, a manutenção da unidade moral da Nação, o civismo, a disciplina, a coesão da família, e o direito à propriedade privada. Advogava também uma aproximação e um novo relacionamento com os católicos. Contudo, devido ao facto de ser um partido de notáveis e agregador de várias sensibilidades políticas, tinha uma ideologia plural²⁴⁹ e pragmática.²⁵⁰ O PRN, à semelhança de outros partidos de notáveis, nunca apostou numa doutrina e num programa extenso, preciso e apaixonante.²⁵¹ Os partidos de notáveis «não se caracterizam por um corpo de doutrina», pelo que os partidos rivais parecem «dois irmãos gémeos», sem «vida própria que os distinga». Na maior parte «das vezes, quando esses partidos se encontram em discordância sob determinado assunto, isso não resulta dum critério filosófico, político ou económico especial, mas meramente duma táctica política, um expediente da oposição, para diminuir a obra de tal ou tal estadista».²⁵² O motivo principal desta si-

²⁴⁸ «Os adversários da República têm posto perante a consciência na nação este dilema: ou democráticos ou Monarquia. Não pode ser assim, e estou certo que não será. República é sempre República, é o objectivo final de toda a nossa acção política, demonstrando que ela não pode ser o feudo dum partido, duma casta ou duma facção e tem de ser, e há-de ser, um regime verdadeiramente nacional, onde todos os portugueses à sombra da lei, gozem de iguais direitos e se submetam às mesmas obrigações». António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14 de Maio de 1925, 8.

²⁴⁹ Segundo Cunha Leal «a miscelânea ideológica dentro deste agrupamento raiava pelos limites do inverosímil, por isso que os homens, juntando-se por questões de táctica política, não curavam de se interrogarem uns aos outros acerca dos seus princípios e da sua conformação espiritual. Os nacionalistas consideravam-se, no íntimo, como aliados de ocasião para a conquista da cidadela democrática». Cunha Leal, *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, «os meus cadernos – n.º 2» (Corunha: Imprensa Moret, 1932), 103.

²⁵⁰ Manuel Baião, *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2000), 82; A. H. de Oliveira Marques, coord., *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 11 (Lisboa: Editorial Presença, 1991), 389-391.

²⁵¹ Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal* (Oeiras: Celta Editora, 2004), 29-49.

²⁵² João Evangelista Campos Lima, *A Revolução em Portugal* (Lisboa: 1925), 23-27.

tuação era o carácter personalista dos partidos, não se conseguindo distinguir claramente o partido radical do partido conservador:

Os partidos, é certo, organizaram-se um pouco artificialmente. Formaram-se em volta de homens, em vez de se formarem em volta de princípios. Dai a confusão e a desordem que os caracterizam. Há em todos os partidos homens que se repelem indistintamente porque não têm afinidades políticas nem afinidades pessoais. Por exemplo: há em partidos conservadores homens que são profundamente radicais. Há em partidos radicais homens que são profundamente conservadores.²⁵³

Os principais textos doutrinários do PRN foram os seus manifestos,²⁵⁴ os relatórios do Directório apresentados aos Congressos do PRN,²⁵⁵ o

²⁵³ Ribeiro de Carvalho, *República*, 12 de Abril de 1922, 1.

²⁵⁴ Primeiro manifesto: Os Directórios, «Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País», *República*, 17 de Fevereiro de 1923, 1. O Manifesto foi também publicado n.º *O Século* (17 de Fevereiro de 1923, 1), e noutros jornais de província, órgãos oficiais do PRN, como *A Beira* (Santa Comba Dão, 24 de Fevereiro de 1923, 1) e *A Concórdia*, (Arcos de Valdevez, 25 de Fevereiro de 1923, 1; 4 de Março de 1923, 1). Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), 295-299. O manifesto foi aprovado pelos directórios do PRRN e do PRL na sala das sessões em 7 de Fevereiro de 1923. Segundo Manifesto: «Ao País. Manifesto do Partido Republicano Nacionalista», composto e impresso nas Oficinas *A Lucta*, Largo Calhariz, [assinado pelo Directório], Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/1437; «O Partido Nacionalista explica ao país a sua atitude», *República*, 14 de Novembro de 1923, 2; Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010), 219-224 [Manifesto a explicar a atitude perante o Governo Nacional de Afonso Costa]. Terceiro Manifesto: «Manifesto do Partido Nacionalista ao País», *O Figueirense*, 5 de Março de 1925, 2; *Notícias de Viseu*, 7 de Março de 1925, 1; *O Marão*, 8 de Março de 1925, 1-2; *O Debate*, 8 de Março de 1925, 1; *Gazeta de Viana*, 12 de Março de 1925, 3. Este manifesto foi datado a 3 de Março de 1925, na Sala das Sessões. Quarto Manifesto: «Ao País», Espólio de António Ginestal Machado, BNP, E55/ 1499; «Um Manifesto Nacionalista», *O Figueirense*, 9 de Abril de 1925, 1-2; «O Partido Nacionalista ao País», *A Opinião*, 3 de Maio de 1925, 1; *O Partido Nacionalista ao País*, Lisboa, Tipografia Pires, 2 de Abril de 1925, 7 páginas. Cada fonte tem um título ligeiramente diferente. O manifesto foi assinado pelo Directório e datado em Lisboa a 2 de Abril de 1925. Quinto Manifesto: *O Partido Nacionalista ao País*, folheto assinado pelo Directório, Lisboa, 31 de Outubro de 1925, Tip. Pires Ct.ª, Poiares de São Bento, 48, 1 página; «Manifesto Eleitoral», *O Penafidense*, 3 de Novembro de 1925, suplemento n.º 40; «Partido Republicano Nacionalista ao País», *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, 1; *O Figueirense*, 5 de Novembro de 1925, 2; *Notícias de Viseu*, 7 de Novembro de 1925, 1; *O Debate*, 8 de Novembro de 1925, 2.

²⁵⁵ «Relatório do Directório do PRN», *O Jornal*, 19 de Janeiro de 1924, 1-2; «Relatório apresentado ao Congresso pelo Directório do PRN», *Ação Nacionalista*, 8 de Março de 1925, 2-3; O relatório de 1925 também foi publicado no *Notícias de Viseu*, 16 de Março de 1925, 1.

seu estatuto publicado em 1923²⁵⁶ e o «Programa de Realizações Imediatas»²⁵⁷ aprovado em Janeiro de 1924 durante o II congresso. No entanto, as entrevistas da elite do PRN e as suas intervenções no Congresso são, por vezes, mais reveladoras sobre as características da ideologia do Partido Republicano Nacionalista.

Conservadorismo republicano

O PRN reclamava a herança do histórico Partido Republicano Português (PRP)²⁵⁸ e dos seus descendentes conservadores, como o Partido Republicano Evolucionista (PRE)²⁵⁹ e a União Republicana (UR).²⁶⁰ Enquanto partido ordeiro representava uma alternativa moderada de governo face aos «radicais» democráticos.²⁶¹ O PRN pretendia com o seu

²⁵⁶ *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct.^a, 1923). 16 páginas.

²⁵⁷ *Programma de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista* (Lisboa: Tip. de *A Lucta*, 1924), 8 páginas; *O Jornal*, 19 e 21 de Janeiro de 1924, 4; *O Regionalista*, 7 de Fevereiro de 1924, 2; *idem*, 17 de Fevereiro de 1924, 2; *idem*, 24 de Fevereiro de 1924, 2; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), 301-306. Em Fevereiro de 1923 foi encarregada uma comissão para elaborar o programa partidário constituída por José Barbosa, Moura Pinto, Vasconcelos e Sá, Raul Portela e Júlio Dantas. No entanto, o «Programa de Realizações Imediatas» só foi apresentado e aprovado no II Congresso do PRN (*República*, 20 de Fevereiro de 1923, 2; *O Século*, 22 de Fevereiro de 1923, 2).

²⁵⁸ O programa base que o Partido Republicano Nacionalista pretendia seguir era «o do antigo partido republicano, do partido histórico – que, infelizmente, em grande parte não foi ainda efectivado. Teremos, porém, de o modernizar». António Ginestal Machado, *República*, 10 de Dezembro de 1922, 1. «Fundamentalmente o programa será o do antigo Partido Republicano Português, mas actualizado». António Ginestal Machado, *O Figueirense*, 21 de Dezembro de 1922, 1.

²⁵⁹ Constâncio de Oliveira, antigo dirigente do PRP e do PRE, disse o seguinte: «O país anseia por uma política de ordem, de trabalho, de tolerância e de boa e inteligência administração. Essa mesma aspiração o país tinha quando existia o Partido Republicano Evolucionista cujo programa era idêntico ao que vai haster o Partido Republicano Nacionalista». Constâncio de Oliveira, *República*, 18 de Março de 1923, 1.

²⁶⁰ Tomé José de Barros Queirós, um dirigente histórico do PRP durante a Monarquia e posteriormente membro do Directório da União Republicana (1911-1919), entrevistado pelo *Diário de Lisboa* sobre o programa do novo partido referiu o seguinte: «É claro. Ideias moderadas... defesa do direito de propriedade... princípios basilares...» (1 de Fevereiro de 1923, 8).

²⁶¹ «O novo partido terá em vista a tradição nacional. Sendo assim, nunca poderá ser um partido radical. Os radicais têm a mania de uniformizar tudo, indo buscar lá fora moldes que adaptam, mas os fatos sem medida, não se ajustando bem aos corpos... O seu finalismo confunde-se com internacionalismo. O partido em formação deve pertencer a outra parte, a que eu chamarei conservador, que tem por base as forças morais que nos dá a tradição. [...] Conservador quer dizer que conserva a individualidade própria

discurso cativar um eleitorado republicano conservador, tão alargado quanto possível, que estivesse aberto a consensos com a sociedade civil rural e católica portuguesa da época e que se afastasse do radicalismo jacobino do PRP.²⁶² O PRN foi formado com o objectivo de unificar as direitas republicanas, no sentido de exercer o poder com eficiência e trazer ordem à República.²⁶³

O PRN defendia o valor da «ordem»,²⁶⁴ como uma marca distintiva face ao PRP.²⁶⁵ Os nacionalistas argumentavam que só o seu partido, «não tendo nunca pactuado com a desordem, poderá restabelecer definitivamente em Portugal a disciplina social e a ordem indispensável,

da nação, mantendo-lhe o carácter progressivo. Desenvolve sem deformar». António Ginestal Machado, *Primeiro de Janeiro*, 4 de Fevereiro de 1923. Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/1282.

²⁶² «A nossa missão principal, de momento, é o moderar quanto possível excessos e radicalismos». António Ginestal Machado, *República*, 10 de Dezembro de 1922, 1.

²⁶³ «Vida partidária», [1925], 5 f, Espólio António Ginestal Machado, BNP, E55/54.

²⁶⁴ Os nacionalistas referindo-se ao Governo de José Domingues dos Santos afirmaram que «teve, ao menos, o mérito de simplificar as situações e de extremar os campos. Dum lado está a desordem, do outro está a ordem. Dum lado, está a política do arbítrio, do sectarismo e da violência, a anarquia do Poder servida e defendida por todos os inimigos da sociedade e do Estado; do outro, a política da ordem, da legalidade e da justiça, a boa e sã política republicana, que não especula com os ódios e com as paixões populares, que não precisa de pactuar com desordeiros para defender as liberdades do povo, que não diminuí a dignidade do Poder, que não ameaça o direito de propriedade que não afronta a liberdade religiosa – a única política, enfim, que ainda hoje em Portugal pode fazer a nacionalização da República e que é aquela que o Partido Republicano Nacionalista tem, intransigentemente, defendido. Que o País se decida – por uma, ou outra. Ou pela desordem, ou pela ordem». «Ao País», *Democracia do Sul*, 6 de Março de 1925, 2.

²⁶⁵ «É preciso que os governos se apoiem nos instrumentos constitucionais da autoridade e da ordem, e não nos elementos de agitação e de desordem das ruas. É preciso que no nosso País se governe construindo, e não demolindo. É preciso que o poder se exerça, não contra a lei, mas com a lei; não contra as classes produtoras da riqueza nacional, mas com essas classes, harmonizando os seus interesses e coordenando a sua acção; é preciso que desapareça das cadeiras do poder o ódio sectário, o pessimismo negativista, o espírito de violência, de intolerância, de hostilidade sistemática contra tudo e contra todos, - porque governar não é criar conflitos, é evitá-los, não é agredir, é conciliar; é preciso, enfim, que os governos deixem de ser agentes de agitação, de incerteza e de alarme público, e que se governe criando no espírito nacional, não a desconfiança, germe da anarquia. [...] Há sem dúvida, uma revolução a fazer – e o Partido Nacionalista não esconde que pretende ser o instrumento dessa revolução ordeira. [...] Para conquistar legitimamente o poder, o Partido Nacionalista não aceita complacências, nem pensa em violências. Conquistá-lo-á pelo seu justo valor, pela sua capacidade de Governo, pelas possibilidades da sua organização, pelo mérito dos seus homens. Será sempre o que tem sido até hoje: uma grande força constitucional ao serviço das instituições republicanas – força de ordem, serena, disciplinada, tolerante e construtiva. [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório». «O Partido Nacionalista ao País», *A Opinião*, 3 de Maio de 1925, 1.

ordem nas ruas, ordem nos espíritos, ordem no trabalho».²⁶⁶ Esta corrente de pensamento inscrevia-se numa linha que trespassava muitos partidos conservadores da Europa do Pós Guerra, como reconhecia António Ginestal Machado: o PRN pretendia «manter a ordem neste país. Procurará sobretudo, como se está fazendo em toda a parte estabelecer o princípio da hierarquia social»,²⁶⁷ ao mesmo tempo que tranquilizava a província mostrando ser um «partido respeitador das crenças dos outros, disciplinado e de ordem».²⁶⁸ O PRN tinha consciência de que sem ordem não era possível haver um crescimento da economia nacional, mas essa organização e disciplina tinha de começar no próprio Estado.²⁶⁹

Os nacionalistas consideravam-se conservadores, na medida em que pensavam que existia uma «continuidade histórica nos acontecimentos».²⁷⁰ Este conservadorismo, era, no entanto, dinâmico e não estava cristalizado no passado: «conservador, não quer dizer reacionário», nem imóvel,²⁷¹ pelo que «conservar não é estacionar».²⁷² António Ginestal Machado defendia certos princípios considerados imutáveis. Mas defendia também abertamente a «marcha para a frente». Queria «assentar em bases sólidas, por exemplo, o princípio da propriedade» e queria igualmente a «melhor atenção para os serviços de assistência, a protecção aos trabalhadores e tantos outros problemas tão humanos como justos».²⁷³ O PRN era um partido conservador «no sentido de manter o equilíbrio social, de evitar os rompimentos bruscos que só podem trazer a anarquia e a

²⁶⁶ Os Directório, «Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País», *República*, 17 de Março de 1923, 1.

²⁶⁷ António Ginestal Machado, *O Regionalista*, 17 de Dezembro de 1922, 2.

²⁶⁸ *República*, 20 de Abril de 1923, 2.

²⁶⁹ «Será a mais viva preocupação de um Governo do nosso partido. Sem ordem, sem a tranquilidade assegurada, serão inúteis todos os esforços para o aproveitamento, metódico pleno, de todas as vastas riquezas do país. A ordem política e social estabelece-se menos pela prática de violência que pelo exemplo de uma administração regrada, que a todos inspire confiança e respeito, e pela obediência constante às disposições da lei». António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14 de Maio de 1925, 8.

²⁷⁰ António Ginestal Machado, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de Novembro de 1923, 17.

²⁷¹ «Ser conservador não quer dizer partidário da imobilidade ou estagnação das sociedades. Enquanto os radicais partem do critério errado de querer transformar em fenómenos físicos os fenómenos sociais, uniformizando e materializando tudo, os conservadores pretendem estabelecer nas sociedades a harmonia entre unidades diversas». António Ginestal Machado, *O Figueirense*, 21 de Dezembro de 1922, 1.

²⁷² António Ginestal Machado, *O Jornal*, 23 de Julho de 1924, 1

²⁷³ António Ginestal Machado, *República*, 10 de Dezembro de 1922, 1.

destruição». ²⁷⁴ Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia aceitava a designação de conservador e de moderado, atribuída ao PRN. Contudo, em tudo o que se referisse «ao progresso do nosso País, quer político, quer económico, quer intelectual, não seremos conservadores, mas iremos com aqueles que mais longe queiram ir. De resto é sabido que são sempre os partidos denominados conservadores os que vêm a por em prática as ideias no que elas têm de realizável, que preconizam aqueles que dizem avançados». ²⁷⁵ O PRN representava «a direita da República» ²⁷⁶ e queria afirmar-se como uma alternativa ao partido hegemónico do regime através da moderação e do conservadorismo republicano. ²⁷⁷

Na área da educação e da política externa o PRN não apresentava grandes marcas distintivas face à política seguida pelo PRP. Júlio Dantas ela-

²⁷⁴ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14 de Maio de 1925, 8

²⁷⁵ Augusto de Vasconcelos, *Diário do Senado*, 20 de Fevereiro de 1923, 4.

²⁷⁶ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 12 de Janeiro de 1925, 5.

²⁷⁷ O Partido Republicano Nacionalista era «aquele organismo político que, dentro da República», seguia «a orientação conservantista. Mas o que é ser conservador dentro da República? De forma alguma é ser partidária da rotina, da estagnação política, do retrocesso moral do povo. Ser conservador é ser progressivo pela evolução natural das leis que regem o desenvolvimento político gradual dos povos, conciliando as tradições integradas na alma nacional com todos os elementos do progresso humano, inteligentemente introduzidos, com suavidade e critério e não impostos com ódios e violência ou fragor das bombas. Ser conservador é ser partidário da mais ampla liberdade a todos prodigalizada por igual; é respeitar as crenças políticas ou religiosas a todos que as professem; é reprimir vigorosamente todos os excessos ou violências de seita, partam donde partirem; é ser moderado, partidário da ordem; é propagandear as ideias pela palavra e pelo exemplo e não pelo terror do atentado; é ser tolerante repudiando o apuro ou a violência. Ser conservador é, pois, numa única palavra, ser autenticamente democrata, na verdadeira e ampla acepção do termo. O conservador terá por vezes que empregar medidas radicais e o PRN ao ser Governo, terá de agir radicalmente na solução dos vários problemas que assoberbam a vida da Nação, sobretudo o financeiro e o económico, principais inimigos da República e que medidas radicais de fomento e de economia terão de resolver. Com efeito, finanças equilibradas, vida mais fácil para o povo, a desordem sufocada e a República caminhará avante aureolada de glória, ainda que pese aos sectários da acção política adversa, quer da extrema direita, quer das várias *nuanças* do bolchevismo. É, pois, bem flagrante a diferença entre o conservador republicano e o radical bolchevista. Nós somos partidários da liberdade, da democracia e da tolerância política e religiosa, combatendo com argumentos e com exemplo, pedindo o mútuo respeito e fazendo da opinião e da vida de cada qual um conceito sagrado de invulnerável realidade. [...] Somos pois conservadores, sinónimo de moderados, tolerantes, honestos e progressivos, honrando-nos muito com tal designação, pois antes disso do que pregar apenas a igualdade investivando os outros ou proclamar a fraternidade dos companheiros da luta ou irmãos do pensamento, arremessando bombas a quem não pensa como nós. Conservadores, sim, mas verdadeiramente republicanos e liberais, fazendo do ideal o seu forte escudo, da honestidade a sua flamante divisa e do argumento a sua principal defesa!». Nunes da Silva, «Conservadores», *Democracia do Sul*, 21 de Outubro de 1925, 1-2.

borou a parte do programa do PRN referente ao problema pedagógico e às relações com o estrangeiro, tendo apresentado uma síntese sobre estes dois temas no I congresso do PRN. Em relação ao primeiro defendeu a «criação em bases modernas da instrução primária, secundária e superior, a autonomia universitária, a criação de museus pedagógicos, a necessidade de elevar o nível de cultura das camadas populares, o desenvolvimento do ensino técnico, agrícola e artístico, a protecção dos monumentos nacionais, o inventário do nosso património artístico, e enfim a entrega da direcção do ensino a um único Ministério, com excepção das Escolas da Guerra e da Marinha». Em relação à política externa preconizou «a permanência da aliança com a Inglaterra e o estreitamento de relações com o Brasil e com as nações da Europa Latina». O país deve quebrar o «isolamento em que tem vivido integrando-se nas correntes de interesse da Europa». O PRN uma vez no poder propunha-se encetar «uma política internacional caracteristicamente económica» e aproveitar a fatalidade da emigração para aprofundar a «nossa expansão comercial». ²⁷⁸ Em relação à política colonial defendia um regime de maior autonomia administrativa, conjugado com uma efectiva fiscalização «sobre os actos administrativos das autoridades locais». ²⁷⁹

O Partido Republicano Nacionalista propunha a constituição do Senado com «a representação de determinadas classes», ²⁸⁰ seguindo uma antiga reivindicação do republicanismo conservador ²⁸¹ e o «estabelecimento do princípio da dissolução do Congresso, como livre prerrogativa do Presidente da República». ²⁸²

Em termos de política social, o PRN prometia resolver os problemas da assistência e da previdência com um reforço da assistência pública e de novas leis do trabalho protectoras do operariado. ²⁸³ Donde, António

²⁷⁸ Júlio Dantas, *República*, 20 de Março de 1923, 2.

²⁷⁹ «Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista», *O Jornal*, 21 de Janeiro de 1924, 4.

²⁸⁰ «Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista», *O Jornal*, 19 de Janeiro de 1924, 4.

²⁸¹ «Sou partidário da existência de duas Câmaras. No Senado quero a representação das classes. Defendemo-la há muito tempo», António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 3 de Dezembro de 1925, 8. «Aproveitará a oportunidade de se encontrarem as futuras Câmaras investidas de poderes constituintes, para introduzir no estatuto fundamental da República alterações tendentes a fortalecer o poder civil, a assegurar a representação de classes no Senado. [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório», «O Partido Nacionalista ao País», *A Opinião*, 3 de Maio de 1925, 1.

²⁸² «Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista», *O Jornal*, 19 de Janeiro de 1924, 4.

²⁸³ *O Jornal*, 19 e 21 de Janeiro de 1924, 4

Ginestal Machado assegurava que «com o sacrifício de dotações orçamentais menos urgentes, com a eliminação de despesas que só representam desperdícios, deve realizar-se em Portugal uma larga, uma generosa protecção aos humildes, aos deserdados». Em relação às áreas prioritárias para os nacionalistas, António Ginestal Machado lembrava que Lisboa era a «capital da Europa onde é maior a percentagem da mortalidade infantil. Não há maternidade, não há creches, não há lactários. Mães desgraçadas inteiramente ao abandono apertando nos braços filhos esqueléticos. Espectáculo confrangedor, que nunca mereceu um minuto de atenção aos políticos republicanos que se dizem defensores de princípios radicais. A assistência hospitalar é deficientíssima, pela exiguidade de verbas».²⁸⁴

Os nacionalistas constatavam que Portugal vivia uma crise económica e política. A primeira «resultante da Guerra e agravada por uma política financeira sem continuidade, sem previsão e sem plano». A segunda «crise» era fruto da «anarquia do poder, que é a consequência das longas ditaduras de facções, o *gachis* partidário e parlamentar proveniente do sistemático favor concedido às dissidências em prejuízo da unidade e integridade dos grandes partidos da República».²⁸⁵

Em termos económicos, as ideias defendidas pelo PRN enquadravam-se num liberalismo conservador. A nível da política financeira e orçamental defendia o equilíbrio orçamental através da redução das despesas, de uma reorganização dos serviços públicos e do aumento das receitas fiscais com uma alteração do sistema de impostos, tornando-o mais equitativo, aliviando o imposto sobre os rendimentos do trabalho. Defendia o aperfeiçoamento dos serviços de cobrança de impostos, o lançamento de empréstimos internos, a conversão da dívida e a obtenção de empréstimos externos a longo prazo.²⁸⁶

O Estado apenas deveria ter uma função organizadora e reguladora da economia e deveria ultrapassar-se o regime proteccionista para um sistema mais liberal. Assim sendo, António Ginestal Machado defendia que o novo partido iria adoptar «os velhos princípios estabelecidos, que continuam a ser os verdadeiros, porque, como se tem visto e verificado, as regras económicas não dependem da fantasia dos homens, mas das necessidades e dos fenómenos que a regulam. A liberdade de comércio, a

²⁸⁴ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14 de Maio de 1925, 8

²⁸⁵ «Partido Republicano Nacionalista ao País», *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, 1.

²⁸⁶ «Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista», *O Jornal*, 19 e 21 de Janeiro de 1924, 4

liberdade de criação de riquezas continua a ser indispensável ao bem-estar geral. Todas as disposições legislativas contrárias e esses princípios têm tido como consequência tornar a vida cada vez mais cara».²⁸⁷ Nesse sentido o PRN não tinha «a fobia da riqueza legítima». Pretendia que a riqueza nacional se desenvolvesse e esse desenvolvimento não podia «ser feito pelo Estado, o pior dos administradores, mas pela iniciativa privada». Um exemplo paradigmático, que bem conhecia era os «caminhos-de-ferro, sempre em permanente deficit, com linhas avariadas e impossibilitadas de servir na viação acelerada».²⁸⁸

O Partido Republicano Nacionalista defendia a propriedade privada,²⁸⁹ mas não a plutocracia. No entanto, entendia que se devia «estimular a riqueza individual, que é a base da riqueza colectiva».²⁹⁰ Neste sentido um dos órgãos de imprensa nacionalista na província defendia o seguinte: «ser Nacionalista é defender o direito de propriedade individual, como conquista definitiva do progresso das sociedades humanas, como fundamento insubstituível da liberdade, da independência dos cidadãos, como condição e fonte das regras da moral superior que a humanidade atingiu; é combater intransigentemente todos os bolchevismos claros ou disfarçados, e todos os movimentos que a eles possam conduzir».²⁹¹ O PRN continuava «a reconhecer como legítima a existência da propriedade particular, indispensável a estimular actividades, e sem a qual não é possível um Estado livre, nem riqueza pública».²⁹² Assim, afastavam-se do PRP e principalmente da Esquerda Democrática, que começou a prever algumas expropriações da propriedade privada. Já os dirigentes do PRN achavam que o respeito pela propriedade particular era a «única garantia da riqueza da Nação».²⁹³

O PRN pretendia agrupar à sua volta os republicanos conservadores desgostosos com a acção do PRP no Poder. Este partido tinha permanecido quase ininterruptamente na chefia do governo, alternando mi-

²⁸⁷ António Ginestal Machado, *O Regionalista*, 17 de Dezembro de 1922, 2.

²⁸⁸ António Ginestal Machado, *O Jornal*, 23 de Julho de 1924, 1.

²⁸⁹ «Manter-se-á o direito da propriedade individual, porque, sem ela, como o demonstra a experiência da Rússia, o progresso transforma-se em retrocesso». António Ginestal Machado, *O Figueirense*, 21 de Dezembro de 1922, 1. «O Partido Nacionalista pretende impor o respeito da lei; garantir o direito de propriedade individual. [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório». «O Partido Nacionalista ao País», *A Opinião*, 3 de Maio de 1925, 1.

²⁹⁰ António Ginestal Machado, *O Jornal*, 25 de Julho de 1924, 2.

²⁹¹ *A Opinião*, Oliveira de Azeméis, 29 de Março de 1925, 1.

²⁹² Nota oficiosa do PRN, *O Jornal*, 30 de Abril de 1924, 1.

²⁹³ António Ginestal Machado, *O Jornal*, 23 de Julho de 1924, 1.

nistérios dominados pela corrente esquerdista com ministérios liderados pela corrente direita. O PRN queria acabar com esta «Ditadura do Partido Democrático»²⁹⁴ e recusava-se a participar em governos de concentração. Os nacionalistas mostravam-se ainda desgostosos com o Presidente da República, Teixeira Gomes, na medida em que existia uma «declarada incompatibilidade do Chefe do Estado com um dos partidos constitucionais, aquele que, representa as correntes de opinião republicana conservadora».²⁹⁵ Sentiam que podiam ser uma alternativa ao PRP no Governo.²⁹⁶ Porém, o Chefe de Estado apoiava a «ditadura partidária» do PRP, acolhendo «determinados políticos como filhos» e repelindo «os demais como enteados».²⁹⁷ Esta dificuldade de acesso ao Poder levou alguns dos seus dirigentes a tomar uma atitude extremista, pouco condizente com o estatuto de partido conservador e ordeiro, abandonando

²⁹⁴ «Perante uma ditadura partidária, apoiada pela acção já sem reboço do Chefe do Estado; em face dum cambalacho a que se convencionou chamar *bloco*, cuja finalidade se reduz a manter no Governo, sempre e através de tudo, o partido democrático, ora o da suposta esquerda, ora o da presumida direita; diante de uns tantos sujeitos que esfrangalharam e tornaram a esfrangalhar a constituição, com um descaro sem precedentes aliado a uma hipocrisia inigualável; [...] em presença de tudo isso e porque no desarmar de feira de qualquer organização social sempre alguém fica a desempenhar as funções de sentinela vigilante dos princípios que a outra gente esqueceu; o Partido Republicano Nacionalista só tinha que seguir pelo caminho até agora trilhado, lutando contra todas as prepotências, protestando contra todas as ilegalidades, reagindo contra a série já imensa de actos que traduzem um acentuado desejo de subversão do existente. O Partido Nacionalista». *Democracia do Sul*, 18 de Fevereiro de 1925, 1.

²⁹⁵ «Partido Republicano Nacionalista ao País», *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, 1.

²⁹⁶ «O Governo da República de há muito deveria ter sido entregue ao Partido Republicano Nacionalista. [...] O Partido Republicano Nacionalista é a segunda força parlamentar e popular da República. Ora, se as provas governativas do partido democrático, que se apelida da maior força, apesar da sua irremediável divisão, redundaram nos desastres que o país está sofrendo e lamentando, manda o bom-senso que os destinos da República sejam entregues à salvaguarda do partido político que lhe é imediato em força parlamentar e popular. Ainda se o partido democrático não estivesse gasto e desconjuntado, mercê de largos anos de exercício do poder e pelo sem número de arbitrariedade cometidas pelos seus governos, podia compreender-se a sua conservação nas cadeiras da governação pública. Mas dando-se as imoralidades observadas, que pouco a pouco têm tornado o país um feudo partidário, insistindo-se na prática de erros tremendos que abalam os alicerces das instituições alienando-lhes simpatias; sendo um facto consumado a desagregação democrática, ou seja da maior força da República, a insistência em confiar-lhe os selos do Estado é de molde a fundamentar as mais negras apreensões a todos quantos à República querem com um afecto que está longe de ter base em fins interesseiros. O Partido Nacionalista». *Democracia do Sul*, 16 de Julho de 1925, 1.

²⁹⁷ «O Partido Nacionalista», *Democracia do Sul*, 18 de Fevereiro de 1925, 1.

o Parlamento²⁹⁸ e participando em golpes militares anticonstitucionais.²⁹⁹

²⁹⁸ O PRN abandonou o Parlamento entre 2 de Maio e 22 de Junho de 1923 e entre 18 de Fevereiro e 22 de Abril de 1925, seguindo a tática já utilizada por outros partidos. Neste último abandono o PRN apresentou um Manifesto ao País, no qual explicou os motivos pelos quais os seus parlamentares abandonaram o Parlamento na apresentação do Governo Vitorino Guimarães. Apresentamos aqui apenas uma das razões invocadas: «O Partido Nacionalista, auxiliado por outros valores da oposição, conseguiu derrubar sucessivamente três Governos [Ministérios liderados por Álvaro de Castro, Alfredo Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos], cuja política era funesta para o país; mas não conseguiu destruir essa política. O esforço das oposições foi, portanto, reconhecidamente inútil. Para quê, mantê-lo? De que serviria agora derrubar mais um Governo? Se este caísse, viria outro, e outro ainda, e tantos governos mais, quantos grupos de onze homens prontos a abdicar da própria personalidade, se declararem dispostos a fazer, nas cadeiras do poder, a política do Sr. José Domingues dos Santos. O que nunca viria é um Governo nacionalista - ou, ao menos, um Governo representativo das correntes da opinião conservadora. Contra esta ditadura de facções - a pior das ditaduras! - apoiada na rua por toda a espécie de agitadores, favorecida pela condescendência do primeiro magistrado da Nação, não há - pelo menos nesta hora - maneira de lutar no campo constitucional. Por isso os deputados e senadores nacionalistas abandonaram o Parlamento. Porque verificaram, finalmente que o seu partido tinha sido posto à margem do regime. Porque reconheceram, perante os factos, que desde que o seu esforço era inútil, a sua presença era uma cumplicidade». Neste documento fazem-se também outras críticas ferozes à acção do Presidente da República. «Ao País», *Democracia do Sul*, 6 de Março de 1925, 1-2. Veja-se o desenvolvimento deste tema no capítulo 1.

²⁹⁹ Uma facção do PRN participou nas frustradas revoltas de 18 de Abril e 19 de Julho de 1925 e na vitoriosa em 28 de Maio de 1926, conforme analisamos no capítulo 1 (Cf. António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vol. II (Lisboa: A Regra do Jogo, 1984), 85-100; José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal* (Lisboa: Ed. Estampa, 1992), 89-124). No órgão nacionalista de Évora foi longamente analisado o golpe militar de 18 de Abril de 1925. O *Democracia do Sul* questionava se seria «de aplaudir o gesto dos revoltados?» Embora não dando ainda uma resposta conclusiva, referiram que este golpe «se não merece aplausos incondicionais do país, o que com certeza tem é uma lógica e natural explicação, senão justificação. [...] Uns após outros foram surgindo elencos ministeriais de composição aparentemente diversa, mas que no fundo eram sempre a mesma coisa: o partido democrático mandando contra toda a gente que o não aplaudisse, contra a própria nação. Ainda se pôs em prática a medida violenta da saída da oposição republicana parlamentar. Mas isso mesmo foi olhado zombeteiramente, como de somenos. Entretanto os desvarios iam-se acumulando. O partido democrático, de braço dado com comunistas e bolchevistas, pôe-se ao serviço da CGT As proezas da legião vermelha sucedem-se e os seus autores riem na perfeita impunidade. A tudo isto assistem impávidos, mas confrangidos, os homens do exército de Portugal. Perturba-os a ideia da revolta, que é por via de regra, sinal de desordem. Pois se eles representam e são a ordem! A série de façanhas vai ainda mais além: atinge o máximo; e eles, militares que não políticos, convencem-se de que os governos são impotentes para sustar os desarmados. Intervêm então. O resto... não o conhecemos nós bem. Apenas sabemos que a sua acção não foi, por agora, completa. Foram vencidos nos protestos contra a desordem? O amanhã di-lo há». «Hora de Luto». *Democracia do Sul*, 21 de Abril de 1925, 2.

Laicismo do Estado, não da sociedade

O Partido Republicano Nacionalista advogava uma aproximação e um novo relacionamento com a Igreja Católica³⁰⁰ baseado na tolerância³⁰¹ e na «efectiva liberdade das religiões».³⁰² Professava um laicismo moderado, uma vez que não desejava arrancar a religiosidade da sociedade, mas tão só limitá-la, respeitando a tradição e a história.³⁰³ Para os nacionalistas não havia qualquer incompatibilidade entre República e Religião³⁰⁴ e

³⁰⁰ «O Partido Nacionalista, fiel às suas afirmações compromete-se a tomar a iniciativa da introdução, no estatuto fundamental do Estado, de alterações tendentes a fortalecer o poder civil; [...] a tornar efectiva a liberdade das religiões, especialmente da religião católica, que é a da maioria dos portugueses, de forma que, mantendo-se rigorosamente a neutralidade do Estado laico, seja livremente permitido o ensino religioso nas escolas particulares. Afirma, mais uma vez, o seu propósito de garantir, por todas as formas, o direito de propriedade individual, expresso na Constituição da República». («Partido Republicano Nacionalista ao País», *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, 1). Numa sessão comemorativa do «Nove de Abril» realizada em 1925, o presidente do Senado da Câmara Municipal de Évora, Dr. Domingos Rosado (membro destacado do PRN local) cedeu a cadeira da cidade ao representante da Igreja, o que provocou o protesto imediato do governador civil, Dr. Jorge Capinha (dirigente do PRP). O mais alto magistrado do distrito recusou-se a tomar parte na mesa da sessão, assistindo ao acto num camarote. Este incidente teve um grande destaque no órgão de informação do PRP. Cf. «Um incidente», *O Democrático*, 12 de Abril de 1925, 1.

³⁰¹ «O novo partido será rigorosamente constitucionalista: dentro do respeito devido às tradições nacionais, alma da própria Pátria. [...] Todos nos devemos reconhecer que a acção radical se prolongou, aqui e em toda a parte, além do limite em que era útil e necessária; demais se tem demolido, em Portugal, as tradições, os monumentos e os homens; demais se tem perseverado no culto, sempre perigoso, da intolerância religiosa e da intransigência política. Os Directórios, Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País». *República*, 17 de Fevereiro de 1923, 1.

³⁰² «Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista», *O Jornal*, 19 de Janeiro de 1924, 4.

³⁰³ «Ser nacionalista é sentir e defender que, sendo a religião uma força de disciplina social insubstituível, uma força de solidariedade humana inigualável, a única forma de idealismo acessível à alma das multidões e de que elas não podem prescindir, e sendo o povo português profundamente religioso, a República não só não deve agredir a consciência religiosa da nação, mas deve assegurar a todos a mais ampla liberdade religiosa; e reconhecendo os serviços que através da história a Igreja Católica prestou à nação portuguesa, ter para ela a atitude de respeito e especial deferência a que tem direito». *A Opinião*, 28 de Março de 1923, 1. Vejam-se as semelhanças com o caso espanhol em: Luis Íñigo Fernández, *La Derecha Liberal en la Segunda República Española* (Madrid: UNED, 2000).

³⁰⁴ Segundo as palavras de António Ginestal Machado o programa do Partido Republicano Nacionalista queria ordem e queria «dar a cada um o lugar que lhe compete». Onde, a República no nosso país «só pode ser conservadora porque é tradicionalista. Foi dos que combateu intransigentemente o clericalismo nos tempos do saudoso Dr. Miguel Bombarda, mas respeita e acata o catolicismo que é a religião professada pela maioria do países e porque não vê incompatibilidade entre República e Religião». *Correio da Extremadura*, 12 de Maio de 1923, 1.

não aceitavam que o «Regime de Separação» «ignorasse que quase todos os portugueses são católicos». Por isso à «República assiste o dever de não contrariar as naturais e dominantes tendências do povo, sobretudo quando, como no caso, essas inclinações não vissem o mal, mas antes vissem o bem...». ³⁰⁵ António Ginestal Machado advogava que o «Estado não pode ser anti-religioso, nem mesmo faz sentido, nos tempos de hoje, um Estado sectário. Sendo a maioria dos portugueses católicos e estando o catolicismo ligado aos feitos mais gloriosos da nossa História o Estado não pode deixar de olhar com simpatia para a Igreja, que por sua vez com a última pastoral colectiva dos bispos, mostrou também que não olha com hostilidade para a República. Cada um tem a sua esfera de acção e dentro dela poder-se-á viver sem colisões». ³⁰⁶

Os nacionalistas consideravam que «manter uma política de violência e de intolerância religiosa n'um país onde é profundamente religiosa a quase totalidade da população, não é apenas um erro crasso. Mais do que isso: é uma provocação». ³⁰⁷ A República e o Partido Democrático continuavam afastados da Igreja Católica, ³⁰⁸ embora nos últimos anos tivesse havido alguns sinais de aproximação, como a imposição do barrete cardinalício ao Nuncio Apostólico, Monsenhor Acquille Locatelli, pelo Presidente da República, António José de Almeida no dia 4 de Janeiro de 1923. ³⁰⁹

Os nacionalistas apadrinhavam uma aproximação às reivindicações dos católicos. Em primeiro lugar defendiam que fosse permitido o ensino religioso nas escolas particulares, ao contrário do que advogava e lei e a ala esquerdista do PRP. ³¹⁰ Os republicanos conservadores defendiam que sem a permissão do ensino religioso nas escolas particulares não havia a «verdadeira liberdade de consciência», ³¹¹ que a Constituição garantia, no seu n.º 4.º do artigo 3.º, por estas palavras: «a liberdade de crença e consciência é inviolável». Contudo, a Constituição também preceituava no

³⁰⁵ Cunha Leal, *Distrito da Guarda*, 21 de Fevereiro de 1926, 2.

³⁰⁶ António Ginestal Machado, *O Regionalista*, 17 de Dezembro de 1922, 2.

³⁰⁷ Ribeiro de Carvalho, «Tolerância», *República*, 5 de Janeiro de 1923, 1.

³⁰⁸ Cf. Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República* (Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2004).

³⁰⁹ «A República praticou agora um acto que a pode conduzir definitivamente a essa política de conciliação com a Igreja. Acto de enorme vantagem para o regime. Acto diplomático habilíssimo. Referimo-nos à cerimónia da imposição do barrete cardinalício ao Nuncio do Papa». Ribeiro de Carvalho, «Tolerância», *República*, 5 de Janeiro de 1923, 1.

³¹⁰ «Somos partidários de que se faça ensino religioso nas escolas particulares», António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 3 de Dezembro de 1925, 8. Veja-se também a posição de Ribeiro de Carvalho: *República*, 12 de Dezembro de 1922, 1.

³¹¹ Manuel António das Neves, *Correio da Extremadura*, 30 de Dezembro de 1922, 1.

artigo 10.º que «o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares, fiscalizado pelo Estado, será neutro em matéria religiosa». Donde, em 1911 o que prevaleceu foi o princípio laico no ensino público e particular. Por isso, os nacionalistas defendiam que a Constituição deveria ser alterada para reforçar a liberdade de consciência.³¹² O PRN advogava o respeito por todas as «crenças e o seu propósito de defender por todos os meios legítimos a liberdade de consciência, condição da existência dum regime republicano».³¹³

O segundo ponto de aproximação às posições dos católicos prendia-se com a revisão da Lei da Separação das Igrejas do Estado. Na sequência de uma eventual alteração desta Lei, a Câmara dos Deputados recebeu centenas de cartas e telegramas de protestos de republicanos e liberais de todas as partes do país. Deslocou-se ainda ao Parlamento uma comissão que entregou ao presidente do mesmo uma declaração contra a alteração da Lei da Separação das Igrejas do Estado. Os democráticos, por intermédio do deputado Manuel Fragoso, manifestaram-se logo contra qualquer alteração da referida Lei, pois consideravam-na a «Lei basilar da República».³¹⁴ Já o PRN, pela voz do deputado Pedro Pita, esclareceu a posição do seu partido. Considerava que não existiam «leis imutáveis». Portanto, considerava que eram possíveis «emendas à Lei da Separação».³¹⁵

O terceiro sinal de reconciliação com os católicos e de afastamento das posições dos democráticos prendia-se com a prática política quotidiana. Os nacionalistas, no seu curto Governo, deram mostras de reconciliação com os católicos, entregando, por exemplo, «a título precário e gratuito, para o exercício do culto público da religião católica, à irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, distrito de Lisboa, a Igreja paroquial da mesma freguesia, seus anexos, adro e demais objectos do culto na mesma igreja contidos».³¹⁶ António Ginestal Machado, Presidente do Directório do PRN escreveu em 1923 a Francisco Manuel Pereira Coelho, presidente da Comissão Organizadora do Partido Republicano Nacionalista no distrito de Beja,

³¹² «Aproveitará a oportunidade de se encontrarem as futuras Câmaras investidas de poderes constituintes, para introduzir no estatuto fundamental da República alterações tendentes a fortalecer o poder civil, a assegurar a representação de classes no Senado, a tornar efectiva a liberdade das religiões especialmente da religião católica, que é a da maioria dos portugueses. [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório. O Partido Nacionalista ao País». *A Opinião*, 3 de Maio de 1925, 1.

³¹³ Nota oficiosa do PRN, *O Jornal*, 30 de Abril de 1924, 1.

³¹⁴ Manuel Fragoso, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de Abril de 1923, 24.

³¹⁵ Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de Abril de 1923, 25.

³¹⁶ Portaria n.º 3837, *Diário do Governo*, 1 Série, número 261, 8 de Dezembro de 1923.

no sentido de os nacionalistas de Beja votarem na Misericórdia local ao lado dos interesses dos católicos, distanciando-se dos elementos radicais:

Meu muito estimado amigo

O arcebispo de Évora, que é meu amigo particular desde os tempos já remotos da mocidade, em que fomos colegas no Liceu, escreveu-me a propósito da Misericórdia daí. Ele escreveu-me, a pedido do Bispo dessa diocese, para que eu solicitasse dos nossos correligionários, irmãos da Misericórdia, para não votarem a doação da Igreja à Câmara. O pedido afigurasse-me justo e para a política geral do partido muito conveniente atende-lo. [...] Estou mesmo certo que para a Misericórdia a transformação da Igreja em secretarias deve ser prejudicial. Os nacionalistas devem estar acima de sectarismos. [...] E depois isto de andar o Estado a apropriar-se de Igrejas serve apenas para o Estado se diminuir, parece que é afinal o Estado relativo a alguns portugueses! A República só se nacionaliza se for perdendo o sectarismo. E como sei que é essa a sua opinião, ao meu amigo entrega o caso. [...]

António Ginestal Machado.³¹⁷

Outro exemplo do distanciamento entre as posições do PRN e do PRP em matéria religiosa, prendia-se com as procissões. Em Torres Vedras a Irmandade de Santa Cruz dos Passos pretendia realizar a procissão do Senhor dos Passos na Páscoa de 1924, tendo enviado um abaixo-assinado com 225 assinaturas para o delegado do governo. Esta procissão apenas tinha sido realizada em 1918, durante a República, uma vez que noutros anos não tinha sido dada autorização para a sua realização. Porém, desta vez o Administrador do Concelho de Torres Vedras consultou as estruturas políticas locais, pedindo-lhe o seu parecer. Os dirigentes locais do PRP, da Associação de Registo Civil e da Associação Livre Pensamento deram um parecer negativo à realização da procissão. Já os representantes dos republicanos independentes apoiaram a realização da procissão. A Comissão Municipal do Partido Republicano Nacionalista de Torres Vedras escreveu ao Administrador do Concelho dando-lhe a conhecer a sua posição sobre a realização da procissão dos Passos:

Partido Republicano Nacionalista – Torres Vedras

Ex.mo Sr. Administrador do Concelho de Torres Vedras

Ex.mo Sr. a Comissão Municipal Política do Partido Republicano Nacionalista tomou conhecimento, em sessão de hoje, da consulta que lhe foi dirigida por V. Ex. acerca da procissão do Senhor dos Passos e considerando

³¹⁷ Carta não datada [1923] de António Ginestal Machado para Francisco Manuel Pereira Coelho. Espólio Francisco Manuel Pereira Coelho (em posse do seu filho Francisco Pereira Coelho, Coimbra).

que vivemos sob o regime republicano; considerando que nenhuma República é estável sem que seja abertamente democrática; considerando que dentro de uma democracia todos os cidadãos podem pensar e proceder como quiserem, sempre que se não afastem dos preceitos da sua legislação; considerando que as manifestações de culto externas estão previstas pela lei da Separação da Igreja do Estado; considerando que os cidadãos desafectos àquelas manifestações devem respeitar os seus crentes, não só para prova de boa educação cívica mas também para poderem impor o respeito devido à sua forma diversa de pensar; considerando que, no caso de não prevalecer a boa doutrina. V. Ex.ª tem ao seu dispor força bastante para manter a ordem, entende esta comissão política poder V. Ex.ª autorizar a referida procissão, de harmonia com o estabelecido na nossa legislação sobre matéria religiosa.

Saúde e Fraternidade

Torres Vedras, 10 de Março de 1924

João Ferreira Guimarães; Rafael Salinas Calado; Honorato Lima Lopes; Jacinto Custódio Rodrigues.³¹⁸

A procissão realizou-se no dia 14 de Março de 1924 sem qualquer incidente. No entanto, a presença de alguns membros da Associação de Registo Civil e da Associação Livre Pensamento no dia da procissão motivou uma cena de pancadaria entre a população local e os forasteiros.³¹⁹

Por fim, outro exemplo da tolerância religiosa dos nacionalistas prendeu-se com a anulação de um doutoramento. O ministro da Instrução Pública, Hélder Ribeiro, anulou por portaria uma tese de doutoramento na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, intitulada «Lurdes e a Medicina». Segundo o ministro a tese versava assuntos de carácter confessional e não matéria médica. O PRN apesar de ter levantado algumas interrogações sobre o conteúdo da tese, mostrou-se um intransigente defensor da tolerância religiosa e da autonomia universitária, que o Governo parecia não prezar publicando uma portaria arbitrária.³²⁰ Os na-

³¹⁸ ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior, Direcção Geral Administração Política e Civil. Correspondência Recebida, mç. 130.

³¹⁹ Relatório referente à procissão dos Passos em Torres Vedras. ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior, Direcção-Geral da Administração Política e Civil. Correspondência Recebida, mç. 130.

³²⁰ Vejam-se as declarações do secretário do Directório do PRN, Pedro Pita:

«A portaria do Sr. Ministro da Instrução anulando um Doutoramento e a proposta de lei do Sr. Ministro da Justiça, fazendo regressar à sua intangibilidade e pureza a lei da separação, obrigavam a uma clara definição de atitude por parte do corpo dirigente do meu Partido.

A portaria do Sr. Ministro da Instrução é na verdade simplesmente inconcebível; e eu não estranharei se amanhã – pelo mesmo critério – o Sr. Ministro da Justiça, por uma simples portaria também anular um acórdão do Supremo Tribunal.

cionalistas mostraram ainda sérias dúvidas sobre a revisão da Lei da Separação que o ministro da Justiça e dos Cultos, José Domingues dos Santos, queria iniciar, pelo que enviaram uma nota oficiosa para a imprensa esclarecendo a sua posição.³²¹

Esta aproximação às reivindicações católicas, encobria alguns matizes e divergências de posições dentro do PRN face à questão religiosa. Durante o I congresso do PRN Carlos Castro Pereira Lopes e António Correia advogaram «a maior e mais clara tolerância em matéria religiosa» e uma efectiva «aproximação às justas e legítimas aspirações dos católicos portugueses». A ala esquerdista do partido, que conviveu durante alguns anos com o radicalismo do Partido Democrático em matéria religiosa, não queria ir tão longe e pela voz de Álvaro de Castro defendeu que o poder civil não podia nunca submeter-se ao poder religioso.³²² Esta questão nunca ficará totalmente resolvida entre estes grupos com percursos políticos diferentes e marcará de futuro novas tensões internas. Os pri-

Que a tese é uma coisa sem vislumbres de ciência amontoado de afirmações sem base e sem interesse, chocha, oca, feita talvez com o fim único de ostentar religiosidade e provocar reclamo – creio que sim ao menos pelo que tenho lido nos jornais, porque a tese nunca a li; e que aos mestres que a receberam e aprovaram deveriam ser-lhes pedida responsabilidade – também concebo. Mas que se proceda por simples portaria ao desdoutoramento de alguém, quando a mais a mais gozam de autonomia universitária, é que não pode passar sem receio e sem protesto. [...]

No último Congresso realizado nos princípios deste ano o PRN definiu bem claramente, na verdade, a sua situação perante o problema religioso: – com o reconhecimento da supremacia do Poder Civil, a maior neutralidade e o maior respeito pela crença de cada um. [...]

Cabem, na verdade dentro das fileiras do PRN os católicos e os não católicos. Eu pertenço a um partido político, e não tenho nenhuma crença religiosa; mas tenho por correligionários e até por colegas no Directório pessoas que muito preso e que são religiosas.

Todos cabemos dentro deste Partido que nada tem que ver – repito – com as confissões religiosas de qualquer dos seus membros que para todas as religiões mantêm uma posição de neutralidade, dando a cada um o direito de pensar e de crer com entender que é melhor». Pedro Pitta, *O Jornal*, 23 de Junho de 1924, 4.

³²¹ Nota Oficiosa do PRN:

«1.º – Definir a sua atitude de intransigente oposição à proposta do Sr. Ministro da Justiça sobre as relações do Estado com as Igrejas, atentatória da liberdade de consciência, afirmando mais uma vez a posição do Partido em matéria religiosa, que é a absoluta neutralidade com respeito a todas as crenças, embora reconhecendo sempre a supremacia do poder civil;

2.º – Afirmar publicamente a sua discordância com o procedimento do sr. Ministro da Instrução; anulando por simples portaria uma tese de doutoramento aprovada por uma das Faculdades do país, precedente que põe em grave risco direitos legalmente adquiridos e que é um formidável atentado à autonomia universitária». *O Jornal*, 24 de Junho de 1924, 1.

³²² *República*, 21 de Março de 1923, 1.

meiros defendiam uma Igreja livre dentro do Estado livre, uma Igreja livre dentro das leis da República e em obediência às leis do poder civil. Os segundos continuavam a reecar o fanatismo religioso. Alguns nacionalistas evoluíram no seu pensamento, para posições mais extremistas. Pedro Pita, secretário do Directório do PRN, referiu em entrevista ao jornal *O Povo*, do Funchal, o seguinte: «em tempos também fui dos que se deixaram encantar com o canto da sereia da liberdade religiosa, hoje entendo que a Igreja precisa de ser amachucada». Disse ainda «que foi em tempos conservador dentro do regime; hoje as lições da experiência modificaram bastante o seu ponto de vista, sendo actualmente um radical. Pertença a um partido cuja ideologia conservadora respeito, mas a sua doutrina já não se coaduna com a modificação que se operou no meu espírito».³²³

As posições conservadoras e próximas dos interesses dos católicos dos nacionalistas contribuíram para um estreitar das relações com a hierarquia católica,³²⁴ tendo inclusive alguns padres aderido ao PRN, como em Ansião, onde os sacerdotes locais eram as principais figuras nacionalistas na Câmara Municipal.³²⁵

O «centrismo»: compatibilização do nacionalismo moderado e das tradições portuguesas com o republicanismo histórico – a construção de uma «república para todos os portugueses»

Um dos desafios mais difíceis do Partido Republicano Nacionalista era conseguir agregar as correntes republicanas nacionalistas e moderadas, sem abandonar o republicanismo histórico e clássico proveniente do velho Partido Republicano Português assente no livre-pensamento, na republicanização, na laicização do Estado e na demopédia republicana.³²⁶ Opondo-se ao radicalismo e esquerdismo do Partido Democrático,³²⁷ o

³²³ *O Povo*, Funchal, 19 de Outubro de 1932, 1.

³²⁴ *O Novidades* ficou agradado com as afirmações proferidas sobre a Igreja no II Congresso do PRN. Cf. *Notícias de Viseu*, 26 de Janeiro de 1924, 2.

³²⁵ Manuel Augusto Dias, *A Republicanização no Concelho de Ansião* (Ansião: Editora Serras de Ansião, 1999).

³²⁶ Ernesto Castro Leal, «Partidos políticos e processo político: o sistema partidário republicano português (1910-1926)», in *Congresso Internacional I República e Republicanismo. Atas*, AA.VV. (Lisboa: Assembleia da República, 2012), 27-38.

³²⁷ «Ir para a esquerda é caminhar para a ditadura, onde a violência e a intolerância preponderem, onde o arbítrio seja lei, onde a liberdade não passe de uma palavra vã, onde a força estrangule a razão e a Justiça. [...] Se ir para a esquerda é, pois, caminhar para um regime de violências, de intolerâncias, não pode ser. Não foi para isso que se implantou a República. Constâncio de Oliveira, Para a esquerda». *República*, 27 de Abril de 1923, 1.

Partido Republicano Nacionalista assentava numa corrente mais moderada,³²⁸ no sentido de trazer maior ordem e disciplina à República e uma maior atenção às tradições portuguesas,³²⁹ em particular no tocante à religião católica.³³⁰ António Ginestal Machado defendia que a República no nosso país «só pode ser conservadora porque é tradicionalista».³³¹ Para os nacionalistas a República só teria condições de perdurar moldando-se às tradições nacionais. Isto é, se fosse «uma República moderada e conservadora, onde livremente possam expandir-se, dentro das leis, todas as crenças religiosas e todos os ideais políticos compatíveis com o espírito nacional. Enfim: uma República de liberdade e de tolerância».³³²

O Partido Republicano Nacionalista era um partido com uma ideologia conservadora, mas com alguma fluidez e pluralidade. Alguns dos seus dirigentes provinham da área republicano tradicionalista e nacionalista, tendo participado activamente na Cruzada Nacional D. Nuno Álvares

³²⁸ «Se com a nossa atitude, criamos embaraços a alguém, não é ao regime; é ao Partido que tem sido, e continua a ser, o detentor exclusivo do poder, em Portugal. De tal modo esse partido julga consubstanciado em si o Estado Republicano, que quando as oposições intensificam a sua acção ou esboçam uma atitude de protesto, logo se levantam vozes indignadas: – ‘Não criem dificuldades á República!’ – Singular confusão é esta! Como se a República coubesse dentro de um só partido político, por maior que ele fosse! [...] É preciso que o poder não seja monopólio dum partido em ditadura permanente. É preciso que os governos se apoiem nos instrumentos constitucionais da autoridade e da ordem, e não nos elementos de agitação e de desordem das ruas. É preciso que no nosso País se governe construindo, e não demolindo. É preciso que o poder se exerça, não contra a lei, mas com a lei; não contra as classes produtoras da riqueza nacional, mas com essas classes, harmonizando os seus interesses e coordenando a sua acção; é preciso que desapareça das cadeiras do poder o ódio sectário, o pessimismo negativista, o espírito de violência, de intolerância, de hostilidade sistemática contra tudo e contra todos, - porque governar não é criar conflitos, é evitá-los, não é agredir, é conciliar; é preciso, enfim, que os governos deixem de ser agentes de agitação, de incerteza e de alarme público, e que se governe criando no espírito nacional, não a desconfiança, germe da anarquia. [...] Há sem dúvida, uma revolução a fazer – e o Partido Nacionalista não esconde que pretende ser o instrumento dessa revolução ordeira. [...] Para conquistar legitimamente o poder, o Partido Nacionalista não aceita complacências, nem pensa em violências. Conquistá-lo-á pelo seu justo valor, pela sua capacidade de Governo, pelas possibilidades da sua organização, pelo mérito dos seus homens. Será sempre o que tem sido até hoje: uma grande força constitucional ao serviço das instituições republicanas – força de ordem, serena, disciplinada, tolerante e construtiva. [...]. Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório. O Partido Nacionalista ao País». *A Opinião*, 3 de Maio de 1925, 1.

³²⁹ «O novo partido será profundamente nacionalista, porque tenderá a manter e a desenvolver todas as características próprias da nação, especialmente as que se baseiam na tradição». António Ginestal Machado, *O Figueirense*, 21 de Dezembro de 1922, 1.

³³⁰ Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)* (Lisboa: Edições Cosmos, 1994), 73.

³³¹ *Correio da Extremadura*, 12 de Maio de 1923, 1.

³³² Ribeiro de Carvalho, «Tolerância», *República*, 5 de Janeiro de 1923, 1.

Pereira,³³³ no sidonismo, no Partido Nacional Republicano e nos seus sucedâneos, Partido Republicano Conservador e Partido Nacional Republicano Presidencialista. Dentro desta corrente merecem destaque João Tamagnini Barbosa, José Feliciano da Costa Júnior, Eurico Cameira, Joaquim Mendes do Amaral, Teófilo Duarte e principalmente Filomeno da Câmara Melo Cabral. Temos depois no PRN um grupo republicano mais moderado, mas que participou na Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e que fazia a ponte com o grupo nacionalista e tradicionalista, casos de António Ginestal Machado, Hermano José de Medeiros, José Jacinto Nunes e Constâncio de Oliveira. Por fim, tínhamos o grupo republicano ortodoxo, quase todo ele proveniente do PRP, via Partido Republicano de Reconstituição Nacional, liderado por Álvaro de Castro, que representava o republicanismo clássico.

Dentro do PRN coexistiam dirigentes políticos que defendiam a via gradualista, apostando na moderação e na alternância no poder por via eleitoral e aqueles que defendiam a via revolucionária, casos de José Alves Roçadas, Filomeno da Câmara Melo Cabral e José Mendes Cabeçadas. A defesa de uma ditadura transitória também passou a fazer parte do discurso político de alguns membros do PRN. Cunha Leal apresentou na Sociedade de Geografia uma conferência no dia 17 de Dezembro de 1923. O PRN sentia que representava a maioria da sociedade portuguesa conservadora, com um programa alternativo ao PRP e à reacção monárquica, mas era constantemente afastado do poder por meios «legais» ou revolucionários. Perante este quadro político e perante um país com uma grave situação económica e financeira era necessário iniciar uma política de austeridade e de corte nas despesas públicas que só as Forças Armadas poderiam liderar, no sentido de construir uma solução transitória de Ditadura Militar para o País.³³⁴ Adriano Augusto Pimenta discursando no Centro Político Nacionalista do Porto disse que Portugal deveria seguir a «orientação política que se está seguindo por toda a parte». Por isso, «aplaudiu a ideia duma ditadura, que não sendo realizada por um

³³³ A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira foi uma importante organização tradicionalista e nacionalista, de que fizeram parte vários dirigentes do PRN, com destaque para Filomeno da Câmara Melo Cabral. Esta organização pretendia formar uma aliança nacional concebendo um governo de competências no início de 1923. Cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)* (Lisboa: Edições Cosmos, 1999), 158-161.

³³⁴ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 20 de Dezembro de 1923, 1-3. Veja-se também *O Jornal*, 24 de Dezembro de 1923, 1-4; Francisco Cunha Leal, *Eu, os Políticos e a Nação* (Lisboa: Imprensa de Portugal e Brasil, s. d. [1926]), 177-218.

homem o fosse por um partido disciplinado e disciplinador»³³⁵ como o Partido Republicano Nacionalista.

O Partido Republicano Nacionalista era defensor de uma certa disciplina social.³³⁶ Nesse sentido o programa do Partido Republicano Nacionalista «quer ordem» e «quer dar a cada um o lugar que lhe compete».³³⁷ Cunha Leal achava que o PRN era «uma espécie de tampão que amortece os choques vindo da direita e da esquerda; tem uma função social: estabelecer o equilíbrio político e de estabelecer o equilíbrio social à custa da sua acção».³³⁸ Uma das ideias centrais que o PRN queria transmitir era a sua capacidade de conciliar e de fomentar a harmonia entre interesses aparentemente contraditórios.³³⁹ O Partido Republicano Nacionalista defendia intransigentemente a República e encontrava-se «entre duas reacções»: ³⁴⁰ a reacção monárquica e a reacção jacobina.³⁴¹ Opunha-se também ao liberalismo radical e ao sindicalismo revolucionário.³⁴² Esta imagem de «centrismo» que o PRN quis deixar passar está bem patente na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1925.³⁴³ Pedro Pita

³³⁵ Adriano Augusto Pimenta, *O Jornal*, 2 de Janeiro de 1924, 1.

³³⁶ «Punam-se todos os abusos, partam-se de onde partirem, das classes possuidoras ou das menos favorecidas, e esse alto exemplo de justiça serão esteio mais seguro da tranquilidade pública». António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14 de Maio de 1925, 8.

³³⁷ *Correio da Extremadura*, 12 de Maio de 1923, 1.

³³⁸ Cunha Leal, *Diário do Congresso*, 28 de Abril de 1925, 20.

³³⁹ «É preciso que os governos se apoiem nos instrumentos constitucionais da autoridade e da ordem, e não nos elementos de agitação e de desordem das ruas. É preciso que no nosso País se governe construindo, e não demolindo. É preciso que o poder se exerça, não contra a lei, mas com a lei; não contra as classes produtoras da riqueza nacional, mas com essas classes, harmonizando os seus interesses e coordenando a sua acção; é preciso que desapareça das cadeiras do poder o ódio sectário, o pessimismo negativista, o espírito de violência, de intolerância, de hostilidade sistemática contra tudo e contra todos, - porque governar não é criar conflitos, é evitá-los, não é agredir, é conciliar; é preciso, enfim, que os governos deixem de ser agentes de agitação, de incerteza e de alarme público, e que se governe criando no espírito nacional, não a desconfiança, germe da anarquia. [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório». «O Partido Nacionalista ao País», *A Opinião*, 3 de Maio de 1925, 1.

³⁴⁰ «Entre duas reacções», *Democracia do Sul*, 15 de Outubro de 1925, 1-2.

³⁴¹ «Estamos entre dois fogos de acusações. Os monárquicos consideram-nos umas pobres pessoas inofensivas, sem pensamento político e sem acção. [...] Certos elementos avançados julgam que a nossa orientação enferma dum estreito reacionarismo, inteiramente desintegrados do espírito progressivo da Democracia». António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14 de Maio de 1925, 8.

³⁴² «O liberalismo extreme deu o que tinha a dar e o sindicalismo puro nunca poderá dar coisa que valha a pena ver». António Ginestal Machado, «O Parlamento», *O Jornal*, 19 de Janeiro de 1924, 1.

³⁴³ No seu manifesto ao país os nacionalistas pretendiam seduzir as «forças vivas» através da questão dos impostos. O PRN «reconhecendo que a agricultura, a indústria e o comércio suportam dificilmente os encargos fiscais que os oneram, e que o actual regime tributário,

ao discursar em Arraiolos afirmou que trabalhadoras eram «todas as classes – mas todas – as que de algum modo contribuem para a prosperidade nacional, não podendo o operário dispensar o industrial, ou o lavrador, nem estes aquele, sendo por isso indispensável que todas as classes vivam unidas para que a nacionalidade não soçobre».³⁴⁴ Cunha Leal numa sessão de propaganda no Centro Jacinto Nunes, na noite de 24 de Julho de 1924, em Lisboa, afirmou que «o Partido Republicano Nacionalista é um partido republicano burguês e que por sê-lo toda a sua acção converge no sentido de fortalecer a classe média, única maneira de dar ao Povo a maior soma de benefícios possíveis. É necessário aburguesar o Povo, porque o Povo, possuidor dum relativo bem-estar, tem de ser e há-de ser a garantia sólida das instituições republicanas de Portugal».³⁴⁵ O líder nacionalista eborense Alberto Jordão Marques da Costa num artigo dirigido aos organismos operários de Évora explicou a posição do seu partido face à questão social.

Em matéria de *exploradores e explorados* o PRN tinha um critério «simples, mas diferente daquele que o canhotismo apregoa aos quatro ventos, na mira de fomentar a luta de classes. Disso afastamo-nos nós. A nossa maneira de ver [...] resume-se na afirmação de que há exploradores entre os homens do capital, da indústria, do comércio, do professorado, do funcionalismo público e também entre o operariado. Para nós é explorador o capitalista que leva ao exagero o seu desejo de lucro, que vem a traduzir-se em ganância. Há vários. É explorador o industrial que procura tirar a pele ao operário, sem respeito pelos elementares princípios de humanidade e pelos legítimos direitos adquiridos, consignados na lei e garantidos pelo costume. Há bastantes. É explorador o comerciante que, com lucros excessivos, arranca ao consumidor mais do que deve, locupletando-se com muito mais do que é legítimo. Tem havido muitos. Mas a par destes entram também na categoria

complexo e exaustivo, constitui um embaraço grave ao desenvolvimento da riqueza nacional, [...] promoverá no Parlamento a imediata revisão de toda a legislação fiscal, a fim de que se torne mais justa e mais equitativa a distribuição dos impostos, de que se facilitem as cobranças, de que se assegure ao contribuinte o direito de reclamação, e de que ninguém seja obrigado a pagar ao Estado mais do que legitimamente deva pagar-lhe». Porém, também pretendiam cativar o operariado. Este grupo social enquanto «produtor de riqueza» tinha a consideração que lhe era devida. O PRN desejava «sinceramente que as classes operárias» colaborassem «na vida do Estado». Iria contribuir para que fosse «remodelada em bases modernas e justas a legislação do trabalho». «Partido Republicano Nacionalista ao País», *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, 1. Os nacionalistas pensavam que após as eleições legislativas de 1925 tinha ficado demonstrado que «o país, na sua quase totalidade, se não vai para a extrema esquerda, também repele a extrema direita, preferindo os que lhe dão garantias de ordem e legalidade». *Democracia do Sul*, 10 de Novembro de 1925, 1.

³⁴⁴ *Democracia do Sul*, 13 de Outubro de 1925, 2.

³⁴⁵ Cunha Leal, *O Jornal*, 25 de Julho de 1924, 1.

de exploradores os que não cumprem a sua obrigação, trabalhando como devem; aqueles que não produzem o que está naturalmente indicado que devem produzir; os que encostando-se aos próprios camaradas, deixam, indolentemente, que estes realizem uma maior soma de trabalho, vindo depois a receber tanto, usando da preguiça, como os outros que foram diligentes. No primeiro caso a exploração é do operário relativamente ao que lhe paga; no segundo é de camarada para camarada. Há pois, quanto a nós, em todos os campos, bom e mau. O operário consciente e cumpridor dos seus deveres merece-nos a maior das considerações, bem como os homens de qualquer outras classes que em idênticas condições conheçamos; mas os que tiverem o culto da mandria, da embriaguez e do vício, tendo ganhos sem a eles fazerem bom direito, sejam capitalistas, comerciantes ou sejam operários, incluímo-los no número dos exploradores, que nos não valem atenção alguma, e a quem não prestamos solidariedade. São exploradores, que mais não seja, da colectividade. Somos contra eles, exploradores, e estamos ao lado dos outros, dos explorados, pertençam a que classe pertencerem.»³⁴⁶

Na mesma linha, Cunha Leal esclareceu que os nacionalistas não podiam ser acusados de estarem vendidos às forças económicas: «Nós não queremos predomínio de uma classe sobre as outras. O que o partido nacionalista defende e defenderá, [...] [consciente] dos seus deveres e da justa interpretação da palavra democrática [...] é o equilíbrio social. [...] Defendemos no Parlamento o país contra os processos violentos e ilegais por que um Governo se julgou ligado à causa da República e do Povo. Somos contra qualquer predomínio, e folgo em o dizer em público: contra o predomínio das forças económicas, contra o predomínio das forças exaltadas do operariado». E destacou o facto de quando o PRN saiu em defesa das forças económicas estava a defender a própria democracia, uma vez que estava a defender os direitos que as leis e os contratos consagram. O PRN defendeu os seus direitos «que são os direitos dos portugueses». E realçou o perigo que esta situação trás, uma vez que em toda a Europa e em todo o mundo se estava a repelir «o bolchevismo claro ou disfarçado».³⁴⁷

O Partido Republicano Nacionalista queria conciliar todas as classes e queria integrar todos os portugueses na República³⁴⁸ e no Estado, mesmo

³⁴⁶ A. J., «Exploradores e explorados», *Democracia do Sul*, 16 de Outubro de 1925, 1-2.

³⁴⁷ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 13 de Fevereiro de 1925, 4.

³⁴⁸ «O Dr. Ginestal Machado traduziu o sentir do Partido Nacionalista nesta frase lapidar: – A República é para todos os portugueses». *O Bejense*, 22 de Novembro de 1923, 1. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa explicou o abandono da União Liberal Republicana e a adesão à Ditadura desta forma: «Ao deixar os nossos companheiros de ontem [...] o mesmo ideal nos orienta, a mesma ânsia nos domina: conseguir uma Republica para todos os portugueses». Bissaia Barreto, *Diário de Lisboa*, 21 de Dezembro de 1931, 8.

os opositores do regime, católicos e monárquicos.³⁴⁹ Neste sentido afastava-se da prática política levada a cabo pelos democráticos. Os membros do PRP estavam apostados em sanear todos os funcionários públicos que fossem monárquicos e contrários ao regime, seguindo um «princípio enunciado por João Chagas: A República é para todos os portugueses mas o Estado deve ser para os republicanos». No entanto, os democráticos achavam que este princípio não estava a ser respeitado, uma vez que «dentro das repartições públicas há elementos que conspiram contra o regime, começando mesmo a desmoraliza-lo».³⁵⁰ Os nacionalistas também se distinguiam dos democráticos na vontade de abrir o Parlamento a outros partidos. A integração de novos partidos políticos no Parlamento poderia contribuir para absorver as tensões e as aspirações da sociedade. Donde, António Ginestal Machado defendia a integração de todas as correntes de opinião no Parlamento como forma de dirimir os conflitos que estavam latentes na sociedade: «Quando foi do Governo do Sr. Barros Queirós, coadjuvei a representação dos católicos no Parlamento, e agora desejaria lá ver também representantes de todas as correntes, os socialistas, por exemplo. Evitar-se-ia assim uma contínua fermentação política nas ruas, o que na Câmara dos Deputados é fácil resolver».³⁵¹

O Partido Republicano Nacionalista defendia que a República tinha de «nacionalizar-se para n'ela caberem todos os bons portugueses».³⁵²

³⁴⁹ Após a entrada dos presidencialistas no PRN um jornalista questionou o presidente do Directório se aceitariam o ingresso de outros partidos. António Ginestal Machado respondeu desta forma: «Recebê-lo-íamos de braços abertos. O Partido nacionalista não é uma seita. Venham monárquicos, republicanos – mas venham com sinceridade. É o único certificado que lhes pedimos, o certificado de sinceridade». António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 13 de Fevereiro de 1925, 4. Vejam-se as declarações do professor da Universidade de Coimbra, Rocha Brito: *A Época*, 9 de Março de 1925, 1.

³⁵⁰ *O Rebate*, 17 de Novembro de 1922, 2.

³⁵¹ António Ginestal Machado, *Notícias de Viseu*, 16 de Março de 1925, 1.

³⁵² «Não concordo com a afirmação aqui feita de quem ainda não veio para a República já não virá mais. A verdade é que se todos os que estão fora do regime, odiassem a República esta não existiria já [aplausos]. Esperemos que eles confiarão em nós, republicanos, e virão coadjuvar-nos. Mal de nós se a República fosse um regime retrógrado! A missão do Directório é realizar o progresso das ideias através do campo belo da democracia. É preciso que os republicanos deixem de afirmar desde quando são republicanos, preferível será que afirmem como são partidários da República.

É indispensável trazer a Nação sadia até à República. Isso é o que o Directório quer. A República tem de nacionalizar-se para n'ela caberem todos os bons portugueses. Não queremos uma República de importação; ambicionamos uma República nossa. Com o Congresso faço votos por que a República seja digna do passado da auréola sagrada que santificou a Nação e nos bendiz a todos». António Ginestal Machado, *O Século*, 20 de Março de 1923, 2.

O Partido Republicano Nacionalista

Este partido pretendia «completar a obra de nacionalização da República», integrando os elementos monárquicos e adversários do regime, dado que a República «não era apenas um regime para os republicanos, mas um regime para todos os portugueses». ³⁵³ Só o Partido Republicano Nacionalista governando com a nação, poderia encontrar o ambiente necessário para solucionar os grandes problemas nacionais. Assim, o Partido Republicano Nacionalista não correspondia apenas a uma necessidade da República, correspondia a uma necessidade da Nação. ³⁵⁴

³⁵³ O Directório, «Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País», *República*, 17 de Março de 1923, 1.

³⁵⁴ *Idem.*

Foto A2.1 – Menu do almoço de homenagem a Cunha Leal (7 de Outubro de 1924)



Fonte: Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

Foto A2.2 – Cunha Leal discursa no IV Congresso do PRN (6 de Março de 1926)



Fonte: *Domingo Ilustrado*, 13 de Março de 1925, 12

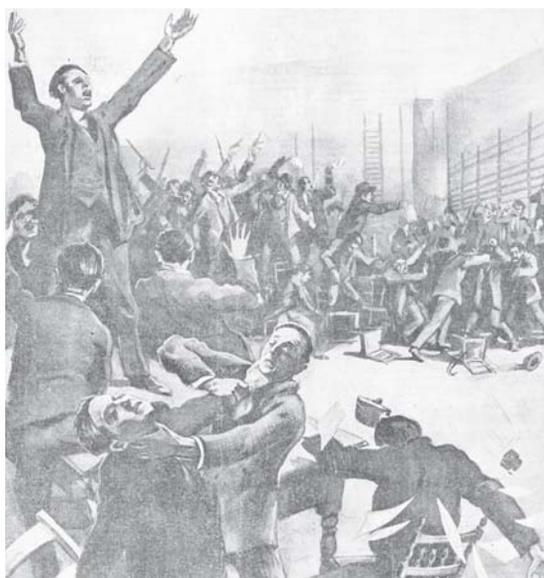
O Partido Republicano Nacionalista

Foto A2.3 – Bilhete de acesso ao IV Congresso do PRN (6, 7 e 8 de Março de 1926)



Fonte: Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

Foto A2.4 – Tumultos durante o IV Congresso do PRN (6 de Março de 1926)



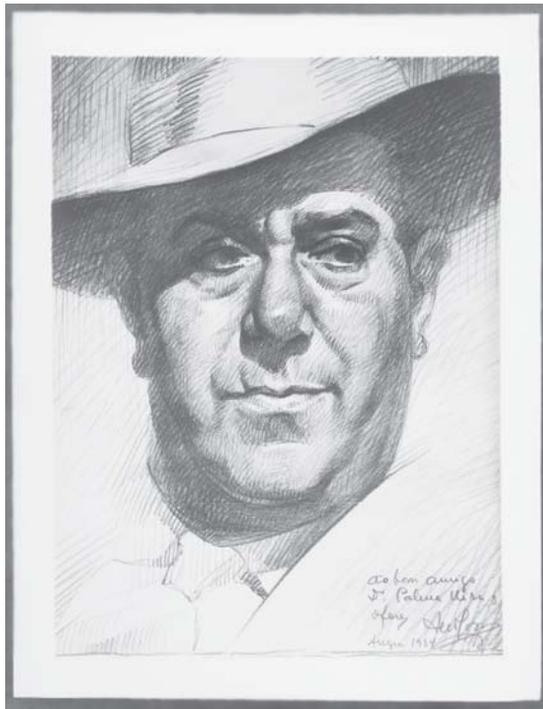
Fonte: *Domingo Ilustrado*, 14 de Março de 1926, 1

Foto A2.5 – Cartão de Deputado de Bernardo Ferreira de Matos

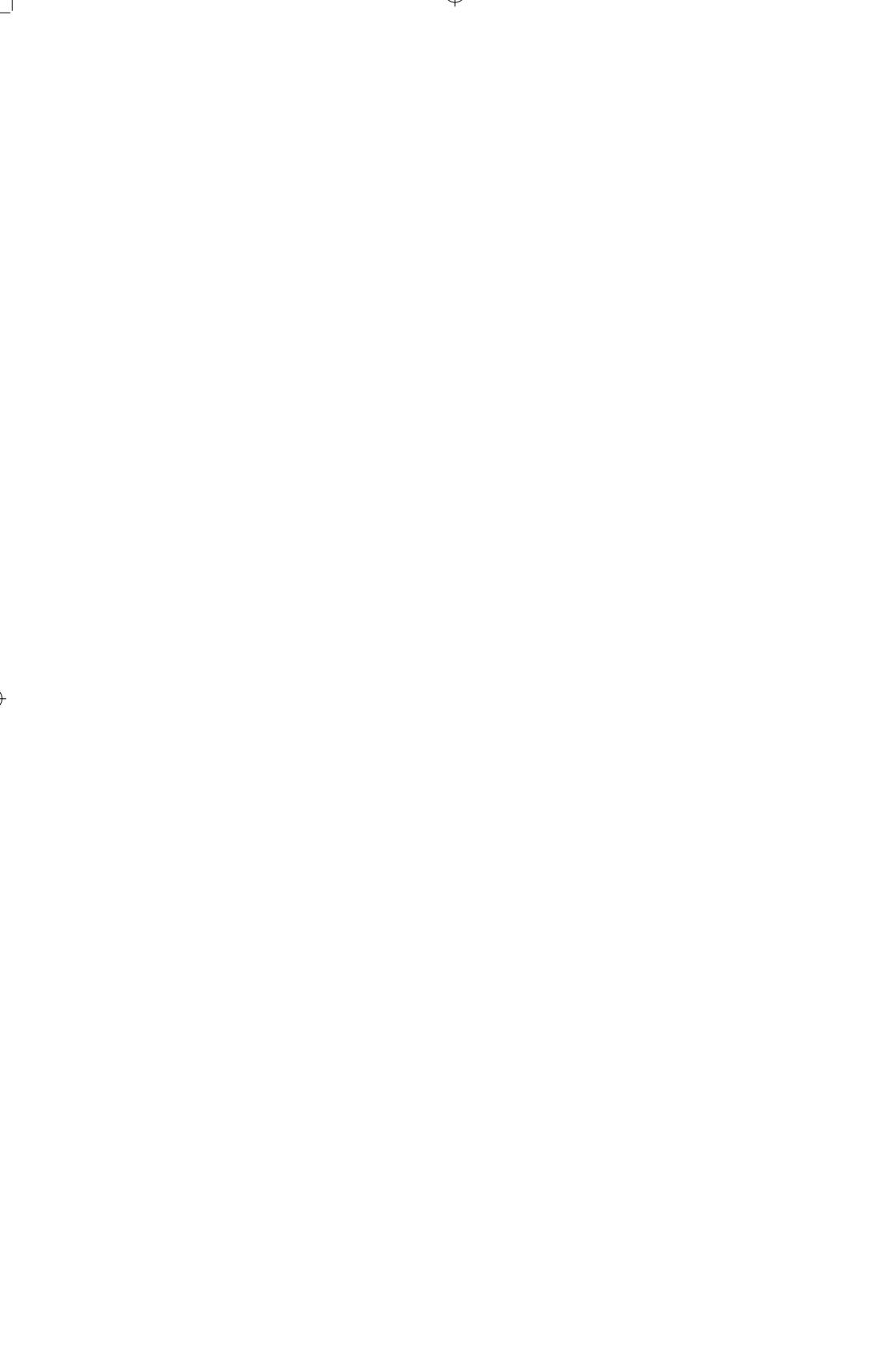


Fonte: Espólio Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa (em posse da família).

Foto A2.6 – Retrato a carvão de Jaime António Palma Mira feito por um companheiro enquanto estavam presos em Angra do Heroísmo (1934)



Espólio Jaime António Palma Mira (em posse da sua filha Palmira Rosa Garrido Palma Mira, Lisboa).



Anexo 3

Biografias da elite do PRN (1923-1935)*

Nome	Directório 1923-1935	Governo do PRN 1923	Deputado do PRN 1922-1925	Senador do PRN 1922-1925	Deputado do PRN 1925-1926	Senador do PRN 1925-1926
Abílio Marques Mourão			+			
Afonso de Melo Pinto Veloso			+		+	
Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos				+		+
Alberto Carlos da Silveira					+	
Alberto de Moura Pinto			+			
Alberto Jordão Marques da Costa			+		+	
Alberto Lelo Portela			+			
Albino Soares dos Reis Júnior					+	
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	+	+			+	
Alfredo Ernesto de Sá Cardoso			+			
Alfredo Narciso Marçal Martins Portugal				+		+
Álvaro da Cunha Ferreira Leite					+	
Álvaro Xavier de Castro	+		+			
Amaro Garcia Loureiro			+			
Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia			+			
António Alves Cálem Júnior					+	
António Alves de Oliveira Júnior				+		+
António Correia			+			
António Ginestal Machado	+	+	+		+	
António Gomes de Sousa Varela				+		
António Lobo de Aboim Inglês	+				+	
António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier			+			
António Martins Ferreira						+
António Vicente Ferreira		+	+			
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso	+	+	+		+	
Artur Brandão			+		+	
Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia				+		+
Augusto Joaquim Alves dos Santos			+			
Belchior de Figueiredo	+					
Bernardo Ferreira de Matos			+			
Carlos Eugénio de Vasconcelos			+			
César Justino de Lima Alves				+		
Constância de Oliveira			+			
Custódio Lopes de Castro					+	
Custódio Maldonado de Freitas			+			
David Augusto Rodrigues			+			
Domingos Augusto Reis Costa					+	
Eugénio Rodrigues Aresta			+			
Filomeno da Câmara Melo Cabral	+				+	
Francisco Cruz			+		+	
Francisco Pinto Cunha Leal	+	+	+		+	
Francisco Xavier Anacleto da Silva				+		

O Partido Republicano Nacionalista

Nome	Directório 1923-1935	Governo do PRN 1923	Deputado do PRN 1922-1925	Senador do PRN 1922-1925	Deputado do PRN 1925-1926	Senador do PRN 1925-1926	
Henrique Ferreira de Oliveira Brás						+	
Hermano José de Medeiros			+				
Jaime António Palma Mira					+		
Jaime Pires Cansado			+				
João Cardoso Moniz Bacelar			+				
João de Ornelas e Silva			+		+		
João de Sousa Uva			+				
João Pereira Bastos			+				
João Raimundo Alves					+		
João Tamagnini de Sousa Barbosa	+				+		
João Vitorino Mealha			+				
Joaquim Brandão			+		+		
Joaquim Correia de Almeida Leitão						+	
Joaquim José de Oliveira			+				
Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker		+					
Joaquim Ribeiro de Carvalho			+				
Jorge de Vasconcelos Nunes			+		+		
José Augusto Ribeiro de Melo						+	
José Carvalho dos Santos			+				
José de Moura Neves					+		
José de Vasconcelos de Sousa e Nápoles			+		+		
José do Vale de Matos Cid					+		
José Joaquim Fernandes de Almeida				+		+	
José Marques Loureiro			+		+		
José Mendes dos Reis				+			
José Novais de Carvalho Soares de Medeiros			+		+		
José Pedro Ferreira			+				
Júlio Dantas	+	+				+	
Júlio Ernesto de Lima Duque				+			
Lúcio de Campos Martins			+				
Manuel de Sousa Câmara			+		+		
Manuel Ferreira da Rocha			+				
Manuel Ribeiro Alegre			+				
Manuel Soares de Melo e Simas		+					
Mariano de Melo Vieira					+		
Mário de Magalhães Infante			+				
Matias Boleto Ferreira de Mira			+				
Paulo da Costa Menano			+				
Pedro Góis Pita	+	+	+		+		
Rafael Augusto de Sousa Ribeiro					+		
Raul Lelo Portela	+				+		
Ricardo País Gomes				+			
Roberto da Cunha Baptista				+			
Rodolfo Xavier da Silva				+			
Silvestre Falcão				+		+	
Tomé José de Barros Queirós			+		+		
Vasco Gonçalves Marques				+		+	
Virgílio da Conceição Costa			+				
Viriato Gomes da Fonseca			+				
Elite do PRN: 91 membros	Total:	12	9**	51	15	33	12

* As fotografias da elite do PRN são provenientes do Arquivo Histórico-Parlamentar, em Lisboa.

** Não foi contabilizado Óscar Carmona por ser independente.



Abílio Marques Mourão

Nasceu a 10 de Agosto de 1890 em Gavião. Era filho de António José Alves Ferreira Mourão e de Fábila do Nascimento Araújo Mourão. Em 1925 ainda continuava solteiro.

Estudou no Liceu de Coimbra, sendo administrador do jornal *O Gorro*, jornal dos alunos do Liceu de Coimbra (1909-1910). Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1914 com 13 valores. Exerceu a advocacia e desempenhou funções de inspetor notarial no Porto.

Fez parte do Partido Republicano Liberal. Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923 e integrou a comissão organizadora deste partido no Porto. Integrou a lista do Directório que Cunha Leal tencionava apresentar às eleições no IV Congresso do PRN. Após a saída de Cunha Leal do IV Congresso do PRN foi candidato pela lista neutra que saiu perdedora. Em Março de 1926 aderiu à União Liberal Republicana. Foi vogal da Junta Central da ULR e organizador do cadastro partidário da ULR no Porto.

Foi eleito deputado pelo círculo de Chaves nas legislaturas de 1921 e 1922 pelo PRL. Na legislatura de 1922 desempenhou funções na 3.ª Comissão de Verificação de Poderes; legislação civil e comercial. 1922-1923: 3.ª Comissão de Verificação de Poderes, Petições e Inquérito ao Ministério da Guerra. 1923-1924: Petições. 1924-1925: Petições. Projectos de lei que apresentou em 1924-1925: 830.B; Projectos de Lei em que foi relator em 1922: 362. Entre 1923 e 1926 foi vereador na Câmara Municipal do Porto em representação do PRN.



Afonso de Melo Pinto Veloso

Nasceu em Águeda a 9 de Outubro de 1878, filho de Joaquim de Melo Ribeiro Pinto (juiz do Supremo Tribunal de Justiça) e de Luísa de Freitas Veloso de Melo. Casou com Paulina de Araújo Coelho de Campos (da Casa do Rossio, em Viseu), não tendo tido filhos.

Frequentou o curso de Direito na Universidade de Coimbra entre 1895 e 1898, alcançando neste último ano o bacharelato. Iniciou a sua carreira profissional na magistratura, tendo desempenhado os cargos de subdelegado do Procurador Régio em Estarreja (1898) e na Lourinhã (1899). Foi Juiz Auditor administrativo de Beja (1910-1911) e delegado do Ministério Público na Lourinhã, Estarreja e Viseu. Foi nomeado em Janeiro de 1911 para a Comissão Jurisdicional das Congregações e em Outubro de 1911 para a investigação da primeira rebelião monárquica do Porto. Em 1914 foi intendente interino da Tutoria Central da Infância de Lisboa. Em 1918 ascendeu a Juiz de Direito de 2.ª classe, ascendendo à 1.ª classe em 1921. Organizou a colónia penal de Sintra em 1915 e em 1917 estabeleceu as novas bases do regime sacarífico da Madeira. Nos anos seguintes, exerceu as seguintes funções: secretário do Conselho Superior da Ma-

O Partido Republicano Nacionalista

gistratura Judicial (1918-1932); agente do governo português junto do Tribunal Internacional da Haia (1919-1920), nas questões de reivindicações de bens propostos pelos governos da Grã-Bretanha, França, Espanha e Bélgica; secretário do Conselho Superior de Magistratura Judicial, entre 1918 e 1932; juiz desembargador do Tribunal da Relação (1927); juiz do Supremo Tribunal de Justiça (a partir de 1933); presidente do Supremo Tribunal de Justiça (1947-1948). Aposentou-se em 1948, por limite de idade.

Desempenhou ainda numerosos cargos em empresas públicas e privadas: presidente da Assembleia Geral da Companhia de Seguros Sagres; presidente da Assembleia Geral do Banco de Portugal; presidente da Direcção da Companhia das Lezírias; presidente do Conselho de Administração das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade; presidente da União dos Vinicultores de Portugal; membro da Direcção da Federação dos Vinicultores do Dão. Foi presidente do Grémio Beirão de Lisboa nos anos 30.

Durante a Monarquia filiou-se no Partido Progressista. Com a implantação da República converteu-se ao republicanismo conservador. Primeiro numa aproximação à linha «pimentista» e logo depois, na adesão ao «sidonismo» (Partido Nacional Republicano). Posteriormente passou pela Conjunção Republicana da Beira (1919), pelo Partido Republicano Liberal (1919-1923) e pelo Partido Republicano Nacionalista (1923-1935). Foi governador civil do Funchal durante a Monarquia (27 de Janeiro de 1910 a 25 de Junho de 1910) e senador pelos sindicatos agrícolas (1918) durante o sidonismo. Integrou o Executivo, como ministro da Justiça (23 de Dezembro de 1918 a 7 de Janeiro de 1919), no governo presidido pelo tenente-coronel João Tamagnini Barbosa, que se constituiu após o assassinato de Sidónio Pais. Voltou ao governo, na pasta da Instrução Pública, mas não chegou a ser empossado (15 de Janeiro de 1920). Recusou participar no governo do PRN, liderado por António Ginestal Machado em Novembro de 1923. Foi eleito deputado por Viseu em 1919 e 1921, e por Lamego em 1922 e 1925. Ascendeu à vice-presidência da respectiva Câmara entre Fevereiro de 1922 e Dezembro de 1925.

Proseguiu a actividade pública sob a Ditadura, vindo a ser procurador à Câmara Corporativa da I à IX legislaturas (1935-1968), primeiro na secção de Justiça até à IV legislatura (1945-1949). Nessa legislatura transitou para a secção de Política e Administração Geral, onde se manteve até à sua morte em 1968. Foi ainda 1.º vice-presidente da Câmara Corporativa na IV (1945-1949) e na V (1949-1953) legislaturas. Foi nomeado para a Comissão de Estudos da Defesa Nacional em 1938.

Recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Cristo em 1922.

Faleceu em Lisboa a 15 de Fevereiro de 1968.



Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos

Nasceu a 20 de Outubro de 1865 em Moura, filho de António de Lemos Sousa e Castro e de Maria José do Prado de Castro e Lemos. Formou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1892, tendo exercido medicina.

Iniciou a sua actividade política no movimento republicano durante os estudos superiores. Foi redactor dos jornais académicos *A Pátria*, *Ultimatum* e *Justiça*. Esteve envolvido no movimento republicano de 31 de Janeiro de 1891 na capital.

Começou a sua actividade política no Partido Republicano Português durante a Monarquia. Foi candidato a deputado pelo círculo de Santarém em 1906 pelo PRP. A sua amizade com Brito Camacho ditou a sua adesão à União Republicana em 1912. Aderiu em 1919 ao Partido Republicano Liberal e em 1923 ao Partido Republicano Nacionalista. Foi o líder do «bloco» constituído pelo PRRN e pelo PRL no Senado em Dezembro de 1922. Após a formação do PRN liderou o grupo parlamentar no Senado no início de 1923. Foi candidato da lista neutra no IV Congresso do PRN (1926) que saiu perdedora.

Após a implantação da República, foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa e presidiu à primeira Comissão Municipal Republicana da capital. Foi eleito deputado na constituinte de 1911 pelo círculo de Lisboa Oriental. Posteriormente, foi eleito senador em todas as legislaturas, menos em 1918, pelo círculo de Beja. Foi vice-presidente do Senado em 1921, 1924 e 1925.

Ocupou ainda o cargo de vogal à Junta de Crédito Público, em representação do Senado, entre 1911 e 1917. Foi iniciado *maçon* em 1892, na loja *Fraternidade*, com o nome simbólico de *Schopenbauer*.

Faleceu em Lisboa a 15 de Dezembro de 1944 e foi sepultado no cemitério de Serpa.



Alberto Carlos da Silveira

Nasceu em Lagos a 25 de Fevereiro de 1859. Era filho de Francisco Alberto da Silveira (Lagos, 1830) e de Emília Carolina da Silveira (Monchique, 1830). Casado com Carlota Salinas Cristiano [Christian] da Silveira, (Alemanha, 1860).

Teve cinco filhos: Francisco Alberto; Joaquim Alberto; Maria Albertina; Helena Albertina; Emília Albertina.

Assentou praça como voluntário no regimento de Infantaria n.º 13 a 25 de Julho de 1876. Fez estudos em Lisboa no Colégio Militar (1870-1876), fez o curso preparatório para a arma de artilharia na Escola Politécnica e concluiu, em 1882, o curso de Artilharia na Escola Militar. Oficial do Exército (praça, 1876; alferes, 1882; tenente, 1884; capitão, 1890; major, 1907; tenente-coronel, 1911; coronel, 1913; general, 30-3-1918; reserva, 27-2-1926), comandou o Grupo n.º 2 do Campo Entrincheirado de Lisboa durante a revolução republicana e a partir de

9 de Outubro de 1910 passou a comandar a Polícia Cívica de Lisboa. Foi também vogal do Supremo Tribunal Militar e membro do júri que, em 1922-1923, julgou os «outubristas». Obteve a Medalha de Ouro do Ministério da Guerra da classe de bons serviços. Foi homenageado com uma Espada de Honra pelo seu desempenho como comandante de Polícia de Lisboa. Obteve o Grau de Oficial de Avis e Medalha de Ouro de Comportamento exemplar. Em data desconhecida, a Câmara Municipal de Lagos deu o seu nome a uma rua da Freguesia de Santa Maria, no Concelho de Lagos.

Iniciou a sua actividade política como membro do PRP. A sua amizade com Brito Camacho fê-lo participar no «Bloco» em 1911 e filiar-se na União Republicana (1912-1919). Posteriormente aderiu ao Partido Republicano Liberal (1919-1923) e ao Partido Republicano Nacionalista (1923-1927). Em 1911 integrou, pela primeira vez, o elenco governativo (Governo de João Pinheiro Chagas), assumindo a pasta da Guerra entre 8 de Outubro e 12 de Novembro. Reempossado nesta última data, manteve-se em funções até 16 de Junho de 1912 (Governo de Augusto de Vasconcelos). Em 1921 regressaria ao executivo, de novo como ministro da Guerra, entre 23 de Maio e 30 de Agosto no governo presidido por Tomé de Barros Queirós. Deputado na constituinte por Silves, transitou posteriormente para o Senado (1911-1915). Foi eleito senador, por Faro, em 1915, 1919 e 1921. Foi eleito deputado por Lisboa em 1925. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1887 na loja *União Independente*.

Faleceu em Lisboa a 22 de Abril de 1927.



Alberto de Moura Pinto

Nasceu em Coimbra a 5 de Abril de 1883. Era filho de Luís da Costa Pinto. Estudou em Coimbra, tendo completado o bacharelato na Faculdade de Direito (1899-1904). Era casado com Maria do Carmo Campelo Moura Pinto, pai de Maria Luísa Moura Pinto Rabinovitch (casada com George Rabinovich, alto funcionário da ONU a trabalhar no Rio de Janeiro) e avô de Joana Moura Pinto Rabinovitch.

Seguiu a carreira da magistratura. Desempenhou funções de administrador do Concelho de Arganil (1908), de delegado do Procurador Régio em Miranda do Douro (1909) e São João da Pesqueira (1910), e de delegado do Procurador da República em Mangualde e Leiria já depois de implantada a República. Com a República voltou a ser administrador do Concelho de Arganil (1910).

Desenvolveu actividade de propaganda em prol do regime republicano, integrando a Junta Central Revolucionária de Coimbra com Manuel Alegre, Malva do Vale e Pires de Carvalho e promoveu a fundação de núcleos revolucionários em Águeda, Oliveira do Hospital e Arganil.

Iniciou a actividade partidária no PRP. Em 1912 aderiu à União Republicana e em 1919 ao Partido Republicano Liberal, tendo feito parte do Directório deste

último partido. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e fez parte da Comissão que elaborou o seu programa. Abandonou o PRN e passou à condição de independente no final de Julho de 1925, conjuntamente com Ferreira de Mira e Ferreira da Rocha, na sequência do apoio ao Governo de António Maria da Silva.

Foi deputado por Arganil em 1911, 1915, 1921, 1922 e 1925.

Apoiou o sidonimo, tendo sido ministro da Justiça entre 11 de Dezembro de 1917 e 7 de Março de 1918. Saiu do governo com os outros ministros unionistas (Aresta Branco e Santos Viegas) em ruptura com Sidónio Pais.

Foi um acérrimo adversário da Ditadura Militar e do Estado Novo. Foi preso por envolvimento no movimento revolucionário de 1928. Voltou a ser preso em 19 de Julho de 1930, sendo deportado no dia seguinte para os Açores. Conseguiu evadir-se dos Açores ainda nesse ano e refugiou-se em Espanha. Neste país juntou-se a Jaime de Moraes e Jaime Cortesão, tendo formado o grupo oposicionista denominado «os budas». Mudou-se depois para França e para o Brasil, tendo-se dedicado à actividade comercial associado ao grande industrial português do Rio de Janeiro, Ricardo Seabra. Regressou do Brasil em virtude de uma amnistia em 1957.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1909 na loja *Tenacidade*, com o nome simbólico de *Passos Manuel*. Esta loja era a n.º 250 do RF, de Águeda, resultante do triângulo n.º 34, antes instalada em Sangalhos, que esteve activa entre 1905 e 1913.

Faleceu na Quinta dos Vales em Coja (Arganil) a 9 de Março de 1960.



Alberto Jordão Marques da Costa

Nasceu em 8 de Janeiro de 1884 em Cuba, filho de Manuel Marques da Costa (médico em Cuba) e de Maria Libânia Lança. Casou em 1925 com Maria José da Silva Salgueiro Marques da Costa. O casal teve dois filhos: Maria Manuela da Silva Salgueiro Jordão Marques da Costa (25 de Julho de 1929) que casou com Nuno de Sousa Cambezes; Alberto Jordão da Silva Salgueiro Marques da Costa (15 de Outubro de 1931) que casou com Maria Margarida Potes Cordovil. Alberto Jordão Marques da Costa residiu na Rua João de Deus e na Rua do Imaginário, n.º 9, em Évora.

Estudou primeiro num seminário (não identificado) e posteriormente no Liceu André de Gouveia em Évora. Coursou primeiramente o Curso Superior de Letras e posteriormente a Faculdade de Direito da Universidade da Lisboa. Em 1915 tornou-se bibliotecário na Biblioteca Pública de Évora, cargo que ocupou por pouco tempo. Foi professor no Liceu Passos Manuel de Lisboa e no Liceu de Santarém. No entanto, foi no Liceu André de Gouveia de Évora onde fez carreira, tendo sido Reitor durante a fase final da I República. Exerceu ainda advocacia em Évora até ao final da década de 60. Era alferes miliciano na reserva

de artilharia. Pertenceu ao Grémio Republicano Eborense, fundado em Janeiro de 1930, tendo sido eleito para a Comissão de Propaganda do Grémio. Foi eleito, em 15 de Fevereiro de 1935, presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial e Industrial de Évora. Foi presidente da Assembleia Geral da Sociedade Harmonia Eborense (1936-1937).

Iniciou a sua actividade política no PRP, transitando para o PRRN em 1920 e para o PRN em 1923, onde se manteria até 1935. Fez parte da Comissão Jurídica do PRRN (1920-1923). No PRN fez parte da comissão distrital de Évora, dirigiu o Centro Republicano Nacionalista (1923-1928) em Évora, que se situava na Rua Serpa Pinto n.º 9, 1.º andar e foi membro substituto do Directório do PRN (1923-1935).

Foi eleito deputado pelo círculo de Évora em três legislaturas. Em 1919 pelo PRP, em 1922 pelo PRRN e em 1925 pelo PRN. Em 1921 foi candidato a deputado pelo PRRN no círculo de Évora, não sendo eleito. Foi chefe de gabinete do ministro do Comércio e interino do Trabalho, Pedro Pita, entre 21 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923.

Exerceu o cargo de governador civil de Évora em duas ocasiões (27 de Dezembro de 1914 a 5 de Fevereiro de 1915 e 24 de Maio de 1915 a 23 de Outubro de 1917). Presidiu à Comissão Executiva (1923-1925) e ao Senado (1926) da Câmara Municipal de Évora e foi provedor da Misericórdia de Évora (1920-1923).

Foi director de *O Democrático* (Évora), entre 28 de Fevereiro de 1915 e 7 de Maio de 1916, órgão local do PRP e do *Democracia do Sul* de 1917 a 1932. Durante este período este jornal eborense defendeu as cores do PRP, do PRRN e do PRN.

Durante o sidonismo foi transferido para Bragança e posteriormente preso e deportado para a Madeira no final de Dezembro de 1917, quando era dirigente do PRP. Com o início da Ditadura Militar também começou a sofrer penalizações: Foi demitido do cargo de Reitor do Liceu André de Gouveia de Évora do Julho de 1926 e foi preso em Évora entre 8 e 14 de Fevereiro de 1927, acusado de envolvimento na revolução de Fevereiro de 1927. Nesse período liderava o PRN local. Em Dezembro de 1930 voltou a ser preso em Évora, sendo transferido para a esquadra da Lapa, em Lisboa. A 16 de Dezembro de 1931 os postos fronteiriços receberam ordens para o prenderem, caso tentasse sair do país. Em Abril de 1932 foi transferido para o Liceu de Santarém. Conseguiu regressar ao Liceu de Évora em Outubro de 1933 com o empenhamento de António Ginstal Machado e de Júlio Dantas. Foi ainda preso em meados da década de 30 quando se encontrava na propriedade (Quinta das Casas Altas, Boa Fé) do seu sogro Manuel da Silva Salgueiro.

Alberto Jordão Marques da Costa permaneceu sempre na oposição ao Estado Novo. Foi atentamente vigiado pela polícia política, que o classificava como pertencendo à «oposição crónica». De facto, o Dr. Alberto Jordão participou em inúmeras iniciativas de oposição ao Estado Novo ao longo da sua vida, com destaque para o Movimento de Unidade Democrática em 1945, as campanhas

eleitorais de Norton de Matos em 1949, de Arlindo Vicente e Humberto Delgado em 1958 e pertenceu ao directório da Acção Democrato-Social na década de 60.

Manteve um contacto próximo com os seus antigos colegas do PRN, como Júlio Dantas e António Ginestal Machado. No entanto, o político com o qual manteve maiores laços de amizade foi Pedro Góis Pita. O seu filho, Alberto Jordão da Silva Salgueiro Marques da Costa, foi encarregado de levar as alianças na cerimónia de casamento entre a filha de Pedro Pita, Maria Amélia Pita e Cunha com Paulo Arsénio Veríssimo Cunha, futuro ministro de Salazar. Em Évora manteve como amigos políticos António Cartaxo Júnior, António Manuel Pascoal e António Amado. Afastou-se de outros antigos amigos, como João Camarate Campos, que aderiu ao salazarismo e de Domingos Rosado.

Ainda assistiu ao 25 de Abril de 1974, tendo a sua preferência partidária oscilado entre o PS e o PSD. Foi muito atacado pelo PCP, tendo inclusive as suas propriedades sido colocadas como alvos preferenciais das ocupações.

Faleceu em Évora em 1 de Março de 1980.



Alberto Lelo Portela

Nasceu a 10 de Junho de 1893 em Fontes, concelho de Santa Marta de Penaguião, filho de António José Portela (médico, bacharel pela Universidade de Coimbra) e Olinda Ferreira Ponce Leon Lelo. Casou com Ema Magdeleine Clémentine Boulle em 18 de Setembro de 1922. Era irmão de Raul Lelo Portela (ministro, deputado e advogado) e de Aurélio Lelo Portela (médico).

Fez os primeiros estudos no colégio de Lamego, de onde transitou para Coimbra para terminar o curso liceal. Fez o curso da Escola do Exército em 1914, seguindo a arma de Cavalaria, onde atingiu a patente de tenente-coronel na especialidade de aeronáutica: praça, no regimento de Infantaria n.º 23 em 1911; alferes, 1915; tenente, 1917; capitão, 1918; major, 1926; tenente-coronel, 1937; reserva, 1937; reforma, 1938.

Distinguiu-se no ramo da cavalaria (participou em vários concursos hípicas, obtendo vários prémios) e da aviação, combatendo durante a Grande Guerra como piloto de caça. Em 1915 foi publicado um concurso para 10 oficiais do Exército e da Armada para receberem instrução nos EUA, em França e na Inglaterra como pilotos, uma vez que em Portugal não havia ainda escola de pilotagem. Em 1915 partiu para França, para a escola de aviação em Pau. Em Agosto de 1915 transferiu-se para Cazaux, tornando-se piloto aviador desde 1 de Agosto de 1916, sendo o mais novo aviador português e o primeiro a ter um «brevet». Primeiramente foi colocado numa esquadrilha de observação inglesa. Posteriormente, em 17 de Dezembro de 1917 foi colocado na esquadrilha SPA 124 do grupo de combate n.º 21 do exército francês, em La Nablette, Marne. Usava o

avião de combate francês SPAD VII S5721, que tinha a bandeira Nacional pintada na fuselagem. Bateu-se em vários combates aéreos, tendo obtido 3 vitórias confirmadas e 1 balão inimigo abatido. Abandonou esta esquadrilha em 29 de Julho de 1918.

Em 1922 voltou a França e tirou o curso do Estado-Maior na Escola de Guerra, de Paris, tendo-se tornado amigo de Charles de Gaulle. Em 1928 regressou novamente a França, sendo nomeado adido militar da legação portuguesa em Paris durante 8 anos (1928-1935). Durante a sua estadia em França voltou a frequentar a Escola Superior de Guerra de Paris.

Participou nas negociações entre os aviadores revoltosos da Amadora e o Governo de Álvaro de Castro em Junho de 1924, tendo sido preso conjuntamente com os outros aviadores no Forte de São Julião da Barra.

Acompanhou primeiramente o Partido Republicano Evolucionista e posteriormente o Partido Republicano Liberal. Foi governador civil de Lisboa (28 de Julho de 1920 a 20 de Outubro de 1921) e deputado na legislatura de 1922-1925 pelo círculo de Vila Real, nas listas do Partido Republicano Liberal. Ingressou em 1923 no Partido Republicano Nacionalista e em 1926 na União Liberal Republicana. Não aderiu ao salazarismo tendo contactos com elementos da oposição (Cunha Leal, coronel Ribeiro de Carvalho, entre outros). Foi em 27 de Abril de 1938 preso na casa de reclusão de Governo Militar de Lisboa. O Conselho Superior de Promoções recebeu uma denúncia de um legionário contra Alberto Lelo Portela por este criticar o regime de Salazar num restaurante de Sesimbra, pelo qual se ordenou uma investigação que concluiu não ter sido este oficial a declarar essas afirmações (31 de Agosto de 1937), pelo que conseguiu ascender a tenente-coronel.

Também se dedicou ao jornalismo, onde ganhou alguma celebridade, sendo um crítico e analista das questões militares. Escreveu regularmente n' *O Século*, n' *A Voz* e no *Primeiro de Janeiro*. Foi proprietário do jornal *O Sol* (n.º 1, 19 de Junho de 1942; n.º 240, 8 de Outubro de 1949).

Em 1943 publicou com o pseudónimo, Rafael Heliodoro Valle o seguinte livro: *1918: um Ano Histórico*, Lisboa, Editor Sol.

A partir de 1945 envolveu-se em diversas conspirações revolucionárias com João Tamagnini de Sousa Barbosa e outros militares do republicanismo conservador.

Foi condecorado com a Legião de Honra, com Cruz de Guerra de 1.ª Classe Francesa e com a medalha de bons serviços em Campanha. Era Comendador da Ordem Militar de Avis (1931).

Morreu em Lisboa a 10 de Outubro de 1949.



Albino Soares dos Reis Júnior

Nasceu a 30 de Setembro de 1888 em Loureiro (Oliveira de Azeméis). Era filho de Frederico Albino Soares Pires dos Reis e de Maria da Silva Pereira Marques.

Frequentou o curso preparatório eclesiástico no Seminário dos Carvalhos, em Gaia, e o curso teológico no Seminário Maior do Porto (1905-1908). Após concluir o curso dos liceus em Coimbra frequentou a Faculdade de Direito de Coimbra (1909-1913).

Foi advogado e conservador do registo civil em Coimbra, Oliveira de Azeméis (1919-1927) e em S. João da Madeira (1927-1933).

Foi presidente do Senado Municipal de Oliveira de Azeméis (1914-1918) e presidente da Comissão Executiva (1919, 1923-1926). Foi ainda administrador deste concelho. Foi eleito deputado em 1921 pelo PRL e em 1925 pelo PRN.

Foi filiado no Partido Republicano Português, no Partido Republicano Liberal, no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926) e na União Liberal Republicana (ULR) desde Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Aveiro.

Integrou a elite política da Ditadura Militar e do Estado Novo, sendo um dos conselheiros próximos de Salazar. Durante o Estado Novo ocupou importantes cargos políticos: presidente da Comissão Executiva da União Nacional (de 1932 a 1934 e de 1938 a 1945); governador civil de Coimbra (13 de Novembro de 1931 a 5 de Julho de 1932); ministro do Interior no primeiro Governo presidido por Oliveira Salazar (05-07-1932 a 11-04-1933); vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1933); presidente da Comissão Consultiva da União Nacional (1933-1945); vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1945-1968); presidente do V (e último) Congresso da União Nacional (1970); presidente da Comissão Consultiva da Acção Nacional Popular (1970). Foi deputado em todas as legislaturas (1935-74), líder da Assembleia Nacional (de 1935 a 1937), vice-presidente (de 1938 a 1942) e presidente (de 1945 a 1961). Foi membro do Conselho de Estado (1936). Em termos profissionais ascendeu a juiz do Supremo Tribunal Administrativo desde 1933 e tornou-se o seu presidente em 1936.

Recebeu a grã-cruz da Ordem Militar de Cristo.

Morreu em Oliveira de Azeméis a 14 de Maio de 1983.



Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá

Nasceu em Santo Ildefonso, no Porto, em 28 de Novembro de 1872, filho de Fernando Alexandre Botelho de Vasconcelos e Sá (n. 1844) e de Maria da Conceição Rodrigues Antunes Vasconcelos e Sá. Casou com Inácia Antunes Salinas de Benvides Mendonça Arraes Caldeira de Mendanha. O casal teve três filhos: Fernando de Vasconcelos e Sá (n. 25 de Maio de 1906) casado com Maria José Archer; Ale-

xandre de Vasconcelos e Sá (n. 16 de Dezembro de 1908) casado com Joaquina Amélia da Gama Salgueiro da Costa; José Carlos de Vasconcelos e Sá (n. 17 de Agosto de 1917) casado com Maria Fernanda da Gama Salgueiro da Costa.

Frequentou a Escola Médico-Cirúrgica do Porto, vindo a alcançar o bacharelato em Medicina no ano de 1894. Iniciou então carreira na Armada (aspirante, 1894; guarda-marinha, 1896; 2.º tenente, 1898; médico-naval de 1.ª classe/1.º tenente, 1902; capitão de fragata, 1910), que o levaria à graduação de capitão-de-mar-e-guerra, em 1915. Serviu em Angola e Moçambique, chefiou os serviços de cirurgia do Hospital de Marinha e dirigiu este estabelecimento. Esteve de novo em Angola durante a Grande Guerra, como chefe dos serviços de saúde (1914-1918), tendo participado nas campanhas do Cuangar e Cuamato. Pela sua bravura em combate recebeu a Ordem Militar da Torre e Espada. Aquando da sua morte era delegado do governo junto da Companhia de Moçambique.

Iniciou-se na actividade política republicana durante a Monarquia, vindo a ingressar no Partido Republicano Evolucionista, onde integrou a Comissão Dirigente (1912), a liderança parlamentar e a Junta Central (a partir de 1913). Abandonou este partido em 1916, filiando-se no Partido Centrista Republicano, sendo fundador e presidente da Comissão Central Organizadora. Aderiu ao sidonismo e fez parte do Directório do Partido Nacional Republicano em 1918. Posteriormente aderiu ao Partido Republicano Liberal, sendo membro efectivo do Directório do PRL em 1922. Em 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e foi membro do Directório de 1923 a 1925. Por fim, juntou-se às fileiras da União Liberal Republicana em Março de 1926. Neste último partido fez parte da Comissão Executiva em 1926, foi vogal da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR em Portalegre.

Teve actividade conspirativa em prol da República na vigência do regime monárquico, tomou parte no 5 de Outubro de 1910 como membro do Comité Revolucionário da Marinha. Foi deputado nos anos de 1911-1915 (Elvas), 1915-1917 (Portalegre) e 1918-1919 (Portalegre). Regressou à Câmara dos Deputados em 1921 (Portalegre). Em 1922 voltou a ser candidato, desta vez por Évora, não tendo sido eleito (Partido Republicano Liberal). Voltou à Câmara dos Deputados em 1925 pelo círculo de Silves (PRN), tendo beneficiado da desistência de José Mendes Cabeçadas Júnior.

Foi comissário do governo junto da Companhia de Moçambique, antes de ascender, no Governo de Sidónio Pais, a secretário de Estado das Colónias, pasta por que foi responsável entre 15 de Maio e 8 de Outubro de 1918 e, de novo, desde esta última data até 23 de Dezembro. Tornou ao Executivo, agora na pasta da Agricultura, entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923 no Governo do Partido Republicano Nacionalista.

Recebeu o grau de cavaleiro da ordem militar de São Bento d'Aviz.

Faleceu em 1 de Outubro de 1929. Cunha Leal fez o discurso de elogio no seu funeral.



Alfredo Ernesto de Sá Cardoso

Nasceu em 6 de Junho de 1864. Filho de Carlos Ernesto Freire de Aguiar Cardoso (oficial do Exército) e de Adelaide Leopoldina Moreira de Sá Cardoso. Casou e teve descendência com Gabriela Moreira de Sá Cardoso.

Após os primeiros estudos, ingressou no Colégio Militar, tendo concluído o curso em 1880. Frequentou posteriormente a Escola do Exército, onde cursou a arma de Artilharia. Assentou praça em 1880, prosseguindo a carreira de oficial do exército: alferes, 1886; tenente, 1888; capitão, 1900; major, 1911; tenente-coronel, 1915; coronel, 1917; general, 1924; reforma, 1934. Participou na campanha da Lunda, sendo agraciado com a Ordem Militar de Avis pelo seu desempenho. Participou no governo distrital da Lunda, sendo secretário a partir de 1888. Foi governador da fortaleza de São Paulo de Luanda. Partiu para França em Março de 1917, como membro do Corpo Expedicionário Português, tendo assumido o comando da 1.ª Divisão e posteriormente da artilharia portuguesa. Desempenhou também o cargo de vogal do Conselho de Trabalhos Balísticos.

Filiado no Partido Republicano Português, foi membro da respectiva Junta Consultiva (1913) e chefe indigitado do partido (em 1919). Após a queda do seu executivo formou com Álvaro de Castro, e outros democráticos, o Partido Republicano de Reconstituição Nacional em Março de 1920. Até Fevereiro de 1923 fez parte do Directório deste partido. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista, tendo feito parte do Directório. Em Dezembro de 1923 aderiu ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana, de que foi presidente. Manteve-se nesta organização política até Agosto de 1925, passando posteriormente à condição de independente.

Membro da Maçonaria desde 1893, foi iniciado na loja *Portugal* com o nome simbólico de *Alaide*. Em 1914 desempenhou o lugar de vice-presidente do Conselho da Ordem Maçónica, tendo posteriormente ascendido ao grau 33. Fez parte do Supremo Conselho desde 1934.

Teve um papel muito activo na implantação da República em Portugal. Foi secretário do Comité Militar criado após a revolta de 31 de Janeiro de 1890. Nesta organização recrutou muitos militares que viriam a ficar conhecidos por «jovens turcos» e preparou a revolta de 28 de Janeiro de 1908. Integrou o Comité Militar para a proclamação da República e foi interveniente na revolução de 5 de Outubro de 1910, embora tenha abandonado a Rotunda antes da vitória final. Após a proclamação da República foi nomeado chefe de gabinete do ministro da Guerra, Correia Barreto (1910-1911), onde dirigiu os trabalhos de defesa da República contra as incursões monárquicas. Posteriormente foi nomeado governador civil da Madeira (20 de Março de 1913 a 24 de Janeiro de 1914). Integrando o agrupamento «Jovem Turquia», fez parte da Junta Revolucionária do 14 de Maio de 1915. Tomou parte na resistência contra a revolta sidonista de

5 de Dezembro de 1917, tendo sido preso duas vezes durante a «Nova República». Em 1919 participou na ofensiva contra a «Monarquia do Norte». Em 1925 presidiu ao Comité de Defesa da República.

Obteve assento parlamentar por Viana do Castelo, em 1913, 1915, 1919 e 1922, presidindo à Câmara dos Deputados entre: 2 de Dezembro de 1916 e 12 de Março de 1917; 23 de Janeiro de 1920 e 2 de Dezembro de 1920; 2 de Dezembro de 1922 e 2 de Dezembro de 1923. Candidatou-se por esse círculo em 1921 e em 1925, não sendo eleito. Foi presidente do Conselho de Ministros de 29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro do ano seguinte e, novamente, de 16 a 21 de Janeiro de 1920, acumulando as pastas do Interior (pelo mesmo período) e dos Negócios Estrangeiros (de 29 de Junho a 12 de Julho de 1919). Voltaria a participar no Executivo, no Ministério do Interior, entre 18 de Dezembro de 1923 e 6 de Julho de 1924.

Com o advento da Ditadura, foi outra vez preso em Junho de 1926. Em Janeiro de 1927 foi deportado para Cabo Verde e daí para Açores (Graciosa e Faial). Em Dezembro de 1929 regressou a Lisboa, mas em Julho de 1930 foi novamente deportado para os Açores, tendo residência obrigatória na Horta. Em Dezembro de 1932 regressou a Lisboa, mas voltou a ser preso em 1934, sendo enviado para o presídio de Santarém. Continuou a militar na oposição à Ditadura, tendo presidido à Aliança Republicana até Junho de 1936.

Faleceu em Lisboa a 24 de Abril de 1950.



Alfredo Narciso Marçal Martins Portugal

Nasceu a 1 de Março de 1875 em Pinhel. Era filho de Manuel Martins Diogo Portugal e de Maria Gertrudes Marçal Martins Portugal e irmão de António Vicente Marçal Portugal. Estudou em Coimbra, tendo-se formado em Direito na Universidade de Coimbra. Era casado com Alice Elvira de Paiva de Portugal da Silveira e pai de Vítor Manuel Portugal, advogado no Redondo. Era Comendador da Ordem de Cristo.

Exerceu os cargos de subdelegado do Ministério Público em Reguengos de Monsaraz e delegado do Procurador da República na ilha do Pico, em Alcácer do Sal, em Moura e em Marco de Canaveses. A partir de 1915 desempenhou funções de juiz de direito em Serpa, Setúbal e no Juízo de investigação criminal de Lisboa. No final da carreira foi desembargador no Porto e na Relação de Lisboa. Após o estabelecimento da República fez parte da Comissão Central da Execução da Lei da Separação da Igreja do Estado e do Conselho Disciplinar dos Oficiais de Justiça.

A nível partidário passou pelo Partido Republicano Evolucionista, Partido Republicano Liberal, Partido Republicano Nacionalista e União Liberal Republicana.

Foi eleito senador na legislatura de 1919 pelo Partido Republicano Evolucionista no distrito de Portalegre. Em 1921, 1922 e 1925 foi senador por Évora nas

listas do Partido Republicano Liberal e do PRN. Foi chefe de gabinete de Ant3nio Granjo (1920-1921).

Morreu no Redondo a 27 de Outubro de 1939.



lvvaro da Cunha Ferreira Leite

Nasceu no Rio de Janeiro a 25 de Outubro de 1880. No ano seguinte veio viver para Portugal. Era filho de João da Cunha Ferreira Leite e de Ermelinda Rossi Ferreira Leite. lvvaro Leite teve duas filhas, Helena (n. 1904; m. 1986) e Eunice (n. 1911; m. 1941), e duas netas da filha mais velha, Bernardina e Maria Ambrosina.

Fez o curso liceal em Caminha e os preparat3rios m3dicos em Coimbra. Formou-se em Medicina na Escola M3dico-Cir3rgica do Porto em 1907, com uma tese sobre a *entero-nevrose muco-membranosa*.

Em 1910 adquiriu formao de Hidrologia M3dica nas Termas de Caldas de Aregos, Resende, altura em que passou por Vinhais, tendo decidido instalar-se nesta vila, fixando resid3ncia na Rua dos Frades.

Foi m3dico municipal e delegado de sa3de em Vinhais desde 1910. Recebeu nomeao efectiva para m3dico municipal em 1913. Foi governador civil de Bragança (20 de Novembro de 1923 a 17 de Dezembro de 1923) durante o Governo de Ant3nio Ginestal Machado. Em 1925 foi eleito deputado pelo c3rculo de Moncorvo pelo Partido Republicano Nacionalista.

Representou a Câmara Municipal de Vinhais no Conselho Provincial e foi vice-presidente da Junta da Província nos anos 40. De 1950 a 1955 foi Presidente da Câmara Municipal de Vinhais.

Foi agraciado pelo Presidente da Rep3blica, general Carmona, com o Grau de Comendador da Ordem de Benemer3ncia, em 1931. No mesmo ano foi proclamado, pela Câmara Municipal, cidadão Vinhaense.

Em 1966 faleceu vítima de doença prolongada e foi sepultado em Fafe.



lvvaro Xavier de Castro

Nasceu na freguesia da S3, na Guarda, em 9 de Novembro de 1878. Era filho de Jos3 Augusto Ribeiro de Castro (vice-grão-mestre da Maçonaria) e de Maria Benedita da Costa Pignatelli de Castro. Casou com Maria Rosa de Meireles Garrido de Castro, tendo um filho, lvvaro Garrido de Castro.

Concluiu os estudos liceais na Guarda e frequentou o Col3gio Militar entre 1890 e 1896. Matriculou-se de seguida na Escola Polit3cnica de Lisboa (1896-1898). Frequentou desde 1899 a Escola do Ex3rcito, na arma de Infantaria, tendo concluido o curso em 1901. Ingressou em 1903 na Faculdade de Direito de Coimbra, tendo completado o curso em 1908. Seguiu depois o curso Col3nial, que concluiu em 1911.

Exerceu advocacia e a carreira militar (praça, 1896; alferes, 1902; tenente, 1906; capitão, 1913; major, 1918; tenente-coronel, 1928). Foi professor do Instituto dos Pupilos do Exército, da Escola Militar e da Escola Colonial e vogal do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado (1914).

Teve uma vasta participação na imprensa e teve ainda uma colaboração (nos domínios de crítica e arte) repartida pela *Revista Nova* e pela *Arte e Vida*.

A sua acção política iniciou-se em Coimbra, tomando parte nas conspirações de 1908 e 1910. Iniciou-se na Maçonaria na Loja *Portugal*. Membro do Partido Republicano Português, cuja bancada parlamentar chefiou em 1920. Após desentendimentos relacionados com a dificuldade para formar governo em 1920 saiu do PRP e fundou e liderou nesse ano o Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Em Fevereiro de 1923 o seu partido fundiu-se com o Partido Republicano Liberal, dando lugar ao Partido Republicano Nacionalista, onde ocupou lugar no Directório e na chefia da sua bancada, na Câmara dos Deputados. Em Dezembro de 1923, após discordâncias sobre a formação do Governo, abandonou o PRN e fundou o Grupo Parlamentar de Acção Republicana (1923-1925). A partir de 1925 tornou-se independente, embora com alguma proximidade ao PRP.

Após o triunfo republicano, foi eleito deputado em 1911 por Santa Comba na constituinte. Nos anos subsequentes fez parte do grupo denominado «Jovens Turcos». Foi diversas vezes ministro: a 9 de Janeiro de 1913 tornou-se ministro da Justiça, cargo que ocupou até 9 de Fevereiro de 1914. A 12 de Dezembro deste ano foi investido como ministro das Finanças, mantendo-se em funções até 25 de Janeiro de 1915.

Saído do governo, veio a liderar a revolução de 14 de Maio de 1915 que conseguiu derrubar o Governo de Pimenta de Castro.

Foi nomeado para um posto chave que permitisse levar Portugal a participar activamente na Grande Guerra. Foi governador-geral de Moçambique de 20 de Setembro de 1915 a 17 de Dezembro de 1917 (decreto de exoneração de 11 de Janeiro de 1918).

Regressando à metrópole iniciou acções contra a Ditadura de Sidónio Pais que lhe valeram o saneamento militar, tendo encabeçado a revolta de Santarém de 1919. Foi eleito deputado por Lisboa em 1919. Participou ainda, neste período, na Conferência da Paz.

Voltou a integrar o elenco governativo em 1920, sobraçando a pasta das Colónias (de 3 a 15 de Janeiro e de 16 a 21 desse mês), e, no fim do ano, acumulando a presidência do executivo com o Ministério do Interior (entre 20 e 30 de Novembro). Foi ainda ministro da Guerra desde 30 de Novembro de 1920 até 2 de Março de 1921, e, novamente, entre esta data e 23 de Maio do mesmo ano. Retomou em 1921 o assento parlamentar, desta feita por Bragança. Em 1922 e 1925 foi deputado por Moçambique. Projectos de Lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922: 3-H; 6-G; 53-E; 14-B; 46-J; 60; 72-D; 154-D; 103-P; 178-C; 223-B; 223-D; 226. 1922-1923: 408-D e 44-E. 1924-1925: 842.

A 18 de Dezembro de 1923 tornou à presidência do Governo (até 6 de Julho de 1924), repartindo-se pelos ministérios das Finanças (também até 6 de Julho de 1924) e da Guerra (entre 26 de Fevereiro e 8 de Março 1924). Teve uma vasta acção no poder executivo, nomeadamente no das Finanças, onde conseguiu estabilizar o escudo (1924). A sua saúde agravou-se bastante após a instauração da Ditadura, tendo recusado o cargo de alto-comissário de Moçambique em Setembro de 1926. Foi preso duas vezes em 1926, uma em Junho e outra em Outubro. Nesta última vez esteve preso no forte da Graça, em Elvas, de onde fugiu em 19/20 de Novembro de 1926. No manifesto distribuído na revolta de Fevereiro de 1927 figurava no elenco governativo futuro. Fugiu para Paris nesse ano, tendo fixando residência nessa cidade até 1928. Foi entretanto abatido ao serviço a 8 de Janeiro de 1927 e demitido da Escola Colonial. Tendo adoecido gravemente, pediu permissão para regressar ao país, tendo já chegado a Coimbra moribundo, vindo a morrer poucos dias depois.

Faleceu em Celas, Coimbra, na casa do seu cunhado, António Garrido, a 29 de Junho de 1928.



Amaro Garcia Loureiro

Nasceu a 8 de Maio de 1892 em Ponta Delgada. Era filho de João Pacheco Loureiro e de Maria das Mercês Cabedo Loureiro. Casou com Maria Amália de Vasconcelos Guedes Loureiro. Seguiu a carreira militar, sendo oficial do Exército (em 1924 era tenente).

Em termos partidários, ingressou no PRL (1919) e transitou para o PRN (1923). No início de 1924 esteve envolvido na cisão do PRN, tendo ingressado no Grupo Parlamentar de Acção Republicana. No entanto, acabaria por abandonar este agrupamento para se tornar independente, com aproximações ao PRP. Contudo, voltaria ainda em 1924 a ingressar novamente no PRN. Foi membro do Centro Ribeiro de Carvalho em Lisboa – Centro do PRL. Foi presidente da Comissão Municipal de Elvas do PRN em 1923. Foi chefe de gabinete de António Ginestal Machado durante o Governo do PRN (Novembro-Dezembro de 1923). Esteve detido com Cunha Leal após ter sido acusado de envolvimento no golpe militar do 18 de Abril de 1925. Foi eleito deputado em 1922 pelo círculo de Elvas pelo PRL. Em 1925 foi candidato a deputado pelo PRN no círculo de Elvas, não sendo eleito. Projectos de Lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922-1923: 437-D e 614-D; relator em 1922: 115; 123; 134; 191; 196; 262; 266. 1922-1923: 386, 392, 442, 443, 444, 564, 601.

Após a instauração da Ditadura este envolvido nalgumas conspirações que o levaram à prisão em 1935-1936.

Faleceu em 1968.



Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia

Nasceu em Paços Brandão (Santa Maria da Feira) a 21 de Maio de 1886. Era filho de João Augusto da Cunha Sampaio Maia (nasceu em 21 de Março de 1857) e Emília Augusta de Sá Couto Moreira (nasceu em 21 de Março de 1848). O seu pai era médico e foi o 1.º conde de São João de Ver. Casou com Maria Emília Machado e Silva Sampaio Maia em 9 de Agosto de 1911. O casal teve três filhos: Ângela da Cunha Sampaio Maia de Andrade Neves, Joaquim José Machado e Silva de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia e António Caetano Machado da Silva de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia, 2.º conde de São João de Ver.

Estudou Direito na Universidade de Coimbra, terminando o bacharelato em 24 de Julho de 1911. Em Outubro desse ano começou a carreira profissional como sub-delegado do Procurador da República em Lisboa. Posteriormente fez carreira profissional na advocacia em Lisboa. Em 1929 regressou à sua terra natal para administrar as suas propriedades. Foi director-geral do Hospital-Asilo de Nossa Senhora da Saúde, de São Paio de Oleiros, fundada pela sua família.

No âmbito político, passou pelo Partido Republicano Evolucionista (1919), Partido Republicano Liberal (1919-1922) e Partido Republicano Nacionalista (1923). Foi eleito secretário do grupo parlamentar do PRN em Março de 1923. Em Dezembro de 1923 abandonou o Partido Republicano Nacionalista com mais alguns amigos de Álvaro de Castro, integrando-se no grupo parlamentar de Acção Republicana (1923-1925).

Foi vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa e governador civil de Aveiro entre 7 de Março de 1919 e 10 de Junho de 1919. Iniciou a actividade parlamentar em 1919 como deputado evolucionista por Faro. Retomou o assento na Câmara dos Deputados, em representação de Oliveira de Azeméis, em 1921 e 1922, primeiro na bancada do PRL, passando posteriormente para bancada do PRN e por último representou o Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Em 1925 voltou a ser eleito por Oliveira de Azeméis, desta vez como independente. Foi entre 2 de Dezembro de 1923 e 2 de Dezembro de 1924, 2.º secretário da Câmara dos Deputados. Projectos de Lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922: 3-R; 6-M; 127-D; 154-E e 122-E; 1922-23: 616-B; 1923-24: 725-B; 780-A; 817-B. Relator em 1922: 155. Foi chefe de gabinete do Ministro do Interior (Alfredo Ernesto de Sá Cardoso – 18 de Dezembro de 1923 a 6 de Julho de 1924). Foi ministro do Trabalho entre 15 de Fevereiro e 1 de Julho de 1925. Desta passagem pelo poder executivo destaca-se a publicação de uma lei reguladora do horário de trabalho.

Faleceu na sua quinta na Casa da Torre, São João de Ver (Santa Maria da Feira), no dia 19 de Dezembro de 1970.



António Alves Cálem Júnior

Nasceu no Porto a 7 de Novembro de 1860. Era filho de António Alves Calém e Rita da Silva Cálem.

Foi um importante comerciante na área dos vinhos do Porto. Expandiu a empresa A. A. Cálem & filho, fundada por seu pai. Tinha negócios com a firma Adriano Ramos Pinto. Secretariou a representação portuguesa na Grande Exposição Internacional de Paris em 1900. Foi Presidente da Associação Industrial Portuense entre 1901 e 1903. Foi nomeado presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto depois do 5 de Outubro, mantendo-se no cargo até 1929 e presidiu à direcção da Associação Comercial do Porto (1915-1916). Na Santa Casa da Misericórdia do Porto desenvolveu diversas actividades como o 2.º Congresso das Misericórdias em Março de 1924. Esteve ainda ligado à organização da festa da flor no Porto. Foi sócio-correspondente do Instituto de Coimbra e membro da Associação de Jornalistas e homens de letras.

Acompanhou os principais republicanos portuenses, como Sampaio Bruno, João Chagas e outros, na expansão do republicanismo no Norte do País. Colaborou em diversos jornais do Porto, entre os quais *A Voz Pública*, de que se tornou co-proprietário. Colaborou ainda com *A Actualidade* e *O Primeiro de Janeiro*, escrevendo sobre assuntos de carácter económico e financeiro. Foi eleito deputado em 1921 e 1925 pelo círculo do Porto, nas listas do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista. Participou nas reuniões da Junta Consultiva do PRN até 1930.

Faleceu a 16 de Agosto de 1932.



António Alves de Oliveira Júnior

Nasceu a 11 de Maio de 1874 no Nordeste, na ilha de São Miguel. Era filho de António Alves de Oliveira (1847-1936) e Júlia Augusta Sofia Machado de Oliveira. O seu pai foi um dos principais impulsionadores do concelho do Nordeste, tendo sido presidente da Câmara Municipal, da Misericórdia, membro da Junta Geral do distrito de Ponta Delgada e Juiz no Tribunal da Comarca.

Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e seguiu a carreira da magistratura. Era casado. Foi delegado do procurador da República nas comarcas de Vila Franca, Ribeira Grande e Ponta Delgada, juiz municipal no Nordeste e juiz de Direito em Vila Viçosa e Almada.

Militou na União Republicana, passando posteriormente para o PRL e PRN. Foi eleito membro substituto do Directório do PRL em 1922 e do PRN entre 1923 e 1935. Foi eleito senador nas legislaturas de 1915, 1919, 1921, 1922 e 1925 pelo círculo de Ponta Delgada. Foi eleito para a 2.ª Secção do Senado – Direito e Negócios Estrangeiros e Comissão de Verificação dos Poderes, integrado no

grupo do PRL, em 1922. Em 1925 foi eleito para 1.ª Comissão de Verificação de Poderes em representação do PRN.



António Correia

Nasceu a 8 de Novembro de 1891 em Abrantes. Era filho de António Correia e de Maria José da Cruz Correia. Era bacharel Direito e proprietário.

Prestou importantes serviços à República arriscando a própria vida em Santarém aquando da implantação da República, abandonando o quartel a que pertencia para vir colaborar com as forças republicanas. Também teve um importante papel em Portalegre, em especial no referente aos abastecimentos do distrito. Ofereceu-se em Coimbra para combater a Monarquia do Norte, como oficial miliciano, a despeito de ter sido dado por incapaz pela junta. Teve uma importante acção nos trabalhos da comissão organizadora do novo regulamento do Hospital D. Leonor das Caldas da Rainha, pelo que foi louvado pelo ministro do Trabalho e proposto para comendador da Ordem de Cristo.

Fez parte do Partido Republicano Liberal, do Partido Republicano Nacionalista e do Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Foi director do *Liberal*, órgão de imprensa do PRL no distrito de Portalegre entre 1919 e 1920. Foi presidente do conselho fiscal do Centro Republicano Liberal Ribeiro de Carvalho em 1923.

Foi eleito deputado em 1921 pelo círculo de Leiria e em 1922 pelo de Portalegre nas listas do Partido Republicano Liberal. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados de 2 de Dezembro de 1923 a 2 de Dezembro de 1924. Projectos de lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922: 143-B; 1923-24: 681-A e 717-D. Foi secretário de Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso, ministro da Justiça durante o Governo do PRN em 1923.

Faleceu em 1964.



António Ginestal Machado

Nasceu em Almeida em 3 de Maio de 1874. Era filho Manuel Machado (comerciante) e Maria Augusta de Almeida Ginestal Machado. Casou-se com Maria da Piedade Topinho d'Almeida Ginestal Machado (1884-1963) em 1904, tendo tido oito filhos: Manuel, António, Armando, Casimira, Maria Antónia, Fernanda, Mariana e Maria Augusta de Almeida Ginestal Machado.

Concluiu o curso liceal na Guarda em 1892. Nesse ano foi admitido na Escola Naval de Lisboa. Em 1895 concluiu o curso de Administração Naval, passando a prestar serviço na 4.ª Repartição da Armada. Entre 1893 e 1897 frequentou com aproveitamento o Curso Superior de Letras em Lisboa.

Em 1898 foi nomeado professor efectivo do 4.º grupo (História e Geografia) no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, pelo que abandonou o seu posto na Marinha. Em 1899 foi colocado em comissão de serviço no Liceu Nacional de Santarém. Em 1903 foi promovido na Marinha ao posto de Comissário de 3.ª classe, equiparado a guarda-marinha. Em 1904 fixou residência definitivamente em Santarém, após ter sido nomeado professor efectivo do Liceu Nacional da cidade escalabitana. Foi eleito sócio honorário do Montepio Artístico de Santarém, vindo mais tarde a ser seu presidente. Em 1905 foi eleito director do Teatro Rosa Damasceno pela assembleia-geral do Clube de Santarém. Em 1906 foi eleito para a direcção da Associação do Magistério Secundário Oficial. Em 1907 foi exonerado da Marinha, conservando as honras militares (guarda-marinha honorário) e foi admitido na Real Irmandade do Santíssimo Milagre de Santarém. Presidiu ao núcleo de Santarém da Liga Nacional de Instrução desde 1908. A 17 de Outubro de 1910 foi eleito pelo Conselho Escolar para desempenhar as funções de reitor do Liceu Nacional de Santarém, cargo no qual se manteria até Novembro de 1923. Em 1911 foi nomeado membro e relator da Comissão de Reforma do Ensino Secundário e comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, cargo que exercerá até ao seu falecimento em 1940. Em Julho de 1915 foi eleito sócio da Renascença Portuguesa. Em Novembro de 1919 foi eleito provedor da Misericórdia de Santarém, cargo que exercerá durante cinco mandatos consecutivos (Novembro de 1919 a Junho de 1933). Em 1921 pertenceu à Comissão que reorganizou o ensino liceal, conhecida por reforma Tomé José de Barros Queirós e António Ginestal Machado (1921-1926). Colaborou com a *Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira* publicando alguns artigos nas suas revistas. Em Janeiro de 1926 foi eleito sócio ordinário da Sociedade de Geografia de Lisboa e em Junho do mesmo ano foi eleito sócio honorário da Sociedade Nacional de Belas Artes, passando a sócio benemérito em Junho de 1928.

Em 1900 começou a publicar uma série de artigos sobre a «instrução secundária» no *Novidades*, tema que desenvolverá ao longo dos anos. Em 1908 publicou uma série de artigos sobre o republicanismo no *Correio da Estremadura* e n' *O Debate*. Deu uma conferência no Centro Eleitoral Republicano de Santarém e foi eleito para a direcção do núcleo de Santarém da Liga Nacional de Instrução.

Em Novembro de 1908 foi candidato a vereador da Câmara Municipal de Santarém numa lista independente que contava com o apoio dos republicanos, não sendo eleito. Em 1909 fundou e presidiu à Junta Liberal de Santarém, que promoveu uma conferência de Miguel Bombarda. O seu republicanismo de cariz conservador levou-o a filiar-se na União Republicana em Maio de 1912, vindo a colaborar activamente n' *A Lucta*. Em Novembro de 1913 foi candidato a deputado da União Republicana nas eleições suplementares pelo círculo de Lisboa, não tendo sido eleito. Em Abril de 1914 foi eleito substituto do directorio da União Republicana. Em Maio de 1914 discursou na inauguração do Centro da União Republicana de Santarém. Em Junho de 1915 foi candidato a deputado pela União Republicana pelo círculo de Santarém, não tendo sido

eleito. Em Novembro de 1917 foi eleito procurador à Junta Geral do distrito de Santarém. Em Maio de 1919 foi candidato a deputado da União Republicana pelo círculo de Ponte de Lima, não tendo sido eleito.

Colaborou brevemente com o sidonismo, distanciando-se do mesmo quando os ministros unionistas abandonaram o Governo em Março de 1918. Em 1919 teve um papel de relevo nas negociações com o Partido Republicano Evolucionista para a formação do Partido Republicano Liberal. Neste partido foi eleito para o Directório, em Março de 1922, durante o 3.º Congresso do PRL. Com a formação do Partido Republicano Nacionalista que agrupou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional com o Partido Republicano Liberal, foi eleito presidente do Directório, cargo que exercerá até Março de 1927. Resignou da sua função de presidente do Directório do PRN devido à doença (tuberculose) do seu filho, sendo substituído por Júlio Dantas. No entanto, manteve-se no Directório do PRN até à sua dissolução em Fevereiro de 1935.

Integrou os executivos liberais de Tomé de Barros Queirós e de António Granjo, como ministro da Instrução Pública (24 de Maio de 1921 a 30 de Agosto de 1921 e 30 de Agosto de 1921 a 19 de Outubro de 1921). No governo nacionalista ocupou a presidência e a pasta do Interior (15 de Novembro de 1923 a 18 de Dezembro de 1923). Foi eleito deputado pelo círculo de Santarém em Julho de 1921 e em Janeiro de 1922 pelo PRL e em Novembro de 1925 pelo PRN. Projectos de lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1923-1924: 817-A, 817-F, 817-H; 817-J.

Em Setembro de 1925 depôs no Tribunal Militar em defesa de dois oficiais implicados no «18 de Abril». Recebeu o «Movimento do 28 de Maio» com fundadas esperanças de renovação do regime republicano. No entanto, à semelhança de muitos nacionalistas, foi-se afastando progressivamente da Ditadura. Em 1927 elaborou um projecto de revisão constitucional, que viria a ser discutida e aprovada na Junta Consultiva do PRN em 4 de Novembro de 1927. No entanto, as autoridades da Ditadura Militar não autorizaram a sua divulgação à opinião pública. Nos anos seguintes participou em várias iniciativas conducentes à união dos republicanos contra a Ditadura. Em Novembro de 1928 subscreveu um acordo político com alguns dirigentes partidários republicanos opositores ao regime. A 26 de Julho de 1931 participou na reunião para a eleição dos órgãos dirigentes da Aliança Republicano-Socialista em Santarém. A sua postura de opositor ao regime dentro da legalidade custou-lhe alguns dissabores. Em 1931 foi-lhe estabelecida uma nota de culpa como professor do Liceu Nacional de Santarém. A 13 de Julho de 1933 foi demitido da Misericórdia de Santarém. Após a dissolução do PRN em 1935 adoptou uma postura política mais discreta.

Faleceu em Santarém a 28 de Junho de 1940. No funeral católico discursaram Rui Leitão, reitor do Liceu de Santarém, Vasconcelos Correia, director da CP, Alberto Dias Pereira, presidente da Câmara Municipal de Santarém e António Bastos, governador civil de Santarém. Também tomaram a palavra alguns dos seus companheiros no Partido Republicano Nacionalista, casos de Maldonado de Freitas, Alberto Xavier, Pedro Pita e João Tamagnini Barbosa.



António Gomes de Sousa Varela

Nasceu a 2 de Abril de 1863 em São João da Ribeira (Rio Maior). Era filho de João Gomes de Sousa Varela e de Maria Joaquina Valente Varela. Era pai de José Gomes de Carvalho de Sousa Varela, deputado nas legislaturas de 1919 e 1921; de João de Sousa Varela; de Bernardo Varela; de Maria Varela Coelho casada com José Varela Coelho e de Ana Varela Espírito Santo casada com Eurico Espírito Santo. Proprietário e comerciante na zona de Rio Maior. Fixou-se na Vila da Marmeleira. Foi fiscal da Caixa Geral de Depósitos.

Propagandista da República, tomou parte no movimento do 31 de Janeiro de 1891. Amigo pessoal de António José de Almeida. Foi vereador da Câmara Municipal de Rio Maior ainda durante a Monarquia (1897-1905) e o seu primeiro presidente após a implantação da República (1910-1911). Desempenhou ainda em Rio Maior os cargos de administrador de concelho (1911-1913) e presidente do Senado da Câmara Municipal (1914-1917). Foi presidente da Junta Geral do distrito de Santarém e director do jornal *O Riomaioense* (1912-1921), semanário republicano defensor de Rio Maior.

Foi eleito senador em 1919, 1921 e 1922 pelo círculo de Santarém, no primeiro caso integrado nas listas do Partido Republicano Evolucionista e, depois, nas do Partido Republicano Liberal. Foi eleito vice-secretário do Senado em 2 de Dezembro de 1922. Foi eleito para Comissão do Redacção. Ingressou em 1923 no Partido Republicano Nacionalista, tendo sido candidato a senador por Santarém em 1925, sem conseguir ser eleito.

Faleceu na Marmeleira em 10 de Janeiro 1945.



António Lobo de Aboim Inglês

Nasceu em Aljustrel a 30 de Junho de 1869. Era filho de Joaquim António de Paula Aboim Inglês e de Maria Benedita da Silva Lobo. Casou com Maria Luísa Morais Lopes Aboim Inglês (1875-?), de quem teve seis filhos: Maria Benedita Lopes de Aboim Inglês; Francisco Lopes de Aboim Inglês; Maria Antónia Aboim Inglês; Carlos Lopes de Aboim Inglês; António Lopes Aboim Inglês; Maria Luísa Lopes de Aboim Inglês; Henrique Lopes de Aboim Inglês.

Fez os seus estudos em Lisboa, vindo a frequentar a Escola Politécnica, onde se formou em engenharia de minas. Seguiu esta carreira, aceitando primeiramente o convite da empresa alemã concessionária das minas de San Miguel de Huelva (Espanha) para ocupar o cargo de sub-director destas minas (1897-1912). Com a implantação da República regressou a Portugal vindo a manter-se na mesma actividade económica, colaborando em diversos projectos mineiros e industriais. Simultaneamente seguiu a carreira docente no Instituto Superior Técnico regendo as cadeiras de Metalurgia e Jazigos Minerais até ao limite de

idade (1912-1939). Foi delegado à Conferência Internacional do Trabalho em Londres em Fevereiro de 1928 (9 de Fevereiro de 1928) e presidente da Associação Industrial Portuguesa em dois mandatos consecutivos (1914-1920).

Proferiu inúmeras conferências e deixou publicados numerosos trabalhos sobre engenharia e minas.

Foi filiado na União Republicana (1912-1919), no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1935), integrando o Directório (1926-1935) e a Junta Consultiva deste último partido. Foi deputado por Silves em 1919 e por Aljustrel em 1921 e 1925. Foi ministro da Agricultura no Governo liberal de António Granjo entre 3 de Setembro e 19 de Outubro de 1921. No ano seguinte candidatou-se às eleições municipais de Lisboa pelo Partido Republicano Liberal. Defendeu, na Sessão da Câmara dos Deputados de 7 de Abril de 1926, pouco antes da instauração da Ditadura, a liberdade de exploração dos tabacos.

Faleceu em Aljustrel a 18 de Outubro de 1941.



António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier

Nasceu em Nova Goa a 24 de Abril de 1881. Era filho de Francisco João Xavier e de Maria Ermelinda Matilde de Abreu Xavier. Iniciou os estudos de Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1903, tendo-os concluído em 1908. Participou na greve académica de 1907. Pertenceu à Maçonaria tendo sido iniciado na loja *Pátria*, de Coimbra, em 1906, com o nome simbólico de *Robespierre*.

Após o término dos estudos superiores exerceu advocacia em Lisboa e dedicou-se ao jornalismo e à política. Exerceu as funções de administrador do 4.º bairro de Lisboa (Fevereiro de 1912 a Setembro de 1919), secretário-geral do Ministério das Finanças e director-geral da Fazenda Pública (1919-1933). Em 1924 exerceu, por algum tempo, o cargo de administrador geral da Casa da Moeda e administrador da Caixa Geral de Depósitos.

Foi eleito deputado nas eleições extraordinárias de 1913, e nas eleições legislativas de 1915, 1919, 1921 e 1922 pelo círculo de Estremoz. Passou sucessivamente pelo Partido Republicano Português, Partido Republicano de Reconstituição Nacional e Partido Republicano Nacionalista. Apresentou os seguintes projecto de Lei na Câmara dos Deputados em 1922: 84; 144-B e 284-E. Em Fevereiro de 1923 pertencia à Comissão de Finanças do Parlamento, em representação do PRN. Em Maio de 1923 coloca-se contra a renúncia dos parlamentares nacionalistas ao Congresso da República. Iniciou aí um certo afastamento do PRN, que culminaria com a adesão ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana em Dezembro de 1923. Tornou-se independente no final de 1924 devido a divergências face ao Governo Rodrigues Gaspar.

Manteve intensa actividade política e profissional após o início da Ditadura, aproximando-se das posições do Estado Novo. Tornou-se um dos colaboradores

de Oliveira Salazar, pelo que continuou a dispor de grande influência política. Fez parte da Comissão administrativa dos palácios nacionais em 1927-1928. Foi Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas entre 1933 e 1947. Entre 1940 e 1947 foi comissário-adjunto do governo na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Desempenhou também as funções de presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, administrador-geral da Casa da Moeda e das Lotarias da Misericórdia de Lisboa.

Publicou diversas obras da sua área de especialidade, mas também alguns ensaios e literatura. *Política Republicana em Matéria Eclesiástica*, 1912; *O Romance*, 1935; *O Romance no Século XVII*, 1938; *Dom Quixote (Análise Crítica)*, 1942; *Camilo Romântico*, 1947; *Memórias da Vida Pública*, 1950; *O Imperialismo da Rússia*, 1951; *Dom João, Tipo Sedutor de Mulheres (Ensaio sobre Tirso de Molina)*, 1960. No campo jornalístico dirigiu o *Diário da Tarde* (Lisboa, 1925-1927) e colaborou, entre outras, com as seguintes publicações: *República*, Lisboa, 1.ª Série, 1911-1927; *República Portuguesa*, Lisboa, 1910-1911; *Jornal do Comércio*, Lisboa; *A Manhã*, Lisboa, 1917-1922; *A Vitória*, Lisboa, 1919-1922; *O Cronista*, Lisboa, 1958. Publicou ainda alguns artigos no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Faleceu em Lisboa a 15 de Julho de 1975.



António Martins Ferreira

Natural da Madeira, formado pela Escola Médica do Funchal. Médico residente na Calheta, S. Jorge. Foi nomeado facultativo municipal da Calheta em Maio de 1915. Foi apoiado pelo jornal *A Defesa* nas eleições de 1925. Foi eleito senador em 1925 pelo círculo de Angra do Heroísmo nas listas do PRN. Em 1931 tornou-se no primeiro provedor da Misericórdia da Calheta.



António Vicente Ferreira

Nasceu em Lisboa a 30 de Abril de 1874. Filho de Manuel Vicente Ferreira (segundo sargento do batalhão de engenheiros) e de Maria das Dores Pereira de Sousa Meneses Ferreira (doméstica). Casou em 26 de Dezembro de 1896 com Alice Raquel Pereira de Azevedo Motta Vicente Ferreira, tendo o casal duas filhas: Raquel Augusta de Azevedo Motta Ferreira e Alice Ângela de Azevedo Motta Ferreira Castela, casada com o comandante José Filipe Castela.

Frequentou o curso de Engenharia Civil e Minas da Escola do Exército, onde se diplomou. Viria a seguir a carreira de oficial do exército (praça, 1886; alféres, 1899; tenente, 1901; capitão, 1909; major, 1918; tenente-coronel, 1919; coronel, 1922), de professor, de engenheiro e de administrador em diversos lugares do aparelho do Estado. Desempenhou funções como chefe das oficinas de Luanda (1902-1903), director das Obras Públicas de São Tomé (1903-1904),

e engenheiro subalterno das Obras Públicas na secção de Hidráulica da Figueira da Foz (1909-1910). Em 1910 esteve destacado no Ministério das Obras Públicas, na Direcção-Geral do Ultramar e em 1911 passou para o Ministério da Guerra. Em 1914 foi designado sub-chefe do serviço de estudos da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Como docente, leccionou na Escola do Exército (1910-1923) e no Instituto Superior Técnico (1913-1944). Foi vogal do Conselho Superior das Colónias (1935), vogal (1936) e presidente do Conselho do Império Colonial (1946-1953), bem como de vogal (1940) e presidente (1943-1944) do Conselho Superior de Obras Públicas. Foi delegado de Portugal aos congressos dos Caminhos de Ferro, nos anos de 1925, 1930, 1933, 1937 e 1938.

Foi autor de numerosas obras sobre engenharia, artilharia, sistema monetário e finanças. Merece especial destaque a monografia *O Engenheiro Duarte Pacheco*, publicada em Lisboa, em 1944.

Foi membro da Maçonaria desde 1911, tendo-se iniciado na loja *Purezza* com o nome simbólico de *Epicteto*. Porém, durante o Estado Novo, forneceu elementos à comissão nomeada pela Câmara Corporativa para elaborar um parecer sobre a extinção daquela organização – Lei n.º 1901 de 21 de Maio de 1935.

Filiou-se na União Republicana (1912-1919), no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926). Foi eleito membro efectivo do Directório do PRL durante o 3.º Congresso em 1922. Foi candidato a vogal do Directório do PRN, na lista liderada por Cunha Leal, em Março de 1926. Após este congresso que ditou a saída de Cunha Leal do PRN abandonou a actividade partidária.

Assumiu a pasta das Finanças de 16 de Junho de 1912 e 9 de Janeiro de 1913. Durante o seu mandato publicou-se a Lei de 24 de Junho de 1912, que delegou no Ministério das Finanças – mais especificamente, na Direcção-Geral da Fazenda Pública – a guarda, conservação e administração dos móveis e imóveis dos extintos Paços Reais, além de ter extinguido a Superintendência dos Paços e nacionalizado os palácios de Queluz, da Ajuda, de Belém, de Sintra, de Mafra, das Necessidades e da Pena. Voltou a ser ministro das Finanças entre 30 de Agosto de 1921 e 19 de Outubro de 1921. Reintegrou o elenco governativo do Partido Republicano Nacionalista de 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923, desta feita na pasta das Colónias.

Foi eleito deputado pela Horta em 1913 e por Tomar em 1922. Foi candidato a senador por Coimbra em 1925 pelo PRN, não sendo eleito.

Foi convidado para alto-comissário em Angola pelo Governo de António Maria da Silva em Abril de 1926. Com a instauração da Ditadura Militar o convite manteve-se em pé, tendo desempenhado efectivamente o cargo entre 16 de Setembro de 1926 e 2 de Novembro de 1928.

Durante o Estado Novo foi procurador à Câmara Corporativa até à V legislatura (1935-1953). Foi 2.º vice-presidente da Câmara Corporativa na 1.ª e na 2.ª legislatura.

Faleceu em Lisboa a 29 de Janeiro de 1953. O funeral saiu da Igreja de São Sebastião da Pedreira. No funeral estiveram várias personalidades do regime como Marcelo Caetano e o director da PIDE, Agostinho Lourenço. Norton de Matos fez-se representar.



Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso

Nasceu em Fafe (onde o seu pai exercia a magistratura) em 17 de Janeiro de 1881, sendo baptizado na Póvoa de Varzim. No entanto, foi em Moncorvo, terra da sua família paterna, onde viveu durante a infância. Era filho de Júlio César Lopes Cardoso (delegado do procurador régio) e de Maria Georgina Camacho Lopes Cardoso (natural do Funchal). Era irmão de Acácio Lopes Cardoso. Casou com sua prima, Adelaide de Castro Pereira e em segundas núpcias, com Graciete Baptista Camacho Lopes Cardoso. Do primeiro casamento nasceram, Maria Inácia Lopes Cardoso de Almeida Valente, Artur Alberto de Castro Pereira Lopes Cardoso, João António Lopes Cardoso e José António Lopes Cardoso. Do segundo casamento nasceram, Maria Georgina Baptista Lopes Cardoso e Artur Jorge Baptista Lopes Cardoso.

Fez os seus estudos em Coimbra, tendo concluído o curso de Direito em 1907. Seguiu a profissão de magistrado, foi subdelegado do procurador régio em Moncorvo, delegado em Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros e Bragança. Foi juiz auditor administrativo e juiz auditor do Contencioso Fiscal junto da Alfândega de Lisboa, auditor administrativo do Funchal e Bragança, Juiz desembargador da Relação de Lisboa (1929) e Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1934). Desempenhou também as funções de inspector judicial e vogal do Conselho Superior Judiciário.

Desenvolveu um importante papel em prol do desenvolvimento do seu distrito. Contribuiu para a fundação da Escola Industrial de Bragança (1931), da Escola de Arte e Ofícios de Miranda do Douro, denominada «Lopes Cardoso» (1920), da Escola de Freixo de Espada à Cinta, da Escola Infantil de Bragança, das Escolas Primárias Superiores de Moncorvo e Macedo de Cavaleiros e do Posto Agrário de Moncorvo. Obteve verbas relevantes para a recuperação das estradas do distrito, para o restauro da Câmara Municipal de Bragança e para as misericórdias da região. Fundou o Hospital Distrital e o Museu e Biblioteca Distrital de Bragança. Foi presidente da Junta Patriótica durante a Grande Guerra e provedor da Misericórdia da Bragança.

O seu círculo familiar tinha ligações ao campo monárquico, mas acabaria por aderir ao Partido Republicano Português após o «5 de Outubro». Manteve-se neste partido até 1920, data em que aderiu ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Pertenceu à comissão organizadora deste último partido, com Sá Cardoso, José Barbosa e Júlio Dantas. Em Fevereiro de 1923 transitou para o Partido Republicano Nacionalista. Integrou, nestas duas últimas formações

políticas, os respectivos Directórios entre 1920 e 1935. Dirigiu o PRN no distrito de Bragança e foi sub-líder na Câmara dos Deputados.

Foi eleito deputado por Penafiel em 1915, e por Bragança nos anos de 1919, 1921, 1922 e 1925. Apresentou os seguintes projectos de lei em 1922: 79-A e 158-C; e o seguinte Relatório em 1924-25: 838. Foi membro da comissão de indemnização às vítimas do movimento monárquico, comissão de reintegração de funcionários demitidos por motivos políticos e comissão de reforma dos serviços de contencioso fiscal.

Foi ministro da Justiça nos ministérios presididos por Sá Cardoso, António Granjo, Álvaro de Castro, Liberato Pinto, Bernardino Machado e António Ginestal Machado: de 29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920; de 16 a 21 de Janeiro de 1920; de 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920; de 20 de Novembro de 1920 a 30 de Novembro de 1920; de 30 de Novembro de 1920 a 2 de Março de 1921; de 2 de Março de 1921 a 23 de Maio de 1921; e finalmente, de 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923. Nos seus mandatos, regulamentou o registo predial, ampliou a autonomia administrativa dos Serviços Prisionais e dos Serviços de Protecção a Menores, criou as Escolas de Reforma de Izeda (Bragança) e de São Fiel (Castelo Branco) e aprovou o Regulamento dos Serviços de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação do Porto. Publicou o modelo de boletim de registo de condenados da Cadeia Nacional de Lisboa e restabeleceu o Conselho Disciplinar dos Oficiais de Justiça. Procedeu à reorganização dos serviços dos governos civis e do Ministério da Justiça, reconstituindo os quadros do Tribunal do Comércio do Porto.

Faleceu em Lisboa no dia 20 de Maio de 1968. O funeral partiu da Igreja do Coração de Jesus em Lisboa para o cemitério de Benfica.



Artur Brandão
[Artur Carlos de Moura Coutinho Azevedo
Soeiro da Fonseca e Silva Brandão]

Nasceu em Celorico de Bastos, em 25 de Dezembro de 1876. Filho de José Carlos da Fonseca e Silva (escrivão de direito) e de Rosa Rosalinda da Fonseca e Silva. O casal teve catorze filhos, entre os quais Arnaldo Carlos de Moura Coutinho e Álvaro Carlos de Moura Coutinho da Fonseca e Silva.

Artur Brandão casou com Jozuina de Albuquerque Viana de Lima Guimarães em 1901, tendo tido um filho – Luís de Lima Guimarães Brandão, casado com Efigénia Pedroso do Amaral Brandão Chaves. Este casal teve dois filhos: Maria de Lordes Guimarães Chaves Brandão e Artur Guimarães Chaves Brandão. Artur Brandão casou em segundas núpcias com Ilda Ferreira Brandão em 1918.

Artur Brandão concluiu o Curso Superior de Letras em 1898. Esteve ao longo da sua vida ligado à actividade editorial, ao jornalismo e à indústria hoteleira e da construção.

Em 1898 Artur Brandão era tabelião na Figueira da Foz. Em 1899 fundou em Lisboa a *Tipografia Lusitana Editora* em conjunto com o Conselheiro Martins de Carvalho. Em 1907 tornou-se sócio de José Bastos, na *Casa Bertrand*. Foi secretário da redacção no jornal *Mala da Europa* (dirigido por Tomás Ribeiro), fundou, em 1896, *A Crítica* e dirigiu várias publicações como o *Portugal Illustrado* (1896), *A Folha* (1906), *A Tribuna* (1906) e a *Ilustração*. Colaborou como correspondente, em Lisboa, com o *Jornal do Brasil* e *Diários Associados*. Publicou o livro *Letras e Letrados* em 1895.

Na sequência da implantação da República partiu para o Brasil onde permaneceu sete anos, tendo dirigido o *Jornal do Brasil* e fundado juntamente com Carlos Malheiro Dias a *Companhia Editora Americana* que lançou a *Revista da Semana* e *Eu Sei Tudo*.

De regresso a Portugal em 1918 fundou a Sociedade Editora Portugal-Brasil. Em 1931, com os sócios desta sociedade (Júlio Dantas; Samuel Maia Loureiro; Salvador Costa; José Caeiro da Matta; Augusto Monjardinho) assumiu a gerência da Livraria Bertrand.

Em 1939 assumiu o cargo de administrador delegado da Companhia de Seguros Sagres, da Livraria Bertrand, da Sociedade Artur Brandão & C.^a e da Companhia de Moçambique que possuía o Grande Hotel da Beira. Foi director da *Revista da Semana* e cônsul da Grécia. Em 1940 criou a *Sociedade Nova Oeiras Limitada* com o objectivo de urbanizar a «Nova Oeiras» na Quinta de Cima, a qual fazia parte da Quinta do Marquês de Pombal em Oeiras, de que foi proprietário. Esta sociedade tinha como sócios José Espírito Santo, José Maria Pedroso, José Caeiro da Matta e José Marques Sousa. Contribuiu para que fosse construído em Oeiras o liceu da linha de Cascais. Viveu durante alguns anos no Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, que posteriormente doou para aí se estabelecer a Câmara Municipal de Oeiras. Viveu posteriormente na Rua Castilho.

Possuía as seguintes condecorações: Comendador da Ordem Militar de Cristo e Grande Oficial da Legião de Honra de França. Era sócio n.º 1 da Sociedade de Geografia quando faleceu.

Iniciou a sua actividade partidária durante a Monarquia no Partido Regenerador. Com a implantação da República deslocou-se para o Brasil só regressando com o sidonismo. No início dos anos vinte ingressou no Partido Republicano Liberal e em 1923 transitou para o Partido Republicano Nacionalista, fazendo parte da Comissão organizadora do PRN no distrito de Braga. Em Março de 1926 acompanhou Cunha Leal na fundação da União Liberal Republicana, sendo vogal da Junta Central. Entre 1927 e 1928 fez parte da Comissão Executiva da ULR. Posteriormente aproximou-se das posições políticas do Estado Novo, sendo grande amigo de José Caeiro da Matta.

Durante o último Governo de Hinze Ribeiro tornou-se redactor da Câmara dos Deputados, cargo que manteve até final da Monarquia (1906-1910). Em 1910 foi secretário de Teixeira de Sousa, último presidente de Governo da Mo-

narquia. Em 1910 foi eleito deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo pelo Partido Regenerador, mas não chegou a ser proclamado. Na sequência da implantação da República partiu para o Rio de Janeiro onde permaneceu sete anos. De regresso a Portugal, com o sidonismo, foi nomeado governador civil de Braga durante os governos de António Granjo (11 de Outubro de 1921 a 14 de Novembro de 1921) e António Ginestal Machado (20 de Novembro de 1923 a 17 de Dezembro de 1923) e foi vereador da Câmara Municipal de Braga. Em 1922 e 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Guimarães, primeiro nas listas do Partido Republicano Liberal e posteriormente nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Projectos de lei que apresentou em 1922: 178-R. Foi membro da Câmara Corporativa (1942-1945) durante o Estado Novo.

Faleceu em Braga, num quarto particular do hospital regional desta cidade, em 28 de Novembro de 1960.



Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia

Nasceu em Lisboa em 24 de Setembro de 1867, filho de Júlio César de Vasconcelos Correia (nasceu em 21 de Dezembro de 1837, engenheiro naval) e de Constança Libânia Auta de Almeida Vasconcelos (nasceu em 1840). Casado com Hermínia Laura de Albuquerque Moreira de Vasconcelos, teve quatro filhos: Maria Teresa Moreira de Vasconcelos que faleceu solteira; Júlio Moreira de Vasconcelos (nasceu em 15 de Julho de 1906, sub-director do Sanatório da Guarda), José Moreira de Vasconcelos (nasceu em 28 de Maio de 1910), casado com Maria Gabriela de Sampaio e Melo, filha do Dr. Sampaio e Melo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça; Maria Isabel Moreira de Vasconcelos Gaivão (nasceu em 3 de Novembro de 1911), esposa do advogado Pedro de Sareira Mascarenhas Gaivão.

Cursou a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, pela qual se licenciou em Medicina no ano de 1891, com a tese «Higiene hospitalar: nosocomialismo e microbismo». Publicou ainda os seguintes estudos: «Estenose do piloro: tratamento cirúrgico», 1898; «Exclusão total do intestino», 1898.

Foi professor universitário exercendo também a carreira clínica. A 3 de Novembro de 1899, foi nomeado demonstrador da secção cirúrgica, como professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Em 1 de Outubro de 1903 tornou-se lente substituto da secção cirúrgica da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Em 1906 alcançou a cátedra de Anatomia Descritiva e Topografia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, sucedendo a Curry Cabral. Tornou-se especialista de Obstetrícia, sendo um cirurgião muito considerado e activo. Foi director da enfermaria de São Fernando no Hospital do Desterro, cirurgião-director da clínica cirúrgica do Hospital de S. José e director clínico dos Hospitais Cívicos em 1910 e 1911. Exerceu o cargo de enfermeiro-mor do Hospital de São José entre Novembro de 1910 e 10 de Abril de 1911, quando foi nomeado ministro de Por-

tugal em Madrid. Em 3 de Dezembro de 1926 foi-lhe concedida licença sem vencimento, abandonando a carreira médica e docente, para se dedicar em exclusivo à carreira diplomática. Atingiu a jubilação em 24 de Setembro de 1937. Aquando da sua morte em 1951 exercia as funções de presidente do conselho de administração das companhias reunidas de Gás e Electricidade.

Propagandista da República desde muito jovem, colaborador dos jornais *A Pátria*, ao lado de Higinio de Sousa e Crispiniano da Fonseca Luís Simões e *n'O País* e *n'O Mundo*.

Filiou-se primeiramente no Partido Republicano Português, a cuja Comissão Municipal de Lisboa presidiu em 1910, passou pelo «Bloco» em 1911 e, depois, pela União Republicana, 1911-1919 (amigo íntimo de Brito Camacho), sendo sub-chefe, antes de assumir um posicionamento próximo ao sidonismo. Veio ainda a militar no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926), liderando esta última formação no Senado (Fevereiro de 1923 a Abril de 1926) e representando-a no Conselho Parlamentar em 1925-1926.

Abandonou actividade partidária em 7 de Abril de 1926 para tentar uma aproximação entre o PRN e a União Liberal Republicana. No início da Ditadura Militar ainda continuou a tentar uma aproximação entre a ULR e o PRN e um diálogo entre o PRN com a Ditadura, sem sucesso. Continuou a desempenhar funções políticas e diplomáticas durante a Ditadura Militar e o Estado Novo.

Foi senador por Castelo Branco, nos anos de 1915-1917, e pelo Porto, nos anos de 1922-1925 e 1925-1926. Na legislatura de 1922-1925 foi eleito para a 2.^a Secção do Senado – Direito e Negócios Estrangeiros integrado no grupo do PRL, para a 3.^a Comissão de Finanças e para a Comissão do Orçamento. Fez parte da Comissão parlamentar internacional de Comércio nas legislaturas anteriores a 1925.

Cooperou com o Governo Provisório após a implantação da República, tendo sido chamado, por portaria de 24 de Novembro de 1910, a integrar a comissão encarregada de fazer um inquérito aos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Deve-se-lhe em grande parte a legislação sobre a criação das Faculdades de Medicina (Lisboa e Porto), bem como a cedência do Hospital de Santa Marta para Hospital Escolar. Por decreto de 23 de Março de 1911, foi nomeado ministro plenipotenciário em Madrid, tomando posse a 11 de Abril. Porém, a 12 de Outubro foi exonerado do cargo para integrar o governo.

Em 12 de Outubro de 1911 foi empossado como ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo presidido por João Pinheiro Chagas, cargo que exerceu até 12 de Novembro seguinte. Assumiu nesta data, em acumulação com a pasta anterior, a Presidência do Governo, desempenhando funções até 16 de Junho de 1912. Continuou, no entanto, integrado no novo governo liderado por Duarte Leite, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, até 9 de Janeiro de 1913.

Entretanto, foi nomeado novamente, pelo decreto de 8 de Agosto de 1914, para o posto de ministro de Portugal na capital espanhola e onde se manteve até Fevereiro de 1918. Nesse cargo teve de gerir a questão da Primeira Guerra

Mundial, com a Espanha a posicionar-se na neutralidade e Portugal a querer envolver-se no conflito, não só nas colónias como na frente europeia. Foi ministro de Portugal em Londres durante o sidonismo, entre 1918 e 1919. Substituiu Teixeira Gomes neste cargo, pelo que as suas relações se deterioraram.

Com o fim da guerra representou Portugal nas conferências de paz como secretário-geral em 1919. Posteriormente integrou a delegação nacional junto da Sociedade das Nações, nos anos de 1923 a 1937, na qual presidiu a várias comissões (como a do ópio, do trânsito e das finanças) e projectos políticos. Foi, por exemplo, graças à sua mediação que se resolveram alguns conflitos regionais, como o do Chaco (região pantanosa) entre Bolívia e Paraguai (1932-1935) ou a questão entre a Jugoslávia e a Hungria (1935), entre outras. Era também o director da secção da SDN no Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Ocupou a presidência da Assembleia da Sociedade das Nações entre Maio de 1935 e Maio de 1936. Em 1936 foi nomeado delegado permanente e presidente da «Comissão dos Dezoito», grupo de pressão constituído por alguns dos mais decisivos países da Sociedade das Nações. Em 9 de Outubro de 1937 abandonou a SDN por ter atingido o limite de idade.

Recebeu imensas condecorações, das quais se destacam: grã-cruz de Santiago de Espada; de Isabel, a Católica; da Coroa da Bélgica; do Mérito do Chile e do Peru; e o grande oficialato da Legião de Honra. Pertenceu à Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, à Associação dos Médicos Portugueses, à Assistência Nacional aos Tuberculosos, bem como a muitas associações e institutos estrangeiros.

Faleceu em Lisboa a 27 de Setembro de 1951. No funeral estiveram presentes diversas personalidades do Regime, como Caeiro da Mata e nenhum opositor de nomeada.



Augusto Joaquim Alves dos Santos

Nasceu em Cabração (Ponte de Lima) em 14 de Outubro de 1866. Era Filho de Manuel Joaquim Rodrigues dos Santos e Ana Maria Alves Soares.

Sobrinho e afilhado do padre Manuel Joaquim Soares. Seguiu a vocação do tio e padrinho estudando Teologia, primeiramente no Seminário de São Pedro e São Paulo de Braga. Recebeu ordenação sacerdotal em 26 de Julho de 1891, mas abandonou o estado clerical e casou com Maria Adélia de Oliveira. Posteriormente iniciou os estudos de Teologia na Universidade de Coimbra. Tornou-se bacharel em 1898, licenciado em 1899 e, finalmente, doutor em 1900.

Dedicou-se à docência nas Faculdades de Teologia (1901-1911) e de Letras (cadeira de Filosofia, a partir de 1911). Foi inspector do ensino, entre 1901 e 1906 e em 1908. Alves dos Santos distinguiu-se pelos seus dotes oratórios nas cerimónias religiosas, universitárias e nos elogios fúnebres, como os das exéquias comemorativas da morte do papa Leão XII (1903), ou as do antigo presidente

do Conselho Hintze Ribeiro (1907). Foi também ele quem fez o elogio de D. Carlos e de D. Luís Filipe, na comemoração do regicídio mandada celebrar pela Universidade de Coimbra em 1909. Após a instauração da República foi ele que proferiu, em Coimbra, o discurso de boas-vindas ao Presidente da República em 1911. Continuou os estudos de Psicologia experimental e Pedagogia, com Édouard Claparède, em França, na Suíça e na Bélgica, no biénio de 1912-1913. Quando regressou a Portugal, organizou e dirigiu o laboratório de Psicologia da Faculdade de Letras (1913) e foi director da biblioteca da Universidade de Coimbra (1916-1924). Após a extinção da Faculdade de Teologia, transitou para a novel Faculdade de Letras, na qual, já em 1916, viria a receber o grau de Doutor. Esteve ligado à criação das Escolas Normais Superiores de Lisboa e de Coimbra, tendo trabalhado nesta última desde a data da sua fundação (1915) até à sua morte. Pertenceu, ainda, à Academia das Ciências de Lisboa. Deixou uma vasta obra nas áreas na Filosofia, Psicologia e Pedagogia.

Aderiu à República, militando no Partido Republicano Evolucionista, nos «Governamentais» de Cunha Leal, no Partido Republicano Liberal (pertenceu à Comissão Distrital do PRL de Coimbra) e no Partido Republicano Nacionalista.

Presidiu à Câmara Municipal de Coimbra em 1919, ao Senado Municipal de Coimbra entre 1919 e 1922 e à Comissão Executiva Municipal de Coimbra em 1922. Foi ainda deputado por esta cidade nos anos de 1911, 1919, 1921 e 1922, tendo alcançado a vice-presidência da respectiva Câmara de 16 de Dezembro de 1921 a 6 de Fevereiro de 1922. Foi chefe de gabinete de Teófilo Braga durante o Governo provisório em 1911. Desempenhou as funções de ministro do Trabalho entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922. Foi vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Foi eleito deputado em Janeiro de 1922 pelo grupo «governamental», liderado por Cunha Leal, mas ainda nesse ano ingressou no PRL e em 1923 no PRN. Projectos de lei que apresentou em 1922: 87-A; 178-J. 1922-23: 431.

Faleceu na sua residência em Coimbra, na Rua Alexandre Herculano, n.º 14, em 17 de Janeiro de 1924, tendo ido a sepultar no cemitério da Conchada.



Belchior de Figueiredo

Nasceu em 1866 em Viseu. Residiu desde os primeiros anos da República no Porto, na Rua Joaquim António de Aguiar, 255. Casou com Carlota Figueiredo, tendo tido cinco filhos: Armanda, Fernanda, Otilia, Rodrigo e Alfreda.

Foi funcionário público, delegado do tesouro de 2.ª classe, director de Finanças em Braga, Viana do Castelo e Porto. Em Dezembro de 1925 foi indigitado pelo governo para presidir à comissão que supervisionou a liquidação do Banco Popular Português.

Aderiu na juventude ao Partido Republicano Português. No dia 19 de Janeiro 1890 discursou na Guarda nos «comícios patrióticos» de repúdio ao Ultimato bri-

tânico. Em Outubro de 1910 encontrava-se colocado em Viana do Castelo, pelo que após a implantação da República foi nomeado governador civil desta cidade (5 de Outubro de 1910 a 5 de Novembro de 1910). Uma das suas primeiras tarefas foi telegrafar para todas as sedes de concelho impondo a proclamação da República, ao mesmo tempo que nomeava as Comissões Republicanas Municipais do Partido Republicano Português para assumirem o poder autárquico.

Em 1911 colaborou com José Relvas, nessa altura ministro das Finanças, na reforma financeira do País. Aderiu à União Republicana em 1911, tendo pertencido ao seu Directório. Apoiou o sidonismo, sendo delegado do caudilho na Junta Revolucionária do Porto em 1917.

Foi deputado em 1918-1919 pelo Partido Nacional Republicano e em 1921-1922, pelo Partido Republicano Liberal, eleito pelo círculo de Viana do Castelo. Enquanto deputado fez parte da «Comissão de Orçamento e Finanças» e apresentou e discutiu um conjunto significativo de projectos de lei sobre matéria tributária.

Aderiu ao Partido Republicano Liberal no início dos anos 20, sendo eleito membro substituto do Directório. Aderiu em Fevereiro de 1923 ao PRN tendo feito parte do seu Directório como substituto entre 1923-1926 e como efectivo entre 1926 e 1930. Em Novembro de 1930 desligou-se do PRN, mas manteve-se na oposição à Ditadura. Foi governador civil do Porto durante o Governo de António Ginestal Machado (20 de Novembro de 1923 a 17 de Dezembro de 1923).

Pertenceu à Maçonaria desde 1907, iniciado na loja *Cavaleiros da Paz e Concorórdia*, com o nome simbólico de *Belchio*.

Morreu no Porto a 28 de Janeiro de 1939, estando já aposentado. Teve um funeral civil.



Bernardo Ferreira de Matos

Nasceu a 12 de Junho de 1881 na Sobreira Formosa (Proença-a-Nova). Era filho de Bernardo Ferreira de Matos e Angélica Caetana de Andrade Matos. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1907. Fez carreira como conservador do registo predial e comercial na Sertã e em Lisboa. Quando se radicou na capital também se dedicou à advocacia. Era proprietário na sua terra natal, onde mantinha contactos familiares e amizades que lhe permitiram ser eleito deputado no círculo de Castelo Branco. Era amigo pessoal de Egas Moniz e de Cunha Leal.

Em 1911 foi designado presidente da Câmara Municipal da Sertã em conformidade com o decreto de 22 de Agosto de 1911 que estabeleceu a constituição das comissões administrativas.

Fez parte da Câmara dos Deputados nas legislaturas de 1921 e 1922, eleito pelo círculo de Castelo Branco, nas listas do Partido Republicano Liberal. Em 1925 era para ser candidato a deputado pelo Partido Republicano Nacionalista

pelo círculo de Castelo Branco, mas desentendimentos com alguns elementos do PRN fizeram-no desistir da sua candidatura. Projectos de lei que apresentou em 1922 na Câmara dos Deputados: 236-E.

Foi membro do Partido Republicano Liberal, ingressou em Fevereiro de 1923 no Partido Republicano Nacionalista e em Março de 1926 transitou para a União Liberal Republicana.

Com a instauração da Ditadura abandonou a política activa, mas manteve amizade com vários elementos da oposição.

Faleceu em Lisboa a 4 de Agosto 1959.



Carlos Eugénio de Vasconcelos

Nasceu a 7 de Setembro de 1883 em São Filipe, na Ilha do Fogo (Cabo Verde). Era filho de João Baptista Vieira de Vasconcelos (1847-1895) e de Maria Fidalga do Sacramento Monteiro (1857-1915). Casou com Joaquina de Sousa Macedo, tendo o casal um filho: Rui Carlos de Vasconcelos (1908-?).

Foi aluno da Escola da Guerra em Lisboa. Era proprietário na sua terra natal e comerciante, embora tenha iniciado a sua actividade profissional como funcionário aduaneiro do quadro da província de Cabo Verde desde 2 de Junho de 1905 na ilha do Fogo.

Republicano desde os seus tempos de estudante, na sequência da proclamação da República em Portugal iniciou-se na política local. Foi eleito e tomou posse em 2 de Janeiro de 1914 como presidente da Câmara Municipal da ilha do Fogo.

Foi eleito deputado por Cabo Verde em 1921 e 1922 pelo Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Projectos de lei que apresentou na Câmara dos Deputados, 1922: 279-C; 1922-23: 381-A; 424-A; 485-A; 1923-24: 642-G e 784-A.

Aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Ingressou no PRP em Março de 1925, mas acabou por ser expulso deste partido com outros deputados, em Julho de 1925, ingressando na Esquerda Democrática. Voltou a ser eleito deputado por Cabo Verde em Novembro desse ano nas listas da Esquerda Democrática. Foi eleito para o Directório do Partido Republicano da Esquerda Democrática no congresso deste partido em Abril de 1926, onde apresentou a tese «O Problema Colonial».

Foi ministro das Colónias no Governo de José Domingues dos Santos (22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925).

Foi fundador e director do jornal *A Acção: Órgão do Partido Republicano e Defensor dos Interesses da Província de Cabo Verde* (1921-22), colaborou nos jornais cabo-verdianos *A Voz de Cabo Verde*, *O Progresso*, de que foi redactor, *O Futuro de Cabo Verde*. Colaborou ainda nos jornais de Portugal continental *República* (1916), *Popular*, *Gazeta das Colónias* e na revista *Contemporânea* (1915-1926). Em

1926, com Alfredo Nordeste e Pina de Morais, integrou o Conselho Político do diário *A Capital*.

Regressou a Cabo Verde em 15 de Junho de 1926. Faleceu na Praia (ilha de Santiago), no dia 29 de Julho de 1928.



César Justino de Lima Alves

Nasceu a 17 de Março de 1866 em Alpiarça. Era filho de Francisco Vicente Alves e de Maria de Jesus Lima Alves. Era pai de Mário Lima Alves.

Frequentou a Escola da Granja do Marquês (1878-1883), que concluiu como regente agrícola, e o Instituto de Agronomia e Medicina Veterinária de Lisboa (1885-1889), onde alcançou o bacharelato em Agronomia. Frequentou uma especialização em Química na Alemanha e em França, (1889-1891). Em 1894 alcançou o diploma de engenheiro agrónomo.

Iniciou a actividade profissional, ainda enquanto estudante, como empregado na Escola da Granja do Marquês (1883-1886). Posteriormente passou a preparador de Química Agrícola no Instituto de Agronomia (1887-1911) e em 1911 tornou-se docente de Veterinária e Higiene Veterinária neste mesmo Instituto Superior. Foi professor na Escola Politécnica da Faculdade de Ciências de Lisboa e director do Instituto Superior de Agronomia (1915-1917). Fundou a Escola Profissional e Agrícola da Paiã. Publicou diversos trabalhos da sua especialidade e dirigiu o *Notícias Agrícola* e os serviços veterinários de Angola. Foi membro da Sociedade de Ciências Agronómicas.

Iniciou a sua actividade partidária no Partido Republicano Português, tendo transitado em 1920 para as fileiras do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, onde foi substituto do Directório em 1921. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 seguiu Álvaro de Castro na formação do Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Fez parte do Directório do *novo PRN* (grupo pró-Álvaro de Castro) após a cisão em Dezembro de 1923.

Foi eleito senador por Coimbra em 1919 e 1922 e foi ministro da Agricultura entre 29 de Junho de 1919 e 3 de Janeiro de 1920. Desempenhou os cargos de presidente da Junta Geral do distrito de Lisboa.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1908 na loja *A Sementeira*, de Lisboa, com o nome simbólico de *Lavoisier*.

Faleceu em Lisboa a 4 de Março de 1942.



Constâncio de Oliveira

Nasceu a 27 de Abril de 1863 em Lisboa. Era filho de Sebastião de Oliveira e de Mariana de Jesus Oliveira. Entrou com 16 anos para aspirante da Câmara Municipal de Lisboa (em Fevereiro de 1880), onde prosseguiu carreira como funcionário na área da contabilidade, onde obteve formação. Foi nomeado chefe da Repartição de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa, em 10 de Dezembro de 1910, e, em 1915, chefe da 2.^a Repartição.

Participou na propaganda republicana desde a sua juventude ao lado de Elias Garcia, Latino Coelho, Sabino de Sousa e Gomes da Silva. Iniciou a sua actividade partidária no PRP, seguindo posteriormente António José de Almeida no Partido Republicano Evolucionista (1912-1919) e no Partido Republicano Liberal (1919-1923). Neste último partido foi membro substituto do Directório do PRL em 1922. Ingressou no Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923. Foi membro da Comissão Distrital do PRN em 1924. Abandonou o PRN em Outubro de 1925 após o Directório ter escolhido Mariano de Melo Vieira como candidato a deputado pelo Círculo de n.º 31 (Torres Vedras) em detrimento da sua candidatura. Em Março de 1926 aderiu à União Liberal Republicana, tendo feito parte da Junta Administrativa. Foi nomeado organizador do cadastro partidário da ULR em Lisboa e membro da Comissão de Assuntos de Secretaria da ULR.

Foi eleito deputado em 1915, 1921 e 1922 pelo círculo de Torres Vedras, e senador em 1919, por Angra do Heroísmo. Projectos de Lei que apresentou em 1922: 16-A e 46-F; 1922-23: 568-B; 1923-24; 645-B; 695-H; 717-C e 809-E; 1924-25: 948-A.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado com o nome simbólico de Juvenal. Em 1905 era venerável da loja *Cavaleiros de Paz e Concórdia*. Posteriormente veio a desempenhar altos cargos no Grande Oriente Lusitano Unido, nomeadamente o de Presidente do Conselho da Ordem (1921-1922).

Enquanto presidente da mesa da secção de voto fez um discurso congratulando-se com a primeira eleitora portuguesa, Carolina Beatriz Ângelo, a depor o seu voto na urna em 28 de Maio de 1911.

Escreveu diversas crónicas para o *República* em 1923. Foi membro da Cruzada Nuno Álvares Pereira.

Morreu em Lisboa a 31 de Maio de 1929.



Custódio Lopes de Castro

Nasceu em Gondomar a 4 de Outubro de 1888. Era filho de Ventura Martins de Castro e Ana Duarte Lopes de Castro. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1916 e seguiu a carreira da magistratura. Foi delegado do

Procurador da República em várias comarcas, exercendo na Covilhã em 1925 e em Setúbal em 1945.

Fez parte do Partido Republicano Nacionalista e aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR no Porto. Fez parte da Câmara dos Deputados na Legislatura de 1925 em representação do círculo de Vila Nova de Gaia, eleito nas listas do PRN.



Custódio Maldonado de Freitas

Nasceu a 13 de Julho de 1886 na Atalaia (Vila Nova da Barquinha), filho de António Maldonado de Freitas e Maria da Nazaré Freitas. Formou-se na Escola Superior de Farmácia de Lisboa em 1908.

Casou primeiramente com uma senhora de Santarém da qual se viria a divorciar quando já vivia com a sua futura esposa, Maria Pereira de Sousa Freitas. Deste casamento nasceram António Maldonado de Freitas, Artur Maldonado de Freitas, João Maldonado de Freitas, Custódio Maldonado de Freitas e Maria Antónia Maldonado de Freitas.

Iniciou a sua actividade profissional aos 14 anos na farmácia Dionísio do Sardoal, como ajudante de farmácia. Daí transitou para a farmácia da Misericórdia de Castelo Branco. Em 1909 comprou uma farmácia em Óbidos, situada na Rua Direita. Tornou-se então farmacêutico (ou boticário) e adquiriu uma nova farmácia nas Caldas da Rainha em 1910, situada na Rua da Liberdade, onde fixou residência. Foi presidente da primeira comissão administrativa do Hospital de Dona Leonor (1919), nas Caldas da Rainha. A 13 de Abril de 1921 tornou-se sócio da empresa de Limas União Tomé Fêteira, sendo gerente administrativo juntamente com Raul Tomé Fêteira. Manteve-se sócio desta empresa até 1924.

Era um republicano convicto, pelo que foi preso ainda durante a Monarquia. Teve uma acção destacada na proclamação da República nas Caldas da Rainha. Filiou-se no PRP em Maio de 1910 e transitou para o Partido Republicano de Reconstituição Nacional em 1920. Foi fundador do Partido Republicano Nacionalista em 1923. Ainda ponderou integrar o Grupo Parlamentar de Acção Republicana em Janeiro de 1924, mas manter-se-ia no PRN até 1935, sendo membro da comissão municipal das Caldas da Rainha do PRN (1923-1926). No início dos anos trinta participou na Aliança Republicano Socialista, que federou os partidos opositores da Ditadura.

Em 20 de Abril de 1911 fez parte duma comissão para a aprovação da Lei da Separação das Igrejas do Estado, a qual reuniu na residência de Francisco de Almeida Grandela, na Foz do Arelho. Estiveram nessa reunião, entre outros, Afonso Costa, Ferreira do Amaral, Sebastião de Lima e Afonso Ferreira. Nos primeiros tempos da República teve um papel importante na dinamização do Centro Republicano Almirante Cândido dos Reis nas Caldas da Rainha.

Exerceu os cargos de presidente da Junta de Freguesia (1910), administrador de concelho (1911 e 1913-1914), vereador (1913) e presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha (1919-1922), delegado do Serviço das Subsistências do Ministério da Agricultura (1920) e secretário e presidente da comissão concelha dos bens da Igreja.

Foi eleito deputado em 1919 e 1922 pelo círculo de Alcobaça, primeiro nas listas do Partido Republicano Português e depois nas listas do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Apresentou os seguintes projectos de Lei: 1922: 84-C; 92-B; 146-D; 284-B e 322-D; 1922-23: 428-B; 1923-24: 642-F; 1924-25: 845-N; 845-º. Em 1921 e 1925 concorreu a deputado pelo PRRN e pelo PRN no círculo de Alcobaça, não tendo sido eleito. Nesta última eleição a assembleia de apuramento proclamou-o deputado, mas a comissão de verificação de poderes não confirmou a eleição. Colaborou e dirigiu o jornal *Direito do Povo* (1910-1911), fundou e dirigiu *O Defensor* (1.ª série: 1 de Dezembro de 1913 a 5 de Setembro de 1922; 2.ª série: 15 de Junho de 1923 a 17 de Julho de 1923; 3.ª série: 28 de Fevereiro de 1924 a 7 de Fevereiro de 1925) e *O Regionalista* (23 de Maio de 1920 a 7 de Fevereiro de 1925), este último ligado ao PRRN e ao PRN.

Durante a «Ditadura de Pimenta de Castro» realizou-se uma procissão nas Caldas da Rainha no dia 2 de Abril de 1915, a que Custódio Maldonado de Freitas e outros membros da Associação do Registo Civil se opuseram. Após a realização da procissão a sua casa foi atacada e vandalizada por uma multidão, tendo Custódio Maldonado de Freitas defendido a sua residência com o uso de bombas preparadas por si na sua farmácia. Ele e a sua família conseguiram fugir, mas foi preso e levado para a prisão do Limoeiro em Lisboa, acusado de lançar bombas. Após revolução de 14 de Maio de 1915, que depôs Pimenta de Castro, Custódio Maldonado de Freitas foi libertado. Dirigiu-se para as Caldas da Rainha com duas dezenas de marinheiros que haviam estado na Rotunda e conquistou a cidade para o republicanismo do PRP. No final da I República conspirou em Coimbra a favor dos militares que prepararam o movimento do «28 de Maio de 1926», juntamente com José de Sousa e Nápoles, da União Liberal Republicana. No entanto, rapidamente passou para a oposição à Ditadura. Esteve envolvido na revolta de Abril de 1931. No início deste mês o tenente-coronel Ultra Machado passou pela sua farmácia em direcção a Coimbra. Vinha com o intuito de preparar a revolta em Coimbra, simultaneamente à revolta das Ilhas. Custódio Maldonado de Freitas ajudou-o a sair das Caldas da Rainha, mas a polícia descobriu o seu envolvimento, pelo que foi preso passado uns dias. Custódio Maldonado de Freitas foi enviado para Lisboa, mas conseguiu fugir à polícia no dia 19 de Abril de 1931. Conseguiu estar escondido durante cerca de um ano em diversas casas em Lisboa com a ajuda de diversos amigos, entre os quais se contava João Lopes Soares. Acabaria por ser novamente preso em Abril de 1932, sendo-lhe fixada residência obrigatória em Castro de Aire, após estar envolvido em diversas conspirações revolucionárias. Manteve-se sempre na oposição ao regime vigente e com intensa actividade política até à sua morte, pelo que foi constantemente vigiado

pelas autoridades e preso mais algumas vezes. A sua farmácia tornou-se no centro da oposição nas Caldas da Rainha durante várias décadas. Ainda se envolveu a 10 de Outubro de 1946 no frustrado «golpe da Mealhada», vindo a ser preso pela última vez em 1947/1948 no Aljube. Apoiou as candidaturas de Norton de Matos, Quintão Meireles, Cunha Leal e Humberto Delgado nas eleições para a presidência da República. Ao longo da sua vida defendeu intransigentemente a democracia e o apoio os mais pobres, tendo fundado nas Caldas da Rainha a «Escola dos Filhos do Povo Trabalhador» para lutar contra o analfabetismo.

Pertenceu à Carbonária e à Maçonaria, tendo sido iniciado na loja *Fraternidade de Óbidos*, com o nome simbólico de *Galeno* (19 de Dezembro de 1909). Posteriormente passou para a loja *Madrugada* (1915), atingindo o 7.º RF. Após a instauração da democracia em Portugal foi-lhe atribuído a Ordem da Liberdade.

Faleceu nas Caldas da Rainha a 15 de Abril de 1964.



David Augusto Rodrigues

Nasceu em Bragança em 30 de Janeiro de 1874. Era filho de Martinho José Rodrigues e Ermelinda Gomes. Casou com Idalina da Rocha Sarsfield Rodrigues e era pai do major Daniel Alexandre Sarsfield Rodrigues, de António Sarsfield Rodrigues, de Alexandre José Sarsfield Rodrigues e de José Manuel Sarsfield Rodrigues.

Fez os estudos liceais em Bragança e no Porto e seguiu a carreira militar iniciando o curso de infantaria na Escola do Exército em 1892 (alferes, 1896; tenente, 1901; capitão, 1906; major, 1915; tenente-coronel, 1917; coronel, 1922; brigadeiro, 1931; general, 1934; reserva em 1939; reforma, 1944).

Ocupou diversos cargos ao longo da sua carreira militar, como os de ajudante de campo da Direcção-Geral dos Serviços de Infantaria (1901), de sub-chefe e chefe interino do Estado-Maior no Quartel-General em Moçambique (1906-1908), de promotor de justiça junto do Conselho de Guerra da 1.ª Divisão Militar (1908), de promotor dos Tribunais Militares Territoriais de Lisboa (1911) e Porto (1914) e de defensor officioso junto do Supremo Tribunal Militar (1925). Em 1926 foi nomeado comandante do Regimento de Infantaria 6 do Porto. Ainda nesse ano transitou para o comando do Batalhão de Caçadores 9 do Porto, mantendo-se no cargo até 1927. Em 1929 foi nomeado inspector interino da Arma de Infantaria e em 1931 da 1.ª Inspecção de Infantaria. Em 1934 exerceu o cargo de vogal do Conselho Superior de Promoções. Em 1935 exerceu funções de vogal do supremo Tribunal Militar e do Conselho Superior do Exército. Exerceu o cargo de presidente da Comissão Superior de Educação Física do Exército entre 1936 e 1937. Em 1937 foi nomeado comandante da 4.ª Região Militar com sede em Évora.

Escreveu diversos trabalhos de temática militar, tendo fundado em 1898, a *Revista de Infantaria*, a qual dirigiu até 1914.

Teve alguma actividade política durante a Monarquia, sendo vogal da Câmara Municipal de Lourenço Marques (Novembro de 1907 a Junho de 1908). Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923 e à União Liberal Republicana em Março de 1926, sendo o organizador do cadastro partidário da ULR em Bragança.

Em Maio de 1923 foi eleito deputado pelo círculo de Bragança (eleição suplementar) nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Escreveu algumas crónicas no jornal *A Noite*. Participou no «Movimento do 28 de Maio», tendo comandando uma coluna que se dirigiu de Braga para o Porto.

Morreu no Porto em 1 de Junho de 1960 com os sacramentos da «Santa Madre Igreja».



Domingos Augusto Reis Costa

Nasceu a 13 de Setembro de 1891 em Bragança, filho de Aleixo Reis Costa e Maria Cândida Rodrigues Reis Costa. Professor no Funchal, na Escola Industrial, na Escola Primária Superior e no Liceu local.

Foi administrador do concelho e presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do distrito do Funchal. Em 1925, concorreu a deputado pelo círculo madeirense, nas listas do Partido Republicano Nacionalista, sendo eleito. Em Março de 1926 aderiu à União Liberal Republicana tendo feito parte da Comissão de Propaganda.



Eugénio Rodrigues Aresta

Nasceu em Moura em 31 de Maio de 1891. Era filho de Manuel Aresta Jorge e Inácia Rodrigues Acabado Aresta. Casou com Adelina Emília Borges e era pai de Manuel Borges Rodrigues Aresta e de Eugénio Borges Aresta.

Fez os estudos secundários no liceu de Évora e transitou para a Escola do Exército, tendo frequentado o curso de Infantaria (1913), seguindo a carreira militar: praça, 1909; alferes, 1914; tenente, 1917; capitão, 1919. Foi oficial instrutor de metralhadoras pesadas da Escola Militar e adjunto à comissão técnica da Arma de Infantaria.

Em 1915 fez parte da Coluna Expedicionária de Infantaria n.º 18 enviada a Angola sob o comando do general Pereira d'Eça Coutinho, na qual manteve contacto com o então tenente-coronel Sousa Dias. Esta coluna teve como principal missão ocupar a região do Cuanhama. Durante a sua permanência em Angola escreveu um manuscrito que ainda permanece inédito: *Diário da Campanha ao Sul de Angola*, 1915.

Em 22 de Fevereiro de 1917, após ter regressado à metrópole, é enviado para França integrado no Corpo Expedicionário Português. Manteve-se na Flandres

até ao Armistício. A sua coragem e heroísmo no campo de batalha valeram-lhe várias distinções militares. Foi gaseado em 9 de Abril de 1918, mas ajudou outros companheiros antes de ser hospitalizado. Publicou um romance sobre a participação portuguesa na I Guerra Mundial: *A Guerra de Sempre*, Porto, A. J. d'Almeida, 1920.

Em termos partidários integrou-se na União Republicana de Brito Camacho, tendo transitado para o Partido Republicano Liberal em 1919 e para o Partido Republicano Nacionalista em 1923. Foi eleito deputado por Beja nas legislaturas de 1921 e 1922-1925. Integrou na Câmara dos Deputados as comissões de Guerra e Colónias. Apresentou os seguintes Projetos de Lei em 1922: 6-H, 14-E, 36-F; 72-C, 103-H, J, H, L, 115-E, 208-G; 236-D. Foi relator em 1922 dos seguintes pareceres: 7, 11, 13, 22, 132. Solicitou a renúncia ao mandato de deputado em 20 de Novembro de 1923, tendo o presidente da Câmara dos Deputados realizado várias iniciativas para demovê-lo desta decisão. Esta resolução deveu-se à morte da sua única filha com 28 meses no Verão de 1923.

Em 1926 a loja *Progreddior* do Porto concedeu-lhe o grau de mestre *maçon* pelo Oriente Lusitano Unido. Passou à oposição na sequência do triunfo da Ditadura Militar, sendo um dos conspiradores da frustrada Revolta de 3 de Fevereiro de 1927, no Porto. Ausentou-se sem licença desde 3 de Fevereiro de 1927. Finda a revolta ficou preso na casa de reclusão da 1.^a Região Militar. No dia 8 de Fevereiro foi enviado para o paquete *Infante Sagres* e nesse dia separado do serviço. Foi deportado para São Tomé em conjunto com os outros líderes do 3 de Fevereiro (Sousa Dias, Fernando Freiria, entre outros), só regressando à metrópole no final de 1927. Durante a sua estadia em São Tomé escreveu um manuscrito ainda inédito: *Diário da Deportação*.

Até ao início dos anos trinta esteve com residência fixa no Norte de Portugal. Participou no Movimento de Unidade Democrática (1945-1948) e na campanha presidencial de Norton de Matos (1949). Foi um dos oradores convidados para o famoso comício de 23 de Janeiro, no Centro Hípico da Fonte da Moura, na cidade do Porto. Porém, acabou por não discursar devido à falta de tempo. Era contrário ao entendimento entre a Oposição Democrática e o Partido Comunista.

Formou-se em Ciências Filosóficas na primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 19 de Julho de 1928, após o seu regresso da deportação, defendendo uma dissertação sobre o método filosófico de Bergson, com a qual obteve a classificação de 20 valores.

Entre 1928 e 1932 passou a exercer a docência no ensino secundário até que, em 1933 foi amnistiado e reintegrado no Exército como capitão no Quartel-General da 1.^a Região Militar no Porto, nos termos do Decreto n.º 18252 de 26 de Abril de 1930 e do Decreto n.º 21 140 de 22 de Abril de 1932. No entanto, nunca conseguiria ascender a coronel devido ao seu ideário político. Em 1937 passou voluntariamente à reserva e dedicou-se exclusivamente à docência nos colégios Almeida Garret e João de Deus (no Porto) dado que lhe estava vedado

o acesso à docência universitária e ao ensino liceal oficial. Publicou diversos livros, com destaque para os manuais de Filosofia para o ensino liceal: *O Método de Bergson. Algumas Aplicações*, Porto, 1928; *Noções de Filosofia*, Porto, 1931 (11 edições e livro único entre 1950-1965); *Primeiras Noções de Filosofia*, Porto, 1941; *Algumas Considerações sobre Propriedade Literária e o Plágio Apoiadas num Exemplo Elucidativo*, Porto, Edições Maranus, 1943.

Foi um dos grandes discípulos da chamada Escola Filosófica Portuense liderada por Leonardo Coimbra e pertenceu ao Conselho de Administração da «Renasença Portuguesa». Conviveu com grande parte das figuras da cultura portuense da primeira metade do século XX como José Marinho, Delfim Santos, Álvaro Ribeiro, Sant'Anna Dionísio, Agostinho da Silva e Augusto Saraiva, que estiveram na origem da *Revista Portuguesa de Filosofia*.

Teve uma grande atividade na imprensa, versando sobre literatura, política, filosofia e temas militares, em particular n' *A Luta*, no *República* e em alguns jornais do Baixo Alentejo, como *A Margem Esquerda*, *O Bejense* e o *Jornal de Moura*. Colaborou ainda com outros jornais e revistas: *Águia*; *Portucalé*; *Prisma*; *O Primeiro de Janeiro*; *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, *A Província de São Tomé*; *Inicial*; *Jornal de Notícias*; *O Minhoto*; *Gazeta das Aldeias*; *Gazeta do Minho*; *Gazeta de Viana*. Em 1927 foi redator do jornal clandestino *O Constitucional*. Participou no I Congresso Colonial Português (1934), tendo feito parte da sua Comissão Executiva.

Possuía numerosos louvores e as seguintes condecorações: Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito; Medalha de Prata da Classe de Comportamento Exemplar; Medalha de Prata da Classe de Bons Serviços; Medalha de Prata Comemorativa da Expedição ao Sul de Angola (Cuanhama); Cruz de Guerra de 2.^a e 4.^a classe; Ordem Militar de Avis; Medalha de Ouro do Valor Militar; Medalha de Prata Comemorativa das Campanhas do Exército Português em França; Medalha da Vitória; Medalha de «Solidariedad» da República do Panamá.

Faleceu no Porto a 24 de Agosto de 1956 após uma doença prolongada com sequelas dos gaseamentos sofridos na campanha da Grande Guerra.



Filomeno da Câmara Melo Cabral

Filomeno da Câmara de Melo Cabral nasceu a 10 de Fevereiro de 1873, em Ponta Delgada, onde tinha fortes laços às famílias mais influentes da ilha de São Miguel. Era filho de Filomeno da Câmara Melo Cabral, médico, professor de Medicina e reitor da Universidade de Coimbra (1919-1921), e de Maria Ana Portocarrero da Câmara. Filomeno da Câmara tinha duas irmãs. Casou com Maria Amália Correia Possolo Gama Noronha, de quem teve um filho, Filomeno de Noronha Melo Cabral da Câmara. Na sua passagem por Luanda nasceu uma filha, Maria Augusta da Câmara Gomes, fruto da sua relação com Elvira Adelaide de Bolhões Maldonado.

Alistou-se na Armada a 8 de Novembro de 1890, prosseguindo carreira neste braço armado. Foi promovido a guarda-marinha em 1893, a segundo-tenente em 1895, a primeiro-tenente em 1902, a capitão-tenente em 1915, a capitão-de-fragata em 1917 e a capitão-de-mar-e-guerra em 1929. Em 1931, com o posto de comodoro, comandou 10 navios em manobras liderados pelo Guadiana. Em 1934, à data da sua morte, desempenhava as funções de Chefe de Estado-Maior Naval interino.

Na sequência da Implantação da República foi nomeado Governador da Província de Timor. Manteve-se neste cargo, nos períodos de 1911 a 1913 e de 1914 a 1917. Durante o seu primeiro mandato conseguiu a pacificação pela força da região do Manufahi. Filomeno da Câmara ganhou fama de líder implacável nesta rebelião liderada por Dom Boaventura da Costa Souto Maior, que custou a vida a milhares de timorenses. Os revoltosos sobreviventes foram deportados para a ilha de Ataúro. As acusações de excesso de violência contribuíram para que fosse substituído temporariamente, entre 1913 e 1914, por Gonçalo Pereira Pimenta de Castro.

Durante o sidonismo, entre 1918 e 1919, desempenhou o cargo de governador de Angola, tendo como secretário António Ferro. De 1920 a 1925 esteve ao serviço da Companhia de Moçambique. Entre 28 de Agosto de 1926 e 6 de Março de 1927 esteve em Angola na administração da Companhia do Amboim.

Iniciou-se na política na União Republicana (1912-1919), de onde transitou para o Partido Republicano Liberal (1919-1923) e para o Partido Republicano Nacionalista (1923-1926). Foi eleito para o Directório do Partido Republicano Nacionalista, após o 4.º Congresso em Março de 1926. Não acompanhou a dissidência liderada por Cunha Leal. Contudo, afastou-se do Partido Republicano Nacionalista em carta enviada ao Directório, após ter sido nomeado ministro das Finanças a 19 de Junho de 1926.

Era um republicano heterodoxo, defensor do presidencialismo e da Ditadura. Próximo de várias individualidades monárquicas e contrárias do regime republicano vigente. Foi um dos impulsionadores da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, sendo presidente da Direcção-Geral entre 1925 e 1926. Em finais de Março de 1926 pediu a demissão de presidente da Direcção-Geral da Cruzada Nuno Álvares Pereira por ter passado a pertencer ao Directório do PRN e por ter iniciado os preparativos de um novo movimento revolucionário. Envolveu-se em diversas iniciativas nacionalistas como a Acção Nacional (1922-1924), que agrupava diversas individualidades da direita portuguesa, num projecto de regeneração da pátria e de defesa de um governo de competências.

Ganhou protagonismo político pelo envolvimento em diversas acções conspirativas durante a I República. Em Agosto de 1924 foi absolvido pelo Tribunal da Marinha (defendido por Cunha Leal), por ter aliciado diversos comandantes para um movimento revolucionário. Em conjunto com Raul Esteves e Sinel de Cordes, chefiou o movimento de 18 de Abril de 1925 contra o governo. Preso e julgado, acabaria absolvido pelo tribunal instalado na Sala do Risco do Arsenal

da Armada em Setembro de 1925. Pelo decreto de 6 de Maio de 1925 foi separado do serviço pelo seu envolvimento no golpe do 18 de Abril de 1925. Em Novembro de 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Ponta Delgada nas listas do Partido Republicano Nacionalista, com o apoio dos grupos regionalistas. Apresentou os seguintes projetos de Lei em 1926 na Câmara dos Deputados: 5e, 5f, 5j. Foi relator dos seguintes pareceres em 1926: 57, 58, 61, 103.

Foi um dos organizadores do golpe militar de 28 de Maio de 1926, alinhado com a facção conservadora do general Sinel de Cordes, no seguimento do qual vem a integrar o Governo do general Gomes da Costa, à frente da pasta das Finanças, que exerce entre 19 de Junho e 9 de Julho de 1926. Foi afastado do governo pela acção da facção liderada por Óscar Carmona.

Em 12 de Agosto de 1927 esteve envolvido com Fidelino de Figueiredo num golpe revolucionário da direita radical, conhecido por «golpe dos fifis». Esta revolução pretendia fortalecer o autoritarismo da Ditadura Militar, aproximando o novo regime dos ideais da direita europeia que tinham sido difundidos pela Cruzada Nun'Alvares e eventualmente seleccioná-lo como ditador carismático. Foi preso e enviado a 15 de Agosto de 1927 para São Tomé e depois para Angola. Por determinação do governo regressou à metrópole em Junho de 1928.

Em 24 de Novembro de 1928 foi nomeado alto-comissário de Angola, tendo partido para esta colónia em 19 de Janeiro de 1929. Foi destituído do cargo em Março de 1930 após uma revolta (Março e Abril de 1930) contra a sua administração, que causou a morte ao seu chefe de gabinete, Morais Sarmiento. Regressou a Lisboa a 25 de Abril de 1930.

Detinha as comendas da Ordem de Torre e Espada, da Ordem de Cristo e da Ordem de Avis.

Falecer a 27 de Janeiro de 1934. No seu funeral participam algumas individualidades da Ditadura Militar (Ivens Ferraz e Domingos de Oliveira), representantes do governo e ninguém da oposição.



Francisco Cruz

Nasceu a 31 de Agosto de 1883 na Freguesia da Praia do Ribatejo, concelho de Vila Nova da Barquinha, filho de Tomás da Cruz e Rosa Maria da Cruz. O seu pai era proprietário da firma de serração Thomaz da Cruz & Filhos, que tinha a sua sede na Praia do Ribatejo, com fábrica de serração a vapor. Abriu sucursais em Caxarias (Ourém), Carriço (Pombal) e Pampilhosa (Mealhada).

Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1908. Foi um dos intransigentes da greve académica de 1907. Foi advogado e industrial, administrando a firma do seu pai. Foi um grande benemérito na sua terra, tendo oferecido, juntamente com o seu irmão Joaquim da Cruz (primeiro presidente da Câmara Municipal de Mealhada após a implantação da República), o terreno para a construção da escola primária do Entroncamento.

Em 1925 ainda continuava solteiro e vivia na Praia do Ribatejo. Posteriormente casou Luísa de Jesus Franco da Cruz, natural da Igrejinha, Arraiolos. O casal não deixou descendência, pelo que deixou parte da sua fortuna pessoal para a constituição da Fundação Dr. Francisco Cruz, na Praia do Ribatejo. Francisco Cruz deixou em testamento, elaborado em Évora, no dia 1 de Julho de 1961, todos os seus bens situados nos concelhos de Tomar e Vila Nova da Barquinha, bem como todo o seu dinheiro, à Fundação Dr. Francisco Cruz. Esta instituição presta apoio domiciliário e detém um lar para idosos, tendo sido fundada em 10 de Junho de 1966.

Francisco Cruz foi um propagandista da República, pertenceu à Maçonaria na loja de Coimbra e à Carbonária, assim como aos Centros Republicanos de Coimbra e Anadia. Em termos partidários iniciou-se no PRP, passou pelo PRE (1912-1919), pelo PRL (1919-1923) e pelo PRN (1923-1935). Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo círculo de Torres Novas (1911). Nas legislaturas da 1915 e 1919 voltou à Câmara dos Deputados pelo círculo de Tomar nas listas do Partido Republicano Evolucionista. Em 1921 e 1922, pelo mesmo círculo, foi eleito pelo Partido Republicano Liberal. Em 1925, já no PRN, foi eleito pelo círculo de Elvas. Fez parte, como vogal, do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado.

Faleceu em Lisboa a 30 de Junho de 1965.



Francisco Pinto Cunha Leal

Nasceu em Pedrógão (concelho de Penamacor) em 22 de Agosto de 1888. Era filho de José Pinto da Cunha (pequeno proprietário e funcionário público) e de Maria da Piedade de Carvalho. Casou com Maria José Videira (filha de um advogado de Luanda) no ano de 1914. O casal teve quatro filhos.

Estudou em Alcaide (Fundão), terra da mãe e onde residiu durante a infância e em Castelo Branco, onde iniciou os estudos secundários no Liceu local (1899). Posteriormente mudou-se para Lisboa, cidade onde concluiu o liceu (1900-1905), cursando em seguida a Escola Politécnica (1905-1908). Formou-se em 1912 como engenheiro civil na Escola do Exército (1908-1912).

Fez carreira de oficial do exército (alferes, 1912; tenente, 1913; capitão, 1917), integrando o Serviço de Torpedeiros (1912-1913) e a Escola Prática de Engenharia de Tancos (1913-1914). Esteve em Angola entre 1914 e 1916 como engenheiro-director da Direcção das Obras Públicas de Angola e posteriormente participou na Grande Guerra (1917-1918) em França. De regresso da frente de combate em Março de 1918 foi nomeado Director-Geral dos Transportes Terrestres por iniciativa de Machado Santos. Em Abril de 1919 foi empossado no cargo de Director-Geral da Estatística, cargo que ocuparia até Fevereiro de 1922. Nesse mesmo mês solicitou a passagem, como militar, a licença ilimitada. Foi reitor da Universidade de Coimbra entre Agosto de 1924 e Abril de 1925 (nomeação: decreto de

16 de Agosto de 1924; Foi exonerado na sequência do golpe militar de 18 de Abril de 1925 – decreto de 22 de Abril de 1925). Foi nomeado vice-governador do Banco Nacional Ultramarino (1925-1926) por indicação do PRN e engenheiro consultor da CP. Renunciou à vida militar em 17 de Junho de 1926, na sequência do afastamento de José Mendes Cabeçadas do Governo da Ditadura.

Associou-se em Março de 1918 no Partido Centrista Republicano, que se integrará no mês seguinte no Partido Nacional Republicano. Posteriormente foi filiado no Grupo Parlamentar Popular/Partido Republicano Popular (1919-1921), no Grupo Parlamentar Governamental/independente (1921-1922), no Partido Republicano Liberal (14 de Maio de 1922-Fevereiro de 1923), no Partido Republicano Nacionalista (Fevereiro de 1923-Março de 1926) de cuja bancada na Câmara dos Deputados foi sub-líder (1923-1924) e líder (1924; 1925; 1926). Foi membro do Directório do PRN entre 1923 e 1926. Abandonou o IV Congresso do PRN, para fundar e chefiar, em Março de 1926, a União Liberal Republicana. Neste partido foi Presidente da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR em Castelo Branco.

Manteve uma actividade regular na imprensa, tendo dirigido o jornal estudantil *Avante* (1910), colaborador de *O Intransigente* desde 1911, director de *O Popular* (1920), de *O Século* (29 de Outubro de 1922 a 16 de Março de 1923) e fundador e director de *A Noite* (1926), órgão da União Liberal Republicana. Foi ainda director da revista *Vida Contemporânea* (1934-1936).

Assumiu o lugar de deputado pela Covilhã (1918-1919), por Angola (1919-1921 e 1921-1922), por Chaves (1922-1925) e (1925-1926). Projectos de lei 1922: 3P, 6t, 60 e 236-C; 1923-24: 764, 809D e 811-C; 1924-1925: 967. Chefiou a revolução de Santarém, em 1919, em virtude da qual foi preso. Sobraçou no ano seguinte a pasta ministerial das Finanças, entre 20 e 30 de Novembro de 1920, e, novamente, desde esta última data até 2 de Março de 1921. Protector de António Granjo e, por isso, ferido durante a «Noite Sangrenta» (19 de Outubro de 1921), viu a sua popularidade subir em flecha. No final de 1921 retomou ao executivo, acumulando a Presidência do Governo com a pasta do Interior (entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922). Fez uma última passagem pelo elenco governamental, de novo como ministro das Finanças, em 1923 (de 15 de Novembro a 18 de Dezembro) num governo do Partido Republicano Nacionalista. Passou a defender o estabelecimento de um regime ditatorial transitório como forma de regeneração da República. Participou na conspiração que levou à revolta militar de 18 de Abril de 1925, tendo sido preso durante alguns dias. Defendeu os implicados nesta intentona no Tribunal Militar.

Apoiante do «28 de Maio de 1926», continuou por alguns anos a ocupar cargos públicos: foi nomeado delegado de Portugal à Conferência Económica Internacional de Genebra (1927), integrou o Comité Consultivo Económico da Sociedade das Nações (1928), e desempenhou as funções de governador do Banco de Angola (1926 e 1927-1930). Tornou-se inimigo de Salazar desde o início de 1930 por discordar da sua política para as colónias e por ter escrito três

livros tidos por ofensivos ao ministro das Finanças e Colónias, tendo sido preso em sua casa às 21 horas do dia 21 de Maio de 1930, de onde foi levado para o Aljube. Foi exilado nesse mês em Ponta Delgada, nos Açores, (foi enviado no dia 26 na canhoneira *Damão*) e em Outubro partiu para o Funchal (Madeira), tendo conseguido evadir-se em 5 de Dezembro de 1930 antes de ser transferido para as Flores (Açores). Fixou-se em Espanha, em particular na Galiza. Regressou a Portugal após a amnistia de 5 de Dezembro de 1932. Após ter realizado um almoço comemorativo da revista *Vida Contemporânea* no dia 5 de Maio de 1935 voltou a ser preso e partiu para novo para o exílio em Espanha (1935-1937). Foi preso em 7 de Maio de 1935 e foi acompanhado pela polícia à fronteira (art.º 45 do dec. 23 203 de 6 de Novembro de 1933) e proibido de residir em território nacional durante dois anos. Nas últimas décadas de vida, distinguiu-se entre os maiores opositores ao Estado Novo, participando em diversas iniciativas políticas e eleitorais, sendo preso novamente em 1952. Em 1958 perfilou-se como candidato à Presidência da República apoiado pela Oposição Democrática, mas desistiu por razões de saúde, tendo apoiado Humberto Delgado. Presidiu o Directório da Acção Democrato-Social (1965-1970).

Tem uma vasta obra sobre assuntos políticos e económicos.

Faleceu em Lisboa a 26 de Abril de 1970.

Francisco Xavier Anacleto da Silva

Nasceu a 19 de Agosto de 1885 em Macau, filho de Pancrácio da Silva. Estudou no Liceu Nacional de Macau e formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Foi advogado e delegado do Procurador da República em Macau. Ocupou diversas funções na sua terra natal: administrador do concelho; membro do Conselho Legislativo do território; membro e presidente, em algumas ocasiões, do Leal Senado de Macau (1916). Foi secretário da redação do semanário macaense *Vida Nova* (3 de Janeiro de 1909 a 27 de Novembro de 1910).

Iniciou a sua actividade política como independente. Aderiu ao Partido Republicano Liberal em Novembro de 1922 e ao Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923. Em 28 de Maio de 1923 abandonou o PRN, voltando à condição de independente.

Fez parte do Senado da República nas legislaturas de 1922 e 1925, representando o território de Macau.



Henrique Ferreira de Oliveira Brás

Nasceu a 9 de Fevereiro de 1884 em Angra do Heroísmo. Era filho de José Joaquim de Oliveira Brás e Bernardina Brasil de Oliveira Brás.

Estudou em Angra do Heroísmo, frequentando o Liceu Nacional, mas apenas concluiu o curso complementar dos liceus em Lisboa.

Enquanto estudante liceal em Angra do Heroísmo, colaborou no periódico estudantil *Vida Académica* e publicou um livro de versos. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1909, onde se distinguiu pela sua participação na comissão que organizou a greve académica de 1907 e pela sua militância no grupo estudantil designado por *intransigente*. Participou em conferências e comícios, nos quais se revelou um orador de mérito, colaborou no periódico *Alma Académica* e dirigiu a *Revista Atlântida* de Coimbra. Foi redactor de jornais como *República* e *A Defesa*, colaborando ainda em *A Lucta*. A experiência estudantil em Coimbra levou-a a desenvolver um apego ao republicanismo democrático que o marcaria profundamente.

Terminado o curso fixou-se em Angra do Heroísmo passando a exercer a advocacia e o notariado, sendo director da secretaria notarial daquela cidade. Também se dedicou à docência, pertenceu ao corpo docente do Liceu Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, ao jornalismo, à investigação histórica e à política, sendo conhecido pelos seus dotes de oratória.

Como escritor, dedicou-se à poesia e à literatura de viagens, relatando impressões das suas viagens pela Europa. Foi contudo no campo da historiografia, com destaque para o estudo das viagens de açorianos no Atlântico Norte e da sua participação no descobrimento da América que conseguiu maior projecção. Também se dedicou à história local, publicando um estudo sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Angra do Heroísmo, que intitulou *Ruas da Cidade*, obra que se mantém como o mais importante estudo sobre o tema. Obras principais: (1912), *Vagidos (Primeiros Versos)*, Angra do Heroísmo, Sousa e Andrade; (1934), *Longe do Meu Horizonte: Crónicas de Viagens*, Angra do Heroísmo, Tip. Medina; (1943), *José Fernandes Lavrador*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira; (1944), *A Descoberta da Terra Nova do Bacalbau*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira; (1945), *A Propósito da Descoberta Pré-Colombiana de Terras da América*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira [polémica com Duarte Leite]; (1947), *Ruas da Cidade (Notas Históricas e Anedóticas. Subsídios para a Toponímia da Cidade de Angra)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira. (1985), *Ruas da Cidade e Outros Escritos*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira [compilação dos seus principais trabalhos].

Logo após a implantação da República Portuguesa foi nomeado governador civil do distrito autónomo de Angra do Heroísmo, cargo que exerceu de 5 de Outubro de 1910 a 17 de Fevereiro de 1912. Ainda no plano da política local, foi presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e em 1918 presidiu interinamente à Junta Geral do distrito autónomo de Angra do Heroísmo.

Em termos partidários iniciou-se no Partido Republicano Português (?-1912), passando posteriormente pela União Republicana (1912-1919), pelo Partido Republicano Liberal (1919-1923) e pelo Partido Republicano Nacionalista (1923-?)

Foi eleito deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo nas eleições suplementares de 1913 e, em 1919, nas listas da União Republicana. Em 1921 e em 1925 foi eleito para o Senado pelo mesmo círculo, primeiro nas listas do Partido

Republicano Liberal e posteriormente nas listas do Partido Republicano Nacionalista.

Desempenhou funções de chefe de gabinete de António Granjo, quando este foi presidente do Ministério em Julho de 1920.

Integrado no republicanismo moderado, com o fim da Primeira República e a consolidação do Estado Novo, abandonou a actividade política e dedicou-se à cultura e à investigação histórica, revelando-se um notável conferencista. Foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico da Ilha Terceira, instituição criada em 1942 aproveitando a norma do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes que permitia a subsidiação a agremiações de cultura. Foi agraciado com o grau de comendador da Ordem de Leopoldo da Bélgica.

Morreu nas Furnas (Povoação, São Miguel) em 11 de Agosto de 1947.



Hermano José de Medeiros

Nasceu a 23 de Agosto de 1874 na Povoação, ilha de São Miguel. Era filho de José Francisco de Medeiros Correia e de Maria dos Anjos Medeiros.

Estudou no Seminário de Angra do Heroísmo e formou-se em Medicina na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa.

Foi médico-cirurgião assistente, professor da Escola Profissional de Enfermagem dos Hospitais Cívicos de Lisboa, chefe da 6.ª secção do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital de São José e director-geral dos Hospitais Cívicos de Lisboa. Emigrou em 1912 para o Brasil, tendo trabalhado no Rio de Janeiro alguns anos com intuito de estudar as doenças tropicais. Em 1922 fixou-se temporariamente em Ponta Delgada, onde abriu consultório.

Foi eleito deputado em quatro legislaturas, sempre pelo círculo de Ponta Delgada: nas legislaturas de 1915 e 1919 foi eleito nas listas da União Republicana e, em 1921 e 1922, nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei apresentados em 1924-1925: 833-A; 835-R. Ingressou em 1923 no Partido Republicano Nacionalista, tendo participado nos I e no III congressos deste partido. Em 1925 candidatou-se de novo a deputado por Ponta Delgada, pelo Partido Republicano Nacionalista. No entanto, não foi eleito. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, no pelouro de regas e limpezas e candidato pelo PRL em 1922. Em termos partidários depois de passar pela União Republicana, pelo PRL e pelo PRN ingressaria na União Liberal Republicana em Março de 1926.

Fez parte da Junta Consultiva e foi presidente da Comissão Executiva da Cruzada Nuno Alvares Pereira até 30 de Janeiro de 1923. Em Janeiro de 1923 reuniu, em sua casa, uma comissão encarregada de estudar a possibilidade de constituir um Ministério Nacional, com o apoio e colaboração dos Partidos. Por esse motivo informou a direcção da Cruzada que como presidente da dita comissão desistia de os acompanhar nesses e em quaisquer trabalhos.

Faleceu em 18 de Maio de 1926 em Lisboa



Jaime António Palma Mira

Nasceu a 28 de Maio de 1885 em Albernoa, concelho de Beja. Era filho de José Francisco Mira professor primário em Aldeia Nova de São Bento e posteriormente administrador das propriedades da sua esposa Maria Isabel Palma Mira.

Casou em Beja em 9 de Setembro de 1912 com Maria de Mello Garrido. O casal teve dois filhos: Palmira Vitória Rosa Garrido Palma Mira Delgado e Jaime Garrido Palma Mira.

Cursou a escola primária em Albernoa, com o professor Ventura e posteriormente frequentou o Liceu de Beja. Cursou primeiramente Filosofia, mas acabou por formar-se em Medicina na Universidade de Coimbra em 26 de Julho de 1913, com 15 valores.

Exerceu Medicina em Beja entre 1913 e 1947. Foi mobilizado pelo CEP em 1917-1918 como tenente miliciano.

Aderiu ao Republicanismo em Coimbra, tendo-se inscrito na União Republicana. Foi Presidente da Comissão Distrital de Beja da União Republicana. Aderiu posteriormente ao Partido Republicano Liberal, sendo eleito membro substituído do Directório do PRL em 1922, no 3.º Congresso do PRL. Em 1923 aderiu ao PRN. Fez parte da Comissão Organizadora do Partido Republicano Nacionalista no distrito de Beja em 1923 e foi presidente da Comissão Distrital de Beja do PRN em 1925.

Foi governador civil de Beja entre 28 de Julho de 1920 e 15 de Abril de 1921. Foi eleito deputado pelo círculo de Beja em 1925 pelo PRN. Projecto de lei que apresentou em 1926: 194-A. Foi-lhe concedido o título de médico honorário do Montepio Bejense. Costumava veranejar com a família de Brito Camacho em Monte Gordo. O bispo de Beja frequentava a sua casa, sendo a sua família muito devota, embora ele não fosse católico praticante.

Embora tenha dado apoio ao «Movimento do 28 de Maio», como muitos outros membros do PRN, rapidamente se colocaria na oposição à Ditadura até à sua morte. Foi preso a 30 de Dezembro de 1931 e restituído à liberdade em 3 de Fevereiro de 1932, com a fixação de residência em Lisboa. Voltou a ser preso em 30 de Outubro de 1933, sendo transferido para o depósito de presos de Angra do Heroísmo em 19 de Novembro de 1933. Foi restituído à liberdade em 23 de Maio de 1934. A 25 de Agosto de 1938 voltou a ser preso para averiguações, recolhendo a uma esquadra incomunicável. A 29 de Agosto de 1938 foi transferido para a cadeia do Aljube, sendo restituído à liberdade em 9 de Setembro de 1938.

Em 1945 ainda liderou durante algum tempo o MUD em Beja, mas viria a demitir-se devido à intromissão dos comunistas.

Morreu em Beja em 22 de Janeiro de 1947. Foi considerado um símbolo e um modelo para os membros da oposição bejense, dado o apoio financeiro e moral que concedeu aos presos políticos e às suas famílias. A tradição oral local relata que numa das muitas romagens à sua campa Luciano da Fonseca Aresta Branco, en-

quanto discursava terá dito: «Alerta Jaime, os chacais rodam a tua campa». Estava a referir-se aos agentes da PIDE que vigiavam, razão suficiente para ser detido.



Jaime Pires Cansado

Nasceu a 25 de Fevereiro de 1887 em Tavira. Era filho de José Vicente Cansado e de Eulália Lúcia Tavares Pires Cansado. Casou com Hilda C. Campos, tendo tido dois filhos: Rogério Jaime Campos Cansado e Fausto Jaime Campos

Cansado.

Seguiu a carreira militar, na arma de Infantaria. Completou o Curso de Infantaria da Escola do Exército em 1907, passando à reserva, como coronel, em 1942. Participou na I Guerra Mundial, tendo sido prisioneiro das tropas alemãs.

Em termos partidários integrou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, o Partido Republicano Nacionalista (Fevereiro a Dezembro de 1923) e o Grupo Parlamentar de Acção Republicana (desde Dezembro de 1923).

Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Faro, nas listas do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Projectos de Lei que apresentou: 1923-1924: 620-D; 1924-1925: 835-B; Relator: 1922-1923: 448; 1923-1924: 655 e 657.

Foi presidente da Câmara Municipal de Tavira de 1923 a 1925. Nas eleições administrativas de 1922 exerceu pressões para que os reconstituintes vencessem na freguesia de Luz e Conceição (Tavira).

Um relatório político da Direcção de Justiça e Disciplina da Infantaria indica que não merece a confiança do Governo da Ditadura Militar para comandar as forças aquarteladas em Tavira devido à sua atitude dúbia no movimento revolucionário de Fevereiro de 1927.

Faleceu em Tavira em 21 de Julho de 1962.



João Cardoso Moniz Bacelar

Nasceu em Estarreja em 19 de Julho de 1881. Era o filho mais novo de José de Abreu Bacelar Cardoso Moniz de Castelo Branco (n. 1830, juiz) e Maria Luísa Tavares de Carvalho de Ornelas e Nápoles (n. 1840). Casou com Berta Mendes Bacelar Castelo-Branco, tendo tido quatro filhos: José Júlio Mendes Bacelar; Maria José Bacelar Moniz Castelo-Branco (n. 21 de Março de 1920; f. em 2003) casada com Bento Rodrigues da Silva Marques; Maria Luísa Bacelar d' Ornelas; Maria Guilhermina Mendes Bacelar.

Estudou em Coimbra, tendo frequentado o seminário e a Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito em 1905.

Foi advogado, director da Cadeia Nacional de Lisboa (1919-1923), director do refúgio da Tutoria Central da Infância (1925-1931) e director da Tutoria da

Infância de Coimbra (anos 40). Colaborou em diversos jornais como o *República* (onde chegou a ser director interino), o *Gazeta de Coimbra* e o *Diário de Coimbra* e foi director de *A Província* e d'*A Situação*.

Pertenceu sucessivamente aos seguintes partidos: Partido Republicano Evolucionista; Partido Republicano Liberal; Partido Republicano Nacionalista; União Liberal Republicana; União Nacional. Era amigo pessoal de António José de Almeida, tendo iniciado a carreira política ao seu lado. Pertenceu ao Directório do Partido Republicano Evolucionista. Foi governador civil de Coimbra de 18 de Fevereiro de 1919 a 5 de Junho de 1919. Em 1922 esteve próximo dos governamentais de Cunha Leal. Foi presidente do Centro Latino Coelho (Lisboa) em 1923. Participou no I Congresso do Partido Republicano Nacionalista em 1923 e no IV Congresso em 1926.

Foi deputado por Viseu em 1919-1921 (PRE; PRL) e por Coimbra em 1921 (PRL) e 1922-1925 (PRL; PRN). Apresentou os seguintes projecto de lei 1922: 3X, 15G, 39F, 134A, 158-D, 365F; 1922-23: 465F. Foi candidato pelo PRN a deputado por Coimbra em 1925, não sendo eleito. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926, sendo o organizador do cadastro partidário da ULR em Coimbra. Durante a revolta de «28 de Maio de 1926» as tropas de Coimbra estiveram durante algum tempo sob a sua orientação civil, sendo João Cardoso Moniz Bacelar o delegado das oposições parlamentares. Aderiu ao Estado Novo e à União Nacional em Agosto de 1932 por intermédio dos drs. Bis-saia Barreto e Moura Relvas. Foi presidente da Câmara Municipal de Condeixa entre Setembro de 1932 e 1934. Foi muito provavelmente maçom.

Faleceu em Condeixa em 20 de Agosto de 1940.



João de Ornelas e Silva

Nasceu a 14 de Janeiro de 1887 na Praia da Vitória (ilha Terceira), filho de Vitorino Inácio da Silva e Lucinda Nívia. Casou-se no dia 25 de Novembro de 1922.

Formou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra em 19 de Outubro de 1910 (bacharel). Foi professor do Liceu Central de Passos Manuel, na Escola Primária Superior D. António da Costa, em Lisboa, e funcionário da Presidência da República. Nos últimos anos da sua vida foi director da Companhia de Seguros Tagus.

Fez parte do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista. Foi integrado no Directório do PRN (grupo pró-Álvaro de Castro) em Dezembro de 1923, após a cisão. No entanto, declarou publicamente que não tinha autorizado a utilização do seu nome, pelo que continuava no «verdadeiro PRN». Em Março de 1926 era para ser candidato a vogal substituto do Directório do PRN, na lista liderada por Cunha Leal que iria ser apresentada no IV Congresso do PRN. Mas, o abandono do Congresso por parte de Cunha Leal inviabilizou que esta lista se apresentasse às eleições. Aderiu à União Liberal Re-

publicana em Março de 1926. Foi vogal da Junta Central da ULR e organizador do cadastro partidário da ULR em Angra do Heroísmo.

Foi governador civil de Évora (13 de Março de 1919 a 8 de Julho de 1919), Vila Real (13 de Junho de 1921 a 24 de Setembro de 1921) e Faro (13 de Janeiro de 1922 a 16 de Janeiro de 1922). Foi procurador à Junta Geral do distrito de Lisboa, eleito por Aldeia Galega.

Foi eleito deputado em 1919, 1921, 1922 e 1925 pelo círculo de Angra do Heroísmo. Nestas eleições foi eleito deputado e integrou o grupo parlamentar do PRL e posteriormente o do PRN, embora tivesse integrado listas de Conjunção Republicana com outros partidos. Foi 2.º secretário da Câmara dos Deputados entre 1921 e 1925. Apresentou os seguintes projectos de Lei 1922: 3C, 7A, 14H, 68E, 97-C, 156, 365-B e 371; 1922-23: 439A e 464D; 1923-24: 651G; 1924-25: 845J, 845-T; 853-ª Relator 1922: 131, 293; 1922-23: 501 e 593; 1923-24: 660. Projectos de lei em 1926: 6n, 6d, 14a, 20e, 24g, 44d, 61c, 122e, 135g, 139a, 139b, 139e, 201a.

Faleceu em Lisboa a 14 de Fevereiro de 1942.



João de Sousa Uva

Nasceu em São Brás de Alportel (concelho de Faro) a 13 de Agosto de 1872. Filho de João de Sousa Uva (n. 1835) e Francisca Soares Pires Uva (n. 1846). Casou com Antónia Joaquina Dias em São Brás de Alportel no dia 13 de Janeiro de 1892. O casal teve quatro filhos: Antónia Dias de Sousa Uva (1894) que casou com Henrique Mateus Cansado; João Dias de Sousa Uva (1895 a 10 de Março de 1958) que casou com Elisa Fernandes Lince Dias Uva; Carlos de Sousa Uva que casou Maria Rosa; Emídio de Sousa Uva que casou com Florinda.

Era proprietário em São Brás de Alportel. Foi acionista e administrador da Companhia de Seguros Algarve (1918-1922).

Em 1906 integrou uma comissão pró-concelho de São Brás de Alportel que integrava também Virgílio de Passos e Bernardo Passos. A criação do concelho de São Brás de Alportel viria finalmente a verificar-se em 1 de Junho de 1914.

Foi presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Faro entre 1910 e 1913. Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Faro nas Listas do Partido Republicano Liberal. Em 1925 foi candidato pelo mesmo círculo nas listas do Partido Republicano Nacionalista, não sendo eleito. Pertenceu ao Partido Republicano Português, ao Partido Republicano Liberal, ao Partido Republicano Nacionalista e à União Liberal Republicana. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Faro.

Faleceu em 11 de Junho de 1949.



João Pereira Bastos

Nasceu em Lisboa, a 29 de Janeiro de 1865. Era filho de João Duarte Figueiredo Bastos e de D. Casimira Sant'Ana Pereira. Casou com Virgínia Romano Perry Vidal (1897) e em segundas núpcias com Maria Adelaide Ricca Pereira Bastos (1944). Teve três filhos, João Djalme Bastos, Carlos Perry Vidal Pereira Bastos e Olímpia Perry Vidal Pereira Bastos, casada com o Dr. Mariano de Melo Vieira.

Fez estudos preparatórios da Escola Politécnica, e ingressou posteriormente na Escola do Exército (armas de Artilharia e Estado-Maior). Em 1902 teve instrução prática de tiro. A sua carreira militar desenvolveu-se da seguinte forma: aspirante, 1882; 2.º tenente, 1888; 1.º tenente, 1890; capitão, 1901; major, 1910; tenente-coronel, 1915; coronel, 1917; general, 1922; reforma, Abril de 1935. Integrou a Brigada de Artilharia de Montanha (1892), o regimento de Artilharia 2 (1901), o grupo de Guarnição n.º 4 (1902), Artilharia 1 (1902), e o Estado-Maior (1904). Chefiou o Estado-Maior da 1.ª Divisão entre 5 de Outubro de 1910 e 1912, fundou e dirigiu a Escola de Oficiais Milicianos (1916-1917), e desempenhou o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército entre 1924 e 1926. Participou em missões na Suíça e em Madrid (1925).

Teve uma extensa participação em periódicos: *A Pátria*, *A Capital*, *Notícias da Beira* (1911); *O Mundo* (1911-1912); *O Século* (1914-1915); *Diário de Notícias* (1922-1926 e 1930); *A Montanha* (1929-1930); *República*.

Integrou-se no republicanismo desde a sua juventude. Filiou-se no Partido Republicano Português em 1891 e na Maçonaria em 1893, iniciado com o nome simbólico de *Descartes*, integrado na loja *Portugal*, organização fundada a seguir à revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891. Era amigo de Cândido dos Reis, Correia Barreto e Sá Cardoso. Após a implantação da República foi nomeado Chefe de Estado-Maior da 1.ª Divisão. Em 1920 seguiu Álvaro de Castro e integrou-se no Partido Republicano de Reconstituição Nacional, sendo substituído do Directório. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana, sendo o líder do grupo parlamentar nalguns períodos.

Foi eleito deputado em 1911 e 1915 por Chaves, em 1919 por Lamego e em 1922 por Moncorvo. Foi ministro da Guerra (9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914) e presidente comissão da Guerra na Câmara dos Deputados (1914-1925). Participou na revolução de 14 de Maio de 1915 e conheceu a prisão durante o sidonismo. Abandonou a política activa com a instauração da Ditadura Militar. O Governo da Ditadura Militar manteve-o como Chefe de Estado Maior (1924-1926), mas por pouco tempo, dado que este pediu a demissão após o seu trabalho ter sido posto em causa na apresentação de um relatório sobre os Altos Estudos Militares.

Faleceu em Lisboa, a 3 de Agosto de 1951. No funeral estiveram presentes altas individualidades militares e da oposição, entre outros, Norton de Matos e Tito de Morais.



João Raimundo Alves

Nasceu a 10 de Fevereiro de 1889 em Vilela do Tâmega (Chaves). Era filho de Daniel Alves e de Constança Raimundo Alves. Casado com Olinda Maria Pires de Almeida Cortegaça Alves e pai de Constância Beatriz de Almeida

Cortegaça Alves.

Veio para Lisboa e frequentou os liceus da Lapa e do Carmo. Matriculou-se no curso superior de Letras que não chegou a concluir.

Era viticultor e proprietário abastado da região de Loures. Também teve actividade na restauração. Fez carreira profissional na administração pública, sendo taquígrafo da Câmara dos Deputados, sub-chefe, oficial do Registo Civil, sub-inspector da Previdência Social e chefe da repartição do Governo Civil de Lisboa, cargo em que se aposentou. Teve extensa actividade no jornalismo fundando e colaborando com numerosos periódicos: *Lápis e Pena*; *O Espectro*; *Boletim de Legislação do Comércio, Indústria e Agricultura*; *Quatro de Outubro*; *Catorze de Maio*; *A Economia*.

Foi um propagandista da República, tendo proclamado a República em Loures a 4 de Outubro de 1910. Nos dias seguintes foi nomeado administrador do Concelho de Loures, cargo que viria a ocupar outras vezes. O seu combate pela República fez com que fosse reconhecido como «revolucionário civil» pela Câmara dos Deputados em Fevereiro de 1916. Foi ainda procurador da Junta Geral do distrito de Lisboa em 1922-1925, e na legislatura de 1925, eleito deputado por Vila Franca de Xira pelo Partido Republicano Nacionalista. Projectos de lei que apresentou em 1926: 121a, 186a. Pertenceu à comissão organizadora do III Congresso Nacional Municipalista (1922). Em termos partidários iniciou-se no PRP, aderindo posteriormente ao PRL (1919-1923) e ao PRN (1923-1935?). Manteve uma actividade profissional activa durante a Ditadura, pelo que colaborou com as novas autoridades.

Pertenceu à Maçonaria e à Carbonária, tendo sido iniciado na primeira organização em 1911, na loja *Elias Garcia*, de Lisboa, com o nome simbólico de *Vitor Hugo*. Mestre do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Faleceu em Lisboa, a 1 de Junho de 1962.



João Tamagnini de Sousa Barbosa

João Tamagnini de Sousa Barbosa nasceu em Macau, em 30 de Dezembro de 1883. Era descendente de uma nobre família italiana. Filho do conselheiro Artur da Mota Tamagnini Barbosa (6 de Junho de 1852), inspector-geral da Fazenda do Ultramar e de Fátima Carolina Correia de Sousa Barbosa (1855). Casou com Maria Luísa da Cunha e Silva Tamagnini Barbosa em 1912. O casal teve três filhos: Maria Helena Tamagnini Barbosa (1914) que viria a casar com

Armando Vieira Mendes de Carvalho; Luís Artur Tamagnini Barbosa (19 de Julho de 1915) que viria a casar com Yolanda de Almeida Vasconcelos Wahnnon; Maria Albertina Tamagnini Barbosa (1916-1951). Uma das irmãs de João Tamagnini de Sousa Barbosa, Fátima Barbosa de Oliveira, era casada com o ministro do Estado Novo, major Luís Alberto de Oliveira.

Fez os primeiros estudos no Colégio Jesuíta de Macau, tendo ingressado, em 1904, na Escola do Exército (curso de Engenharia), e em 1905 na Escola Politécnica. Seguiu a carreira de oficial do Exército (praça, 1904; alferes, 1909; tenente, 1910; capitão, 1917; major, 1920; tenente-coronel, 1927; coronel, 1939; brigadeiro, 1942).

Desempenhou diversos cargos militares e na administração de empresas. Em Moçambique entre 1912-1913 foi engenheiro-chefe das obras do porto de Lourenço Marques, engenheiro director dos portos e caminhos-de-ferro e engenheiro-chefe da Repartição de Obras Públicas de Inhambane. De regresso Portugal continental desempenhou os seguintes cargos: membro da comissão Técnica de Caminhos de Ferro da Metrópole; vogal do Conselho Colonial por Macau; representante da Companhia de Altos Fornos e Acerarias de Portugal (1922); administração geral dos CTT; Comissão para a elaboração do regulamento de transportes militares, 1928-1931 (Portaria de 4 de Agosto de 1928); vogal efectivo para avaliar as provas especiais de aptidão para a promoção ao posto de major em 1934; representante do comando da arma de engenharia nas provas de aptidão para a promoção a general em 1935 e 1936; professor (desde 1933) e director do Instituto dos Pupilos do Exército (1938-1943); comandante da Escola Prática de Engenharia (1939-1940); director interino dos serviços de engenharia (1941-1942); comandante militar da Ilha Terceira (1943-1944); professor na Escola Nacional, em Lisboa, 1930-1940 (fundada pelo seu irmão Artur Tamagnini Barbosa e por José Vicente de Freitas); director da Parceria dos Vapores Lisbonenses, da Empresa Geral de Transportes, das Companhias Reunidas Gás e Electricidade e administrador da Companhia Carris de Ferro de Lisboa (1944-1948). No final da sua vida foi eleito presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sport Lisboa e Benfica para os anos de 1946-1947 e presidente da Direcção (1947-1948).

Militou nos seguintes partidos: Partido Republicano Radical (1911); Partido Republicano Evolucionista (1912-1916); dissidente do Partido Republicano Evolucionista (1916-1917); Partido Centrista Republicano (de que foi co-fundador, 1917-1918); Partido Nacional Republicano (1918); Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921-1925); Partido Republicano Nacionalista (1925-1935). Fez parte da primeira Comissão Executiva do Centro Republicano Dr. Sidónio Pais (1921), foi membro da Comissão Política do Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921) e membro do Directório do Partido Republicano Nacionalista (entre 1926 e 1935).

Pertenceu, a partir de 1911, à Maçonaria, tendo sido iniciado na Loja *Pátria e Liberdade*, de Lisboa, com o nome simbólico de *Wagner*. Tornou-se Grão-Mestre da Maçonaria do rito escocês em Janeiro de 1933, quando Norton de Matos se

tornou Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano. Foi vogal da Junta Consultiva da Cruzada Nuno Alvares Pereira em 1924.

Foi candidato a deputado nas constituintes de 1911 no círculo de Lisboa numa lista «esquerdista» do Partido Republicano Radical, não tendo sido eleito. Foi deputado do Partido Republicano Evolucionista por Moçambique em 1915-1917 e deputado do Partido Nacional Republicano por Tomar em 1918-1919. Em 1925 foi eleito deputado por Tomar pelo PRN. Foi presidente das Câmaras Municipais de Inhambane (1912) e de Lourenço Marques (1913).

Colaborador de Sidónio País, iniciou, em 1917 uma dispersa actividade ministerial. Colónias (11 de Dezembro de 1917 a 7 de Março de 1918 e de 7 de Março de 1918 a 15 de Maio de 1918); Interior (15 de Maio de 1918 a 8 de Outubro de 1918); Finanças (8 de Outubro de 1918 a 23 de Dezembro de 1918). Ministro do Interior e presidente do Ministério (23 de Dezembro de 1918 a 27 de Janeiro de 1919). Como ministro do Interior teve um papel importante na defesa da República durante a revolta de Monsanto em 1919.

Durante a revolução de 19 de Outubro de 1921 a sua casa em Lisboa foi assaltada. No entanto, seria em Oeiras, onde estava a passar férias com a família, que seria capturado. Contudo, os revoltosos acabaram por o deixar em liberdade.

Em Dezembro de 1922 defendeu João de Castro Osório no processo relativo ao golpe de 8 de Julho de 1922 e em Setembro de 1925 defendeu os revoltosos do 18 de Abril de 1925.

Não aceitou o convite feito pelo Governo para alto-comissário nos Açores em Setembro de 1926. Foi preso a 13 de Janeiro de 1927 e solto no dia seguinte devido à declaração contra o empréstimo externo entregue nas embaixadas. No manifesto distribuído na revolta de Fevereiro de 1927 figurava no elenco governativo futuro. Foi novamente preso na sequência desta revolta, sendo deportado para São Tomé. Durante o exílio nesta ilha realizou um estudo sobre a remodelação da canalização das águas que abastece a cidade, tendo recebido um louvor por unanimidade da comissão administrativa da Câmara Municipal de São Tomé. Posteriormente seria enviado para a Madeira, de onde regressaria a Lisboa a 10 de Julho de 1927. A partir de Setembro de 1927 foi defensor no Tribunal de Santa Clara de alguns militares que participaram no movimento de Fevereiro de 1927, como o general Sousa Dias. Durante os anos trinta foi chamado a defender muitos oficiais, revelando além de vastos conhecimentos jurídicos, uma palavra sugestiva e arrebadora. Voltou a ser preso em Julho de 1930 acusado de estar envolvido numa conspiração. Enquanto governador militar da Terceira (1943-1944), solicitou a libertação dos presos políticos e encetou uma aproximação aos ingleses, levando Salazar a solicitar o seu regresso a Lisboa em 1944. Os serviços prestados à coroa britânica levaram o rei a conceder-lhe a Ordem do Banho e a administração da Carris (1944-1948), então nas mãos dos ingleses. A partir de 1945 participou na Junta Militar de Libertação Nacional, conspiração *putchista* contra o regime conjuntamente com o almirante José Mendes Cabeçadas Júnior, brigadeiro Miguel Santos e capitão Queiroga. Desta conspiração resultaria o frustrado «golpe da Mealhada» em 10 de Outubro de 1946.

Faleceu em Lisboa a 15 de Dezembro de 1948. No seu funeral participaram diversas personalidades militares, mas nenhuma ligada à hierarquia do Estado Novo, com excepção de Raul Esteves e Júlio Dantas. Da oposição participaram Cunha Leal, Vasco de Barros Queirós e Tito de Morais. Norton de Matos fez-se representar pelo Dr. Ramon la Féria.



João Vitorino Mealha

Nasceu a 5 de Setembro de 1876 em Silves. Era filho de José Vitorino Mealha e de Maria da Conceição de Sousa Mealha. Era casado com Julieta Formozinho Mealha e desta união resultou descendência.

Formando-se em Direito na Universidade de Coimbra, exerceu as funções de advogado e secretário-geral do governo civil de Setúbal, cargo em que atingiu a aposentação.

Em 1907 foi o responsável pela organização do Partido Republicano Português em Silves. Foi presidente da Câmara Municipal de Silves (1918) e governador civil de Faro (30 de Maio de 1921 a 31 de Outubro de 1921). Deu um importante contributo para a construção do edifício dos Paços do Concelho de Silves.

Em 1921 e 1922 foi eleito deputado pelo círculo de Viseu nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de Lei que apresentou: 1922-1923: 401-A e 616-H. Relator 1922: 128, 129, 130, 195, 202, 207, 237, 241, 276, 280, 300. 1923-1924: 710, 797, 798, 799 e 825. 1924-25: 830.

Aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista e em Março de 1926 à União Liberal Republicana. Foi o responsável pela organização do cadastro partidário da ULR em Coimbra em 1926.

Foi director do periódico *O Silvense* (1910-1911) e redactor da *Voz do Porvir*, periódico republicano de Coimbra (1897).

Morreu em Lisboa a 18 de Janeiro de 1946.



Joaquim Brandão

Nasceu em Sesimbra em 8 de Setembro de 1876. Era filho de José Maria Brandão e de Maria da Arrábida Preto Brandão. Fez os estudos primários na sua terra natal, tendo por professor Marques Pólvora.

Em 1891, com 15 anos, tornou-se empregado de escritório de uma casa bancária em Setúbal. Posteriormente, tornou-se guarda-livros em duas casas comerciais e, em 1907, solicitador na comarca. Foi fundador e presidente da Associação dos Empregados de Comércio de Setúbal e presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Setúbal. Foi adjunto do provedor da Misericórdia de Lisboa e representante das organizações operárias e económicas no conselho de administração da Junta Autónoma do Porto e Barra de Setúbal no final da I República.

Em 1927 era inspector das finanças do concelho de Oeiras e provedor adjunto do Conselho Administrativo da Misericórdia de Lisboa. Nos seus cargos políticos desempenhou um papel importante na canalização de investimentos para os portos de Setúbal e de Sesimbra e na melhoria das condições das misericórdias e de outras associações destas duas localidades: em 23 de Setembro de 1920, quando exercia o cargo de Secretário Geral do Ministério do Comércio e Comunicações redigiu e obteve a aprovação, em 23 de Setembro de 1920, da portaria que permitiu a criação do porto de abrigo de Sesimbra, cuja construção se veio a verificar em 1921; em 1923, foi o autor do projecto de lei que criou a Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado (percursora da Junta Autónoma do Porto de Setúbal, criada em 1950), onde ocupou o lugar de vice-presidente, vindo a ser lançada a primeira pedra no dia 28 de Julho de 1930; foi o autor da proposta de lei que criou o distrito de Setúbal, em Dezembro de 1926; defendeu a elevação do Liceu de Setúbal a Liceu Nacional; defendeu a primeira travessia por uma ponte sobre o rio Tejo, que previa a ligação ferroviária entre Xabregas e o Montijo, que considerava da maior importância para a região Sul.

Colaborou em vários jornais republicanos, fundou e foi redactor em 1899 do jornal *A Folha* e em 1901 fundou e dirigiu *O Sul*.

Teve um papel importante na expansão do republicanismo em Setúbal desde 1899. Foi secretário da Comissão Municipal Republicana setubalense e um dos fundadores do centro Republicano de Setúbal, sendo presidente da assembleia-geral até à proclamação da República. Presidiu à comissão organizadora do Congresso Republicano de Setúbal de 1909 e representou o PRP em vários congressos. Após a implantação da República em Outubro de 1910 entrou como vice-presidente da comissão administrativa do município de Setúbal, vindo a ser Presidente da Câmara Municipal de Setúbal no ano seguinte. Foi ainda administrador do concelho da cidade sadina. Em 1917 foi secretário do ministro do Fomento e ainda chefe de gabinete de outros ministros a partir de 1919, como António Granjo. Em termos partidários, após a militância no PRP, acompanhou a cisão de António José de Almeida, ingressando no Partido Republicano Evolucionista (1912-1919). Deste partido transitou para o Partido Republicano Liberal (1919-1923) e para o Partido Republicano Nacionalista (1923-1927), sendo eleito deputado por estes partidos.

Fez parte da Câmara dos Deputados nas legislaturas de 1911, 1919, 1921, 1922 e 1925, sempre pelo círculo de Setúbal. Apresentou o projecto de Lei n.º 10-H, na V Legislativa (1921) que pretendia criar o distrito de Setúbal. Na Legislatura seguinte renovou a iniciativa. Outros projectos de lei que apresentou em 1922: 2-D; 2-E; 167-A, 207-A; 259-B e 271-ª 1923-24: 821-B; 1924-25: 927-A, 951-C. Projectos de lei que apresentou em 1926: 5c, 5d, 6a, 7j, 36n, 44g, 67a. Relator em 1926: 24, 107, 108, 109, 110, 113, 161, 162.

Faleceu em Lisboa a 22 de Outubro de 1927 depois de uma operação cirúrgica. Foi sepultado no jazigo dos provedores da Misericórdia de Lisboa, no cemitério do Alto de São João.



Joaquim Correia de Almeida Leitão

Nasceu a 15 de Maio de 1875 em Penacova. Era filho de Alípio de Oliveira Leitão e de Maria da Pureza Correia Leitão.

Era proprietário na sua terra natal e foi secretário de Finanças, subchefe e chefe da Fiscalização dos Impostos, administrador do concelho de Penacova e procurador à Junta Geral do Distrito de Coimbra. Pertenceu ao Partido Republicano Liberal, fazendo parte da Comissão Distrital do PRL de Coimbra. Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em 1923, sendo eleito senador por este partido na legislatura de 1925, em representação de Coimbra.

Foi um dos fundadores do *Jornal de Penacova* (1901-1937) e da Associação dos Bombeiros Voluntários de Penacova em 1930.

Faleceu no dia 15 de Agosto de 1959 em Penacova.



Joaquim José de Oliveira

Nasceu em Marrancos (Vila Verde) em 17 de Janeiro de 1880. Era filho de Tomás José de Oliveira (emigrante no Brasil que regressou rico a Portugal) e de Maximina de Oliveira. Casou com Maria da Purificação Teixeira de Oliveira (abastada proprietária), de quem teve dois filhos, Manuel e Maria.

Estudou no Seminário (1896-1897) e no Liceu de Braga. Seguiu depois para Coimbra onde frequentou os cursos de Teologia (1898-1901) e de Direito (1903-1907), alcançando o bacharelato nos dois estudos. Tornou-se advogado em Vila Verde, conservador da Biblioteca Pública de Braga, presidente da Comissão Municipal e de conservador do Registo Civil (até 1935). Era um grande proprietário na sua região de origem (Marrancos, Geraz do Lima, etc.).

Iniciou a actividade política na universidade, sobressaindo como um dos mais inflexíveis impulsionadores da greve académica de 1907. Alcançou a vice-presidência do Centro Republicano Académico de Coimbra e participou na Associação Académica do Livre Pensamento, tendo presidido, após deixar a faculdade, ao Centro Republicano de Braga.

Militou no Partido Republicano Português (até 1920), no Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920-1923), no Partido Republicano Nacionalista (Fevereiro a Dezembro de 1923). Fez parte da comissão organizadora do PRN no distrito de Braga. Em Janeiro de 1924 aderiu à Acção Republicana. Regressou ao Partido Republicano Nacionalista em Abril de 1926. Era um grande influente eleitoral em Ponte de Lima e Braga.

Candidatou-se a deputado por Braga em 1910, ainda durante a Monarquia. No entanto, só viria a ser eleito por Braga em 1911, 1915 e 1919. Em 1922 representou Ponte de Lima. Projectos de Lei que apresentou: 1922: 26-B; 157-B e 157-C; 1924-1925: 902-C. Relator 1922: 119; 1922-1923: 439.

Encetou uma campanha anti-jesuíta nas páginas do jornal bracarense *A Verdade* (1911). A sua actividade na imprensa estendeu-se depois à direcção do órgão do PRP em Braga, *O Radical* (1910), e à colaboração no jornal republicano de Coimbra, *A Pátria*. Ascendeu a ministro da Instrução de 29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920. Foi reempossado no dia seguinte, manteve-se em exercício até 21 de Janeiro de 1920.

Fez parte da Maçonaria, tendo sido iniciado em 1911, no triângulo n.º 146, de Braga, com o nome simbólico de *Renan*. Pertenceu também à Carbonária, de que foi vice-presidente em Braga, em 1910.

Faleceu em Marrancos (Vila Verde) a 13 de Novembro de 1935.



Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker

Nasceu em Portimão em 9 de Julho de 1866. Era descendente de uma distinta família algarvia ligada à nobreza. Era filho de Pedro Firmino Júdice Bicker e de Adelaide Eloisa Vieira Júdice Bicker. Era casado com Maria José de Andrade Corvo Barroso Júdice Bicker. O casal teve um filho, Pedro de Andrade Corvo Barroso Júdice Bicker.

Frequentou o Real Colégio Militar e alistou-se no Exército no batalhão de Caçadores N.º 4 em 1884, mas em 23 de Março de 1886 transferiu-se para a Marinha, onde realizou estudos na Escola Naval, fazendo carreira como oficial: aspirante de 2.ª, 1886; aspirante de 1.ª, 1889; guarda-marinha, 1890; 2.º tenente, 1892; 1.º tenente, 1893; capitão-tenente, 1910; capitão-de-fragata, 1917; capitão de mar-e-guerra, 1925.

Comandou vários navios, com destaque para o aviso *5 de Outubro*. Foi comandante da Escola Prática de Torpedos e Electricidade (Outubro de 1923 a Setembro de 1924) e da brigada de Mecânicos Navais (18 de Agosto de 1925 até 21 de Janeiro de 1926).

Foi comissário do governo para a repatriação dos indígenas em São Tomé e Príncipe. Foi governador do distrito do Limpopo (25 de Maio de 1893 a 16 de Fevereiro de 1894), governador da Guiné (7 de Junho de 1900 a 20 de Maio de 1903) e governador de Cabo Verde (27 de Maio de 1911 a 14 de Agosto de 1915).

Enquanto governador da Guiné liderou várias campanhas contra os rebeldes que vinham pondo em causa a autoridade colonial portuguesa, entre elas merecem destaque as seguintes: bijagós da ilha de Canhambaque (Outubro de 1900); Jufunco (Março de 1901); 2.ª Guerra do Otjo (Março de 1902); Arame (Maio de 1903). A submissão dos «gentios» valeram-lhe as insígnias de Comendador da Torre e Espada (17 de Maio de 1901) e a medalha de ouro de valor militar.

Participou na Grande Guerra, desempenhando funções na base de desembarque do Corpo Expedicionário Português (CEP) instalada em Brest, em França, até Abril de 1918. Nesta data foi nomeado comandante do batalhão expedicio-

nário da Marinha com destino a Moçambique. Este batalhão era constituído por três companhias de marinheiros da metrópole, uma companhia de marinheiros deportados, que já se encontrava em Moçambique e uma Bateria de 6 metralhadoras, num total de 18 oficiais e 990 marinheiros. As tropas partiram de Lisboa a 17 de Junho de 1918 a bordo do vapor *Lourenço Marques*, tendo chegado à capital da colónia portuguesa a 1 de Agosto de 1918. Dirigiram-se para Quelimane para pacificar a região que tinha sido atacada pelos alemães. O batalhão expedicionário da Marinha a Moçambique regressou a Lisboa a 21 de Abril de 1919 a bordo do vapor *Lourenço Marques*.

Em termos partidários esteve integrado no Partido Republicano Liberal e no Partido Republicano Nacionalista. Era membro do Centro Republicano Liberal Ribeiro de Carvalho, presidente da Assembleia Geral do Centro Latino Coelho (Lisboa) em 1923 e tesoureiro da comissão política do Partido Republicano Nacionalista nos Restauradores (Lisboa).

Foi ministro da Marinha, de 8 de Março a 26 de Junho de 1920 no Governo liderado por António Maria Batista (após a sua morte em 6 de Junho de 1920 foi substituído na presidência por José Ramos Preto). Entrou no Governo por decisão pessoal e sem a autorização e conhecimento do Partido Republicano Liberal. Voltou a liderar o Ministério da Marinha de 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923 no Governo do Partido Republicano Nacionalista liderado por António Ginestal Machado, embora inicialmente estivesse proposto para ministro das Colónias.

Faleceu em Lisboa em 21 de Janeiro de 1926.



Joaquim Ribeiro de Carvalho

Nasceu em 7 de Abril de 1880 em Amal, (Maceira), concelho de Leiria. Era filho de Manuel Ribeiro da Costa e de Maria da Encarnação Carvalho. Era casado com Maria Brizida Assunção Dantas Ribeiro de Carvalho, pai de Irondina Ribeiro Cardoso de Carvalho e avô de Rui Medeiros Ribeiro de Carvalho, funcionário do Grémio dos Comerciantes de Carnes de Lisboa.

Frequentou o seminário de Leiria, mas acabaria por seguir a carreira jornalística. Iniciou-se nos jornais republicanos leirienses *A Integridade* e *O Radical*. Posteriormente, fixou-se em Lisboa como amanuense da 1.ª Circunscrição Escolar. No entanto, é o jornalismo, a tradução e a escrita que o atrai. Traduziu diversas obras de autores russos e franceses, como Tolstói, Gorki e Mirbeau. Destacou-se como director do *República* (1920-1924; 1930-1941). Escreveu as obras *História das Religiões*; *Maldita Seja a Guerra* (1919); a *Eterna Canção*; *Livro dum Sonhador* (1897); *Margaritas – Versos do Coração* (1892); *Terra de Portugal – Poesias* (1901); *O que Era a Rússia Antes dos Bolchevistas* (1932). Recebeu a ordem de São Tiago em 1906. Em 1923 foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Participou em diversas actividades políticas republicanas durante a Monarquia. Era membro Carbonária e da Maçonaria, tendo sido iniciado em 1911 no triângulo n.º 143 da Erra, Coruche, com o nome simbólico de *Liberto*. Participou activamente na organização e concretização do movimento revolucionário de 5 de Outubro de 1910, tendo sido ferido. Logo a seguir à revolução fundou o Centro Radical Português e foi nomeado chefe da secretaria da Inspecção das Escolas de Lisboa. Posteriormente foi secretário-geral do conservatório de Lisboa e delegado do governo junto da sociedade Estoril.

Joaquim Ribeiro de Carvalho teve uma longa carreira de deputado, sendo eleito pelo círculo de Leiria em todas as legislaturas, à excepção da de 1918 durante o sidonismo. Projectos de lei que apresentou em 1922: 107-F; 1924-25: 851-D, 902-F, 904B, 968E, 974-C. Relator em 1922: 74, 88, 375; 1922-1923: 474.

Iniciou a actividade partidária no Partido Republicano Português, em 1912 transitou para o Partido Republicano Evolucionista e em 1919 integrou o Partido Republicano Liberal, sendo secretário do primeiro directório. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista, mas manteve um certo distanciamento e autonomia face ao Directório. Em Dezembro de 1923 seguiu Álvaro de Castro e aderiu ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Fazia parte do Directório do PRN (grupo pró-Alvaro de Castro) após a cisão do PRN em Dezembro de 1923. Na sequência da formação do Governo Rodrigues Gaspar distanciou-se da Acção Republicana, tornando-se independente. Em 1925 foi eleito deputado como independente. Nas eleições administrativas de 1925 concorreu à Câmara Municipal de Sintra, integrado numa lista dominada pelos esquerdistas. Veio a ocupar a presidência do Senado da Câmara Municipal de Sintra em 1926.

Faleceu em 10 de Outubro de 1942.



Jorge de Vasconcelos Nunes

Jorge de Vasconcelos Nunes nasceu em Grândola, a 16 de Julho de 1878, no seio de uma família notável, pertencente à elite local. O seu pai, José Jacinto Nunes (1839-1931), era um destacado republicano, bacharel formado em leis, advogado e grande proprietário local. Embora fosse natural de Pedrógão Grande, radicou-se na vila de Grândola, após ter sido nomeado administrador do concelho em 1866. Nesta vila alentejana conheceria e viria a casar em 7 de Junho de 1869, na igreja de Santa Margarida da Serra, com Maria da Natividade Pais e Vasconcelos, natural de Grândola, descendente de uma importante família da nobreza local. Deste casamento nasceriam três filhas e um filho. A irmã mais velha de Jorge de Vasconcelos Nunes, Maria da Luz Pais de Vasconcelos Nunes Camacho (n. 1872) viria a casar civilmente, na residência de seu pai (actuais Paços do Concelho), em Grândola, a 23 de Outubro de 1898, com Manuel de Brito Camacho. A ligação familiar a Manuel de Brito Camacho viria a ser decisiva no rumo po-

lítico que Jorge de Vasconcelos Nunes e seu pai, José Jacinto Nunes, viriam a ter durante a I República. Jorge de Vasconcelos Nunes teve ainda mais três irmãs, Clara de Vasconcelos Nunes (n. 13 de Novembro de 1877), Camila Pais de Vasconcelos Nunes (1879-1955) e Maria Lúcia Nunes, (n. 1883) «...filha natural de mãe que, segundo a lei se não pode nomear e do Doutor José Jacinto Nunes...».¹

Jorge de Vasconcelos Nunes casou com Maria Francisca Mendes (natural de Grândola, filha de Domingos Mendes, proprietário e de Maria Pereira), tendo tido dois filhos. José de Vasconcelos Nunes nasceu em Grândola, a 6 de Maio de 1905, tendo os seus pais efectuado o registo civil, conforme o idealismo republicana compelia em 26 de Fevereiro de 1910. O seu filho primogénito viria a falecer ainda em criança. O seu segundo filho, Jorge Jacinto Nunes de Vasconcelos, nasceu em Grândola, a 9 de Julho de 1909, tendo sido registado civilmente na mesma data do seu irmão mais velho. Viria a casar em Badajoz, com Maria Antonieta Areosa Ribeiro Nunes de Vasconcelos, natural de Pontevel, a 29 de Maio de 1939, de quem teve geração em Maria Clara Nunes de Vasconcelos, Maria Rosália Nunes de Vasconcelos e Maria Nunes de Vasconcelos. Jorge Jacinto Nunes de Vasconcelos faleceu a 22 de Maio de 1977.

Jorge de Vasconcelos Nunes fez os primeiros estudos em Lisboa, ingressando em 1895, em Coimbra, na Escola Central da Agricultura Morais Soares, também conhecida por Escola Nacional de Agricultura, onde se manteve até 1900, quando se formou como engenheiro agrónomo.

Jorge de Vasconcelos Nunes acompanhou de perto a carreira política do pai, José Jacinto Nunes que a partir de 1870 exerceu, quase ininterruptamente, a presidência da Câmara Municipal de Grândola. Fez ainda parte do Directório do Partido Republicano Português, tendo sido vítima de perseguições e preso por duas vezes. Embora candidato em 1870, apenas foi eleito deputado em 1893, pelo círculo de Lisboa, tendo sido um dos primeiros deputados republicanos a entrar no Parlamento. Por isso, desde sua juventude, Jorge Vasconcelos Nunes empreendeu acção política como propagandista da causa republicana. A sua actividade política republicana mais activa começou nos seus tempos de estudante em Coimbra desde 1895. Aquando da proclamação da República, percorreu em motorizada algumas aldeias do concelho de Grândola e Santiago do Cacém anunciando vibrantemente a chegada do novo regime com gritos de «Viva a República», facto que deixou atónitos muitos dos aldeãos.

Em termos partidários Jorge de Vasconcelos Nunes enveredou conjuntamente com o seu pai e o seu cunhado, Manuel de Brito Camacho pelo republicanismo conservador. Ingressou ainda durante a Monarquia no Partido Republicano Português. Em 1912 acompanhou o seu cunhado, Brito Camacho, na cisão que formou a União Republicana, onde foi membro substituto da Comissão Administrativa em 1912. Em Outubro de 1919 fez parte da comissão mista que ne-

¹ Arquivo Municipal de Grândola, *Câmara Municipal de Grândola*, A.G1/5, f. 7v.

gociou a fusão do Partido Republicano Evolucionista com a União Republicana para a formação do Partido Republicano Liberal. Manteve-se no Partido Republicano Liberal até Fevereiro de 1923, data em que este partido se fundiu com o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, dando lugar ao Partido Republicano Nacionalista. Jorge de Vasconcelos Nunes permaneceu no Partido Republicano Nacionalista até Março de 1926, data em que Cunha Leal liderou uma cisão dentro deste partido, formando a União Liberal Republicana. Jorge Vasconcelos Nunes integrou este novo partido republicano conservador até 1930, data em que terá abandonado a vida política activa.

Jorge de Vasconcelos Nunes foi deputado às Constituintes (1911), tomando assento parlamentar por Setúbal. Em 1915 voltou a ser deputado, desta vez por Timor. Nas legislaturas de 1919, 1921, 1922 e 1925 regressou à Câmara dos Deputados por Setúbal. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1911 e 1912. Em 1920 tornou-se vice-presidente da Câmara dos Deputados e em 1921 tornou-se seu presidente. Na legislatura de 1922-1925 renunciou ao mandato parlamentar na sessão n.º 30 de 11 de Fevereiro de 1925, tendo enviado uma carta explicando os motivos da sua decisão ao Presidente da Câmara dos Deputados. Os vários grupos parlamentares e a mesa da Câmara dos Deputados ainda tentaram demovê-lo da sua atitude, por todos considerada muito nobre, mas acabariam por aceitar a sua renúncia no dia 18 de Fevereiro de 1925. As razões da sua renúncia pretendiam-se com a suspensão de pagamentos no Banco Industrial Português, de que era director. Na Câmara dos Deputados foi autor de diversos projectos de lei. A título de exemplo refira-se os apresentados em 1922 (178-H; 261-A, que destinou 1:500.000\$ para o início da construção da linha férrea do Seixal a Sesimbra); em 1924-25 (843-C, pelo qual se tornam extensivas aos notários interinos, servindo em sede de comarcas, seja qual for a sua classe, as disposições da alínea g) do artigo 1.º da lei n.º 1 364, de 18 de Setembro de 1922); em 1926 (6-V, criando a assembleia eleitoral de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém).

Integrou o elenco governamental nos anos de 1919-1920, exercendo no Governo presidido por José Relvas as pastas da Agricultura (de 27 de Janeiro a 30 de Março de 1919) e interinamente dos Abastecimentos (entre 27 de Fevereiro e 30 de Março de 1919); no Governo chefiado por Domingos Pereira manteve-se na pasta da Agricultura (desde 30 de Março até 29 de Junho de 1919), e ocupou interinamente a pasta do Trabalho (entre 6 de Maio e 29 de Junho de 1919); no Governo efémero de Fernandes Costa liderou o Ministério do Comércio (a 15 de Janeiro de 1920); e no executivo chefiado por Domingos Pereira voltou a liderar a pasta do Comércio e Comunicações (de 21 de Janeiro a 8 de Março desse ano). Neste última passagem pelo Governo elaborou uma proposta de lei referente à melhoria do pessoal ferroviário do Estado e encetou uma reorganização do porto de Lisboa.

Jorge Vasconcelos Nunes foi ainda procurador à Junta Geral do distrito de Lisboa e vereador da Câmara Municipal de Cascais. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado, em 1910, no triângulo n.º 13 de Grândola, com o nome

simbólico de *Gomes Freire*, passando depois para a loja *Irradiação* de Lisboa. Colaborou nos periódicos *O País*, *A Lanterna*, *O Mundo*, *A Lucta*, *A Democracia do Sul* e *Pedro Nunes*.

Jorge Vasconcelos Nunes enquanto deputado e ministro contribuiu para o desenvolvimento e para os interesses da sua região. Contribuiu para a construção do porto de abrigo de Sesimbra, bem como para o apoio na assistência pública por intermédio da Misericórdia desta localidade. Com o seu pai deu ainda um importante contributo para a construção da linha de caminho-de-ferro do Vale do Sado. Esta defesa dos interesses de Grândola levou os seus conterrâneos a dar o seu nome à maior avenida da vila – que vai da Praça da República, onde se localiza a estátua de seu pai, à estação do caminho-de-ferro.

Jorge Vasconcelos Nunes foi proprietário e director de empresas. Tomando a seu cargo a administração das suas propriedades e das de seu pai (a partir de 1900), foi presidente da Associação dos Regentes Agrícolas (1912-1917) e da respectiva Assembleia-Geral (desde 1918). Para além do desempenho de funções em várias empresas industriais, foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos-de-ferro Portugueses, em representação do Estado e director do Banco Industrial Português (até 1925). Enquanto homem abastado e grande proprietário rural, defendeu os interesses dos grandes agricultores do sul e do patronato e o equilíbrio orçamental pela diminuição das despesas do Estado no Parlamento e no Governo.

A partir de 1930, com a desagregação da União Liberal Republicana e a institucionalização da Ditadura, Jorge Vasconcelos Nunes abandonou a política activa, tendo-se dedicado em exclusivo à vida empresarial.

Veio a falecer em Lisboa a 15 de Março de 1936.



José Augusto Ribeiro de Melo

Nasceu a 15 de Novembro de 1885 em Trancoso. Era filho de Luís Augusto Ribeiro Alvares de Melo e de Maria Emília da Silva Botelho Ribeiro de Melo. Casou com Benedita de Almeida Bicand, tendo o casal tido oito filhos.

Foi amanuense da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e primeiro cônsul geral de 1.ª Classe desempenhando funções diplomáticas em várias cidade. Entre 1911 (1 de Setembro) e 1914 foi cônsul de Portugal em Pernambuco e em 1921 em Santos.

Foi governador civil da Guarda (25 de Outubro de 1921 a 16 de Novembro de 1921). Foi chefe de gabinete do presidente do Conselho de Ministros, Carlos da Maia Pinto (1921) e secretário particular de vários ministros: José Relvas (Finanças, 1911), António da Fonseca (Comércio), Rego Chaves (Finanças) e Manuel Maria Coelho (Interior). Foi senador nas legislaturas de 1922 e 1925 pelo círculo da Guarda. Em 9 de Setembro de 1922 solicitou ao Senado o afastamento temporário dos trabalhos deste órgão.

Em 1922 foi eleito para o Senado integrado nas Listas do PRP. No entanto passou a ser uma voz incómoda dentro do partido. Em Dezembro de 1922 criticou a formação do 3.º Governo de António Maria da Silva, com a inclusão de alguns independentes e salientou-se no Parlamento na oposição ao Governo de Rodrigues Gaspar em Julho de 1924, pelo que começaram a surgir notícias que apontavam para uma possível irradiação do PRP. Acabou por aderir ao Partido Republicano Radical em Setembro de 1924 e tornou-se independente em Julho de 1925. Finalmente, aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em 10 de Março de 1926, tendo feito uma declaração no Senado.

Em 1945 foi arguido num processo disciplinar no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Faleceu em Trancoso a 5 de Agosto de 1963.



José Carvalho dos Santos

Nasceu em Almeida a 24 de Novembro de 1893. Era filho de Joaquim Carvalho dos Santos e Gracinda dos Reis Carvalho. Teve uma filha, Maria José Gama.

Era comerciante e mais tarde tornou-se advogado. No dia 18 de Dezembro de 1924 foi nomeado comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta.

Foi governador civil de Viseu entre 2 de Fevereiro e 30 de Maio de 1921. Foi eleito deputado em 1922 pelo círculo de Viseu nas listas dos candidatos «governamentais» apoiantes do presidente do Ministério Cunha Leal. Em 1922 era o deputado mais novo do Parlamento, com 29 anos. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1922 e 1923. Apresentou os seguintes projectos de lei 1922: 72-E e 336-A.

Próximo de Cunha Leal, aderiu ao Partido Republicano Popular em 1920, sendo presidente da Junta Distrital de Viseu e director d'*A Acção* (1919-1925), semanário republicano de Viseu que em 1920 se tornou órgão do Partido Republicano Popular no distrito de Viseu. Em Fevereiro de 1923 acompanhou Cunha Leal na adesão ao Partido Republicano Nacionalista. Foi chefe de gabinete de Cunha Leal enquanto presidente do Conselho de Ministros (16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922) e enquanto ministro das Finanças, durante o Governo nacionalista em 1923 (15 de Novembro a 18 de Dezembro). Foi candidato a deputado pelo PRN por Viseu em 1925, não sendo eleito. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Coimbra e Viseu e redactor principal d'*A Noite* (1926), órgão da ULR em Lisboa.

Em princípios de 1933 foi para Angola, onde exerceu a advocacia. Nesta colónia defendeu uma maior autonomia para as colónias e distanciou-se do regime.



José de Moura Neves

Nasceu a 13 de Novembro de 1889 em Lisboa. Era filho de José Vitorino de Andrade Neves e de Amélia de Moura Neves.

Era formado em Medicina. Seguiu a carreira militar, tendo assentado praça em 1916, chegou ao posto de tenente-coronel em 1944 (alfêres, 1916; tenente, 1917; capitão, 1921; major, 1938; tenente-coronel, 1944). Foi médico militar no Regimento de Infantaria n.º 5 em 1917 e inspetor clínico do Hospital de Dona Leonor, nas Caldas da Rainha.

Em 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Alcobaça nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Na Câmara dos Deputados foi relator em 1926: 22, 23, 85, 86, 89, 114, 115, 116, 166, 184, 189, 196.



José de Vasconcelos de Sousa e Nápoles

Nasceu a 3 de Fevereiro de 1863 na Granja do Ulmeiro (Soure). Era filho de António de Vasconcelos Sousa Arnaut Nápoles e de Maria da Glória de Magalhães e Nápoles. Era proprietário.

Fez parte do Partido Republicano Liberal (foi membro da Comissão Distrital do PRL de Coimbra em 1922). Aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista. Foi membro substituto da Comissão Distrital de Coimbra do PRN em Abril de 1923. No entanto, tornou-se independente passados poucos meses. Em Março de 1925 voltou a aderir ao Partido Republicano Nacionalista. Acompanhou Cunha Leal na União Liberal Republicana em Março de 1926. Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Coimbra.

Foi eleito deputado pelo círculo de Coimbra nas eleições suplementares de 1924 (a 1.ª Comissão de Verificação de Poderes da Câmara de Deputados validou a eleição suplementar do círculo n.º 19 – Coimbra em 29 de Abril de 1924, tendo tomado assento na Câmara a partir desse dia com base no artigo 110 da Lei n.º 3 de Junho de 1913). Em 1925 voltou a ser eleito pelo círculo de Coimbra, nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Projecto de lei apresentado em 1924-25 na Câmara dos Deputados: 835-B.

Esteve envolvido no «Movimento do 28 de Maio de 1926» em Coimbra.

Faleceu na Granja do Ulmeiro (Soure), a 16 de Dezembro de 1927.



José do Vale de Matos Cid

Nasceu em 27 de Novembro de 1871 em Viseu. Era filho de Agostinho Seixas do Vale e de Maria Henriqueta de Matos Cid. Casou com Joana Augusta Cordeiro de Matos Cid. Teve como sobrinhos: Maria Helena Cid Saldanha da

Gama e Alexandre Cid Saldanha da Gama.

Iniciou os seus estudos em Viseu, frequentando o liceu local. Posteriormente fez estudos elementares em Coimbra e Lisboa. Coursou Direito na Universidade de Coimbra, alcançado o bacharelato (1888-1893).

Exerceu advocacia em Viseu, e em Lisboa, desde 1914. Foi professor e director da Escola Normal de Viseu (1897), bem como advogado da Câmara Municipal e do Banco Agrícola Industrial Visiense. Em Lisboa leccionou na Escola Normal, e foi adjunto da provedoria da Santa Casa da Misericórdia. Em 9 de Abril de 1919, foi nomeado vogal extraordinário do Supremo Tribunal Administrativo.

Era amigo pessoal de Brito Camacho, pelo que em termos partidários, passou pelo Partido Republicano Português (?-1912), União Republicana (1912-1919), Partido Republicano Liberal (1919-1923) e Partido Republicano Nacionalista (1923-1935?). Foi deputado por Viseu (1911-1914) e por Beja (1921, 1925-1926). Foi ministro da Justiça entre 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921, no Governo presidido por Tomé de Barros Queirós. Foi várias vezes convidado para ser bastonário da Ordem dos Advogados, cargo que recusou. Em 1912 apresentou na Câmara dos Deputados com Pereira Vitorino uma proposta para uma nova delimitação da «Região dos Vinhos do Dão». Foi director d'*O Intransigente* (1914-1917), órgão da União Republicana em Viseu.

No manifesto distribuído na revolta de Fevereiro de 1927 figurava no elenco governativo futuro. Sob o regime da Ditadura viria a aderir ao Grupo de Estudos Democráticos.

Faleceu em Lisboa, a 14 de Janeiro de 1945. Foi sepultado em Viseu. A antiga elite do PRN participou no funeral: Tito de Moraes; João Tamagnini Barbosa; Afonso de Melo; Cunha Leal; Alberto Xavier.



José Joaquim Fernandes de Almeida

Nasceu em Ribeira de Pena em 14 de Maio de 1867. Era filho de Ana Joaquina Fernandes. Em 1925 encontrava-se viúvo. Era pai de José Júlio Fernandes de Almeida.

Formou-se em medicina e exerceu a profissão de médico. Foi presidente da Comissão Executiva da Assistência Nacional aos Tuberculosos em 1913. Foi director e proprietário do jornal *Evolução*, órgão do Partido Republicano Evolucionista (1913-1919) e do Partido Republicano Liberal (1919-1921) em Vila Real.

Foi membro do Partido Republicano Evolucionista (1912-1919), do Partido Republicano Liberal (1919-1923), do Partido Republicano Nacionalista (1923-1926) e da União Liberal Republicana (1926-1930). Foi o organizador do cadastro partidário da ULR em Vila Real em 1926.

Foi senador por Vila Real nas últimas quatro legislaturas da I República (1919-1921; 1921-1922; 1922-1925; 1925-1926). Foi eleito 1.º secretário da mesa do Senado em Fevereiro de 1922 e em 2 de Dezembro foi eleito 2.º secretário do Senado. Ocupou fugazmente a pasta do Trabalho nos dias 15 e 16 de Janeiro de 1920.



José Marques Loureiro

Nasceu a 6 de Março de 1879 em Campo de Besteiros (Tondela). Era filho de António Marques Loureiro e de Felicidade de Jesus Horta e Vale. Era formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Dedicou-se à advocacia. A sua esposa faleceu em Março de 1923.

Iniciou a sua actividade política durante a Monarquia pelo Partido Progressista. Depois de um período de afastamento da política foi nomeado governador civil de Viseu em duas ocasiões (31 de Agosto de 1918 a 18 de Fevereiro de 1919 e 26 de Outubro de 1920 a 2 de Fevereiro de 1921). Regressou à política com o sidonismo e aderiu posteriormente ao Partido Republicano Liberal, de onde transitou, em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. No dia 6 de Agosto de 1924, após uma pequena discussão na Câmara dos Deputados com os seus correligionários, solicitou em plena sala a sua saída do PRN, mas tal acabou por não se concretizar. Foi substituto do Directório do PRN entre 1924 e 1935.

Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Silves, nas listas do Partido Republicano Liberal e em 1925 pelo círculo de Viseu, nas Listas do Partido Republicano Nacionalista. Nestas últimas eleições os democráticos publicitaram um acordo eleitoral com José Marques Loureiro, tendo-lhe dado cerca de mil votos. Na sessão de 11 de Maio de 1926 apresentou a sua renúncia como deputado, mas as diligências da mesa fizeram com que reconsiderasse, pelo que regressou aos trabalhos parlamentares no dia 20 de Maio. Projectos de Lei que apresentou em 1924-1925: 958. Relator 1922: 15, 289, 290, 291, 292. 1922-1923: 502, 503 e 504. Projectos de Lei 1926: 6u, 194d.

Foi provedor da Misericórdia de Viseu no final da I República. Em 1933 era representante do Sindicato Agrícola de Viseu.

Faleceu em Viseu a 19 de Abril de 1956.



José Mendes dos Reis

Nasceu a 11 de Abril de 1873, em Macapá, Estado do Pará, Brasil. Era filho de José Joaquim dos Reis e de Maria Águeda Mendes Lemos, naturais da Vila de Loriga. Casou com Maria Líbia Ribeiro.

Veio para Portugal com a sua família e a 19 de Novembro de 1889 ingressou como voluntário em Infantaria 5, tendo concluído posteriormente o curso no Exército, na arma de Infantaria. Seguiu a carreira de oficial: alferes, 1895; tenente, 1899; capitão, 1907; major, 1915; tenente-coronel, 1917; coronel 1922; reformado, 1930. Foi ainda professor em várias escolas: Escola Prática de Infantaria de Mafra, Escola do Exército, Escola Prática de Cavalaria e no Centro Nacional de Esgrima. Foi professor de esgrima, tendo sido várias vezes premiado em diferentes concursos desta disciplina. Foi vogal da Comissão Técnica de Infantaria

e 2.º comandante da Escola da Guerra. Comandou a guarnição de Lisboa em 1919. Ainda em 1919 comandou o Destacamento Misto n.º 2 da 5.ª Divisão do Exército em operações no Norte. Foi Governador Militar de Viana do Castelo, Presidente da Comissão Executiva de Educação Física do Exército e vogal da Comissão de Estudo do Regime dos Tabacos em 1924. Em 1924-1925 participou no inquérito à Companhia do Niassa.

Em 1914 esteve em serviço em Moçambique e em Angola (Naulila). Em 1916 comandou a força de Infantaria e Metralhadoras que forçou o Batalhão de Infantaria n.º 21 da Covilhã, mobilizado para França, a alterar a sua atitude de insubordinação. Comandou também uma força que prendeu os oficiais de Infantaria n.º 34 que se recusavam a embarcar para a França em 1917. Em 1918 foi incorporado no CEP em França e em Inglaterra como chefe de uma missão militar.

Esteve envolvido na defesa da República durante as incursões monárquicas de 1911-1912. Comandou um grupo de metralhadoras em operações efectuadas em Braga, Arco de Valdevez, Chaves e Montalegre e foi comandante do destacamento que sufocou a rebelião de Celorico de Bastos em 1912. Nesse ano desempenhou funções como comissário da polícia de Braga. Em 1919, voltou a defender a República durante a Monarquia do Norte e envolveu-se na «Escalada de Monsanto».

Em termos partidários, deixou a independência para se aproximar dos «Governamentais», liderados por Cunha Leal em 1922. Daí transitou para o Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. Em Dezembro de 1923 abandonou o Partido Republicano Nacionalista e aderiu à cisão encabeçada por Álvaro de Castro, ingressando no Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Em Dezembro de 1925 aderiu ao Partido Republicano Português.

Foi eleito senador por Faro entre 1919 e 1926. Foi ministro da Guerra durante algumas horas no efémero Governo de Francisco Fernandes Costa entre 15 e 16 de Janeiro de 1920, não tendo tomado posse. Foi vogal do Conselho Colonial.

Enveredou pela oposição revolucionária após a instauração da Ditadura Militar. Foi um dos líderes do movimento revolucionário de 7 de Fevereiro de 1927 em Lisboa. Após este fracasso foi condenado pelo Tribunal Militar Especial, sendo separado do serviço (15 de Novembro de 1927 a 11 de Julho de 1930), preso e deportado para Angola. Em 1929 foi transferido para os Açores e posteriormente para a Madeira. Foi reformado em 12 de Julho de 1930. Apoiou o general Sousa Dias na revolução da Madeira de 1931, tendo pertencido à Junta Militar. Foi outra vez preso e demitido do Exército em Abril de 1931, sendo-lhe concedida a reintegração como reformado em 1937.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1927 na loja *Liberdade* com o nome simbólico de *Marquês de Pombal*.

Teve as seguintes condecorações: Medalha de Ouro comemorativa das Campanhas do Exército Português com a legenda «Sul de Angola 1914-1915»; Medalha Comemorativa do CEP com a legenda «França 1917-1918»; Medalha da

Vitória com estrela; Cruz de Guerra 1.^a Classe; Grau de Oficial da Ordem de Torre e Espada com palma dourada; os Graus de Comendador das Ordens de Cristo e de Sant'iago de Espada e a Ordem de Mérito Militar de Espanha com distintivo branco.

Faleceu em Lisboa a 19 de Novembro de 1971.



José Novais de Carvalho Soares de Medeiros

Nasceu a 17 de Dezembro de 1874 em Vila Nova da Lixa (Felgueiras). Era filho de Álvaro Novais de Carvalho Soares e de Maria Cândida de Medeiros Novais.

Era licenciado em Medicina. Seguiu a carreira militar na Armada, como oficial-médico, tendo atingido a patente de capitão-de-mar-e-guerra. Em 1902 participou como médico numa expedição militar em Angola. Durante a sua permanência em Angola, exerceu ainda as funções de secretário do governo do Congo.

Entre Março e Setembro de 1918 foi chefe de gabinete do ministro da Marinha, José Carlos da Maia. Foi eleito deputado pelo círculo de Penafiel nas legislaturas de 1918 (pelo Partido Nacional Republicano), 1921, 1922, (pelo Partido Republicano Liberal) e 1925 (pelo Partido Republicano Nacionalista). Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926.

Morreu a 22 de Março de 1938 na Escalheira (Lixa).



José Pedro Ferreira

Nasceu a 12 de Janeiro de 1870 nas Caldas da Rainha. Era filho de José Pedro Ferreira e Maria das Dores Ferreira. Era proprietário de uma barbearia e funcionário público no Hospital Rainha Dona Leonor nas Caldas da Rainha.

Foi director d'*O Círculo das Caldas*, jornal próximo do Partido Progressista, mas que se adaptou à república. Colaborou ainda com a *Gazeta das Caldas* nos anos 20 e 30.

Foi um dos fundadores do Centro Republicano Miguel Bombarda nas Caldas da Rainha. Foi presidente do Senado (1919) e presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal das Caldas da Rainha (1921). Foi eleito deputado em 1921 e 1922 pelo círculo de Alcobaça nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei que apresentou no Parlamento em 1922: 29-E; 1923-1924: 709-H; 1924-25: 890-A; 974-B. Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em Fevereiro de 1923, tendo sido membro da Comissão Política Municipal das Caldas da Rainha (1923). Aderiu ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana em Dezembro de 1923.

Morreu nas Caldas da Rainha a 29 de Novembro de 1943.



Júlio Dantas

Nasceu em Lagos a 19 de Maio de 1876. Filho do oficial Casimiro Augusto Vanez Dantas (1850-1904, chegou ao posto de general de brigada) e de Maria Augusta Pereira de Eça. Casou em 30 de Maio de 1942 com Maria Isabel Penedo Cardoso e Silva Dantas.

Viveu em Lisboa desde 1879, completou a instrução primária na Escola Nacional de Barros Proença em 1885 e fez o exame de instrução complementar no Liceu de Lisboa em 1886. Nesse ano ingressou Colégio Militar, onde se manteve até 1892. Após frequentar o curso preparatório da Escola Politécnica, foi admitido, em 1894, na Escola Médico-Cirúrgica, na qual alcançou o bacharelato (1899) e a licenciatura (1900) em Medicina.

Iniciou a carreira militar como médico (alferes-médico, 1902; tenente-médico, 1903), servindo no Exército (1902-1910) e na Guarda Nacional Republicana (1910-1912). Foi reformado do Exército em 1914 e demitido a seu pedido em 1924. Apesar de ser médico, nunca fez clínica profissional a não ser durante as suas obrigações castrenses. Em 1909 ganhou o concurso para um lugar de professor e director da secção Dramática do Conservatório Nacional. A República transformou esta secção, na Escola de Arte de Representar, mantendo-se Júlio Dantas, como seu professor e director até 1930. Nesse ano houve a fusão das Escolas de Teatro e Música do Conservatório, mantendo-se Júlio Dantas na chefia, agora como inspector (1930-1935) e mais tarde como director (1935-1936). Desempenhou ainda funções como inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos (1912-1946), presidente da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais (1925-1926). Foi comissário do governo junto do Teatro D. Maria II entre 1906-1912. Foi sócio da Academia das Ciências (correspondente desde 14 de Maio de 1908, efectivo a partir de 26 de Junho de 1913 e de mérito desde 20 de Outubro de 1932, ocupando a cadeira n.º 23), presidiu à respectiva Classe de Letras (1921 e 1928) e à própria Academia das Ciências (1923, 1929, 1931, 1933, 1935, 1937, 1941, 1943, 1945-1959).

Publicou uma vasta obra literária, distinguindo-se como um dos autores portugueses com maiores tiragens e como um dos mais lidos e conhecidos da primeira metade do século XX em Portugal e no estrangeiro. A sua produção literária abarca géneros muito variados – teatro, poesia, novela, conto, romance, tradução, ensaio, medicina, arqueologia, história, argumento, publicista –, tendo alguns dos seus textos, sido adaptados a óperas, a operetas e ao cinema. Começou pela poesia, mas distinguiu-se, sobretudo, no teatro, no drama e no romance histórico, frequentemente tomando como cenário o século XVIII. Apesar do sucesso de que gozou na altura, a figura de Júlio Dantas veio a ser associada nalguns sectores ao academismo literário, o que o tornou alvo de ataques por parte dos jovens escritores modernistas, como Almada Negreiros, com o *Manifesto Anti-Dantas* (1915), que viam condensado, na sua obra, tudo o que havia de estagnação na cultura portuguesa. Esta posição era contudo minoritária, uma vez

que na sua época era considerado um dos maiores escritores portugueses. Da sua vasta obra literária merece destaque os seguintes títulos. Na poesia: *Nada* (1896) e *Sonetos* (1916). No teatro: *A Severa* (1901), *A Ceia dos Cardeais* (1902), *Rosas de Todo o Ano* (1907) e *Soror Mariana* (1915). Na prosa: *Outros Tempos* (1909), *Figuras de Ontem e de Hoje* (1914), *Pátria Portuguesa* (1914), *O Amor em Portugal no século XVIII* (1915), *Arte de Amar* (1922) e *Marcha Triunfal* (1954). Nos ensaios e estudos médicos: *Pintores e Poetas de Ribaflores* (tese médica, 1900). Na tradução: *Cyrano de Bergerac*, de Rostand (1889) e *Rei Lear*, de Shakespeare (1901). Colaborou em muitos jornais portugueses como o *Diário Ilustrado*, *Novidades*, *Correio da Manhã*, *Ilustração Portuguesa*, *A Capital*, *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto* e no *Correio da Manhã* do Brasil e *La Nación* de Buenos Aires.

Iniciou-se na política durante a Monarquia, sendo requisitado para adido do Ministério do Reino em 1903, quando era ministro Hintze Ribeiro. Foi deputado pelo Partido Progressista por Coimbra em 1905-1906. Foi eleito senador pelas Belas Artes (1918-1919), representando as escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. Foi senador por Leiria em 1921-1922 e 1925-1926. Nesta última eleição, devido a diversas irregularidades no processo eleitoral, só foi proclamado senador em 3 de Fevereiro de 1926. Sob o Estado Novo, foi procurador à Câmara Corporativa até à 7.^a legislatura (20 de Janeiro de 1935 a 18 de Novembro de 1960) na qualidade de representante das Academias e Institutos de Alta Cultura científica ou literária (função inerente à presidência da Academia de Ciências).

Bernardino Machado convidou-o, em 1914, para ministro dos Negócios Estrangeiros, mas rejeitou. A sua primeira passagem pelo executivo só ocorreria, em 1920, na pasta da Instrução, que ocupou entre 21 de Outubro e 20 de Novembro no Governo de António Granjo e entre esta data e 30 de Novembro no Governo de Álvaro de Castro. Voltou mais duas vezes ao governo, à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre 16 de Dezembro de 1921 e 6 de Fevereiro de 1922 no gabinete de Cunha Leal, e desde 15 de Novembro até 18 de Dezembro de 1923 no Executivo de António Ginestal Machado. Durante o primeiro mandato como ministro dos Negócios Estrangeiros conseguiu melhorar as relações com a Santa Sé, chegando a um acordo para que o Presidente da República voltasse a usar um direito antigo dos reis portugueses (em prática desde D. João V) enquanto padroeiros – direito à entrega solene do barrete cardinalício aos núncios em Lisboa quando, no fim da carreira ingressassem no Sacro Colégio, que acabou por ser efectuado por António José de Almeida a 3 de Janeiro de 1923. Estabeleceu ainda as negociações para uma nova concordata sobre o padroado do Oriente, um acordo comercial com a França e um incremento nas relações com a China, tendo-lhe sido concedido uma Grã-Cruz pelo governo chinês. No segundo mandato à frente dos Negócios Estrangeiros a sua acção centrou-se na política de dívidas inter-aliadas, em particular nas negociações no sentido da liquidação da dívida de guerra à Grã-Bretanha por encontro de contas com as reparações alemãs e negociações de novos acordos comerciais com o Brasil e com a França.

Em termos partidários defendeu as cores do Partido Progressista entre 1905 e 1906. Após a implantação da República mantém-se afastado das actividades partidárias até ser convidado por Álvaro de Castro, em 1920, para a fundação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. Manteve-se neste partido até Fevereiro de 1923, data da fundação do Partido Republicano Nacionalista (fusão do Partido Republicano de Reconstituição Nacional e do Partido Republicano Liberal). Teve forte protagonismo no Partido Republicano Nacionalista, fazendo parte do seu Directório (1923-1935) e redigindo alguns dos seus manifestos, com destaque para o inicial, publicado no *República* a 17 de Fevereiro de 1923. Júlio Dantas tornou-se presidente do Directório do PRN no dia 23 de Março de 1927, substituindo António Ginestal Machado. Durante a Ditadura Militar o PRN oscilou entre o entendimento com os militares ordeiros para a edificação de um novo regime, no qual este partido teria uma posição relevante e aproximações ao «revirinho» golpista. Contudo, a afirmação da União Nacional enquanto partido da Ditadura e a abertura da Assembleia Nacional em 1935, com a presença de Júlio Dantas na Câmara Corporativa, levou à dissolução do Partido Republicano Nacionalista em 7 de Fevereiro de 1935.

Júlio Dantas participou em inúmeras missões diplomáticas e foi membro de diversos organismos nacionais e internacionais. Foi incumbido de uma missão diplomático-literária ao Brasil em 1923 para estabelecer com a Academia Brasileira as bases de um acordo sobre a unidade da língua escrita. Desempenhou no final de 1926 uma missão diplomática a Londres, presidindo uma delegação de que também faziam parte Mário de Figueiredo e Armino Monteiro, para a liquidação das dívidas de guerra à Grã-Bretanha, tendo o acordo sido assinado a 11 de Janeiro de 1927. Em 1941 outra missão o levariam ao Brasil como embaixador extraordinário, em agradecimento pela participação do país irmão nas Comemorações Centenárias de 1940. Regressou ainda como embaixador extraordinário à Terra de Vera Cruz, a São Salvador da Baía, em 1949 nas comemorações do seu IV Centenário. Foi o chefe da delegação portuguesa na Conferência Diplomática de Bruxelas (1948). Foi membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações entre 1933 e 1943. Foi presidente da Comissão Executiva dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal (1940), da Conferência Inter-Académica Luso-brasileira para a Unidade da Língua Escrita (1945), da delegação à Conferência Diplomática de Bruxelas (1948), e das 1.^a e 2.^a reuniões da Comissão Permanente da União de Berna em Neuchâtel (1949) e Lisboa (1950). Presidiu às Comissões Executivas do Centenário de Guerra Junqueiro em 1950 e de Almeida Garrett em 1954. Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro (1924), pela Universidade do Brasil (1949) e pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1955), era cidadão honorário do Brasil desde 1941. Era membro da Academia Espanhola, da Academia de História de Madrid e da Academia Brasileira de Letras e de mais algumas dezenas de instituições culturais do mundo. Possuía as condecorações de Santiago de Espada, Ordem de Cristo, Legião de

Honra, Cruzeiro do Sul (Brasil), Ordem de Mérito da República Argentina, de Leopoldo II (Bélgica), de Isabel, a Católica (Espanha) e Comendador da Ordem do Império Britânico.

Júlio Dantas estabeleceu pontes de contacto entre a Monarquia, a I República (incluindo o sidonismo) e o Estado Novo e entre os adversários e os apoiantes da Ditadura. Os seus críticos destacavam o facto de ser «dotado de grande maleabilidade política» (*República*, 25 de Maio de 1962). Por isso, no seu funeral participaram diversas figuras da situação, como Oliveira Salazar e membros da oposição, como Hernâni Cidade. Júlio Dantas faleceu em Lisboa no dia 25 de Maio de 1962. O seu corpo depois de ter estado depositado na Academia das Ciências de Lisboa foi a enterrar no cemitério dos Prazeres.



Júlio Ernesto de Lima Duque

Nasceu a 11 de Agosto de 1859, em Santa Eufémia, concelho de Torres Novas. Era filho de José Gomes Duque e Otilia Simpatia de Lima Duque. Casou com Maria da Pureza Correia Leitão, da qual enviuvou. Casou uma segunda vez, em 1907, com a sua prima Isaura Carolina de Lima Duque.

Estudou Matemática, Filosofia e Medicina na Universidade de Coimbra, vindo a concluir bacharelato nesta última especialidade em 30 de Julho de 1886.

Iniciou a sua actividade profissional como médico municipal em Penacova. Posteriormente, ingressou no Exército, na arma de artilharia, onde exerceu funções de cirurgião-militar: tenente, 1889; capitão, 1897; major, 1911; tenente-coronel, 1911; coronel, 1917. Ocupou o cargo de inspector de saúde junto da 5.^a Divisão. No final do século XIX prestou serviço em Moçambique na companhia dirigida por Sanches de Miranda e Álvaro Andrea.

Teve uma vasta colaboração com a imprensa, escrevendo em diversos jornais e revistas: *Coimbra Médica*; *Revista Académica de Coimbra*; *Imparcial de Coimbra*; *Elvense*, *O Dia*; *Correio da Noite* (substituiu temporariamente o director político Anselmo de Andrade), *Novidades*; *Jornal da Noite*; *Jornal de Penacova*; *Medicina Militar*; *A Província* (onde foi director).

Iniciou a vida política como deputado do Partido Progressista na eleição suplementar no círculo uninominal n.º 53 de São Pedro do Sul, que teve lugar a 3 de Julho de 1898. Foi ainda deputado pelos seguintes círculos: Penacova em 1899 e 1900; Arganil em 1901; Lamego em 1904; Viseu em 1905. Em 1910 candidatou-se por Arganil, mas a eleição não foi validada até ao 5 de Outubro. Era um poderoso influente eleitoral na região de Penacova e Poiares. Foi ainda governador civil de Évora (26 de Outubro de 1904 a 2 de Maio de 1905). Na fase final da Monarquia abandonou os progressistas e procurou o apoio de diversos partidos para acautelar a sua eleição e influência local.

Após o 5 de Outubro manteve durante algum tempo os ideais monárquicos, tendo participado na revolução monárquica de 27 de Abril de 1913, em virtude

da qual foi preso. Posteriormente, aderiu à República e filiou-se no Partido Republicano Evolucionista. Acompanhou a ala conservadora da República aderindo ao Partido Republicano Liberal (1919-1923) e ao Partido Republicano Nacionalista (1923). Foi Presidente da Comissão Distrital de Coimbra do PRL e foi eleito membro substituto do Directório do PRL em 1922. Foi substituto do Directório do PRN e Presidente da Comissão Distrital de Coimbra do PRN em 1923. Em Dezembro de 1923 fez parte do efémero «Directório sombra» do PRN (grupo pró-Álvaro de Castro) após a cisão. Em Dezembro de 1923 aderiu à dissidência liderada por Álvaro de Castro inscrevendo-se no Grupo Parlamentar de Acção Republicana.

Durante a República foi senador, pela primeira vez, em 1915-1917, por Leiria, e em 1919-1921, representando Portalegre. Em 1921-1922, 1922-1925 e 1925-1926 voltou a ser senador, desta vez por Viseu. Em 2 de Dezembro de 1922 foi eleito 2.º vice-presidente do Senado.

Foi ministro do Trabalho em quatro ocasiões: 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920; 24 de Maio a 30 de Agosto de 1921; 30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921; 18 de Dezembro de 1923 a 6 de Julho de 1924.

Faleceu a 12 de Março de 1927 na sua casa da Cumeada, em Coimbra.

Lúcio de Campos Martins

Nasceu a 28 de Novembro de 1886 na Guarda. Era filho de António Fernandes Martins e de Maria José de Campos Martins. Estudou na Escola do Exército, seguindo a arma de Infantaria. Em 1925 era capitão, mantendo-se neste posto durante o Estado Novo.

Foi eleito deputado em 1922 pelo círculo de Angola, nas listas dos «Governamentais», liderados por Cunha Leal. Ingressou no PRN por intermédio de Cunha Leal em Março de 1923. Aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926.



Manuel de Sousa da Câmara

Nasceu em Vila Viçosa a 18 de Novembro de 1871. Era filho de António Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara e de Carolina Josefa da Silva Cordeiro. Casou em Lisboa a 10 de Setembro de 1898 com Maria Luísa Pereira d'Eça Mardel Ferreira (10 de Março de 1873). O casal teve três filhos: Inês Emília de Sousa da Câmara (31 de Agosto de 1899) que casou com João Estevão de Moraes Sarmiento (médico do Hospital da Marinha e da Liga dos Amigos dos Hospitais); António Pereira de Sousa da Câmara (06-11-1901), fundador e director da Estação Agronómica Nacional, que casou com Francisca de Campos Camacho Rodrigues; Inês Manuela de Sousa da Câmara (28-07-1904) que casou com António de Matos Barreto.

Estudou no Instituto de Agronomia e Veterinária de Lisboa, pelo qual se diplomou como engenheiro agrónomo (1896). Desempenhou diversos cargos:

químico da Fiscalização das Farinhas e Pão (1898); assistente do Laboratório de Entomologia Vegetal (1898); chefe de serviço do Instituto de Agronomia (1901); agrónomo do quadro do Ministério das Obras Públicas (1902). No Instituto Superior de Agronomia tornou-se professor catedrático em 1905, vice-director em 1912, director interino em 1918 e director em 1922. Foi vice-presidente da Junta Geral da Campanha do Trigo e da Campanha de produção Agrícola. Em 1910 foi professor no Liceu Camões. Desempenhou muitas comissões de serviço, foi sócio da Academia das Ciências e vogal no Conselho Superior da Administração Financeira do Estado (desde 1911). Tem uma vasta obra editada no domínio da sua especialidade e duas monografias *D. Luiz de Castro* (Lisboa, 1918) e *Cincinnati da Costa* (Lisboa, 1930).

Foi membro da Maçonaria, iniciado em 1909 na loja *José Estêvão* com o nome simbólico de *Saccardo*. Em 1912 e 1913 foi presidente do conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano, Aderiu à dissidência e em 1914, atingindo o grau 33 no Grémio Luso-Escocês, fazendo parte do respectivo Supremo Conselho. Em 23 de Novembro de 1925 foi um dos membros da comissão delegada do Supremo Conselho do Grau 33 (Grémio Luso-Escocês) que estabeleceu um acordo com o Grande Oriente Lusitano.

Filiado inicialmente no Partido Republicano Português, transitou para a União Republicana em 1912, para o Partido Republicano Liberal em 1919 e para o Partido Republicano Nacionalista em 1923.

Em 1911 foi deputado por Estremoz, transitando posteriormente para o Senado. Em 1919 foi eleito senador pela Horta. Representou de novo Estremoz, como deputado, nas legislaturas de 1921, 1922 e 1925. Em 1922 foi candidato às eleições municipais de Lisboa.

Ocupou o cargo de governador civil de Évora de 13 de Dezembro de 1917 a 16 de Março de 1918.

Ascendeu à pasta da Agricultura em 1921, desempenhando funções ministeriais entre 24 de Maio e 30 de Agosto desse ano.

Com o início da Ditadura abandonou a actividade política, tendo-se dedicado à sua carreira de investigador e à docência até à sua morte. No entanto, durante esse período integrou a comissão de revisão do regime cerealífero, de 1927, foi vice-presidente da Junta Geral da Campanha do Trigo (1929) e da Campanha de Produção Agrícola (1930). Estas iniciativas tiveram a liderança do seu filho, que tinha fortes ligações ao Estado Novo.

Faleceu em Lisboa a 23 de Abril de 1955 e foi sepultado em Vila Viçosa.



Manuel Ferreira da Rocha

Nasceu em Lisboa, em 7 de Novembro de 1885. Concluiu o Curso Superior de Comércio como bacharel. Posteriormente, frequentou a Escola Naval (Administração) entre 1902 e 1910.

Seguiu a carreira de oficial da Marinha (praça, 1902; aspirante, 1902; comissário de 3.^a classe, 1908; 2.^o tenente, 1914) até 29 de Agosto de 1917, data em que se demitiu. Também desenvolveu actividade como comerciante e no funcionalismo público. Na Armada, alcançou a chefia da 2.^a subsecção da Contabilidade Fabril. Na área da administração pública, desenvolveu maioritariamente actividade em Macau: foi secretário-geral do governo (1911-1913), inspector da Fazenda Provincial, membro do Conselho Legislativo (1917) e delegado do governo à Conferência Internacional para a reforma das pautas aduaneiras chinesas (1917). Ocupou ainda o cargo de vogal do Conselho Colonial.

Esteve filiado na União Republicana (1912-1919), no Partido Republicano Liberal (1919-1923) e no Partido Republicano Nacionalista (1923-1925). No final de Julho de 1925 abandonou o PRN e tornou-se independente. Esta decisão foi tomada em conjunto com Matias Boleto Ferreira de Mira e Alberto de Moura Pinto, na sequência do apoio ao Governo de António Maria da Silva. A sua actividade política esteve sempre ligada a Macau: encarregado do governo da colónia entre os anos de 1916 e 1917/18; deputado por Macau em 1919, 1921, 1922 e 1925. Projectos de lei que apresentou em 1924-25: 830-E; Relator 1922: 136. Teve duas passagens pelo Governo, como ministro das Colónias: de 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920 e de 30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921. Abandonou a actividade política activa na sequência da instauração da Ditadura Militar, dedicando-se aos negócios, em particular à direcção da Companhia de Seguros Tagus, onde era sócio.

Faleceu em Lisboa em 5 de Agosto de 1951.



Manuel Ribeiro Alegre

Manuel Ribeiro Alegre nasceu em Águeda a 31 de Janeiro de 1881. Era filho de Francisco Sampaio Alegre e de Amélia Júlia Ribeiro Alegre.

Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1906. Sofreu uma expulsão disciplinar em 1903, por se ter manifestado acutilantemente contra decisões do Governo monárquico de Hintze Ribeiro. No meio estudantil era uma figura destacada pelo seu activismo republicano e carbonário. Era também conhecido por ser um excelente executante de guitarra em afinação natural, de alcunha *O Valsista*. Manuel Ribeiro Alegre teve um grupo com Manassés de Lacerda e Adelino Sá.

Foi delegado da carbonária em Coimbra e Aveiro, conspirou activamente contra a Monarquia na região centro e deu um grande contributo para o sucesso da implantação da República em 1910 na Beira Litoral.

Trabalhou como conservador do Registo Predial de Santarém. Foi governador civil de Santarém (24 de Maio de 1915 a 13 de Dezembro de 1917). Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 1911, por Aveiro, e deputado nas legislaturas de 1919, 1922, e 1925 pelo mesmo círculo, primeiro nas Listas

do Partido Republicano Português (1911 e 1919) e depois nas do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1922) e em 1925 como independente, com o apoio do Partido Republicano Português. Em 1921 foi candidato a deputado pelo círculo de Aveiro, não sendo eleito. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e em Dezembro de 1923 aderiu à cisão protagonizada por Álvaro de Castro, aderindo ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana.

Faleceu em São Pedro do Sul a 14 de Dezembro de 1940.



Manuel Soares de Melo e Simas

Nasceu na Horta em 10 de Julho de 1870. Era filho de Manuel Maria de Melo e Simas e de Luísa Adelaide Soares de Simas. Casou com Laura Augusta Sarmento Moraes e Simas. O casal teve uma filha, Luísa.

Estudou no Liceu da Horta em 1881. Frequentou o curso preparatório da arma de artilharia na Universidade de Coimbra em 1887 e o curso de Artilharia na Escola Militar em 1889. Posteriormente frequentou Escola Politécnica de Lisboa (1905), tendo-se especializado em Estudos Astronómicos.

Assentou praça como voluntário no regimento de Infantaria n.º 23 em 27 de Novembro de 1889. Seguiu a carreira militar: praça, 1889; alferes, 1893; 2.º tenente, 1893; tenente, 1895; capitão, 1907; major, 1917; tenente-coronel, 16 de Fevereiro de 1918; coronel, 1922; reserva, 1930. Serviu em várias unidades militares de Artilharia.

Participou na I Grande Guerra integrando o Corpo Expedicionário Português. Marchou para França em 21 de Fevereiro de 1917. A partir de 23 de Março de 1917 passou a desempenhar funções como chefe do depósito de material da base do 1.º Batalhão de Artilharia. Em 5 de Outubro de 1917 teve 15 dias de licença de campanha. Regressou a Portugal a 23 de Julho de 1918.

Foi professor na Escola do Exército, contudo, foi na área da astronomia que teve maior projecção. Trabalhou no Observatório Astronómico da Tapada da Ajuda desde 1911. Em 1931 tornou-se subdiretor desta instituição, mantendo-se neste cargo até à data da sua morte. Em 1912 deu a primeira lição na Universidade Livre sobre Astronomia. Na Academia das Ciências de Lisboa foi eleito membro correspondente em 1907 e membro efectivo em 1931, ocupando a cadeira 18 (Ciências Matemáticas). Integrou também a Sociedade Astronómica de Espanha e América e a Sociedade Astronómica de França, de que foi um dos fundadores.

Esteve filiado na União Republicana, no Centro Reformista desde 1914 (vulgarmente designado de Partido Reformista) e na Federação Nacional Republicana desde 1919, fazendo parte dos seus corpos gerentes. Em Abril de 1923 liderou as negociações da Federação Nacional Republicana (reformistas) com Partido Republicano Nacionalista, tendo aderido com outros correligionários ao Partido Republicano Nacionalista em Maio de 1923. Foi substituído do Dire-

tório do Partido Republicano Nacionalista desde o 2.º Congresso em 1924. Participou na Junta Consultiva do Partido Republicano Nacionalista até à sua última reunião em 1930.

Foi eleito senador pelo círculo da Horta em 1915. Em 1921 foi candidato a deputado por Ponta Delgada pela Federação Nacional Republicana, não sendo eleito.

Foi ministro da Instrução no Governo nacionalista liderado por António Gi-nestal Machado, entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923. Publicou diversas obras no seu domínio da especialidade e colaborou com jornais e revistas: *Revista de Artilharia* (1906-1907); *Sociedade Futura*; *O Século*; *Diários dos Açores*; *Folha*; *O Fayalense*; *Gazeta de Notícias*; *O Telégrafo*.

Foi condecorado pelos governos inglês, francês e português com a comenda da Ordem do *British Empire*, a Legião de Honra e as medalhas da campanha de França, da Vitória e de prata de comportamento exemplar. Era também comendador da Ordem de Cristo e grande oficial da Ordem de Avis.

Faleceu em Lisboa em 10 de Agosto de 1934.



Mariano de Melo Vieira

Nasceu a 9 de Janeiro de 1885 em Lisboa. Era filho de António Vieira e Malvina Adelaide de Melo Vieira. Foi casado em primeiras núpcias com Isaura Salvatori Santos de Melo Vieira, com a qual teve um filho, Jorge Santos de Melo Vieira. Foi casado em segundas núpcias com Olípiã Perry Vidal Pereira Bastos de Melo Vieira, filha do general João Pereira Bastos.

Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1909. Assinou o manifesto da Academia de Coimbra de 4 de Dezembro de 1906 e participou na greve Académica de Coimbra em 1907, tendo ficado ferido. Foi advogado, escrivão do 1.º ofício da 4.ª vara do Tribunal da Boa Hora e jornalista. Fez parte, como vogal, do Conselho de Administração do Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral e presidiu à Sociedade Portuguesa de Instrução e Educação.

Foi o fundador do bi-semanário *Humanidade* de Coimbra e do *Voz do Povo*, (órgão da União Republicana no concelho de Oeiras). Foi o director de *O Debate* (órgão do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano Nacionalista no concelho de Oeiras) e da *República Portuguesa* (órgão do Partido Republicano Nacionalista) e colaborador d'*A Lucta*, *República* e *Povo de Oeiras*.

Iniciou a sua actividade partidária no PRP, passou em 1912 para a União Republicana, em 1919 para o Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. Foi governador civil de Beja de 6 de Junho a 17 de Agosto de 1921. Em 1925 foi eleito deputado pelo PRN pelo círculo de Torres Vedras. Foi 2.º secretário da Câmara dos Deputados. Apresentou os seguintes projectos de lei em 1926: 7a, 44l.

Manteve uma oposição à Ditadura nas páginas d'*O Debate* até 1932. Pertenceu à Maçonaria, tendo feito parte do Supremo Conselho dissidente.

Morreu em Lisboa a 10 de Março de 1951.



Mário de Magalhães Infante

Nasceu a 30 de Novembro de 1875 em Cantanhede. Era filho de Carlos Augusto Magalhães Infante e Maria Lúcia Pessoa Infante. Era proprietário e funcionário da Fazenda Pública de Vila Franca de Xira, tendo sido seu tesoureiro em 1918-1919. Exerceu ainda as funções de vogal do Conselho Superior dos Seguros Sociais.

Foi eleito deputado em 1921 e 1922, pelo círculo de Vila Franca de Xira, nas listas do Partido Republicano Liberal. Aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista e à União Liberal Republicana em Dezembro de 1927.

Morreu a 7 de Dezembro de 1939, na Quinta do Amparo, em Leiria.



Matias Boleto Ferreira de Mira

Nasceu a 21 de Novembro de 1875 em Canha (Montijo). Era filho de António Boleto Ferreira de Mira e Maria José Baptista Boleto. Casou com Estrela Rosa da Silva Vassalo de Mira.

Estudou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Após ter concluído o curso de Medicina iniciou funções como médico em Canha (1899 e 1910). Posteriormente iniciou a actividade de investigação e docência: foi director do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral, assistente (1912 a 1918) e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa e encarregado do curso de Química Fisiológica (1918 a 1944).

Publicou uma vasta obra na área da ciência médica, didáctica e pedagogia. Colaborou em várias revistas nacionais e internacionais, como a revista *Seara Nova* e os jornais *A Lucta* (de que foi redactor principal de 1918 a 1922 e director em 1922), *O Diabo* e *Diário de Notícias*. Era membro da Sociedade das Ciências Médicas, da Sociedade de Estudos Pedagógicos e presidiu à Sociedade Portuguesa de Biologia. Deu uma conferência na Universidade Popular em Lisboa em 10 de Outubro de 1934 sobre «Defesa contra a Tuberculose».

Iniciou a sua actividade partidária na União Republicana. Em 1919 transitou para o Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista. Foi o relator das bases dum programa para o PRL. Em 1923 era presidente do Centro Republicano Liberal de Lisboa. Foi eleito sublíder dos deputados do PRN em Março de 1923. Abandonou o PRN no final de Julho de 1925 conjuntamente com Manuel Ferreira da Rocha e Alberto de Moura Pinto, na sequência do apoio ao Governo de António Maria da Silva.

O Directório do PRN ainda tentou que ele regressa-se a este partido. No entanto, em Setembro de 1925 informou António Ginestal Machado da sua decisão de não retornar ao PRN.

Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, uma vez por eleição e duas por comissão. Foi eleito deputado em 1921 e em 1922 pelo círculo de Santarém nas listas do Partido Republicano Liberal. Projectos de lei que apresentou em 1922: 27-B.

Morreu em Lisboa a 7 de Março de 1953.



Paulo da Costa Menano

Nasceu a 12 de Dezembro de 1881 em Fornos de Algodres. Era filho de António da Costa Menano e de Januária Paulo Menano. Era casado com Emília Santos Menano e pai de João António, Paulo, Maria Ana e Emília dos Santos

Menano.

Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1903. Em Coimbra ficou famoso pela sua actividade musical ao lado do seu irmão, José Paulo Menano. Este duo notabilizou-se a tocar a guitarra e a cantar o fado de Coimbra em récitas e outras actividades artísticas. No entanto, foram os irmãos mais novos (Horácio, António e Alberto) que conseguiram a consagração no fado de Coimbra, em particular António Menano.

Exerceu os cargos de delegado do Procurador da República nas comarcas de Castelo de Vide, Penela, Estremoz, Mafra, Covilhã e Lisboa, de juiz de Direito na ilha do Pico e nas comarcas de Fronteira e Lisboa e de director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa a partir de Novembro de 1922 até Dezembro de 1923. Em Junho de 1924 deslocou-se a São Paulo para estudar a organização policial dessa cidade. À data do seu falecimento presidia a direcção da Companhia Eléctrica da Beira, que ajudou a fundar, e encontrava-se aposentado da carreira de Juiz de Direito.

Integrou o Partido Republicano Evolucionista e aderiu em 1919 ao Partido Republicano Liberal. Foi eleito membro substituto do Directório do PRL no 3.º Congresso em Março de 1922. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Foi eleito substituto do Directório do PRN em 1923 e 1924.

Foi eleito deputado pelo PRL nas legislaturas de 1921 e 1922 pelos círculos de Gouveia e Arganil. Foi o 2.º vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1922. Projectos de lei que apresentou em 1922: 84-D e 259-G; 1922-23: 380-B; 397-C, 437C e 566. Relator 1922: 152.

Morreu em Lisboa a 9 de Março de 1960. Foi sepultado na sua terra natal.



Pedro Góis Pita

Nasceu em Santa Luzia, Funchal, em 26 de Maio de 1891. Era filho de António Félix Pita e de Maria da Conceição Góis Pita. Casou com Amélia da Conceição Barata Salgueiro da Silva Pita (n. 1895) e teve dois filhos: António da Silva Pita (n. 1913) e Maria Amélia Pitta e Cunha (n. 1915).

Fez os estudos liceais no Funchal e cursou Direito em Coimbra, vindo a alcançar o bacharelato em 1914. Regressou nesse momento à sua terra natal, vindo a desempenhar as funções de advogado, de vogal do registo predial, de ajudante de notário na comarca de Ponta do Sol e de notário da comarca funchalense. Veio para Lisboa no início dos anos vinte continuando a exercer advocacia (tinha escritório na Rua Nova do Almada e posteriormente na rua da Prata) e a ser conservador do registo predial até à sua aposentação. Compartilhou o primeiro escritório com Raul Lelo Portela e Carlos Olavo. Foi vogal do Conselho Superior Judiciário (1927-1933), presidiu à Direcção da Caixa de Aposentações dos Conservadores do Registo Predial (1927-1934) e foi bastonário da Ordem dos Advogados (quatro mandatos sucessivos de 1957 a 1971). Durante este período desempenhou um papel importante na defesa dos presos políticos e na manutenção de uma certa autonomia da advocacia face ao Estado Novo.

Foi co-proprietário e co-director da *Revista do Notariado e Registo Predial*. Foi eleito sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa em 27 de Março de 1924 e eleito sócio efectivo em 16 de Julho de 1931, tendo ocupado a cadeira n.º 38 e daí transitou para a cadeira n.º 32 em 30 de Outubro de 1941. Em 1970 tornou-se vice-presidente da classe de Letras e em 1973 e 1974 foi presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

Pedro Góis Pita publicou algumas dezenas de estudos nas áreas do direito em que era especialista, nomeadamente, entre outros, *Prática da Advocacia* (1920), *Estudos de Direito* (s. d.), *Contrato de Colónia na Madeira* (1929), *O Novo Código Civil e o Registo Predial*, (1940), *Elogio histórico de José Maria Barbosa de Magalhães* (1957), *Discurso* (1958), *Contribuição para uma futura reforma do registo predial* (1961), *Discurso de Homenagem aos Falecidos Bastonários Catanbo de Menezes e Artur de Moraes Carvalho* (1963). Apresentou ainda algumas comunicações sobre assuntos jurídicos na Academia das Ciências de Lisboa.

Tinha a ordem de Cristo, a ordem de Santiago da Espada, a Grã-Cruz da Espiga de Ouro (China) e a Grande Oficialato de Santo Olavo (Noruega).

No domínio político, abandonou em 1920 a militância no Partido Republicano Português, para aderir ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, vindo depois a transitar em Fevereiro de 1923 para o Partido Republicano Nacionalista, de cujo Directório foi membro desde a sua fundação até à sua dissolução (1923-1935). Durante este período foi secretário do Directório, apresentando o relatório do Directório em todos os congressos do PRN. Tornou-se sub-líder do PRN na Câmara dos Deputados em 1926.

Foi deputado nos anos de 1919 a 1926 (representando o Funchal em 1919, 1921 e 1922 e Castelo Branco em 1925). Projectos de lei que apresentou em 1922: 3-D, 3u, 6h, 36c, 68d, 96f, 96g, 160b, 207c, 322a, 372. 1922-23: 376j, 432f, 464c, 608a, 611b. 1923-24: 668c; 1924-25: 947b, 945j, 950. Relator 1922: 47, 48, 58, 163; 1922-23: 446, 447, 487. Projectos de lei em 1926: 81a, 103c, 136h. Desempenhou funções como ministro do Comércio e interino do Trabalho entre 15 de Novembro e 18 de Dezembro de 1923.

Participou na campanha eleitoral do MUD, integrando a segunda Comissão Central do MUD, constituída a 10 de Novembro de 1945 durante uma reunião no Teatro Taborda. Participou ainda na campanha presidencial do general Norton de Matos, nomeadamente numa das sessões no salão da Voz do Operário presidida pelo Prof. Barbosa de Magalhães, tendo o seu discurso originado a intervenção da autoridade. Apoiou o *Bloco Académico Anti-Fascista* na recolha de fundos para apoiar os presos políticos. Manteve ligações permanentes com a corrente republicana de oposição ao Estado Novo, mas sempre num quadro de oposição legal e não violenta. A sua filha, Maria Amélia Pitta e Cunha, destacou-se à frente da Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa durante a Guerra Colonial e era esposa de Paulo Arsénio Veríssimo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros (1950-1958).

Morreu em Cascais a 3 de Fevereiro de 1974.



Rafael Augusto de Sousa Ribeiro

Nasceu a 10 de Dezembro de 1886 em Valença. Era filho de João Baptista Ribeiro e Alexandrina Rosa de Carvalho Ribeiro. Era casado e residente da freguesia de Santa Maria dos Anjos, em Lisboa. Seguiu a carreira de funcionário público. Entrou em 1913 para a secretaria da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo alguns anos mais tarde vindo a chefiar este organismo.

Pertenceu ao Partido Republicano Liberal e ao Partido Republicano Nacionalista (1923-1935).

Foi governador civil de Faro entre 31 de Outubro de 1921 e 14 de Novembro de 1921 e secretário dos ministros da Instrução Pública (entre 22 de Dezembro de 1921 e 4 de Fevereiro de 1922), da Justiça e Cultos (de 14 de Dezembro de 1922 a 16 de Novembro de 1923) e da Instrução Pública (de 6 de Julho a 22 de Novembro de 1924). Em 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Viana do Castelo nas listas do Partido Republicano Nacionalista. Participou nas Comissões de Estatísticas, Obras Públicas e Minas.

Foi preso em 14 de Junho de 1929 por ter feito algumas afirmações contra o Governo no Café Martinho. Foi libertado a 15 Junho de 1929, tendo entregue no Governo Civil de Lisboa a quantia de 1000\$00 com destino à assistência. No Verão de 1930 voltou a ser preso no Aljube, tendo nessa ocasião escrito a António Ginestal Machado a solicitar o apoio do PRN. Publicou um artigo

sobre a necessidade de defender a imprensa republicana n' *O Debate*, a 1 de Junho de 1930. Pelo Decreto n.º 25.317 foi desligado do funcionalismo público por decisão do Conselho de Ministros de 14 de Maio de 1935, com base no Decreto n.º 25317 de 13 de Maio de 1935. Em 1947 pertenceu ao MUD em Valença.²

Colaborou em vários jornais e publicou diversas obras: *Preparação de Portugal para a Guerra* (1916), *Administração Colonial: Lições Coligidas em Rigorosa Harmonia com o Programa do Curso e com as Prelecções Feitas no Ano de 1916-1917 pelo Exm.º Professor Dr. Martinho Nobre de Mello* (1917); *História do Direito Português* (1923); *O Exército e a Política: a Propósito duma Pretendida Ditadura Militar* (1924); *O Iberismo dos Monárquicos* (1930) e colaborou em vários jornais e revistas.

Morreu a 26 de Outubro de 1947.



Raul Lelo Portela

Nasceu a 4 de Setembro de 1888 em Fontes (Santa Marta de Penaguião). Filho de António José Portela (médico, bacharel pela Universidade de Coimbra) e de Olinda Ferreira Ponce Leon Lelo. Irmão de Alberto Lelo Portela e de Aurélio Lelo Portela. Casou com Ester Silva Gouveia Portela (nasceu em 1895) em 1917, filha de António Silva Gouveia (comerciante e proprietário da Casa Gouveia na Guiné). O casal teve quatro filhos: António Gouveia Portela; Maria Luísa Gouveia Lelo Portela (nasceu em 16 de Fevereiro de 1920); Maria do Carmo Gouveia Portela (nasceu em 16 de Fevereiro de 1920); Ester Maria Gouveia Lelo Portela.

Após cursar Direito em Coimbra, onde alcançou o bacharelato em 1912, seguiu a carreira de advogado em Lisboa. A partir de 1921 dedicou-se à actividade comercial e industrial na Metrópole e nas Colónias, dados os contactos que o seu sogro lhe proporcionou. Tinha escritório de advocacia na Rua Nova do Almada, conjuntamente com Pedro Pita e Carlos Olavo. Em 1928 foi o representante dos produtores de Vinho do Douro numa comissão nomeada pelo Governo, na qual também havia representantes dos exportadores. Esta comissão pretendia solucionar a questão do entreposto de Gaia.

Elaborou vários e importantes estudos económicos e financeiros, entre os quais se destacam: *Economia Política: Místicas do Dirigismo*, (1957); *Economia e Finanças*, (1955); *Mercado Comum e Zona do Mercado Livre* (1957).

No final da Monarquia participou nas comissões de protesto antifranquistas. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1909 na loja *Estrela de Alva* com o nome simbólico de *João de Deus*.

Passou pelo Partido Republicano Evolucionista (1911-1919) e pelo Partido Republicano Liberal (1919-1923). Neste último partido foi eleito membro efectivo do Directório no 3.º Congresso em 1922. Em Fevereiro de 1923 ingressou

² ANTT, Arquivo da PIDE/DGS: Processos números 4342, 10459 e 4675; ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CO/PC-8F, 78-83. *O Debate*, 1 de Junho de 1930, 1.

no Partido Republicano Nacionalista (1923-1926), tendo feito parte do seu directório entre 1923 e 1926. Neste último ano ingressou na União Liberal Republicana (1926-1931), onde foi 1.º secretário da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR em Vila Real. No Verão de 1931 aderiu à Aliança Republicano-Socialista.

Foi eleito deputado por Vila Real em 1919 e 1921 pelo PRL e em 1925 pelo PRN. Apresentou dois projectos de lei em 1926: 24c, 206B. Representava Vila Real no Parlamento quando, em 1919, se insurgiu contra as expropriações dos bens dos monárquicos.

Foi ministro da Justiça entre 30 de Agosto e 19 de Outubro de 1921, no gabinete formado por António Granjo. Enquanto foi ministro reuniu todos os conselhos disciplinares do Ministério da Justiça no Conselho Superior Judiciário.

Já na vigência da Ditadura foi colaborador do periódico *O Sol*, propriedade do seu irmão Alberto Lelo Portela (tenente-coronel). Durante o Estado Novo fez parte da «oposição possível» dentro da legalidade, com particular empenho no domínio económico.

Faleceu na sua casa, no Paço do Cardigo, perto de Ponte de Lima, em 1 de Abril de 1972.



Ricardo Pais Gomes

Nasceu em Passos de Silgueiros (Viseu) a 12 de Março de 1868. Era filho de José de Almeida Gomes e de Ana da Anunciação Pais Soares. Casou com Maria Gracinda Macário Gomes em 15 de Junho de 1899 na Igreja Paroquial de Silgueiros, com quem teve quatro filhos: Ricardo Júlio (1901); Afonso Henriques (1902); Maria Gracinda (1904) e Alice (1905).

Frequentou o Seminário de Viseu e completou os estudos secundários no Liceu de Viseu. Estudou em Coimbra entre 1890 e 1897. Frequentou a Faculdade de Direito, alcançando o bacharelato em 1897. Exerceu a advocacia e o jornalismo em Viseu.

Pertenceu ao corpo redactorial da *Democracia da Beira* desde 1891 e da *Ideia Nova*. Colaborou ainda n' *A Nova Lucta* (1894) e n' *O Intransigente* (1894-1895). Foi director e redactor político do semanário *A Beira* (1906).

Foi secretário-geral do Ministério do Interior (1911) e Director-Geral da Administração Política e Civil (1922-1926). Pertenceu ao Conselho Superior de Finanças nos anos vinte.

Foi um dos mais importantes propagandistas da República em Viseu desde 1890. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1899, no *Triângulo 18*, de Viseu, com o nome simbólico de *Capmourdin*. Em 1904 foi um dos fundadores do Instituto Liberal de Instrução e Recreio de Viseu e no ano seguinte participou na criação do Centro Democrático Republicano de Viseu. Em 1909-1910 fun-

dou o centro Federal Republicano da Beira Alta. Foi presidente da Comissão Distrital Republicana de Viseu (1910).

Foi o primeiro governador civil de Viseu após o triunfo republicano (5 de Outubro de 1910 a 12 de Julho de 1911).

Filiado inicialmente no Partido Republicano Português (desde 1890), passou sucessivamente pelo Partido Republicano Evolucionista (PRE), Partido Republicano Liberal (PRL) e Partido Republicano Nacionalista (PRN).

Foi candidato republicano nas últimas eleições durante a Monarquia em Agosto de 1910, não sendo eleito. Foi deputado por Pinhel na constituinte (1911), passando depois para o Senado. Foi vice-secretário do Senado (1913). Retomou o lugar nesta Câmara, como senador por Viseu, em 1915 e 1919. Regressou ao Senado, por Viseu, ainda em 1921 e, por Coimbra, em 1922 (PRL; PRN).

Ocupou a pasta da Marinha entre 19 de Julho e 20 de Novembro de 1920; entre 24 de Maio e 30 de Agosto de 1921; e desde 30 de Agosto de 1921 até 19 de Outubro de 1921.

Faleceu em Viseu a 21 de Janeiro de 1928.



Roberto da Cunha Baptista

Nasceu em Lisboa em 22 de Julho de 1874. Casou com Amélia Barroso Pereira Vitorino da Cunha Baptista, união que gerou alguns filhos.

Seguiu a carreira militar, tendo concluído o curso do Estado-Maior em 1893. Assentou praça em Artilharia em 1890 e progrediu na carreira de oficial do exército: alferes, 1893; tenente, 1895; capitão, 1906; major, 1913; tenente-coronel, 1916; coronel, 1917; general, 1922. Cumpriu algumas comissões de serviço em África, nomeadamente na fronteira do Transvaal durante a guerra anglo-boer no final do século XX e em Moçambique em 1894 e 1900. Em 1914 desempenhou o cargo de adido militar em Madrid. Nessa data foi indigitado para seguir na projectada expedição a França, pelo que em 1916 chefiava o Estado-Maior da Divisão que treinava em Tancos. Chefiou o Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português (1917-1919). Em 1919 foi chefe de Divisão no ataque a Monsanto. Entre 1919 e 1921 comandou a 3.ª Divisão do Exército, no Porto. Em 1921 e 1922 chefiou o Estado-Maior da Guarda Nacional Republicana, foi comandante da 1.ª Divisão (1922-1924). Em 1924 participou na repressão à revolta dos aviadores. Após o 28 de Maio, chefiou o Estado-Maior do Exército (1927-1928), foi professor da Escola da Guerra e comandou a Escola Militar (1928-1932). Recebeu as ordens de Torre e Espada, de Avis e de Cristo.

Em termos partidários teve um percurso variado. Durante a Monarquia integrou o Partido Regenerador-Liberal. Após a implantação da República integrou o Partido Republicano Português. Em 1920 aderiu ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, sendo substituído do Directório em 1921. Em Fevereiro

de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista e a 18 de Dezembro do mesmo ano abandonou este partido para se tornar independente, mas próximo de Álvaro de Castro.

Durante a Monarquia foi deputado pelo Partido Regenerador-Liberal (1908-1910) e ajudante do ministro Sebastião Teles (1909). Já durante a República colaborou com os «Jovens Turcos» e foi chefe de gabinete do ministro Pereira Bastos (1913-1914). Esteve preso em 1918. Foi ministro da Guerra de 20 a 30 de Novembro de 1920. Foi candidato a deputado pelo PRRN pelo círculo de Viseu em 1921, não sendo eleito. Foi eleito senador por Viseu em 1922 pelo PRRN e em 1925 transitou para a nova legislatura, mantendo-se no Parlamento até ao seu encerramento a 31 de Maio de 1926. Aderiu ao Grupo de Estudos Democráticos em 1931.

Faleceu a 16 de Setembro de 1932 em Viseu.



Rodolfo Xavier da Silva

Nasceu em Lisboa a 9 de Julho de 1877. Era filho de Carlos Joaquim Xavier da Silva. Era pai de Xavier Ganz da Silva e cunhado de Homem Cristo (pai).

Foi aluno do Colégio Militar. Licenciado em 1905 pela Escola Médico-Cirúrgica. Foi médico e professor no Instituto de Medicina Legal, área em que realizou diversos estudos. Co-organizou o Arquivo Geral do Registo Criminal, fez estudos de dactiloscopia e exerceu funções como médico-antropologista da Penitenciária de Lisboa. Foi director da polícia científica, da Penitenciária de Lisboa, do Dispensário Policlínico, do Instituto de Criminologia (1.ª secção), dos Serviços de Puericultura e dos serviços clínicos da Junta de Província da Estremadura. Foi aposentado das funções públicas em 1947. Foi autor de diversas obras relacionadas com a sua profissão.

Iniciou a sua actividade política durante os estudos superiores, tendo ligações à Maçonaria e ao republicanismo. Aderiu ao Partido Republicano Português e em 1920 ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional, tendo pertencido ao seu Directório em 1921. Em Fevereiro de 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista. Fez parte da Comissão para elaborar o programa do PRN. Em Dezembro de 1923 abandonou o PRN e aderiu ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Ainda fez parte do efémero Directório do PRN liderado por Álvaro de Castro que se enfrentou ao Directório liderado por António Ginestal Machado em Dezembro de 1923.

Ocupou o cargo de governador civil de Lisboa de 30 de Abril a 9 de Agosto de 1917. Em 1919 foi eleito deputado pelo círculo por Lisboa Ocidental. Em 1921 foi candidato a deputado pelo PRRN no círculo de Alcobaça, não sendo eleito. No entanto, viria a ser eleito senador por Moçambique pelo PRRN em 1922.

Foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 30 de Março e 28 de Junho de 1919. Foi novamente ministro dos Negócios Estrangeiros entre 8 de Março e

26 de Junho de 1920. Representou a o Grupo Parlamentar de Acção Republicana, enquanto Ministro do Trabalho (de 6 de Julho a 22 de Novembro de 1924) e enquanto Ministro da Instrução (de 15 de Fevereiro a 1 de Julho de 1925).

Faleceu em Lisboa em 3 de Abril de 1955. Alguns membros da Esquerda Republicana estiveram presentes no seu funeral, entre eles, um representante de José Domingues dos Santos.



Silvestre Falcão
[Silvestre José Falcão de Sousa Pereira de Berredo]

Nasceu em Castro Marim, em 29 de Junho de 1866, filho de Silvestre Falcão de Sousa Pereira de Berredo e de Rita Sebastiana Celorico Drago. Casou com Elvira Monteiro Falcão, de quem teve descendência em Elvira Monteiro de Falcão.

Frequentou a Faculdade de Medicina de Coimbra, alcançando o bacharelato. Foi um dos companheiros de curso de António José de Almeida e era amigo de Miguel Bombarda e Manuel de Arriaga. Exerceu clínica em Loulé, Távira e Lisboa. Dedicou-se ao jornalismo e publicou poesia em diversas publicações. Colaborou com os seguintes jornais: *Azagaia*, Coimbra, 1891-1892; *Democracia do Sul*, Montemor-o-Novo e Évora; fundou e dirigiu o jornal *Província do Algarve*, Távira, 1908-1920 e dirigiu o órgão do Partido Republicano Nacionalista, *O Jornal*, Lisboa, 1924.

Fez parte do comité académico, em Coimbra, que colaborou na revolta de 1891. Iniciou a actividade política no PRP. Fez parte do «Bloco» em 1911, aderiu depois à União Republicana, onde desempenhou diversos cargos. Em 1919 aderiu ao Partido Republicano Liberal e em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista.

Foi provedor da Misericórdia de Távira e governador civil de Coimbra de 30 de Junho de 1911 a 4 de Dezembro de 1911. Foi empossado como ministro do Interior a 12 de Novembro de 1911, pasta que ocupou até 16 de Junho de 1912. Em Fevereiro de 1912 institucionalizou o 1.º selo branco em Portugal. Foi deputado por Faro em 1921 e senador pela mesma cidade entre 1922 e 1926.

Faleceu em Lisboa a 18 de Março de 1927 e está sepultado em Távira.



Tomé José de Barros Queirós

Nasceu em Quintãs (concelho de Ílhavo), a 2 de Fevereiro de 1872. Era filho de António José de Barros e de Matilde da Conceição Queirós de Barros, humildes lavradores. Foi para Lisboa em 1880, onde começou a trabalhar desde os oito anos. Foi primeiramente aprendiz de oficina e marçano. Em 1887 empregou-se como caixeiro na Casa José de Oliveira (candeeiros e canalizações). De-

pois de uma aprendizagem como autodidacta inscreveu-se nas aulas nocturnas da Escola Elementar do Comércio (1894-1897). Na Casa José de Oliveira foi ascendendo, desde empregado a comerciante, passando de caixeiro a gerente (1891), depois a sócio do mesmo estabelecimento (1902), até alcançar a propriedade da loja de candeeiros em Lisboa (1911). Viria a ser proprietário único da referida firma. Sempre ligado à actividade comercial, fez incursões na área da imprensa, fundando *A Voz do Caixeiro* e colaborando n' *O Caixeiro*. Na primeira década da I República foi redactor assíduo do jornal *A Lucta*, o jornal dirigido por Brito Camacho. Fundou o «Centro Nocturno da Associação dos Caixeiros» para que estes pudessem estudar. Foi presidente da Associação Comercial de Lisboa em 1913.

Foi membro de várias comissões de sindicância e reforma dos serviços públicos, desempenhou os cargos de director da Companhia do Boror, de director e co-fundador da Companhia de Seguros «Mutualidade Portuguesa», e de vogal, vice-presidente e presidente do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (de Dezembro de 1910 a Maio de 1926).

Publicou a seguinte obra: *Apontamentos para o Estudo dos Impostos Proporcional e Progressivo*, Guimarães & C.^a Editores, Lisboa, 1917.

Pertenceu à direcção central de todos os partidos onde militou: no Partido Republicano Português, a que aderiu em 1888, inscrevendo-se no Centro de Fraternidade Republicana do Pátio do Salema, chegando a ser co-director do mesmo (1889). Esteve associado ao Grupo Republicano de Estudos Sociais (1896), foi membro da comissão instaladora do Centro de São Carlos e presidente da comissão paroquial do PRP de Santa Justa. No final da Monarquia foi presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa e membro da vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa (substituto em 1908 e efectivo entre 1909-1911). No dia 5 de Outubro de 1910 proclamou a República em Sintra, em nome da Junta Revolucionária. Filiou-se posteriormente na União Republicana, onde se manteve entre 1911 e 1919, integrou, durante esse período, o respectivo Directório. No Partido Republicano Liberal, para onde passou em 1919, presidiu ao Directório desde aquele ano e liderou o grupo parlamentar até Julho de 1922. Finalmente aderiu em Fevereiro de 1923 ao Partido Republicano Nacionalista, onde chefiou a bancada parlamentar.

Após a implantação da República ingressou no Ministério das Finanças, onde foi presidente do conselho disciplinar, secretário e secretário-geral da Fazenda Pública, sendo de sua autoria a reforma tributária de 1911. Nesse ano presidiu à comissão de reforma aduaneira e de serviços fiscais.

Iniciou a sua carreira parlamentar como deputado da constituinte, eleito no círculo de Torres Vedras (1911-1915), tendo obtido 7609 votos. Nessa legislatura alcançou a vice-presidência da respectiva Câmara (1912) e destacou-se com a formulação de um parecer sobre a lei de receita e despesa de 1912-1913. Após o sidonismo regressou à actividade parlamentar, sendo eleito deputado por Lisboa Oriental (1919 e 1921). Em 1922 voltou a ser eleito para a Câmara dos De-

putados, desta vez pela Horta. Em 1925 seria novamente eleito por Lisboa Oriental. Renunciou ao mandato de deputado em Junho de 1924.

Integrou o elenco governativo, pela primeira vez, como ministro das Finanças, entre 15 de Maio e 18 de Junho de 1915. Tornou ao executivo, agora como ministro interino da Agricultura e da Instrução Pública entre 23 e 24 de Maio de 1921 e chefe do Governo e ministro das Finanças, entre 23 de Maio e 30 de Agosto de 1921.

Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado em 1912 na loja *Acácia* com o nome simbólico de *Garibaldi*. Foi convidado a candidatar-se à Presidência da República, no final de 1925, mas recusou.

Faleceu em Lisboa 5 de Maio de 1926.



Vasco Gonçalves Marques

Nasceu em 29 de Agosto de 1877 no Funchal. Era filho de Joaquim Gonçalves Marques e de Maria Clara de Freitas Gonçalves Marques. Casou em 1898, em Santa Luzia, Funchal, com Maria das Dores de Freitas, de quem teve descendência: Maria Gonçalves Marques, nascida a 30 de Dezembro de 1900 e Vasco Marques, funcionário da Emissora Nacional.

Formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, exerceu medicina em Porto Moniz e no Funchal. Foi professor de línguas no liceu do Funchal e foi comerciante, após comprar a *Farmácia Luso-Britânica*.

Em termos partidários iniciou-se no Partido Progressista, tendo aderido à República e à Maçonaria no final da Monarquia. Inscreveu-se no *Centro dos Doutores*, no Funchal, do Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior.

Durante a República militou nos seguintes partidos: Partido Republicano Português (?-1920), Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920-1923), Partido Republicano Nacionalista (1923-1926); União Liberal Republicana (1926-?). Foi candidato a vogal do Directório do PRN, na lista liderada por Cunha Leal durante o Congresso do PRN ocorrido em Março de 1926. Aderiu à União Liberal Republicana, foi vogal da Junta Central e organizador do cadastro partidário da ULR no Funchal (1926).

Exerceu, de Abril de 1912 a Dezembro de 1913, as funções de administrador do concelho do Funchal. A partir de Janeiro de 1914 ocupou o cargo de presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal, cargo de que foi demitido durante o sidonismo e a que voltou após o fim deste regime. Neste cargo cuidou da instrução pública, das artes e da rede de estradas com intuito de desenvolver o turismo. Foi um dos fundadores da Escola de Belas Artes do Funchal.

Foi chefe de gabinete do ministro do Interior, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, num Governo também presidido por este republicano (29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920). Foi eleito senador pelo Funchal em 1915-1917, 1919-1921, 1921, 1922-1925 e 1925-1926.

Foi presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial do Funchal e director d'*O Liberal*.

Auxiliou Cunha Leal a fugir do Funchal para Londres em Dezembro de 1930 e foi um dos elementos de referência da revolta da Madeira de 1931.

Morreu no Funchal a 10 de Novembro de 1949.



Virgílio da Conceição Costa

Nasceu a 17 de Outubro de 1889 em Vendas Novas. Era filho de José Manuel da Costa e de Vicência da Alegria Costa.

Foi um dos primeiros alunos do Instituto Superior Técnico, matriculado em 1911-1912, embora só tenha completado o curso de Engenharia em 1930-1931. Trabalhou na Direcção dos Serviços da Carta Agrícola e na 1.ª Direcção das Obras Públicas do distrito de Lisboa. Foi engenheiro-chefe da Repartição de Estatística e Informações do Ministério do Comércio e professor de Física e Mecânica das Escolas Industriais.

Participou no CEP como alferes miliciano de Engenharia.

Em 1919 foi eleito deputado pelo círculo de Elvas nas listas do Partido Republicano Evolucionista e, em 1922, por Aveiro nas Listas dos «governamentais» de Cunha Leal. Depois de algum tempo como independente ingressou em Março de 1923 no Partido Republicano Nacionalista. Projectos de lei que apresentou em 1922: 376c. 1922-23: 397d. Relator: 1922-23: 561. Foi preso preventivamente em Junho de 1922, em virtude de ser acusado de ter estado envolvido no 19 de Outubro de 1921. Foi, no entanto, defendido por Cunha Leal.

Esteve envolvido na Revolta de 20 de Julho de 1928. Em 1937-1938 sofreu um processo disciplinar com a intervenção da Presidência do Conselho de Ministros, tendo por base informações da PIDE.



Viriato Gomes da Fonseca

Nasceu a 13 de Dezembro de 1863 no lugar de Curral do Coculi, freguesia de Santo Crucifixo, na ilha de Santo Antão (Cabo Verde). Era filho de Manuel Gomes da Fonseca e de Juliana Joana Gomes da Fonseca. Casou em 1898 com Cesária da Conceição Machado Fonseca, natural de Lisboa. Deste casamento nasceram dez filhos: Viriato, Manuel, Augusto, João, Júlia, Ema, Celisa, Pedro, Luçete e Alberto.

Destacou-se enquanto político, militar e músico (exímio executante de harpa e guitarra). A rainha D. Amélia ofereceu-lhe uma guitarra e participou em tertúlias com os infantes D. Afonso e D. Carlos, que o prezavam e lhe abriram muitas portas na metrópole.

Fez o curso preparatório para Artilharia da Escola Politécnica. Seguiu a carreira militar, atingindo a patente de general da arma de Artilharia (praça, 1879; te-

nente, 1889; capitão, 1910; major, 1913; tenente-coronel, 1917; coronel, 1918; general, 1926; reserva, 1926; reforma, 1933). Foi o primeiro negro a chegar ao posto de general no exército português e provavelmente num exército europeu ou mundial. Nos Estados Unidos da América o primeiro afro-americano a atingir a patente de brigadeiro-general foi Benjamin Oliver Davis (1877-1970) em 1940. O primeiro general negro brasileiro foi João Batista de Matos, promovido em 1955.

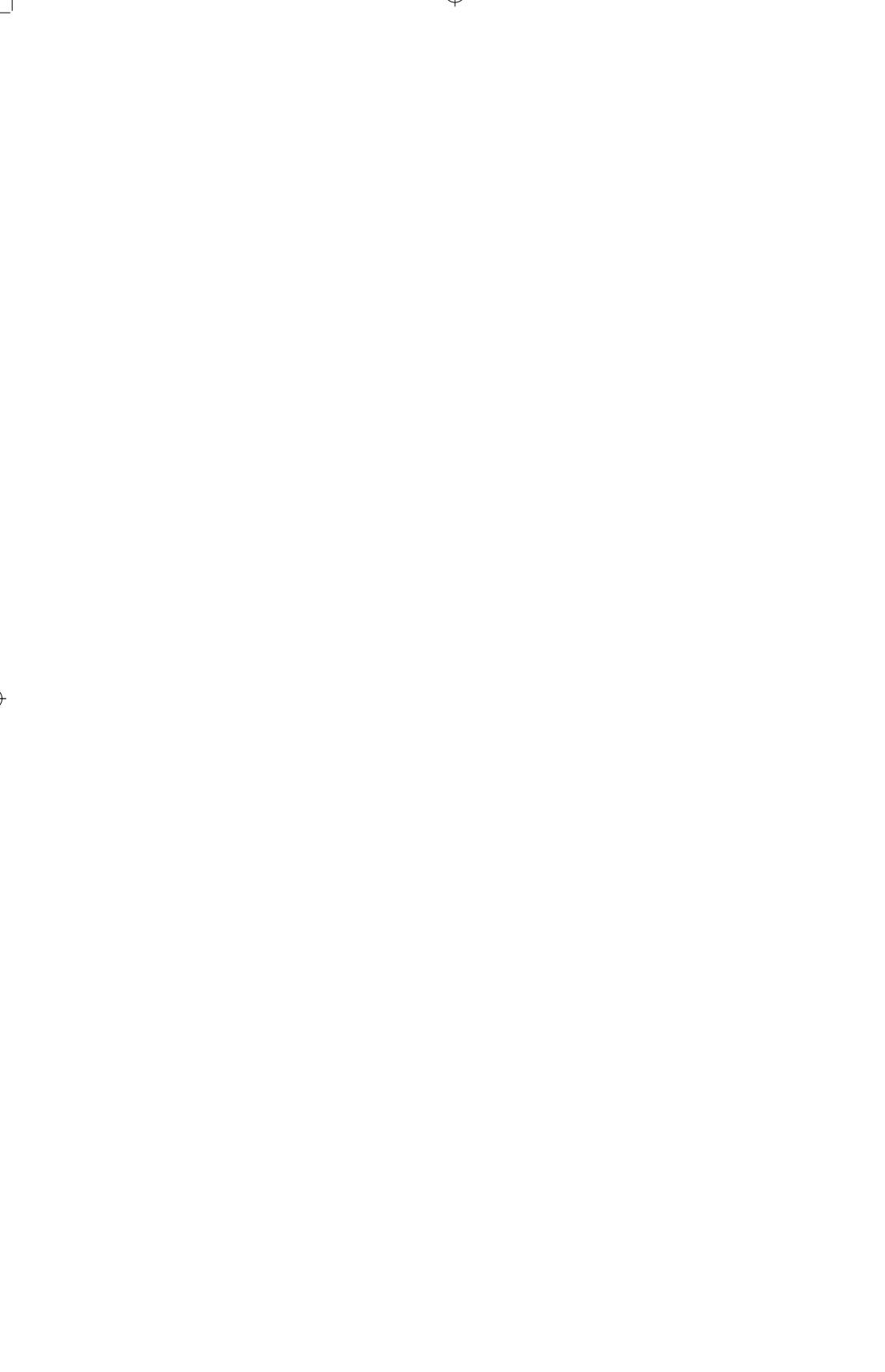
Desempenhou diversos cargos militares e políticos em Cabo Verde e na Guiné: comandante militar da Ilha de São Vicente em 1904; chefe da Repartição de Agrimensura; comandante da Artilharia na Campanha da Guiné, nas chamadas «guerras de pacificação» contra os povos indígenas (1907-1908); chefe do Estado-Maior da Província da Guiné; director das Obras Públicas na Guiné; presidente da Câmara Municipal do Mindelo; administrador do concelho e presidente da Comissão Municipal da ilha de Santo Antão (1909). Realizou várias obras mais na Ilha de Santo Antão (Dezembro de 1910 a Novembro de 1912), nomeadamente, o abastecimento de água à Vila da Ponta do Sol, o estudo das levadas e um levantamento topográfico do Concelho do Paul. Na metrópole fez parte dos Serviços Geométricos de Cadastro (brigada do Alentejo) e do Instituto Geográfico Cadastral. Fez vários estudos sobre cadastro da propriedade rural. Pertenceu ao Conselho Colonial. Presidiu à Comissão Central de Vencimentos, que funcionou de 1923 a 1925.

Foi eleito deputado em 1919 e 1922 (proclamado a 18 de Maio de 1922) pelo círculo de Cabo Verde. Projectos de lei que apresentou na Câmara dos Deputados em 1922-1923: 435d, 435e, 560a, 591b, 606e. 1923-24: 560a, 591B. 1924-25: 835B, 872e, 904d, 917g, 945a, 949a. Relator 1922-23: 440, 464, 497, 528, 578, 592. 1923-24: 589, 743, 773, 774, 780, 800. 1924-25: 884, 932.

Fez parte do Partido Republicano Português, do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920-1923), do Partido Republicano Nacionalista (1923) e do Grupo Parlamentar de Acção Republicana (1924-1925). Abandonou o PRN em Dezembro de 1923, após a cisão de Álvaro de Castro.

Recebeu as seguintes condecorações: Comendador da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa; Medalha Militar de Prata da Rainha D. Amélia; Medalha dos Serviços Distintos no Ultramar; Comendador da Ordem Militar de São Vicente de Aviz; Medalha de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar; Cavaleiro da Ordem Militar de Santiago de Espada e Grã Cruz da Ordem Militar de São Bento de Aviz.

Morreu na sua residência, na Vivenda Cesária em Paço de Arcos, na Avenida dos Voluntários da República, em 26 de Fevereiro de 1942.



Anexo 4

Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados e para o Senado (8 de Novembro de 1925)

Arquivo Histórico-Parlamentar, Lisboa, Assembleia da República

Câmara dos Deputados

Círculo n.º 1 – Viana do Castelo

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Rodrigo Luciano de Abreu e Lima	PRP	4698	Eleito
João da Cruz Filipe	PRP	4620	Eleito
Rafael Augusto de Sousa Ribeiro	PRN	3012	Eleito
Francisco Aires de Abreu ¹	PRN/Ind.	2821	Não eleito
Abílio Carlos da Fonseca e Silva	PRN	2508	Não eleito
Álvaro Alfredo da Silva Zurate de Mendonça	CCP	2088	Não eleito
Alfredo Ernesto de Sá Cardoso	Ind.	2022	Não eleito
Francisco Filipe de Sousa	PRR	438	Não eleito
Juvenal Felicíssimo	ED	363	Não eleito
Narciso Faria de Lima	PRR	297	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 402.

¹ Candidato apresentado por uma parte do PRN de Viana de Castelo que não concordou com o candidato apresentado pelo Directório. Francisco Aires de Abreu participou na Junta Consultiva do PRN em 1930. Cf. *Gazeta de Viana*, 29 de Outubro de 1925, 1.

Círculo n.º 2 – Ponte de Lima

Número de votantes: 8402

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Teófilo Maciel Pais Carneiro	PRP	4873	Eleito
António Augusto Alvares Pereira de Sampaio Forjaz Pimentel	CCP	4796	Eleito
António de Araújo Mimoso	Ind.	4005	Eleito
Germano José de Amorim	ED	2908	Não eleito
Casimiro Rodrigues de Sá		4	Não eleito
Manuel Pereira Rodrigues		3	Não eleito
Magalhães Lima		1	Não eleito
António Barros de Araújo Mimoso		1	Não eleito
Joaquim José de Oliveira		1	Não eleito
Esquivel José de Carvalho		1	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 404.

Círculo n.º 3 – Braga

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Domingos Leite Pereira	PRP	11 180	Eleito
António Albino Marques de Azevedo	PRP	10 731	Eleito
Francisco Alberto da Costa Cabral	PRP	10 596	Eleito
António Lino Neto	CCP	7016	Eleito
Luís Carlos de Lima de Almeida Braga	PM	5997	Não eleito
João Gonçalves Pereira de Barros	PRN	3819	Não eleito
Manuel Joaquim Boaventura	PM	3028	Não eleito
Manuel Caldeira Caiola Bastos	Ind.	2687	Não eleito
Jaime Rodrigo de Carvalho	UIE?	2435	Não eleito
Joaquim Pereira Sampaio	PRR	743	Não eleito
Américo Cardoso		1	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 405.

Círculo n.º 4 – Guimarães

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Mariano da Rocha Felgueiras	PRP	9757	Eleito
Maximino de Matos	PRP	9757	Eleito
Luís da Costa Amorim ²	PRP	9653	Eleito
Artur Brandão	PRN	5072	Eleito
Diogo Pacheco de Amorim	CCP	4510	Não eleito
Henrique Alberto de Sousa Guerra	PRR	2137	Não eleito
César da Silva Azevedo	UIE	2097	Não eleito
José Sebastião Cardoso de Menezes Pinheiro de Azevedo	PM	1857	Não eleito
Gaspar do Couto Ribeiro Vilas	PRP	1349	Não eleito
Gonçalo Monteiro de Meira	UIE	1347	Não eleito
José Sebastião Cardoso de Meneses Pinheiro	PM	170	Não eleito
José Sebastião Cardoso de Meneses Pinheiro Barreto	PM	130	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 406.

Círculo n.º 5 – Vila Real

Número de votantes: 11 502

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Domingos José de Carvalho Araújo	PRP	8504	Eleito
Nuno Simões ³	Ind./PRP	6720	Eleito
Raul Lelo Portela	PRN	5221	Eleito
Lelo Portela		1	Não eleito
Casimiro Pereira Rodrigues		1	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 408.

² Candidatura não sancionada pelo Diretório do PRP. Foi eleito simultaneamente pelos círculos de Guimarães e Chaves, pelo que havia necessidade de abrir nova vaga por Chaves. Cf. *Diário de Lisboa*, 15 de Dezembro de 1925, 8.

³ Integrado na lista do PRP.

Círculo n.º 6 – Chaves

Número de votantes: 10 013

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Francisco Pinto da Cunha Leal	PRN	6673	Eleito
Guilhermino Alves Nunes	PRP	6267	Eleito
Luís da Costa Amorim ⁴	PRP	6216	Eleito
Manuel de Oliveira Gomes da Costa	PRR	26	Não eleito
Francisco Henrique Xavier Pereira		23	Não eleito
Hermínio Branco		1	Não eleito
Félix de Baltazar Barreira		1	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 409.

Círculo n.º 7 – Bragança

Número de votantes: 6393

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Diogo Albino Sá Vargas	PRP	2994	Eleito
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso	PRN	2826	Eleito
Valentim Guerra	PRP	2813	Eleito
David Augusto Rodrigues	PRN	2352	Não eleito
Francisco da Pena Esteves de Oliveira	CCP	864	Não eleito
José Pinto Bacelar	PM	479	Não eleito
António Manuel dos Santos Vila ⁵	Ind.	33	Não eleito
G. Cunha Coutinho		2	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 410.

Círculo n.º 8 – Moncorvo

Número de votantes: 7255

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães	PRP	4749	Eleito
Henrique Maria Pais Cabral	PRP	4629	Eleito
Álvaro da Cunha Ferreira Leite	PRN	2949	Eleito
Salvador Nunes Teixeira	PRN	1911	Não eleito
Francisco Joaquim Neto	CCP	1056	Não eleito
João Silvério de Andrade	Ind.	950	Não eleito
Manuel Barroso dos Reis e Silva	Professorado	264	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 411.

⁴ Candidatura sancionada pelo Directório do PRP. Eleito simultaneamente pelos círculos de Guimarães e Chaves, pelo que havia necessidade de abrir nova vaga por Chaves. Cf. *Diário de Lisboa*, 15 de Dezembro de 1925, 8.

⁵ Advogado e oficial do Exército.

Círculo n.º 9 – Porto

Número de votantes: ?

Candidatos	Lista	Partidos	Votos	Eleito/Não eleito
Armando Marques Guedes	CRS	PRP	5127	Eleito
António Alves Cálem Júnior	CRS	PRN	5001	Eleito
Eduardo Ferreira Santos Silva	CRS	PRP	4930	Eleito
Henrique Pereira de Oliveira	CRS	PRP	4794	Eleito
Alberto Nogueira Gonçalves	CRS	PRP	4761	Eleito
Amílcar da Silva Ramada Curto	CRS	PSP	4652	Eleito
José Domingues dos Santos	ED		4333	Eleito
João de Pina Morais Júnior	ED		4073	Eleito
Amadeu Leite de Vasconcelos	ED		3916	Não eleito
Augusto Pereira Nobre	ED		3879	Não eleito
Leonardo José Coimbra	ED		3768	Não eleito
Américo da Silva Castro	ED		3705	Não eleito
Alberto da Veiga Simões	PRR		2338	Não eleito
Américo Cardoso	PRR		2060	Não eleito
Raul Tamagnini Barbosa	PRR		1871	Não eleito
António Augusto Almeida Arez	PRR		1818	Não eleito
Henrique Xavier Pereira	PRR		1780	Não eleito
Manuel Guimarães Pestana Júnior	UIE		1772	Não eleito
José Ferreira Tomé	UIE		1724	Não eleito
Francisco Xavier Esteves	UIE		1702	Não eleito
António de Oliveira Ferreira	UIE		1681	Não eleito
António Luís da Fonseca	UIE		1674	Não eleito
Ricardo Spratley	UIE		1657	Não eleito
Mem Tino Verdial	PRR		1630	Não eleito
Manuel Esteves Cardoso	Ind.		328	Não eleito
Ernesto Canavarro	Funcionalismo		276	Não eleito
António Rodrigues de Oliveira	Funcionalismo		244	Não eleito
Mais 42 nomes com votos entre			1 a 10	Não eleitos

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 412.

Círculo n.º 10 – Penafiel

Número de votantes: 15 047

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Luís Gonzaga da Fonseca Moreira	PRP	6846	Eleito
Armando Pereira de Castro Agatão Lança	PRP	6688	Eleito
António Joaquim Machado do Lago Cerqueira	PRP	6420	Eleito
José Novais de Carvalho Soares de Medeiros	PRN	6141	Eleito
José Mendes Vahia de Sousa Carneiro	ED	4460	Não eleito
Alberto Carneiro Alves da Cruz	ED	4521	Não eleito
Augusto Brochado Coutinho	ED	2982	Não eleito
Raul Augusto Esteves	Ind.	2698	Não eleito
Josué Francisco Trocado	CCP	2131	Não eleito
Mais três nomes com menos de 4 votos cada			Não eleitos

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 414.

Círculo n.º 11 – Vila Nova de Gaia

Número de votantes: 10 532, sendo 4 listas anuladas; total de votos válidos: 10 528

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
João Baptista da Silva	PRP	4318	Eleito
Lourenço Correia Gomes	PRP	3896	Eleito
Custódio Lopes de Castro	PRN	2954	Eleito
Aureliano da Silva Tavares	PRN	2726	Não eleito
Gaspar Augusto Pinto da Silva	CCP	1637	Não eleito
Gumersindo da Silveira Machado Soares	ED	1524	Não eleito
Américo Jazolino Dias da Costa	Ind.	1489	Não eleito
José Alfredo Paula	PRR	959	Não eleito
Luís Soares	PSP	411	Não eleito
José Ribeiro da Costa Júnior	Ind.	391	Não eleito
José Nazolini da Silva Leão	Ind.	18	Não eleito
Mais 35 nomes com votações inferiores a 18 votos			Não eleitos

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 415.

Círculo n.º 12 - Santo Tirso

Acta da Assembleia de Apuramento

Número de votantes: 22 041

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro	PRP	3874	Eleito
Artur da Cunha Araújo	Ind.	3722	Eleito
Francisco da Fonseca Pinheiro Guimarães	PRP	2501	Eleito
Adriano António Crispiniano da Fonseca	ED	2379	Não eleito
João Correia Guimarães	ED	2361	Não eleito
Eugénio da Cunha Pimentel	PM	2194	Não eleito
Alfredo Guilherme Howell	PRN	1506	Não eleito
Antero Pacheco da Silva Moreira	CCP	1326	Não eleito
Henrique Sátiro Pires Monteiro	PRP	725	Não eleito
Augusto Alves de Oliveira	Professorado	675	Não eleito
Herlander Seizedelo Ferreira Ribeiro ⁶	PSP	330	Não eleito
Adriano Augusto Crispiniano da Fonseca	ED	246	Não eleito
Arnaldo Augusto de Carvalho	PRR	38	Não eleito
Mais 5 nomes com menos de seis votos			Não eleitos

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 416.

Resolução da 3.ª Comissão de Verificação de Poderes de 9 de Dezembro de 1925

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro	PRP	4599	Eleito
Artur da Cunha Araújo	Ind.	3722	Eleito
Adriano António Crispiniano da Fonseca ⁷	ED	2625	Eleito

Notas:

Reclamação de Adriano António Crispiniano da Fonseca considerando que os votos atribuídos ao seu nome incompleto (Adriano Augusto) devem ser-lhe atribuídos. Indica outras irregularidades, como a transferência de votos de Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro para Francisco da Fonseca Pinheiro Guimarães.

Lista com 2 nomes:

João Corrêa Guimarães, Médico; Adriano António Crispiniano da Fonseca, juiz de Direito, director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa e deputado da Nação.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 416.

⁶ Advogado.

⁷ O seu nome consta no *Diário da Câmara dos Deputados* como eleito pelo círculo n.º 12 – Santo Tirso. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão preparatória n.º 2, 10 de Dezembro de 1925.

Círculo n.º 13 – Aveiro

Número de votantes: 37 328

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Joaquim Maria de Oliveira Simões ⁸	PRP	6365	Eleito
Manuel Homem de Melo da Câmara, conde de Águeda	PM	6153	Eleito
Alberto Ferreira Vidal	PRP	5793	Eleito
Manuel Ribeiro Alegre ⁹	Ind. /PRP	5402	Eleito
António da Costa Ferreira	PRP	5075	Não eleito
Jaime dos Santos Pato	PRP	4312	Não eleito
Henrique Weiss de Oliveira	CCP	1496	Não eleito
José Pinheiro Mourisco	PRP	1006	Não eleito
José Lopes Soares	Ind.	496	Não eleito
José Troncho de Melo	Ind.	387	Não eleito
António Rodrigues Pepino	Professorado	260	Não eleito
Alberto Ruela	PRR	226	Não eleito
Evaristo José de Soares		97	Não eleito
António Certina	Regionalista	38	Não eleito
José Victorino Mealha	PRN	4	Não eleito
António José Teixeira		1	Não eleito
Francisco Manuel Homem Cristo		1	Não eleito
Raul Esteves		1	Não eleito

Notas:

Alguns protestos e contra protestos.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 418.

⁸ Tenente-coronel. Candidatura não sancionada pelo Directório do PRP. Existem algumas informações contraditórias quanto à sua orientação política. Membro do PRP, *Diário de Lisboa*, 3 de Novembro de 1925, 8. Cinco dias depois o mesmo jornal informava que era da Esquerda Democrática, *Diário de Lisboa*, 8 de Novembro de 1923, 7.

⁹ Independente com o apoio do PRP.

Círculo n.º 14 – Oliveira de Azeméis

Número de votantes: 17 166, sendo 2 listas anuladas; total de listas válidas: 17 164.

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Albino Soares dos Reis Júnior	PRN	6782	Eleito
Aníbal Pereira Peixoto Beleza	PRP	6561	Eleito
Ângelo Sá Couto da Cunha Sampaio Maia ¹⁰	Ind.	6519	Eleito
Vitorino de Sousa Magalhães	PRP	5881	Não eleito
Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho	PRP	4303	Não eleito
Domingos Lopes Fidalgo	PRP	3175	Não eleito
Manuel Ferreira Costa Amador Valente	PM	2473	Não eleito
Tomás Gamboa Bandeira de Melo	CCP	1583	Não eleito
António de Mendonça Sousa Pinto Montenegro	PRP	1305	Não eleito
José Lopes de Oliveira ¹¹	PRR	945	Não eleito
Domingos Simões Teixeira		743	Não eleito
António José de Pinho Costa		66	Não eleito
José Domingues dos Santos		4	Não eleito
Augusto Mendes Cabeçadas		2	Não eleito
João Manuel Carvalho		1	Não eleito
Alfredo Fernandes Andrade		1	Não eleito
Raul Esteves		1	Não eleito
Francisco Correia		1	Não eleito

Notas:

Vários protestos e contra-protestos por burlas e falsificações. Albino Soares dos Reis elaborou um contra-protesto pelo facto dos apoiantes de Vitorino de Sousa Magalhães terem falsificado diversas actas. Deputados eleitos pela 2.ª Comissão de Verificação de Poderes em 4 de Dezembro de 1925.

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 420 e 421.

¹⁰ Apresentado como independente, mas apoiado pelo PRN. *A Opinião*, Oliveira de Azeméis, 8 de Novembro de 1925, 2-3.

¹¹ Médico divorciado residente em Oliveira de Azeméis

Círculo n.º 15 – Viseu

Número de votantes: 13 657.

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Fernando Pais de Almeida	PRP	6540	Eleito
Francisco Coelho do Amaral Reis, visconde de Pedralva	PRP	6226	Eleito
José Maria Álvares ¹²	Ind. /UIE	5935	Eleito
José Marques Loureiro	PRN	4970	Eleito
Álvaro Soares de Melo	PM	4523	Não eleito
Agostinho Ferreira Coutinho	CCP	3093	Não eleito
Fernando Soares Teixeira Abreu	PM	2907	Não eleito
Ramiro Several Soares Albergaria	PM	2746	Não eleito
José Carvalho dos Santos	PRN	1260	Não eleito
José Lopes de Oliveira	PRR	977	Não eleito
Virgílio Marques	Regionalista	201	Não eleito
Eduardo Rodrigues de Carvalho	Ind.	179	Não eleito
António de Costa Paes		12	Não eleito
António Carlos Cardoso de Lemos		2	Não eleito
Polonio		1	Não eleito
Manuel de Melo Menezes e Castro		1	Não eleito
Mário Barroso Henriques da Silva		1	Não eleito
Joaquim das Neves Matos		1	Não eleito
Lino Neto		1	Não eleito
Mayer Garção		1	Não eleito
Pestana Júnior		1	Não eleito

Notas:

Houve vários protestos. Virgílio Ferreira Marques protestou porque não houve eleições nalgumas freguesias e alguns eleitores foram impedidos de votar. Mas a Comissão de Verificação de Poderes proclamou os deputados em 4 de Dezembro de 1925.

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 422 a 424.

¹² Candidatura independente recomendada pela UIE.

Círculo n.º 16 – Lamego

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa	PRP	10398	Eleito
Adriano Gomes Ferreira Pimenta	PRP	9219	Eleito
Afonso de Melo Pinto Veloso	PRN	9072	Eleito
António de Paiva Gomes ¹³	PRP	6962	Eleito
António de Sousa Tudela ¹⁴	PRP	4723	Não eleito
Eduardo de Carvalho		1	Não eleito

Notas:

Contra-protesto de Alfredo Pinto de Azevedo de Sousa contra o protesto apresentado por António de Paiva Gomes e de António Tudela. Várias irregularidades nas eleições com fraudes e pressões. Deputados eleitos por parecer da 1.º Comissão de Poderes em 3 de Dezembro de 1925.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 425.

Círculo n.º 17 – Guarda

Número de votantes: 7490

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Felizardo António Saraiva	PRP	4408	Eleito
Joaquim Dinis da Fonseca	CCP	3830	Eleito
Vasco Borges	PRP	2665	Eleito
António Monteiro de Andrade		1333	Não eleito
José da Silva Ramos	PRN	906	Não eleito

Notas:

Deputados eleitos por pela 2.ª Comissão de Verificação de Poderes, 4 de Dezembro de 1925.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 426.

¹³ Grande disputa neste círculo, uma vez que «Paiva Gomes e Alfredo de Sousa, [são] correligionários, mas, [estão] presentemente desavindos». *Diário de Lisboa*, 22 de Outubro de 1925, 8.

¹⁴ Funcionário Superior de Finanças.

Círculo n.º 18 – Gouveia

Número de votantes: 11 067

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Augusto Pires do Vale	PRP	4541	Eleito
Artur Saraiva de Castilho	PRP	3977	Eleito
António Joaquim Ferreira da Fonseca	Ind.	2705	Eleito
Miguel Homem de Azevedo Queirós Sampaio e Melo	CCP	1984	Não eleito
José Júlio César	PRN	1696	Não eleito
Álvaro dos Santos Lima	UIE	1265	Não eleito
José Augusto Ribeiro de Melo	Ind.	1051	Não eleito
António Augusto Martins	Professorado	864	Não eleito
José do Nascimento Gomes	ED	706	Não eleito
António Abranches Ferrão	Ind.	696	Não eleito
Mais três nomes com menos de três votos			Não eleitos

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 427.

Círculo n.º 19 – Coimbra

Número de votantes: 22 231

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Domingos António de Lara ¹⁵	Ind.	7306	Eleito
José de Vasconcelos de Sousa Nápoles ¹⁶	PRN	6865	Eleito
António Alberto de Torres Garcia	PRP	6650	Eleito
João Cardoso Moniz Bacelar ¹⁷	PRN	5700	Não eleito
Alberto Álvaro Dias Pereira	PRP	5387	Eleito
Júlio Gonçalves	PRP	4143	Não eleito
António Pires Martinho de Brito	PM	3011	Não eleito
Joaquim Mendes dos Remédios	CCP	2260	Não eleito
António Pires de Carvalho Júnior	ED	1836	Não eleito
João Maria Santiago Gouveia Lobo Prezado	Ind.	775	Não eleito
Dário Mendes Calisto	?	509	Não eleito
António Álvaro dos Santos Pereira	PRR	393	Não eleito
António Alberto Dias Pereira	?	112	Não eleito
João Vasconcelos Sousa Nápoles	?	81	Não eleito

Notas:

Listas com 3 nomes:

António Alberto de Torres Garcia; Alberto Álvaro Dias Pereira; Júlio Gonçalves.

A Comissão de Verificação de Poderes acabou por validar a eleição de Alberto Álvaro Dias Pereira em detrimento de João Cardoso Moniz Bacelar. Não foram contabilizados os votos de uma assembleia onde João Cardoso Moniz Bacelar tinha uma grande vantagem para Alberto Álvaro Dias Pereira. Os membros do PRN presentes nesta comissão abandonaram a mesma em protesto. Desconhece-se os votos atribuídos na Comissão de Verificação de Poderes.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 428; *Diário de Lisboa*, 9 de Dezembro de 1925, 8; *Ação Nacionalista*, 12 de Dezembro de 1925, 2.

¹⁵ Médico e proprietário. Antigo membro do PRN ainda com ligações a este partido, mas que se candidata como independente.

¹⁶ Proprietário e antigo deputado.

¹⁷ Proprietário e antigo deputado.

Círculo n.º 20 – Arganil

Número de votantes: 11 376

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
António Dias	PRP	4843	Eleito
Alberto de Moura Pinto	Ind.	4755	Eleito
Mário Correia Carvalho de Aguiar	PM	4672	Eleito
José Maria Cardoso	PRN	2905	Não eleito
Abel Augusto Lopes de Almeida	ED	2765	Não eleito
António de Oliveira Salazar	CCP	1055	Não eleito
Alberto de Castro Pita	Regionalista	414	Não eleito
Foram ainda votados 6 nomes com menos de 6 votos			Não eleitos

Notas:

Alguns protestos e contra-protestos.

Listas com 2 nomes:

José Maria Cardoso, antigo deputado e Governador Civil; Alberto de Moura Pinto, antigo deputado; José Maria Cardoso, antigo deputado e Governador Civil; Abel Augusto Lopes de Almeida, oficial do exército e antigo Governador Civil.

Listas com 1 nome:

Mário Correia Carvalho de Aguiar, antigo deputado, advogado;

Abel Augusto Lopes de Almeida, oficial do exército e antigo Governador Civil;

José Maria Cardoso, antigo deputado e Governador Civil.

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 429 e 430.

Círculo n.º 21 – Castelo Branco

Número de votantes: 7980

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
António Pinto de Meireles Barriga	Ind.	3658	Eleito
António Augusto Rodrigues ¹⁸	PRP	3612	Eleito
Pedro Góis Pita	PRN	3147	Eleito
João Pereira Rosa ¹⁹	UIE	2709	Não eleito
Ângelo Neves Tavares ²⁰	CCP	2160	Não eleito
Álvaro Eugénio Leão Prestes Caldeira ²¹	PRR	114	Não eleito
Ernesto de (Saúde?) Marinha ²²		64	Não eleito

Notas:

João Pereira Rosa apresentou protesto por várias irregularidades no acto eleitoral. António Pinto de Meireles Barriga e Pedro Góis Pita apresentaram um contra-protesto em conjunto.

Lista com 2 nomes: Pinto Barriga e Pedro Pita.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 431.

¹⁸ Funcionário Público.

¹⁹ Industrial.

²⁰ Advogado.

²¹ Director de Contabilidade do Ministério da Agricultura.

²² Advogado.

Círculo n.º 22 – Covilhã

Número de votantes: 12 829

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
António José Pereira	PRP	3489	Eleito
Artur Virgílio Brito Carvalho da Silva	PM	2308	Eleito
José Vicente Barata	PRP	3065	Eleito
João José da Fonseca Garcia	CCP	1512	Não eleito
Jaime Pinto Serra	PRN	1294	Não eleito
Francisco Rodrigues Marques	Regionalista	834	Não eleito
Augusto Dias da Silva		326	Não eleito
José Domingues dos Santos		1	Não eleito

Notas:

Protesto do candidato Jaime Pinto Serra contra o candidato José Vicente Barata.

Deputados eleitos pela 1.ª Comissão de Poderes, 5 de Dezembro de 1925.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 432.

Círculo n.º 23 – Leiria

Número de votantes: 10 477

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
João Lopes Soares	PRP	4642	Eleito
Joaquim Ribeiro de Carvalho	Ind.	4511	Eleito
Custódio Martins de Paiva	PRP	4279	Eleito
José Martinho Simões ²³	PRN	2362	Não eleito
Afonso José Lucas	PM	2042	Não eleito
Virgílio Guerra Pedrosa	Regionalista	637	Não eleito
José Ferreira de Lacerda		48	Não eleito
Joaquim José de Sousa		14	Não eleito
António Nunes Prudente		4	Não eleito
Afonso Costa		1	Não eleito
João Franco		1	Não eleito
Gil Alberto		1	Não eleito

Notas:

Protesto de José Ferreira Lacerda devido a uma irregularidade e contra-protesto de Custódio Paiva e Joaquim Ribeiro (em conjunto).

Listas com 2 candidatos:

Custódio Martins de Paiva, advogado e antigo deputado e João Lopes Soares, professor e antigo ministro;

Joaquim Ribeiro de Carvalho, antigo deputado da nação e António Correia, professor.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 433.

²³ Alguma imprensa indica Artur Martinho Simões como candidato do PRN.

Círculo n.º 24 – Alcobaça

Votos dos Candidatos segundo a acta geral da Assembleia de Apuramento

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Viriato Sertório dos Santos Lobo	PRP	3067	Eleito
Custódio Maldonado de Freitas	PRN	2997	Eleito
Adolfo Teixeira Leitão	PRP	2893	Eleito
José de Moura Neves	PRN	2833	Não eleito
João José Sinel de Cordes	Ind.	1502	Não eleito
Carlos Pereira		4	Não eleito
Manuel António Martins Pereira		1	Não eleito
João Eloi Nunes Cardoso	Regionalista	7	Não eleito
António Maria da Silva		1	Não eleito
Eugénio Cisneiros de Faria	PRR	1	Não eleito
Manuel de Brito Camacho		1	Não eleito
Ramiro Ferreira		1	Não eleito

Candidatos eleitos segundo acórdão da 3.ª Comissão de Verificação de Poderes

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Adolfo Teixeira Leitão	PRP	2943	Eleito
Viriato Sertório dos Santos Lobo	PRP	2860	Eleito
José de Moura Neves	PRN	2783	Eleito

Notas:

Protesto em conjunto de Viriato Sertório dos Santos Lobo, José de Moura Neves e Adolfo Teixeira Leitão contra irregularidades na assembleia de Lourical, concelho Pombal, onde o número de Listas entradas era superior ao número de eleitores. Indicam outras irregularidades, como falsificação de assinaturas.

Listas com 1 nome:

João José Sinel de Cordes, general.

Listas com 2 nomes:

Adolfo Teixeira Leitão, advogado e inspetor do Registo Civil; Viriato Sertório dos Santos Lobo, major de Cavalaria com o curso do Estado-Maior e antigo governador civil de Lisboa;

José de Moura Neves, capitão médico; Custódio Maldonado de Freitas, farmacêutico e antigo deputado;

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 434.

Círculo n.º 25 – Santarém

Número de votantes: ?; 2 listas brancas.

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
António Augusto Tavares Ferreira	PRP	3343	Eleito
Dagoberto Augusto Guedes	PRP	2919	Eleito
João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes	PRP	2868	Eleito
António Ginestal Machado	PRN	2366	Eleito
Alfredo Augusto Cunhal Júnior	PM	2350	Não eleito
Carlos José de Oliveira	UIE	2111	Não eleito
Luís Filipe Roquete	PM	1990	Não eleito
Rafael da Silva [Neves] Duque	PRN	1485	Não eleito
Alberto Filipe Sequeira	ED	946	Não eleito
Ezequiel de Campos	ED	750	Não eleito
Diogo Augusto Loureiro Polónio	PRR	451	Não eleito
Foram ainda votados 12 nomes com menos de 8 votos			Não eleitos

Notas:

Lista com 3 nomes:

Alberto Filipe Sequeira, Médico, Ezequiel de Campos, engenheiro director; Diogo Augusto Loureiro Polónio, Oficial do Registo Civil.

Lista com 2 nomes:

António Ginestal Machado, professor e antigo Presidente de Ministério; Rafael da Silva Duque, advogado.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 435.

Círculo n.º 26 – Tomar

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Francisco Godinho Cabral	PRP	4825	Eleito
Alberto Dinis da Fonseca	CCP	4621	Eleito
Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro	PRP	4606	Eleito
João Tamagnini de Sousa Barbosa	PRN	4547	Eleito
João José Luís Damas	PRP	4369	Não eleito
Rafael da Silva Neves Duque ²⁴	PRN	3685	Não eleito
Henrique Augusto da Silva Martins	PM	2519	Não eleito
Gonçalo Casimiro	PRR	131	Não eleito
António Pinto de Magalhães Almeida	Ind.	542	Não eleito
Raimundo Ribeiro	PSP	8	Não eleito
Manuel Antunes	PSP	24	Não eleito
Vieira Guimarães	REG.	5	Não eleito
Foram ainda votados 11 nomes com menos de 3 votos			Não eleitos

Notas:

Francisco Godinho Cabral e Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro protestaram e Alberto Dinis da Fonseca e o representante de João Tamagnini, Francisco da Cruz, apresentaram um contra-protesto.

Lista com 3 nomes:

Rafael Duque, João Tamagnini e Alberto Dinis aparecem no mesmo boletim.

Candidatos eleitos segundo acórdão da 2.ª Comissão de Verificação de Poderes em 4 de Dezembro de 1925

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 437.

²⁴ Advogado e antigo Governador Civil (informação do boletim de voto). Foi posteriormente presidente da Câmara Municipal da Chamusca e ministro da Agricultura e da Economia durante o Estado Novo.

Círculo n.º 27 – Lisboa Oriental

Número de votantes: ?

Candidatos	Lista	Partidos	Votos	Eleito/Não eleito
António José de Almeida	CRS	Ind.	5494	Eleito
Tomé José de Barros Queirós	CRS	PRN	5284	Eleito
Alfredo Pedro Guisado	CRS	PRP	5212	Eleito
António Maria da Silva	CRS	PRP	5066	Eleito
José Mendes Nunes Loureiro	CRS	PRP	5018	Eleito
Afonso Augusto da Costa	CRS	PRP	4795	Eleito
Manuel Gregório Pestana Júnior	ED		3545	Eleito
Alfredo da Cruz Nordeste	ED		3497	Eleito
Alfredo Guilherme Vasconcelos Dias	ED		3235	Não eleito
José Tavares dos Santos ²⁵	ED		3227	Não eleito
Augusto Rodrigues de Miranda ²⁶	ED		3170	Não eleito
Amadeu Augusto de Freitas	ED		3134	Não eleito
Artur Morais de Carvalho	PM		2801	Não eleito
Eurico de Sampaio Saturio Pires	PM		2733	Não eleito
Alberto Eduardo Valado Navarro	PM		2724	Não eleito
Fernando Cortês de Sampaio e Melo	PM		2719	Não eleito
Alberto Pinto Gouveia	PM		2627	Não eleito
Mário Fernandes Nogueira Ramos	PM		2615	Não eleito
José de Magalhães e Meneses	PRR		769	Não eleito
Manuel de Oliveira Gomes da Costa	PRR		762	Não eleito
Mais 82 nomes com menos de 26 votos				Não eleitos

Notas:

Várias secções de votos foram violentamente interrompidas e foram inutilizados os boletins de votos. Vários protestos e contraprotestos.

Lista com os seguintes nomes:

Afonso Augusto da Costa, advogado e antigo presidente do ministério;

Alfredo Pedro Guisado, advogado e vereador da CM;

António José de Almeida, médico e antigo Presidente da República;

António Maria da Silva, engenheiro e antigo presidente de Ministério;

José Mendes Nunes Loureiro, comerciante e antigo deputado;

Tomé José de Barros Queirós, comerciante e antigo presidente do Ministério.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 438.

²⁵ Operário arsenalista do PCP.

²⁶ Membro do PCP.

Círculo n.º 28 – Lisboa Ocidental

Número de votantes: ?

Candidatos	Lista	Partidos	Votos	Eleito/Não eleito
Alexandre Ferreira	CRS	Ind./PRP	4954	Eleito
Alfredo Rodrigues Gaspar	CRS	PRP	4850	Eleito
Daniel José Rodrigues ²⁷	CRS	PRP	4763	Eleito
João Luís Ricardo	CRS	PRP	4707	Eleito
Alberto Carlos da Silveira	CRS	PRN	4678	Eleito
Amancio de Alpoim	CRS	PSP	4488	Eleito
António Ferreira Cabral Pais do Amaral	PM		3081	Eleito
Lobo Vaz de Sampaio e Melo	PM		3053	Não eleito
Elmano de Moraes Cunha e Costa	PM		3052	Eleito
Manuel de Lencastre Ferrão				
Castelo Branco, conde de Arronchela	PM		3033	Não eleito
Fidelino de Figueiredo	PM		3030	Não eleito
António Joaquim de Sousa Júnior	ED		2915	Não eleito
Francisco de J. Salema Mayer Garção	ED		2873	Não eleito
Luís Ornelas Nobrega Quintal	ED		2859	Não eleito
Urbano Rodrigues	ED		2701	Não eleito
Adalberto da Costa Veiga	ED		2654	Não eleito
João Ferreira Cabecinha ²⁸	ED		2645	Não eleito
João Moreira de Almeida*	PM		2153	Não eleito
Gonçalo Casimiro	PRR		1283	Não eleito
José Pinto de Macedo	PRR		1177	Não eleito
João Henriques Oliveira Moreira de Almeida *	PM		745	Não eleito
João Henriques Moreira de Almeida*	PM		144	Não eleito
Mais 18 nomes com menos de 16 votos				Não eleitos

Notas:

* Seria certamente o mesmo candidato.

Lista com os seguintes nomes:

Alberto da Costa Veiga, Funcionário dos Correios e telégrafos e publicista; António Joaquim de Sousa Júnior, professor e antigo ministro; Francisco de Sande Salema Mayer Garção, funcionário público e jornalista; João Ferreira Cabecinha, empregado no comércio; Luís de Ornelas Nobrega Quintal, advogado, antigo deputado e antigo governador ultramarino; Urbano Rodrigues, jornalista e antigo deputado.

Lista com os seguintes nomes:

António Ferreira Cabral Paes do Amaral, antigo deputado, proprietário; Elmano de Moraes Cunha e Costa, advogado; Fidelino de Figueiredo, antigo deputado e publicista; João Henrique d'Oliveira Moreira d'Almeida, antigo deputado, jornalista; Manuel de Lancastre Ferrão de Castello Branco, antigo deputado, engenheiro.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 438.

²⁷ Alterou o seu nome para Daniel Rodrigues Salgado. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 30 de Março de 1926, 4.

²⁸ Membro do PCP.

Círculo n.º 29 – Setúbal

Número de votantes: 8750

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
João Bernardino de Sousa Carvalho	PRP	2821	Eleito
Joaquim Brandão	PRN	2584	Eleito
Jorge de Vasconcelos Nunes	PRN	2384	Eleito
Jorge Pereira de Carvalho	PRP	2364	Não eleito
Luís António da Silva Tavares de Carvalho	ED	1482	Não eleito
Luís Feio Bastos Folque ²⁹	PM	1335	Não eleito
Orlando Marçal	PRR	973	Não eleito
Joaquim Manuel Duarte Ferreira ³⁰	Ind./Region.	479	Não eleito
José de Jesus Pires	ED	753	Não eleito
Aprigio Augusto da Serra e Moura	Ind.	425	Não eleito
Mais 19 nomes com menos de 13 votos			Não eleitos

Notas:

Foram apresentados vários protestos.

Lista com 2 nomes:

Jorge de Vasconcelos Nunes e Joaquim Brandão, antigos deputados.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 442.

²⁹ Candidatura recomendada pelo Partido Monárquico/Causa Monárquica.

³⁰ Funcionário Superior do Ministério da Instrução.

Círculo n.º 30 – Vila Franca de Xira

Número de votantes: 5728

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Abel Teixeira Pinto	PRP	2091	Eleito
João Raimundo Alves ³¹	PRN	1890	Eleito
Manuel Serras ³²	PRP	1874	Eleito
Manuel da Silveira Vasconcelos e Sousa, marquês de Ponte de Lima ³³	PM	1596	Não eleito
Marcos Cirilo Lopes Leitão ³⁴	PRP	1217	Não eleito
Francisco Dinis de Carvalho ³⁵	Ind.	839	Não eleito
José Vaz de Azevedo e Silva ³⁶	Ind.	676	Não eleito
Caetano Sereno Nunes ³⁷	Ind.	630	Não eleito
Tomaz Gabriel Ribeiro ³⁸	CCP	191	Não eleito
Julião de Sena Sarmento ³⁹	PRN?; Ind.?	97	Não eleito
Joaquim Roque da Fonseca Júnior ⁴⁰	UIE	5	Não eleito
Mais 6 nomes com de 1 voto			Não eleitos

Notas:

Candidatos eleitos segundo acórdão da 3.ª Comissão de Verificação de Poderes em 4 de Dezembro de 1925.

Marcos Cirilo apresentou protesto por considerar os candidatos Raimundo Alves e Manuel Serras inelegíveis ao abrigo do art. 6 do código eleitoral. José Vaz de Azevedo e Silva e Manuel da Silveira Vasconcelos e Sousa protestaram contra estes dois candidatos eleitos. Vários protestos de eleitores. Contra-protesto de João Raimundo Alves. Contra-protesto de Manuel Serras. Protestos contra a eleição de Raimundo Alves e Manuel Serras.

Listas com 1 nome:

João Raimundo Alves; Manuel da Silveira Vasconcelos e Sousa; Francisco Dinis de Carvalho;

Listas com 2 candidatos:

Abel Teixeira Pinto e Marcos Cirilo Lopes Leitão;

João Raimundo Alves e Francisco Dinis de Carvalho;

João Raimundo Alves e Julião de Senna Sarmento;

João Raimundo Alves e Manuel Serras;

José Vaz de Azevedo e Silva e João Raimundo Alves;

Manuel Serras e Marcos Cirilo Lopes Leitão.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 444.

³¹ Pediu o seu afastamento do serviço do Governo Civil.

³² Embora algumas fontes indiquem que era independente, na sua aparição na Câmara dos Deputados apresentou-se como membros do PRP. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 4 de Janeiro de 1926, 5; *Diário de Lisboa*, 4 de Janeiro de 1926, 8.

³³ Engenheiro e proprietário.

³⁴ Funcionário público do Ministério da Instrução e professor.

³⁵ Coronel-médico.

³⁶ Antigo oficial da Armada.

³⁷ Funcionário público.

³⁸ Coronel-médico.

³⁹ Juiz de Direito.

⁴⁰ Industrial.

Círculo n.º 31 – Torres Vedras

Número de votantes: 15 939

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Alberto Pinheiro Torres	PM	2587	Eleito
Raul Marques Caldeira ⁴¹	PRP	2281	Eleito
Mariano de Melo Vieira	PRN	2267	Eleito
Hermínio Henrique Branco	ED	2116	Não eleito
José Cortes dos Santos	ED	1755	Não eleito
Aníbal Lúcio de Azevedo	PRP	1491	Não eleito
Aurélio Ricardo Belo ⁴²	Ind.	1150	Não eleito
Tiago César Moreira Sales	REGION.	777	Não eleito
Pompeu Justino Pacheco dos Reis	Ind.	628	Não eleito
Joaquim Pessoa	Ind.	499	Não eleito
Agostinho Fortes	PSP	160	Não eleito
Constâncio de Oliveira	Ind.	110	Não eleito
Ernesto de Lima Amaro	CCP	45	Não eleito
Mais 16 nomes com menos de 31 votos			Não eleitos

Notas:

Listas com 1 nome:

Alberto Pinheiro Torres, antigo deputado, advogado;

Mariano de Melo Vieira, advogado.

Listas com 2 nomes:

Aníbal Lúcio de Azevedo, engenheiro, administrador Geral da Casa da Moeda e Valores Selados, antigo ministro e antigo deputado; Raul Marques Caldeira, engenheiro, vereador da Câmara Municipal de Lisboa;

Raul Marques Caldeira, engenheiro, vereador da Câmara Municipal de Lisboa; Pompeu Justino Pacheco dos Reis, comerciante e viticultor;

Aníbal Lúcio de Azevedo, engenheiro industrial; Joaquim Pessoa, proprietário;

Alberto Pinheiro Torres, antigo deputado, advogado; Aurélio Ricardo Belo, major-médico.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 445.

⁴¹ Engenheiro.⁴² Major-Médico. Pertenceu ao PRP, ao PRRN e ao PRN, sendo em 1923 presidente da Comissão Municipal de Torres Vedras do PRN. Abandonou o PRN em 1924, acompanhando a cisão de Álvaro de Castro. Em 1925 era independente. Cf. Venerando António Aspra de Matos, *Republicanos de Torres Vedras, Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)* (Lisboa: Edições Colibri, 2003), 226-231.

Círculo n.º 32 – Portalegre

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Severino de Sant'Ana Marques	UIE	1959	Eleito
João José da Conceição Camoesas	PRP	1894	Eleito
Baltazar de Almeida Teixeira	PRP	1894	Eleito
Mário Augusto Miranda Monteiro	PM	1892	Não eleito
António Correia	Ind.	892	Não eleito
Bartolomeu Dinis Soares ⁴³	PRN	493	Não eleito
Justiniano Augusto Esteves	Ind.	118	Não eleito
António Casimiro da Costa	Ind.	35	Não eleito
Mais 16 nomes com menos de 3 votos			Não eleitos

Notas:

Protesto do candidato Mário Augusto Miranda Monteiro. Contra-protesto de Baltazar d'Almeida Teixeira.

Protesto de Severino Santana Marques e contra-protesto de António Correia.

Listas com 2 nomes:

Santana Marques e Mário Monteiro;

Lista com 1 nome:

Dr. António Correia, advogado e Deputado da Nação.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 446.

Círculo n.º 33 – Elvas

Número de votantes: 3928; 5 listas brancas; 3923 listas válidas

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Rui de Andrade	PM	1665	Eleito
Eduardo Fernandes de Oliveira	UIE	1497	Eleito
Francisco Cruz	PRN	1317	Eleito
António Pais da Silva Marques	PRP	915	Não eleito
Plínio Octávio de Santana e Silva	ED	823	Não eleito
Amaro Garcia Loureiro	PRN	551	Não eleito
Arnaldo Brazão	PRP	341	Não eleito
Mais 19 nomes com menos de 4 votos			Não eleitos

Notas:

Protesto de Baltazar de Almeida Teixeira e de António Pais da Silva Marques pela eleição de Rui de Andrade e Eduardo Fernandes de Oliveira.

Lista com 1 nome:

Francisco Cruz, advogado, industrial e antigo deputado.

Lista com 2 nomes:

Rui de Andrade, proprietário, antigo deputado; Eduardo Fernandes de Oliveira, proprietário e antigo secretário de Estado da Agricultura.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 447.

⁴³ Chefe da repartição central do Ministério das Finanças.

Círculo n.º 34 – Évora

Número de votantes: 4952; 7 brancos; 6 anuladas; listas válidas 4939
(eleições de 8 de Novembro de 1925)

Candidatos	Listas	Votos
Alberto Jordão Marques da Costa	PRN	2246
Joaquim Nunes Mexia	UIE	1762
Luís António Guerreiro Júnior	ED	1701
Manuel Eduardo da Costa Fragoso	PRP	1633
João Pedro dos Santos	ED	1567
Manuel de Oliveira Gomes da Costa	PRR	269
Álvaro Bossa da Veiga	PRR	234

Eleições de 8 de Novembro de 1925 com as alterações da repetição das eleições de Portel em 28 de Fevereiro de 1926⁴⁴

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Alberto Jordão Marques da Costa	PRN	2246	Eleito
Joaquim Nunes Mexia	UIE	1870	Eleito
Manuel Eduardo da Costa Fragoso	PRP	1728	Eleito
Luís António Guerreiro Júnior	ED	1716	Não eleito
João Pedro dos Santos	ED	1567	Não eleito
Manuel de Oliveira Gomes da Costa	PRR	269	Não eleito
Álvaro Bossa da Veiga	PRR	234	Não eleito

Notas:

Lista com 2 nomes:

Dr. Alberto Jordão Marques da Costa e Manuel Eduardo da Costa Fragoso;

Dr. Alberto Jordão Marques da Costa e Dr. Joaquim Nunes Mexia;

João Pedro dos Santos e Luís António Guerreiro Júnior.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 448.

⁴⁴ Nas eleições de 8 de Novembro de 1925, em Portel, Nunes Mexia obteve 209 votos, Manuel Fragoso 216 votos e Luís Guerreiro 92 votos. Nas eleições de 28 de Fevereiro de 1926 Nunes Mexia obteve 317 votos, Manuel Fragoso 311 votos e Luís Guerreiro Júnior 107 votos.

Círculo n.º 35 – Estremoz

Número de votantes: 3079; 6 listas anuladas; 3073 listas válidas

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Manuel de Sousa da Câmara	PRN	1215	Eleito
Sebastião de Herédia	PRP	1201	Eleito
José Rosado da Fonseca	UIE	937	Eleito
Jorge Barros Capinha	ED	698	Não eleito
Luís Rojão	ED	677	Não eleito
Alberto Xavier	Ind.	613	Não eleito
Francisco Rosa Ventura	PRR	230	Não eleito
José António Morais	IND	101	Não eleito
José Gomes Bartolomeu Rodrigues	PRP	77	Não eleito
José Augusto Nunes Ramos	Reg.	68	Não eleito
António José d' Almeida		1	Não eleitos

Notas:

Lista com 1 nome:

Manuel de Sousa da Câmara, professor e director do Instituto Superior de Agronomia.

Listas com 2 nomes:

Alberto Xavier, advogado, director-geral da Fazenda Pública; Sebastião de Herédia, proprietário, antigo deputado.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 449.

Círculo N.º 36 – Beja

Número de votantes: 4463

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Jaime António Palma Mira	PRN	2757	Eleito
José do Vale de Matos Cid	PRN	2051	Eleito
Paulo Limpo de Lacerda	PRP	1674	Eleito
Henrique Augusto da Silva	PRP	1451	Não eleito
Pedro Januário do Vale Sá Pereira	ED	651	Não eleito
Manuel Ferreira Quartel	ED	219	Não eleito
José Romão dos Santos Ferro	Reg.	187	Não eleito
António Aresta Branco		9	Não eleito
Tamagnini Barbosa		6	Não eleito
Marcelino Fialho Gomes		1	Não eleito
Joaquim dos Prazeres Lança		1	Não eleito
José Fernandes Alves		1	Não eleito
Pedro Góis Pita		1	Não eleito

Notas:

Listas com 2 nomes:

Jaime António Palma Mira, médico; José do Vale de Matos Cid, advogado e antigo ministro.

Paulo Limpo de Lacerda, advogado e proprietário; Henrique Augusto de Lacerda, advogado e proprietário.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 450.

Círculo n.º 37 – Aljustrel

Número de Eleitores 3055

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
José Joaquim Gomes de Vilhena	PRP	1517	Eleito
Joaquim Toscano de Sampaio	PRP	1267	Eleito
António Lobo de Aboim Inglês	PRN	877	Eleito
Augusto da Fonseca Júnior ⁴⁵	Reg.	829	Não eleito
António Pais Rovisco	Ind.	599	Não eleito
Raul de Almeida Câmara Cunha	PRN?	347	Não eleito
José Francisco de Paula da Ressurreição Oliveira Maia Alcanforado	Reg.	93	Não eleito
Pedro Januário do Vale Sá Pereira		2	Não eleito
Cunha Leal		2	Não eleito
Jaime Palma Mira		1	Não eleito
Artur Virgílio de Brito Camacho da Silva		1	Não eleito
António Ferreira Cabral Pais do Amaral		1	Não eleito
Afonso Augusto Costa		1	Não eleito

Notas:

Candidatos eleitos segundo acórdão da 1.ª Comissão, 9 de Dezembro de 1925.

Augusto da Fonseca Júnior apresentou um protesto por supostas irregularidades na assembleia de S. Martinho das Amoreiras.

Listas com 2 nomes:

José Vilhena e Joaquim Sampaio.

Listas com 1 nome:

António Pais Rovisco.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 451.

⁴⁵ Médico.

Círculo n.º 38 – Faro

Número de votantes: 7219

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Manuel de Sousa Coutinho Júnior	PRP	2866	Eleito
Zacarias da Fonseca Guerreiro	PRP	2640	Eleito
Carlos Fuzeta ⁴⁶	Ind./UIE	2432	Eleito
Frederico Alexandrino Garcia Ramirez	PM	1781	Não eleito
Jaime Pires Cansado	Ind.	1621	Não eleito
João de Sousa Uva	PRN	1335	Não eleito
Manuel Pedro Guerreiro	ED	874	Não eleito
Manuel Mário Rodrigues Português	CCP	229	Não eleito
Constantino de Bivar Cumano	PSP	91	Não eleito
Carlos Augusto Lister Franco	PRR	56	Não eleito
Surgiram diversos nomes com candidatos que não estavam propostos e aos quais não se contaram votos			Não eleitos

Notas:

Listas com 1 nome:

Jaime Pires Cansado, oficial do Exército.

Listas com 2 nomes:

Manuel de Sousa Coutinho Júnior, professor e funcionário público; Zacarias da Fonseca Guerreiro, proprietário.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 452.

⁴⁶ Recomendado pela UIE, embora *O Algarve*, (15 de Novembro de 1925, 1) referira que era Independente/PRP.

Círculo n.º 39 – Silves

Número de votantes: 7437; 4 Listas Brancas; 1 anulada; Listas válidas: 7432

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
João Estêvão Águas	PRP	4127	Eleito
Luís de Sousa Faísca	PRP	3971	Eleito
José Mendes Cabeçadas Júnior ⁴⁷	PRN	1919	Não eleito
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	PRN	1644	Eleito
José de Figueiredo Zuzarte Mascarenhas	PM	1568	Não eleito
Francisco de Bivar Weinholtz	PM	1336	Não eleito
Manuel Caetano de Sousa	Ind.	114	Não eleito
Levy Marques da Costa	UIE	70	Não eleito
João Bento da Cruz	ED	6	Não eleito
Francisco António Inácio		4	Não eleito

Notas:

«A Primeira Comissão de Verificação de Poderes [...] tendo em vista o disposto nos artigos 1.º e 3.º número três em contraponto com os artigos quatro e setenta e sete do código eleitoral, em relação ao candidato proclamado José Mendes Cabeçadas Júnior resolve não proclamar e, conseqüentemente, proclamar o candidato imediatamente votado».

Listas com 2 nomes:

João Estêvão Águas, oficial do Exército; Luís de Sousa Faísca, advogado.

José Mendes Cabeçadas Júnior, oficial da Armada; Francisco de Bivar Weinholtz, engenheiro-agronomo [escrita à mão].

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 453.

Círculo n.º 40 – Angra do Heroísmo

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
João de Ornelas e Silva	PRN	3177	Eleito
José Carlos Trilho ⁴⁸	PRP	2630	Eleito
Mário Moniz Pamplona Ramos	PRP	2425	Não eleito
Elísio Mateus Campos	PRP	1864	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 454.

⁴⁷ José Mendes Cabeçadas Júnior desistiu em favor de Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá.

⁴⁸ Era membro do PRP, embora a sua candidatura não tivesse a sanção do directório deste partido. Integrou a lista do PRN, após acordo entre os influentes regionais do PRP e do PRN.

Círculo n.º 41 – Horta

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Manuel José da Silva ⁴⁹	Ind.	2312	Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 455.

Círculo n.º 42 – Ponta Delgada

Número de votantes: 5275

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Filomeno da Câmara Melo Cabral ⁵⁰	PRN	3286	Eleito
Herculano Amorim Ferreira ⁵¹	Regionalista	3155	Eleito
Augusto Rebelo Arruda	Ind./PRP	1653	Eleito
Jaime Júlio Velho Cabral Botelho de Sousa	ED	1207	Não eleito
Virgílio Saque	ED	783	Não eleito
José de Oliveira São Bento	PRP	694	Não eleito
Hermano José de Medeiros	PRN	24	Não eleito
Hermano de Medeiros	PRN	1	Não eleito
Alfredo da Câmara		1	Não eleito
José Júlio de Sousa		1	Não eleito
Jaime de Sousa		1	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 456.

⁴⁹ Independente, com o apoio do PRP. Cf. *Diário de Lisboa*, 7 de Novembro de 1925, 5.

⁵⁰ Eleito na lista Regionalista conjuntamente com Herculano Amorim Ferreira.

⁵¹ Próximo dos nacionalistas, mas rejeita ser do PRN. Intitula-se «regionalista».

Círculo n.º 43 – Funchal

Número de votantes: 8538

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Luís Lopes Vieira de Castro ⁵²	PM	4617	Não eleito
Manuel da Costa Dias ⁵³	PRP	4256	Eleito
Adolfo de Sousa Brazão ⁵⁴	PRP	3670	Eleito
Domingos Augusto Reis Costa ⁵⁵	PRN	3283	Eleito
Américo Olavo Correia de Azevedo ⁵⁶	PRP	3123	Não eleito
Juvenal Henriques de Araújo ⁵⁷	CCP	3073	Não eleito
Carlos Olavo Correia de Azevedo ⁵⁸	PRP	2291	Não eleito
Surgiram diversos nomes com candidatos que não estavam propostos e aos quais não se contaram votos			Não eleitos

Notas:

Na Assembleia de Apuramento foram eleitos: Manuel da Costa Dias; Adolfo de Sousa Brazão; Luís Lopes Vieira de Castro, 15 de Novembro de 1925.

Protesto de Luís Lopes Vieira de Castro por não terem sido considerados as listas com o nome Luís Vieira de Castro.

Protesto de Domingos Augusto Reis Costa contra a validade da eleição do deputado Luís Lopes Vieira de Castro dada a campanha contra as instituições republicanas que vem fazendo no *Jornal da Madeira*.

Vários protestos de outros candidatos.

Várias declarações indicando que alguns funcionários públicos pediram votos para Luís Vieira de Castro.

Listas com 3 nomes:

Luís Lopes Vieira de Castro; Manuel Costa Dias; Adolfo de Sousa Brazão.

Américo Olavo Correia de Azevedo; Domingos Augusto Reis Costa; Juvenal Henriques de Araújo.

Carlos Olavo Correia de Azevedo; Domingos Augusto Reis Costa; Juvenal Henriques de Araújo

Lista com 2 nomes:

Manuel da Costa Dias; Adolfo de Sousa Brazão.

Conjunção Republicana: Domingos Augusto Reis Costa (PRN); Américo Olavo Correia de Azevedo (PRP); Carlos Olavo Correia de Azevedo (PRP); Juvenal Henriques de Araújo (CCP);

Lista oposicionista: Manuel da Costa Dias (PRP); Adolfo de Sousa Brazão (PRP); Luís Lopes Vieira de Castro (PM).

«O Directório do Partido Republicano Português não sancionou as candidaturas dos Srs. Drs. José Varela e João Augusto de Freitas para senadores, Dr. Adolfo de Sousa Brazão e major Manuel da Costa Dias para deputados, que haviam sido propostos pelas comissões políticas do mesmo partido neste distrito», *Jornal da Madeira*, 6 de Novembro de 1925, 1.

O Acórdão da 1.ª Comissão de Verificação de Poderes considerou infundados os protestos sobre a elegibilidade de Manuel da Costa Dias e Adolfo de Sousa Brazão, dado que o primeiro não é magistrado nem funcionário da Justiça e o segundo não é comissário de Estado. Contra Domingos Costa não houve protestos. Deixaram para posterior resolução a proclamação do candidato que faltava. Lisboa, 10 de Dezembro de 1925.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 457.

⁵² A sua eleição não foi validada pela 1.ª Comissão de Verificação de Poderes. Embora, o seu nome conste no *Diário da Câmara dos Deputados* desde 2 de Dezembro de 1925 até 24 de Março de 1926.

⁵³ Major.

⁵⁴ Dr.

⁵⁵ Casado, professor do liceu, residente no Funchal.

⁵⁶ Major.

⁵⁷ Dr.

⁵⁸ Dr.

Círculo n.º 44 – Cabo Verde

Número de Votantes: 5114 votos

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Carlos Eugénio de Vasconcelos ⁵⁹	ED	3201	Eleito
Carlos de Barros Soares Branco ⁶⁰	PRP	2901	Eleito
Francisco António Martins ⁶¹		2485	Não eleito
José de Sousa Santos Júnior ⁶²		1043	Não eleito
Alfredo Mendes Rodrigues ⁶³		1	Não eleito

Notas:

Não houve protestos.

Listas com 2 nomes:

Carlos Eugénio de Vasconcelos; Carlos de Barros Soares Branco.

Francisco António Martins; José de Sousa Santos Júnior.

Listas com 1 nome:

José de Sousa Santos Júnior.

Candidatos eleitos segundo acórdão da 1.ª Comissão de Poderes, 5 de Janeiro de 1926.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 458.

⁵⁹ Antigo ministro e deputado.

⁶⁰ Major de Engenharia e secretário do Banco de Portugal. Membro do PRP, *Diário de Lisboa*, 7 de Novembro de 1925, 5.

⁶¹ Médico.

⁶² Comerciante e proprietário.

⁶³ Comerciante.

Círculo n.º 45 – Angola

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Carlos Moura Carvalho ⁶⁴	Ind.	?	Eleito
António Leite de Magalhães ⁶⁵	Ind.	?	Eleito
António Gonçalves Videira ⁶⁶	PRN	?	Não eleito
Ernesto Carneiro Franco ⁶⁷	PRP	?	Não eleito
Manuel da Cruz Ferreira Júnior ⁶⁸		?	Não eleito
António Moura Carvalho		?	Não eleito
Henrique da Paiva Couceiro		?	Não eleito
Albano de Seíça Moncada		?	Não eleito
João Maria Ferreira do Amaral		?	Não eleito

Notas:

Eleição em 20 de Dezembro de 1925. Assembleia de Apuramento reuniu a 17 de Fevereiro de 1926. Vários protestos sobre os nomes dos candidatos que não eram coincidentes com os votos.

Listas com 2 nomes:

Carlos Moura Carvalho; António Gonçalves Videira;

Ernesto Carneiro Franco; Carlos Moura Carvalho.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 459 e 460.

Círculo n.º 46 – Moçambique

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Delfim Costa	PRP	1951	Eleito
Álvaro Xavier de Castro	Ind.	1828	Eleito
Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida Eça		351	Não eleito
Alfredo Augusto Freire de Andrade		86	Não eleito
Vicente Xavier Lobo		13	Não eleito
Mais 32 nomes com menos de 7 votos			Não eleitos

Notas:

Listas com 1 nome:

António Augusto Pereira Cabral.

Listas com 2 nomes:

Álvaro Xavier de Castro; Delfim Costa;

Alfredo Augusto Freire de Andrade; Álvaro Xavier de Castro.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 461.

⁶⁴ Advogado. Participou nos trabalhos parlamentares a partir da sessão de 5 de Março de 1926.

⁶⁵ Major. Participou nos trabalhos parlamentares a partir de 13 de Abril de 1926. Só nessa sessão é que foi anunciada a validação da sua candidatura e a respectiva proclamação como deputado.

⁶⁶ Advogado e antigo governador civil de Lisboa.

⁶⁷ Conservador do Registo Civil em Lisboa e antigo deputado, bacharel em Direito.

⁶⁸ Funcionário da Fazenda aposentado.

Círculo n.º 47 – Guiné

Número de votantes: 698

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Filemon da Silveira Duarte de Almeida	PRP	612	Eleito
Dr. Luis da Costa Pessoa		78	Não eleito
Armando de Freitas Zurate Cortezão		8	Não eleito

Notas:

Acta de apuramento, 15 de Novembro de 1925. Comissão de Verificação de Poderes, 10 de Dezembro de 1925.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 462.

Círculo n.º 48 – São Tomé e Príncipe

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
José António de Magalhães	Ind.	530	Eleito
António Augusto Correia de Aguiar		290	Não eleito
Egídio Rijo Isso		70	Não eleito
José António de Magalhães		4	Não eleito
José de Magalhães		3	Não eleito
Artur Carlos de Barros Bastos		1	Não eleito

Notas:

Vários protestos e contra-protestos devido a irregularidades no acto eleitoral.

Lista com 1 candidato:

António Augusto Correia de Aguiar, antigo juiz de direito e advogado.

José de Magalhães, médico.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 740.

Círculo n.º 49 – Índia

Número de votantes: 8878; 2 votos brancos; 2 votos viciados. Número de votos válidos: 8874.

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Idalécio Froilano de Melo	PRP	5184	Eleito
José Miguel Lamartine Prazeres da Costa ⁶⁹	Ind.	3626	Não eleito

Notas:

Eleições dia 22 de Novembro de 1925. Vários protestos. Protesto de Mártires Dias sobre a eleição de Froilano que considera inelegível. Contra-protesto de Lourenço Caetano Monteiro

Lista com 1 candidato:

José Miguel Lamartine Prazeres da Costa, vogal do conselho colonial, residente em Lisboa.

Idalécio Froilano de Melo, casado, major médico tenente coronel, professor da escola Médica, residente em Nova Goa.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 463.

⁶⁹ Apoiado pelo *Heraldo*, director Messia Gomes, Nova Goa. Defensor dos indo-portugueses.

Círculo n.º 50 – Macau

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Manuel Ferreira da Rocha	Ind.	280	Eleito
Manuel dos Santos Monteiro ⁷⁰		122	Não eleito
Chan-Kai-Seak		1	Não eleito
Lista Branca		1	

Notas:

A 1.ª Comissão de Verificação de Poderes proclamou deputado Manuel Ferreira da Rocha, dado que recebeu telegramas do Governador de Macau indicando que foi proclamado provisoriamente e sem protestos. Lisboa, 9 de Dezembro de 1925.

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 464 e 465.

Círculo n.º 51 – Timor

Número de votantes: 408; seis listas anuladas⁷¹ e 2 brancas; votos válidos: 400

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Francisco Gonçalves Velhinho Correia	PRP	400	Eleito
José Augusto Fernandes ⁷²	ED	0	Não eleito

Nota:

Assembleia de Apuramento, 22 de Novembro de 1925. Foi proclamado deputado em 4 de Dezembro de 1925, pela 2.ª Comissão de Verificação de Poderes, após recepção de telegrama do Governador de Timor, uma vez que não houve protestos.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 465.

⁷⁰ «Professor e antigo radical», *Diário de Lisboa*, 26 de Outubro de 1925, 8.

⁷¹ 5 listas recaíam no candidato Velhinho Correia e 1 lista no candidato Francisco António Salsinha.

⁷² Capitão-farmacêutico reformado residente no Porto. Apresentou candidatura.

Senado

Círculos n.ºs 3 e 4 – Distrito de Braga

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Luís Augusto Simões de Almeida	PRP	18435	Eleito
Augusto Casimiro Alves Monteiro	PRP	18355	Eleito
João Maria da Cunha Barbosa	CCP	12137	Eleito
Pedro de Barbosa Falcão Azevedo e Bourbon	PM	8916	Não eleito
João Machado da Silva ⁷³	PRN/Ind.	8354	Não eleito
João Duarte Carrilho	UIE	3076	Não eleito
Vasco Morgado	Ind.	151	Não eleito
João Rodrigues Braga		6	Não eleito
Francisco Augusto ?		2	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 712 e 713.

Círculos n.ºs 5 e 6 – Distrito de Vila Real

Número de votantes: 40 577

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Nicolau Mesquita	PRP	14270	Eleito
José Joaquim Fernandes Potes	PRP	13570	Eleito
José Joaquim Fernandes de Almeida	PRN	9505	Eleito
Alexandre Herculano da Fonseca ⁷⁴	Ind.	3166	Não eleito
António Augusto Almeida Arez		31	Não eleito
Alberto da Veiga Simões		30	Não eleito
António Feliciano Fernandes Botelho		2	Não eleito
Sebastião Augusto Ribeiro		1	Não eleito
Domingos José de Carvalho Araújo		1	Não eleito
António J. Fernandes d'Almeida		1	Não eleito

Notas:

Vários protestos e contra-protestos.

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 714 e 715.

⁷³ Orientação política contraditória na imprensa: PRN, *Diário da Tarde*, 23 de Outubro de 1925, 8; Independente, *Diário de Notícias*, 8 de Novembro de 1925, 7.

⁷⁴ Director-Geral dos Impostos. Alexandre Fonseca protestou contra José Almeida devido à falta de apresentação da candidatura no prazo legal.

Círculos n.ºs 9, 10, 11 e 12 – Distrito do Porto

Número de votantes: 29 181

Candidatos	Lista	Partidos	Votos	Eleito/Não eleito
António Xavier Correia Barreto	CRS	PRP	16782	Eleito
António dos Santos Graça	CRS	PRP	16102	Eleito
Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia	PRN		14577	Eleito
José Joaquim Pereira Osório	PRED		12612	Não eleito
Joaquim Augusto Silva Moura	PRED		10837	Não eleito
José Maria de Queiroz Lencastre	CCP		8432	Não eleito
Mariano Lopes Pita Simões	PRR		2394	Não eleito
Manuel José da Silva	PSP		1355	Não eleito
Joaquim da Silva Moreira			130	Não eleito
Joaquim Augusto da Silva Moreira			120	Não eleito
Augusto de Vasconcelos			81	Não eleito
António Carvalho Rebelo Menezes Sousa Cirne			9	Não eleito
António Cipriano da Costa			6	Não eleito
António Sousa Bastos			5	Não eleito
José Domingues dos Santos			5	Não eleito
António Augusto Cipriano da Costa			2	Não eleito
Dr. António José de Almeida			2	Não eleito
Mais 21 nomes com 1 voto cada				Não eleitos

Notas:

A mesa da Assembleia de Apuramento da eleição de senadores pelo distrito do Porto mostrou estranheza pelo facto de em todas as assembleias do concelho de Baião haver descarga total dos eleitores inscritos nos respectivos cadernos de recenseamento, «pois não é crível que todos estes eleitores concorressem às urnas, sem faltar um único». Porto, 15 de Novembro de 1925. Os resultados em Baião foram os seguintes; Barreto, 1195; Graça, 1194; Correia, 893; Lencastre, 288.

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 717 a 721.

Círculos n.ºs 13 e 14 – Distrito de Aveiro

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos
Pedro Virgolino Ferraz Chaves ⁷⁵	PRP/Ind.	10765
Querubim da Rocha Vale Guimarães	PM	8274
Bernardo Ferreira Gomes Pinho	CCP	7473
Elísio Pinto de Almeida e Castro	PRP	6578
João Marques Vidal ⁷⁶	PRN?/Ind.?	5413
André dos Reis ⁷⁷	PRP?/Ind.?	4330

Candidatos – com a inclusão das assembleias não incluídas no Apuramento Geral	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Pedro Virgolino Ferraz Chaves	PRP/Ind.	12211	Eleito
Elísio Pinto de Almeida e Castro	PRP	10600	Eleito
Querubim da Rocha Vale Guimarães	PM	10258	Eleito
Bernardo Ferreira Gomes Pinho	CCP	8699	Não eleito
João Marques Vidal	PRN?/Ind.?	6099	Não eleito
André dos Reis	PRP?/Ind.?	4469	Não eleito

Notas:

As actas do concelho da Feira e algumas assembleias do concelho de Oliveira de Azeméis chegaram depois do apuramento geral (16 de Novembro de 1925) e não foram incluídas. Houve vários protestos e contra-protestos. Elísio e Querubim protestaram por não terem sido incluídas diversas freguesias no apuramento. O representante de Bernardo Pinho, Dr. António Fernandes Duarte Silva, defendeu que a Assembleia tinha competência para fazer o apuramento, mesmo faltando documentos. Protestou ainda contra Querubim, por este ter apresentado candidatura fora do prazo.

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 722 a 724.

⁷⁵ Integrado na lista do PRP como independente segundo o *Diário de Notícias*, 8 de Novembro de 1925, 7.

⁷⁶ Integrado na lista do PRN segundo o *Diário de Notícias*, 8 de Novembro de 1925, 7.

⁷⁷ Casado, advogado e notário, residente em Aveiro. Reclamou contra o facto de não ter sido proclamado e contra o facto de Querubim Guimarães ter apresentado a candidatura fora do prazo e Bernardo Pinho e João Vidal terem apresentado de forma ilegal.

Círculos n.ºs 19 e 20 – Distrito de Coimbra

Total de votantes: 27 614

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Joaquim Correia de Almeida Leitão ⁷⁸	PRN	10258	Eleito
Manuel Gaspar de Lemos	PRP	10196	Eleito
Joaquim Pereira Gil de Matos	PRP	9866	Eleito
António Vicente Ferreira	PRN	9476	Não eleito
Álvaro Galvão	PM	6005	Não eleito
António Augusto Fernandes Rego	ED	2962	Não eleito
Evaristo das Neves Ferreira de Carvalho	Ind.	1252	Não eleito
Alexandre Martins Mourão	PRR	604	Não eleito
Joaquim Mendes dos Remédios		5	Não eleito

Notas:

Assembleia Geral de Apuramento, Coimbra, 15 Novembro de 1925.

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 725 e 726.

⁷⁸ Proprietário e funcionário público.

Círculos n.ºs 23 e 24 – Distrito de Leiria

Total de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos
José António da Costa Júnior	PRP	7067
António Maria da Silva Barreto	PRP	6549
José Duarte Dias de Andrade	CCP	6306
Júlio Dantas	PRN	6165
Alberto de Almeida Teixeira	PM	2780
Gabriel Alemão Cimeiro de Faria		523
Cimeiro de Faria		20
Simões Baião		4
Rosa Falcão		2
António José de Almeida		1
João Lopes Soares		1

Notas:

Assembleia Geral de Apuramento, 15 de Novembro de 1925. A acta da Assembleia de Pataias foi apresentada depois de encerrado o apuramento geral. Houve vários protestos. Nas assembleias de Ortigosa, Vieira e Pedrógão houve várias irregularidades com as actas.

Lista com 1 nome:

José Duarte Dias de Andrade; Gabriel Alemão Cimeiro de Faria, engenheiro e economista.

Lista com 2 nomes:

António Maria da Silva Barreto, chefe de repartição e senador; José António da Costa Júnior, médico, antigo ministro e senador.

Resultados após o protesto de Júlio Dantas

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
José António da Costa Júnior	PRP	7067	Eleito
António Maria da Silva Barreto	PRP	6549	Eleito
Júlio Dantas ⁷⁹	PRN	6307	Eleito
José Duarte Dias de Andrade ⁸⁰	CCP	5996	Não eleito
Alberto de Almeida Teixeira	PM	2780	Não eleito
Gabriel Alemão Cimeiro de Faria		523	Não eleito
Cimeiro de Faria		20	Não eleito
Simões Baião		4	Não eleito
Rosa Falcão		2	Não eleito
António José de Almeida		1	Não eleito
João Lopes Soares		1	Não eleito

Notas:

A Comissão de verificação de poderes mandou repetir as eleições nas assembleias de Pedrógão e Ortigosa. Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 727 e 728; *Ação Nacionalista*, 12 de Dezembro de 1925, 21.

⁷⁹ Jaime Rodrigues da Silva, funcionário público e residente em Lisboa, foi o procurador de Júlio Dantas no acto eleitoral e o Dr. Pedro Pita foi o procurador junto da Comissão de Verificação de Poderes. Júlio Dantas protestou em 2 de Dezembro de 1925 devido à viciação da acta de Vieira de Leiria que deram 310 votos a mais a Dias de Andrade e 142 a menos a ele, donde este perdeu as minorias. Indicou ainda outras irregularidades noutras assembleias (Urtigosa). Júlio Dantas só foi proclamado senador em 3 de Fevereiro de 1926.

⁸⁰ Cónego e antigo senador.

Círculos n.ºs 25 e 26 – Distrito de Santarém

Número de votantes: ?; 4 listas brancas

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
João Catanho de Meneses	PRP	7579	Eleito
Francisco José Pereira	PRP	7404	Eleito
Luís Filipe de Castro ⁸¹	PM	5429	Eleito
Carlos de Azevedo Mendes	CCP	5069	Não eleito
António Gomes de Sousa Varela	PRN	4280	Não eleito
Aníbal Augusto Ramos de Miranda		920	Não eleito
Pedro António Monteiro		549	Não eleito
Eduardo Augusto de Almeida		101	Não eleito
Aníbal de Sousa Dias		63	Não eleito
Joaquim Isidro dos Reis		16	Não eleito
José Monteiro Carrilho		14	Não eleito
João Luís Ricardo		3	Não eleito
José de Sousa Varela		3	Não eleito
António de Sousa Varela		4	Não eleito
Ezequiel de Campos		2	Não eleito
José Marcelino Carrilhos		2	Não eleito
António Francisco Pereira		2	Não eleito
9 candidatos com 1 voto			Não eleitos

Notas:

Não houve reclamação ou protesto dos candidatos.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 729.

⁸¹ Agrário, candidatura recomendada pelo Partido Monárquico e pela UIE.

Círculos n.ºs 27, 28, 29, 30 e 31 – Distrito de Lisboa

Número de votantes: ?

Candidatos	Lista	Partidos	Votos	Eleito/Não eleito
Herculano Jorge Galhardo	CRS	PRP	17129	Eleito
Bernardino Luís Machado Guimarães ⁸²	CRS	PRP/Ind.	16790	Eleito
Eduardo Pinto de Sousa		PRED	9965	Não eleito
José Fernando de Sousa		PM	9917	Eleito
António Pires de Carvalho		PRED	9311	Não eleito
Lúcio Gonçalves Nunes		CCP	1715	Não eleito

Notas:

Assembleia Geral de Apuramento, Lisboa, 15 de Novembro de 1925.

Num boletim de voto de António Carvalho e Eduardo Sousa foi escrita a seguinte frase: «A República Honrada liberal liberta de todas as quadrilhas e bandos de ladrões e estúpidos malandros». Noutro boletim de voto de Bernardino Luís Machado Guimarães e Herculano Jorge Galhardo foram riscados os seus nomes e acrescentado a seguinte frase: «sempre os mesmos piratas».

Protesto de José Fernando de Sousa, engenheiro e jornalista e candidato a senador. Diz que a Assembleia de Apuramento proclamou deputados pela maioria Herculano Jorge Galhardo e Bernardino Machado e pelas minorias Eduardo Pinto de Sousa atribuindo-lhe mais 48 votos que o reclamante. Indica várias irregularidades. Em várias assembleias de Lisboa as urnas foram saqueadas e os votos inutilizados (2 de Dezembro de 1925).

Relatório da PSP de Lisboa, 1.ª Divisão, 3.º Esquadra. Na Freguesia das Mercês um grupo de indivíduos desconhecidos entrou na sala aquando do escrutino e «dando vivas à República e distribuindo algumas bengaladas se apoderaram da urna destinada a deputados e levando-a para a rua a inutilizaram pondo-se de seguida em fuga» (8 de Novembro de 1925, mç. 731).

Situação idêntica na freguesia dos Anjos, mas sem bengaladas e sem roubo da urna. No entanto, rasgaram as listas referentes aos deputados e senadores. Relatório da PSP, 1.ª divisão, 6.ª esquadra.

Situação idêntica nas freguesias de S. Isabel, S. Mamede.

Urna arremessada para a rua do Rato por um grupo de indivíduos não identificados (PSP, 3.ª divisão, 22.ª esquadra, 9 de Novembro de 1925).

Listas com 2 nomes:

Bernardino Luís Machado Guimarães, antigo Presidente da República; Herculano Jorge Galhardo, engenheiro e antigo ministro.

António Pires de Carvalho, médico e antigo ministro; Eduardo Pinto de Sousa, industrial.

Listas com 1 nome:

José Fernando de Sousa, engenheiro e jornalista.

Lúcio Gonçalves Nunes, médico.

Fontes: AHP, Secção IX, cxs. 730 a 735.

⁸² Após a sua eleição para Presidente da República houve necessidade de abrir nova vaga. Cf. *Diário de Lisboa*, 15 de Dezembro de 1925, 8.

Círculos n.ºs 32 e 33 – Distrito de Portalegre

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
João António de Azevedo Coutinho			
Fragoso de Sequeira	PM	3885	Eleito
Henrique José Caldeira Queiroz	Ind./PRP	3502	Eleito
Álvaro César de Mendonça	PM	3289	Eleito
Jorge Frederico Velez Carçoço	PRP	3228	Não eleito
José Nunes Tierno da Silva	Region.	1129	Não eleito
José Velez Carçoço	PRN	723	Não eleito
Manuel Geraldo Cassola	PRR	167	Não eleito
Virgílio Lusitano	PRR	118	Não eleito
António de Azevedo Coutinho Fragoso			
de Sequeira		97	Não eleito
Amílcar Ramada Curto		3	Não eleito
Velez carçoço		2	Não eleito
Mais 11 nomes com 1 voto			Não eleitos

Notas:

Listas com 2 nomes:

Jorge Frederico Velez Carçoço, tenente-coronel e Governador Geral da Guiné; Henrique José Caldeira Queiroz, médico e director da Colónia Penal de Vila Fernando.

João António de Azevedo Coutinho Fragoso de Sequeira, proprietário e antigo ministro; Álvaro César de Mendonça, proprietário e antigo secretário de Estado da Guerra.

Lista com 1 nome:

José Velez Carçoço, proprietário e antigo Governador Civil.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 736.

Círculo n.º 40 – Distrito de Angra do Heroísmo

Número de votantes: 5008

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Henrique Ferreira de Oliveira Brás ⁸³	PRN	2785	Eleito
António Martins Ferreira ⁸⁴	PRN	2501	Eleito
Francisco Vicente Ramos	Ind.	2184	Eleito
Álvaro de Castro Meneses ⁸⁵		1593	Não eleito
Fernando Augusto Borges Júnior		867	Não eleito
Fernando Augusto Borges		151	Não eleito
Francisco Augusto Borges		54	Não eleito
Fernando Borges Júnior		46	Não eleito
Eugénio Carlos Garcia ⁸⁶		5	Não eleito
Carlos Eugénio Garcia		3	Não eleito
Trajano Baptista Pereira		2	Não eleito
João Maria Jardim		1	Não eleito
José Domingues dos Santos		1	Não eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 737.

⁸³ Advogado e notário em Angra do Heroísmo. Medeiros Franco foi o seu procurador junto da Comissão de Verificação de Poderes.

⁸⁴ Independente segundo o *Diário de Lisboa*, 18 de Dezembro de 1925, 8.

⁸⁵ Professor residente em Angra. Apresentou protesto contra a elegibilidade de Henrique Ferreira de Oliveira Brás.

⁸⁶ Oficial do Exército, residente em Lisboa.

Círculo n.º 43 – Distrito do Funchal

Número de votantes: 8542

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Vasco Gonçalves Marques ⁸⁷	PRN	4076	Eleito
João Augusto de Freitas	PRP	3390	Eleito
José Varela	PRP	3179	Eleito
Vasco Crispiniano da Silva ⁸⁸	PRP	3049	Não eleito
César Procópio de Freitas ⁸⁹	PRR	2176	Não eleito
Houve outros votos não especificados a cidadãos não eleitores			Não eleitos

Notas:

Protesto assinado por vários cidadãos por considerarem a eleição nula devido a irregularidade processuais nas eleições.

Protesto contra a eleição de José Varela e João Augusto de Freitas feita por Vasco Crispiniano da Silva e César Procópio de Freitas. Contra Protesto de José Varela e João Augusto de Freitas

Listas com 2 nomes:

José Varela; João Augusto de Freitas;

Vasco Crispiniano da Silva; Vasco Gonçalves Marques.

Conjunção Republicana: Dr. Vasco Marques (PRN); capitão-tenente César Procópio de Freitas (PRR); major Vasco Crispiniano da Silva (PRP);

Lista oposicionista: Dr. José Varela (PRP); Dr. João Augusto de Freitas (PRP);

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 738; *Jornal da Madeira*, 6 de Novembro de 1925, 1; *idem*, 10 de Novembro de 1925, 2.

⁸⁷ Dr.

⁸⁸ Major.

⁸⁹ Comandante.

Círculo n.º 46 – Moçambique

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Ernesto Maria Vieira da Rocha	PRP	1468	Eleito
Francisco Roque de Aguiar			Não eleito
António Augusto Pereira Cabral			Não eleito

Notas:

Listas com 1 nome:

Francisco Roque de Aguiar, tenente-coronel;

Ernesto Maria Vieira da Rocha, antigo ministro e general do Exército;

António Augusto Pereira Cabral, director dos Negócios Indígenas de Moçambique.

Francisco Roque de Aguiar, tenente-coronel.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 739.

Círculo n.º 48 – São Tomé e Príncipe

Número de votantes: ?

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Miguel do Espírito Santo Machado	?	411	Eleito
José Dionizio Carneiro de Sousa e Faro		268	Não eleito
Miguel Machado ⁹⁰		140	Não eleito
José Maria Freire		12	Não eleito
Jaime de Macedo e Oliveira		5	Não eleito

Notas:

Acta de apuramento: 22 de Novembro de 1925.

Listas com 1 nome:

José Dionizio Carneiro de Sousa e Faro, capitão de Mar-e-Guerra.

Miguel do Espírito Santo Machado, médico.

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 740.

Círculo n.º 51 – Timor

Número de votantes: 399; 4 votos anulados.

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não eleito
Álvaro António Bulhão Pato ⁹¹	PRP	399	Eleito

Fontes: AHP, Secção IX, cx. 741.

⁹⁰ O nome completo era Miguel do Espírito Santo Machado.

⁹¹ Director das Alfândegas de Moçambique aposentado.

Anexo 5

Imprensa do PRN (1923-1932)

Nome	Localidade	Periodicidade	Início do apoio	Fim do apoio	Órgão oficial	Duração do jornal
<i>A Razão</i>	Alenquer	Quinzenário	7-3-1923	6-6-1925	O	15-1-1923 a 6-6-1925
<i>O Debate</i>	Algés, Oeiras	Semanário	11-2-1923	1-4-1932	O	16-11-1919 a 1-4-1932
<i>A Concórdia</i>	Arcos de Valdevez	Semanário	25-2-1923	6-1-1924 ¹	O	3-11-1919 a 19-12-1926
<i>A Verdade</i>	Barcelos	Semanário	1-3-1923	2-12-1923 ²		3-3-1922 a 28-12-1927
<i>O Bejense</i>	Beja	Semanário	18-2-1923	12-11-1925	O	19-6-1911 a 7-1985
<i>A Justiça</i>	Braga	Semanário	9-4-1926	26-5-1926		9-4-1926 a 26-5-1926
<i>O Regionalista</i>	Caldas da Rainha	Semanário	28-2-1923	7-2-1925	O	23-5-1920 a 7-2-1925
<i>Gazeta de Cantanhede</i>	Cantanhede	Semanário	24-2-1923	17-4-1926	O	7-7-1917 a 27-1-2
<i>A Província</i>	Castelo Branco	Semanário	18-2-1923	28-11-1923	O	28-11-1920 a 28-11-1923
<i>O Liberal de Basto</i>	Celorico de Basto	Semanário	22-2-1923	18-3-1926	O	29-1-1920 a 1933
<i>O Correio de Chaves</i>	Chaves	Semanário	15-11-1923	22-6-1924	O	15-11-1923 a 22-6-1924
<i>O Povo de Chaves</i>	Chaves	Quinzenário	7-4-1925	6-9-1925	O	7-4-1925 a 6-9-1925

¹ Neste número passou a designar-se *Semanário Republicano Independente*.

² Apoiou a cisão de Álvaro de Castro.

O Partido Republicano Nacionalista

Nome	Localidade	Periodicidade	Início do apoio	Fim do apoio	Órgão oficial	Duração do jornal
<i>Democracia do Sul</i>	Évora	Diário	18-2-1923	5-1-1932		1-1-1910 a 1-8-1971
<i>O Figueirense</i>	Figueira da Foz	Bisemanário	18-2-1923	2-8-1926	O	1918 a ?
<i>Distrito da Guarda</i>	Guarda	Semanário	11-3-1923	28-2-1926	O ³	5-5-1907 a 13-11-1938
<i>República</i> ⁴	Lisboa	Diário	17-2-1923	16-12-1923		15-1-1911 a 22-12-1975
<i>O Jornal</i>	Lisboa	Diário	24-12-1923	2-8-1924	O	24-12-1923 a 2-8-1924
<i>Ação Nacionalista</i>	Lisboa	Semanário	9-11-1924	6-3-1926	O	9-11-1924 a 14-3-1926
<i>O Imparcial</i>	Lisboa	Diário	21-8-1925	28-8-1925		21-8-1925 a 28-8-1925
<i>Republica Portuguesa</i>	Lisboa	Diário	14-7-1927	13-12-1927	O	14-7-1927 a 13-12-1927
<i>O Liberal</i>	Mafra	Semanário	18-2-1923	12-7-1925	O	4-1-1920 a 12-7-1925
<i>A Voz do Guadiana</i>	Mértola	Quinzenário	1-4-1923	15-3-1928		15-8-1922 a 15-3-1928
<i>A Opinião</i>	Oliveira de Azeméis	Semanário	25-3-1923	6-3-1926	O ⁵	1904 a 1935
<i>O Penafidense</i>	Penafiel	Bisemanário	13-2-1923	14-12-1926	O ⁶	1907 a 1933
<i>O Imparcial</i>	Pombal	Semanário	25-2-1923	13-9-1926	O ⁷	15-4-1909 a 3-9-1932

³ O apoio oficial ao PRN iniciou-se em 4 de Novembro de 1923. Em 21 de Março de 1926 passou a ser propriedade das Comissões Políticas da União Liberal Republicana do Concelho da Guarda.

⁴ «A *República* não é órgão oficial ou oficioso do Partido Nacionalista, como em tempos a *Lucta* também não era órgão do Partido Liberal». O jornal não está subordinado a ninguém e pese embora faça política nacionalista «não pode agradar a todos», *República*, 17 de Maio de 1923, 1. A partir de 18 de Dezembro de 1923 até 24 de Janeiro de 1924 passou a ter como subtítulo «Órgão do Partido Republicano Nacionalista», por ter aderido à cisão de Álvaro de Castro. Este jornal ambicionava ser o porta-voz do grupo que pretendia conseguir a hegemonia do partido. Quando isso se tornou inviável passou a ter como subtítulo «Diário Independente» (25 de Janeiro de 1924).

⁵ O apoio oficial ao PRN iniciou-se em 5 de Outubro de 1923.

⁶ O apoio oficial ao PRN iniciou-se em 26 de Junho de 1923.

⁷ De 13 de Outubro de 1926, quando reapareceu, até 3 de Setembro de 1932, quando cessou de publicar-se, continuou a militar na oposição à Ditadura, embora não tenha uma posição clara de apoio ao PRN. Foi suspenso pela censura a 1 de Setembro de 1932, na sequência de uma acção por abuso de liberdade de imprensa, tendo o seu director sido condenado a pena de prisão correccional, indemnização e multa de 1\$. Cf. Joaquim An-

Nome	Localidade	Periodicidade	Início do apoio	Fim do apoio	Órgão oficial	Duração do jornal
<i>A Norma</i>	Póvoa de Varzim	Semanário	1-5-1923	31-1-1924 ⁸	O	27-7-1922 a 26-8-1926
<i>A Beira</i> ⁹	Santa Comba Dão	Semanário	18-2-1925	23-8-1925	O	2-3-1919 a 23-8-1925
<i>Correio da Extremadura</i>	Santarém	Semanário	17-2-1923	5-12-1931	O	9-4-1891 a 6-1-1945
<i>A Folha de Setúbal</i>	Setúbal	Semanário	12-4-1923	12-7-1923	O	12-4-1923 a 12-7-1923
<i>O Torreense</i>	Torres Vedras	Semanário	11-2-1923	17-2-1924		26-1-1919 a 7-6-1925
<i>A Nossa Terra</i>	Torres Vedras	Quinzenário	31-1-1926	1-4-1926		15-1-1924 a 1927 ?
<i>Gazeta de Viana</i> ¹⁰	Viana do Castelo	Semanário	9-11-1923	29-1-1925		9-11-1923 a 31-12-1925
<i>O Povo de Gaya</i>	Vila Nova de Gaia	?	18-11-1925	23-1-1926	O	24-5-1914 a 23-1-1926
<i>O Marão</i>	Vila Real	Semanário	8-4-1923	26-4-1925	O	8-4-1923 a 26-4-1925
<i>Notícias de Viseu</i>	Viseu	Semanário	11-2-1923	1-8-1929	O	5-4-1919 a 1-8-1929

35 jornais apoiam o PRN (1923-1932):

29 localidades com jornais do PRN. Chaves com 2; Lisboa com 5; Torres Vedras com 2. Regiões sem jornais do PRN: Colónias, Ilhas Adjacentes, Faro, Portalegre e Bragança.

9 jornais com um apoio não oficial ao PRN.

26 jornais com apoio oficial ao PRN.

24 jornais apoiam o PRN em Maio de 1923:

O Debate; O Torreense; Notícias de Viseu; O Penafidense; República; Correio da Extremadura; O Bejense; A Província; Democracia do Sul; O Figueirense; O Liberal;

tónio Cardoso Fialho Gomes, «A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): Estrutura e Pessoal Político», vol. I. Tese de mestrado, Lisboa, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, 1997, 48.

⁸ Passou a apoiar a Acção Republicana e Álvaro de Castro.

⁹ Director e editor José Borges da Gama Júnior, membro do PRN. Referência da *Acção Nacionalista*, 8 de Março de 1925, 3.

¹⁰ *O Jornal*, 24 de Dezembro de 1923, 4, refere que é órgão nacionalista no distrito.

O Partido Republicano Nacionalista

O Liberal de Basto; Gazeta de Cantanbede; A Concórdia; O Imparcial; O Regionalista; A Verdade; A Razão; Distrito da Guarda; A Opinião; A Voz do Guadiana; O Marão; A Folha de Setúbal; A Norma.

20 jornais que apoiam o PRN em Março de 1924:

O Debate; Notícias de Viseu; O Penafidense; Correio da Extremadura; O Bejense; Democracia do Sul; O Figueirense; O Liberal; O Liberal de Basto; Gazeta de Cantanbede; O Imparcial; O Regionalista; A Razão; Distrito da Guarda; A Opinião; A Voz do Guadiana; O Marão; Gazeta de Viana; O Correio de Chaves; O Jornal.

14 jornais que apoiam o PRN em Dezembro de 1925:

O Debate; Notícias de Viseu; O Penafidense; Correio da Extremadura; Democracia do Sul; O Figueirense; O Liberal de Basto; Gazeta de Cantanbede; O Imparcial; Distrito da Guarda; A Opinião; A Voz do Guadiana; Acção Nacionalista; O Povo de Gaya.

9 jornais que apoiam o PRN em Maio de 1926:

O Debate; Notícias de Viseu; O Penafidense; Correio da Extremadura; Democracia do Sul; O Figueirense; O Imparcial; A Voz do Guadiana; A Justiça.

6 jornais que apoiam o PRN em Agosto de 1927:

O Debate; Notícias de Viseu; Correio da Extremadura; Democracia do Sul; A Voz do Guadiana; Republica Portuguesa.

3 jornais que apoiam o PRN em Agosto de 1933:

O Debate; Correio da Extremadura; Democracia do Sul.